Renata Motta

ENTRE CONTROVÉRSIA E HEGEMONIA

os transgênicos na Argentina e no Brasil

EDITORA FIOCRUZ

Entre controvérsia e hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil

Renata Motta

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOTTA, R. *Entre controvérsia e hegemonia*: os transgênicos na Argentina e no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018, 258 p. ISBN: 978-65-5708-298-0. https://doi.org/10.7476/9786557082980.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

ENTRE CONTROVÉRSIA E HEGEMONIA

os transgênicos na Argentina e no Brasil

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente
Nísia Trindade Lima

Vice-Presidente de Educação,
Informação e Comunicação
Manoel Barral Netto

EDITORA FIOCRUZ

Diretor
Manoel Barral Netto

Editor Executivo
João Carlos Canossa Mendes

Editores Científicos
Carlos Machado de Freitas
Gilberto Hochman

Conselho Editorial
Denise Valle
José Roberto Lapa e Silva
Kenneth Rochel de Camargo Jr.
Ligia Maria Vieira da Silva
Marcos Cueto
Maria Cecília de Souza Minayo
Marilia Santini de Oliveira
Moisés Goldbaum
Rafael Linden
Ricardo Ventura Santos

ENTRE CONTROVÉRSIA E HEGEMONIA

os transgênicos na Argentina e no Brasil

Renata Motta

EDITORA
FIOCRUZ

Copyright © 2018 da autora
Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / EDITORA

Originalmente publicado em inglês sob o título *Social Mobilization, Global Capitalism and Struggles over Food: a comparative study of social movements* (Routledge, 2016)

Revisão
Augusta Porto Avalle

Normalização de referências
Clarissa Bravo

Capa e projeto gráfico
Carlota Rios

Produção editorial
Phelipe Gasiglia

Catalogação na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

M921e Motta, Renata
Entre controvérsia e hegemonia: os transgênicos na Argentina e no Brasil / Renata Motta. – Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2018.

260 p. : il. ; tab. ; graf.

ISBN: 978-85-7541-618-1

1. Alimentos Geneticamente Modificados. 2. Política de Saúde. 3. Capitalismo. 4. Segurança Alimentar e Nutricional. 5. Organização Social. 6. Democracia. 7. Agricultura. 8. Argentina. 9. Brasil. I. Título.

CDD - 22.ed. – 660.65

2018
EDITORA FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tels: (21) 3882-9039 e 3882-9041
Telefax: (21) 3882-9006
editora@fiocruz.br
www.fiocruz.br

Editora filiada
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Aos meus pais

Sumário

Prefácio 9

Apresentação à edição brasileira 15

1. Teoria e Pesquisa Acerca das Disputas sobre os Transgênicos 23

2. Uma Revolução Silenciada (1996-2002) 59

3. Aumentando o Barulho (2003-2013) 83

4. Uma Controvérsia Inesperada (1996-2002) 117

5. A Política do Fato Consumado (2003-2013) 143

6. Muitas Histórias sobre os Transgênicos: uma comparação 183

7. Transformação Agrária, Democracia e Capitalismo 215

Referências e Fontes 235

Prefácio

Este livro de Renata Motta traz uma importante contribuição para compreender porque as mobilizações sociais e lutas políticas em torno da alimentação e da natureza são centrais para a análise e o enfrentamento do capitalismo contemporâneo. O livro faz isso por meio de um interessante estudo comparativo da expansão dos cultivos transgênicos no Brasil e na Argentina, dois grandes produtores de soja e outras *commodities* agrícolas que marcam a inserção desses países na economia global. Trata-se de um elemento a mais de interesse na leitura do livro: conhecemos tão pouco das histórias em comum de nossos países vizinhos, e um futuro de emancipação na América Latina certamente só será possível na medida em que reconheçamos cada vez mais nossas histórias e aproximemos solidariamente nossas lutas emancipatórias. Há um longo trabalho para isso, e o livro é um elemento a mais para que nos aproximemos de *los hermanos* argentinos para além do futebol.

Aliás, é interessante que Renata comece o livro justamente com a analogia do futebol para falar das sojas Maradona e Ronaldinho. A primeira ficou conhecida no Brasil no processo de contrabando da soja transgênica que veio ilegalmente da Argentina, em referência ao lendário jogador de futebol e seu suposto desempenho. Isso ocorreu ao longo dos anos 1990, e apesar da proibição pela Justiça no Brasil e da promessa de campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, pouco tempo após sua posse na presidência em 2003 o governo do Partido dos Trabalhadores liberou a comercialização da soja transgênica cultivada ilegalmente. Dois anos antes, em julho de 2001, Lula havia dito em São Mateus, no Rio Grande do Sul (RS), durante a Caravana da Agricultura Familiar: "eu sou radicalmente contra [a liberação dos transgênicos] e acho um retrocesso o governo fazer isso. Isso, na verdade, está acontecendo porque mais uma vez a

elite política desse país se rende ao fascínio de uma multinacional". Apesar de ilegal e da posição inicial de Lula, os agricultores gaúchos seguiam os passos da soja Maradona, e na safra 2002/2003 estimava-se que dois terços da soja plantada no estado era transgênica. A solução de Lula assim que o PT assumiu o governo federal, para assombro de ambientalistas e movimentos camponeses e da agricultura familiar, foi render-se às pressões dos agricultores do RS e do agronegócio, e anos depois a grande maioria da soja transgênica plantada em terras brasileiras passou a ser transgênica.

Já em 2012, como informa Renata em seu livro, um movimento semelhante aconteceu, porém dessa vez na direção inversa. Naquele momento um novo tipo de soja transgênica havia sido lançado antes no Brasil e aprovado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), o órgão do Estado brasileiro claramente criado para regular os transgênicos e sedimentar as bases da agricultura capitalista no qual se assentava o agronegócio. Do lado argentino o governo da presidenta Kirchner que até então sempre havia contemporizado com a poderosa multinacional estado-unidense Monsanto, proprietária da tecnologia, foi colocado contra a parede diante das pressões da justiça, de organizações como o Greenpeace, de médicos e cientistas argentinos, e de movimentos sociais como o das Madres de Ituzaingó, bairro na cidade de Córdoba que sofria os efeitos da pesada contaminação por agrotóxicos (no caso o glifosato) por serem vizinhos das plantações de soja. A Monsanto então ameaçou não lançar sua nova soja transgênica no mercado argentino até que o governo garantisse seus direitos de propriedade intelectual. Em 2014 o acordo foi finalmente obtido e o então secretário de agricultura argentino anunciava com satisfação que os agricultores de seu país não precisariam contrabandear a soja Ronaldinho do país vizinho.

Por que governos de esquerda como no Brasil e na Argentina, teoricamente mais abertos às agendas progressistas de movimentos sociais rurais e urbanos, sistematicamente cederam às pressões conservadoras da agricultura capitalista, ainda que em momentos, contextos e de formas diferentes?

Essa é a instigante pergunta que o livro de Renata busca responder com riqueza de detalhes por meio de entrevistas realizadas com ativistas de movimentos sociais dos dois países entre os anos de 2012 e 2013 envolvidos nas lutas contra as sementes transgênicas, incluindo organizações camponesas, cientistas, ambientalistas, de defesa do consumidor e jornalistas. Além dessa base empírica, a autora utiliza diversos referenciais teóricos das ciências sociais, em especial a sociologia política, a sociologia rural, a economia política e, numa perspectiva mais interdisciplinar que poderia ter sido mais explorada ao longo do livro, a ecologia política.

As respostas que Renata apresenta ao longo da obra são claras, convincentes e nos ajudam a compreender a crise democrática, institucional e econômica não apenas no Brasil e na Argentina, mas em boa parte da América Latina e do planeta. Por exemplo, Renata aponta como os novos governos de esquerda viram a possibilidade de atuar, sem maiores rupturas, em um Estado mais forte que se utilizaria dos benefícios fiscais da balança comercial gerada pela exportação de *commodities* como uma oportunidade para reduzir a pobreza.

Após uma certa época de bonança que marcou o crescimento econômico e o desenvolvimento de políticas sociais redistributivas na região, atualmente vivemos uma era de pequenos ou grandes *tsunamis* que atingem, com sua onda conservadora ultraliberal e suas políticas de austeridade, diversas populações que pareciam caminhar em direção a uma crescente cidadania e inclusão social nos últimos anos. Tais movimentos ocorrem seja na forma mais explícita, ainda que disfarçada, de rupturas democráticas produzidas no Brasil em nome do combate à corrupção pelo golpe jurídico-político-midiático em curso desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016; seja pela eleição ao governo do conservador Mauricio Macri na Argentina. Em ambos os casos os experimentos sociais e políticos tanto para a consolidação quanto para o enfrentamento dos transgênicos podem fornecer importantes lições nesta obra para compreendermos os problemas e dilemas que enfrentamos.

Destaco resumidamente algumas dessas lições. Por exemplo, a questão do Estado. Fica claro o quanto as lógicas da democracia representativa e da tecnociência, em nome de um conhecimento especializado dito universal, funcionam totalmente atreladas aos interesses de mercado e influenciam importantes políticas públicas. Ao mesmo tempo, servem para silenciar críticas e desvalorizar a construção de alternativas, nesse caso outro modelo de agricultura familiar vinculado à agroecologia, à reforma agrária e à soberania alimentar. As ciências do risco, tão propaladas como principal ferramenta para a defesa do meio ambiente, da saúde humana e dos *consumidores*, são apropriadas por instituições e procedimentos fechados que, em nome da pretensa objetividade do que é *cientificamente comprovado*, escondem e camuflam princípios, valores e conflitos de interesse. Da mesma forma que os especialistas das ciências jurídicas usam jargões nos tribunais para, em nome da defesa do direito e da democracia, atacarem o estado democrático de direito; especialistas da agricultura, e mesmo da saúde pública e do meio ambiente, muitas vezes usam seus conhecimentos para blindarem o Estado e suas instituições ao defenderem a agrobiotecnologia e negligenciarem seus impactos sociais, ambientais e sanitários.

A questão do Estado e da democracia é central: trata-se de um dilema. Como nos esclarece Renata, os Estados "são os principais alvos das lutas acerca dos organismos geneticamente modificados (OGM) porque todos os lados lhes endereçam suas reinvindicações". De um lado, "mercados e atores econômicos globais necessitam garantias legais para seus investimentos e exercem pressão sobre autoridades estatais, demandando que o Estado garanta um quadro institucional adequado para seus investimentos. De outro lado, os cidadãos demandam que as autoridades estatais protejam e promovam seus direitos constitucionais".

A história recente tem demonstrado para qual lado pesa a balança, embora o poder da agricultura capitalista seja sempre refreado por pressões de movimentos sociais e cientistas engajados que assumem explicitamente a ética em defesa da vida, da natureza e do diálogo respeitoso com os saberes de camponeses, indígenas e quilombolas, dentre outros. Isso fica evidente na estratégia brasileira de tornar mais visível e concreto o tema dos transgênicos e sua relação com a saúde via agrotóxicos, por meio da criação da Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida, lançada em 2012. O documentário *O Veneno Está na Mesa*, um dos marcos bem-sucedidos de comunicação da campanha, já foi visto por cerca de cinco milhões de brasileiros.

Como conclui Renata, "o domínio dos cultivos transgênicos ocorreu às custas de desapropriação de terras, degradação ambiental, contaminação ambiental, danos para a saúde, e desrespeito pela lei e os direitos democráticos". Para alcançar tais objetivos que afrontam a própria noção de estado democrático de direito, torna-se evidente a centralidade do domínio do capitalismo sobre o Estado moderno e suas instituições, seja por via da política eleitoral e suas instâncias deliberativas, o Executivo e o Judiciário, seja por meio do enorme poder paralelo formador ou manipulador da opinião pública, a mídia hegemônica. Tudo para garantir a lógica do mercado sobre os direitos coletivos e dos cidadãos, ainda que não se rompa explicitamente com tais direitos. Em nome da democracia fere-se a democracia; em nome do futuro direito ao emprego e a um bem-estar social, criam-se políticas de austeridade que extinguem direitos sociais e de trabalhadores; em nome do crescimento econômico eliminam-se os direitos dos povos que vivem da natureza e a própria proteção ambiental retrocede. Ao mesmo tempo, a mídia hegemônica controlada pelo mercado financeiro, pelas grandes potências e corporações transnacionais aproveitam as idiossincrasias locais e o medo diante do aumento da insegurança e da violência para propagar a própria violência e o fim dos direitos humanos. As tendências ao fascismo e à barbárie que ameaçam o Brasil – e parte do mundo – são contemporâneas dos movimentos xenófobos e

nacionalistas que se unem ao neoultraliberalismo para propalar, de forma articulada à liberdade do mercado e à defesa das famílias, a violência contra mulheres, pobres, comunidade LGBT, negros, quilombolas e indígenas.

Portanto, o desafio é enorme: é preciso reinventar o Estado e a democracia para que novos embates progressistas possam avançar na construção de sociedades mais democráticas. Embora não tenha sido o propósito do livro, talvez essa seja a pergunta mais relevante que permanece candente ao fim da leitura. A própria Renata reconhece que o tema dos OGM é ilustrativo "dos desafios contemporâneos para a mobilização social e reivindicações de direitos contra os imperativos sistêmicos do capitalismo global".

Como reinventar o Estado dentro dos cânones desse modelo de ciência, e como compreender as crises atuais por meio de, como nos ensina o cientista social Boaventura de Sousa Santos, um pensamento alternativo de alternativas? Como aprender com as lições do enfrentamento dos transgênicos e agrotóxicos que fazem parte do modelo do agronegócio em governos recentes de esquerda, para que não repitamos os erros cometidos em futuras experiências?

As respostas parecem ser pinceladas em momentos pontuais do livro. Por exemplo, quando Renata comenta a entrevista com o cientista argentino Andrés Carrasco, um grande ativista já falecido e especializado em biologia molecular e do desenvolvimento que fez várias pesquisas sobre os efeitos do glifosato usado como herbicida pela Monsanto na soja transgênica: "Reconhecendo sua inspiração no pensamento crítico latino-americano de Eduardo Galeano e Aníbal Quijano, Carrasco contextualiza a luta contra a biotecnologia como parte de uma luta continental pela descolonização". Essa talvez seja a grande questão do livro: como descolonizar nosso projeto de sociedade e de modelo de ciência para entender a questão dos transgênicos como um dos elementos de uma crise maior, a crise da civilização moderna, ocidental, eurocêntrica e capitalista?

Uma das pistas fornecida pelo livro, ainda que de forma limitada, refere-se justamente a como mudar os cânones da ciência moderna para que esta possa compreender e interagir com as lutas e transformações sociais mais relevantes de nosso tempo. O papel de cientistas ativistas na luta contra os transgênicos e os agrotóxicos foi e é estratégico, seja no Brasil ou na Argentina, para enfrentar, eventualmente reduzir ou postergar certos efeitos negativos; ou ainda alimentar de esperanças certos sonhos de transformação. Isso fica evidente quando a autora aborda a relação entre os transgênicos e diversos elementos de mobilização social, como os agrotóxicos, a luta pela terra e a reforma agrária pelos camponeses, a destruição da natureza, os efeitos na saúde dos consumidores, entre outros.

O livro é estratégico pois nos ajuda a pensar sobre a complexidade da relação entre Estado, sociedade e movimentos sociais para que possamos aprender a enfrentar os efeitos da agricultura capitalista global. O desafio de fundo reside no fato de que as transformações emancipatórias não poderão ocorrer com a mesma racionalidade e concepções de Estado, democracia, ciência, economia, saúde e natureza que fundamentam a civilização moderna, ocidental, capitalista e colonial sedimentada nos últimos séculos e que instruem nossas formas de pensar. O desafio é como pensar e sentir de forma diferente, mais respeitosa, dialógica e holística para que emerjam novas práticas baseadas em experimentos sociais já em curso, apesar de todos os retrocessos e violências. São experiências que constroem microespaços territoriais e utópicos em que produção, economia, ciência e tecnologia se unem a conhecimentos ancestrais presentes nos saberes, culturas e cosmovisões de camponeses, indígenas, quilombolas e outros. Tais conhecimentos e práticas encontram-se não apenas nos povos dos campos, florestas e águas do Sul Global, mas também nas cidades e interações nas quais proliferam diálogos interculturais legítimos em torno das lutas por dignidade e de uma ciência que opera não para conhecer, dominar e explorar, mas para aprender a aprender, para favorecer o autoconhecimento e o interconhecimento, e para atuar em harmonia com a natureza, as pessoas e os povos. Uma ciência com consciência, como nos dizia Edgar Morin, criativa e co-labor-ativa para que a dignidade da vida seja celebrada com mais plenitude e nos alimente de esperanças num tempo de, ao que tudo indica, desafios e lutas sociais em contextos de barbárie que irão se agravar.

Marcelo Firpo Porto
Pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz

Apresentação

Por meio de uma reconstrução histórica das lutas sociais em torno da adoção dos cultivos transgênicos na agricultura da Argentina e do Brasil, este livro se insere nos debates sobre os seguintes temas: transformações agrárias e resistência social, desigualdades globais no sistema agroalimentar, riscos ambientais e ao consumidor dos produtos geneticamente modificados e políticas de segurança alimentar. Examina-se o tema dos alimentos geneticamente modificados a partir de uma preocupação teórica e normativa com as possibilidades democráticas nas atuais condições do capitalismo global, apresentando conclusões mais gerais sobre política, mobilização social e mudança social emancipatória.

Ao fim, apresenta-se uma lista não exaustiva de cinco premissas a respeito das condições para que a sociedade civil mobilizada possa influenciar o tratamento político das questões que lhe afetam. Tendo em vista que os dados coletados se referem ao período de 1995-2013, considero pertinente, nesta apresentação, fazer uma breve reflexão sobre como o desdobramento dos fatos modifica ou fortalece minhas conclusões anteriores.

A primeira aponta para a democracia participativa, o acesso da sociedade civil às arenas institucionais de tomada de decisão a fim de contrapor-se ao padrão de acordo com o qual as corporações privadas nacionais e internacionais, especialistas e funcionários públicos dominam a política. Os acontecimentos no Brasil demonstraram o poder potencial da participação pública, quando o Congresso Nacional rejeitou a proposta da então presidenta Dilma Rousseff de realizar um referendo para uma reforma política em resposta aos protestos de junho de 2013. Em outubro de 2014, o mesmo órgão legislativo rejeitou um decreto que estabelecia um sistema nacional de participação pública.

O decreto só organizava os órgãos anteriormente existentes; no entanto, assustara os membros do Congresso Nacional. Esses movimentos são indicativos dos temores que as elites dominantes têm do público e de perder privilégios, mas também assinalam que tais privilégios estão sob crítica.

A segunda premissa se refere à independência e pluralidade dos meios de comunicação. Havia incerteza sobre o alcance das reformas conduzidas pelo kirchnerismo e declaradas pela então recém-reeleita presidenta Dilma. Tais reformas não avançaram, sobretudo em razão do fim do kirchnerismo pela via eleitoral, e do governo de Dilma por meio de um *impeachment* com roupagem legal duvidosa e carente de legitimidade social, fruto de uma estratégia de golpe parlamentar midiático-judicial. A mídia brasileira mostrou-se um poderoso ator de oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores.

A terceira premissa favorável à influência social é a divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário. Novamente, os acontecimentos recentes na política brasileira denotam um retrocesso no qual o Poder Legislativo tomou de assalto o Poder Executivo, e o Poder Judiciário testemunhou e carimbou este processo. Paralelamente, grupos do Poder Judiciário lançaram uma cruzada inquisitória sob pretexto de combate à corrupção, porém com vários indícios de seletividade em seus alvos, deixando dúvidas sobre uma perseguição política a fim de influenciar o jogo eleitoral. Essas disputas entre os três poderes colonizaram a agenda política e restringiram as oportunidades de a sociedade civil influenciar os resultados políticos, exigir direitos e insistir no monitoramento e controle dos poderes.

A quarta premissa diz respeito à proteção contra a violência e os processos de criminalização de que os ativistas e os pobres rurais (e urbanos) são vítimas. Segundo dados sobre violência contra defensores dos direitos humanos, como os da organização não governamental internacional Global Witness, e o da Comissão Pastoral da Terra, a violência vem recrudescendo no Brasil e na América Latina como um todo (60% dos assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente em 2017); no Brasil, houve um aumento de 26% nos conflitos no campo e 22% nos assassinatos, entre 2015 e 2016. Os dados são os mais elevados em 32 anos e em 2017 ocorreu o maior número de mortes já registrado para defensores da terra e do meio ambiente, de acordo com a Global Witness. O Brasil ocupa o primeiro lugar, com 57 assassinatos; e o agronegócio é a indústria mais sangrenta.

O quinto fator que permite a mobilização permanente é a proteção contra o clientelismo e a cooptação política. Tendo constatado os efeitos desmobiliza-

dores que as políticas de combate à pobreza dos governos de centro-esquerda tiveram sobre as bases dos movimentos sociais, concluiu-se que, não obstante, as lideranças dos movimentos temiam enfraquecer o governo e dar espaço à oposição, renunciando a suas reivindicações e a estratégias conflituosas, em virtude do medo de se invisibilizarem diante do Estado. Temor este que não era infundado, a se julgar pelas ações dos novos governos nos dois países; o que ficou mais evidente no Brasil, quando o governo interino extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, histórico interlocutor e representante dos pobres rurais no governo federal, entre outras medidas, como cortar o orçamento já limitado das políticas públicas voltadas para esse segmento.

Após a exposição de tais premissas, indaga-se acerca dos possíveis conflitos distributivos em virtude de uma crise no modelo de desenvolvimento: resta saber como a diminuição do crescimento econômico e dos preços das *commodities* afetará a economia política nacional da região; virá à tona a postergada luta de classes uma vez que os governos terão que fazer escolhas políticas entre uma reforma fiscal progressista ou uma redução da despesa social? De fato, ambos países enfrentam baixo crescimento econômico e problemas fiscais; a redução da despesa social está no topo da agenda política, bem como cortes de direitos previdenciários e trabalhistas, ao passo que não se discute uma reforma tributária progressiva.

Ao revisitar essas premissas no momento atual, acredito que esta pesquisa e as análises aqui desenvolvidas mantêm sua atualidade e relevância. O ponto de partida do livro era entender o espaço para a política em um momento em que o espírito da época (*Zeitgeist*) parecia resvalar em sombrios diagnósticos segundo os quais o papel do Estado no capitalismo contemporâneo é o de administrador dos mercados financeiros, em detrimento de garantidor de direitos. Com a crise econômica que se instalou no Brasil juntamente com a crise política, tal diagnóstico ganhou força. Isso corrobora a conclusão geral do livro sobre a necessidade de uma luta política emancipatória, uma vez que, sem mobilização social, o capitalismo global traz consigo ainda mais desigualdades e diminuição de direitos.

O livro está estruturado da seguinte forma. Na Apresentação se expõe o tema, o argumento central, os conceitos principais e os debates com os quais se pretende contribuir. No Capítulo 1 identificam-se as principais teorias e conceitos já utilizados para explicar porque os transgênicos se tornaram tema de disputas sociais e controvérsia. Em seguida, apresentam-se as decisões metodológicas a partir das quais me acerquei do problema de pesquisa, incluindo o desenho da

pesquisa, a seleção dos casos, o período analisado e as fontes de dados. Com o intuito de compreender o papel da mobilização social no processo de adoção dos transgênicos em países relativamente semelhantes (Brasil e Argentina), faço uma análise comparada de suas distintas trajetórias, o que se revela como um desenho de pesquisa bastante promissor para fins exploratórios. Além da comparação entre os dois países, há outra interna a cada caso no que tange a dimensão temporal, a fim de dar conta das mudanças no contexto da economia política e como este afeta as lutas políticas entre proponentes e oponentes dos cultivos transgênicos. Por fim, apresentam-se os distintos tipos de dados utilizados na pesquisa: base de dados oficiais, fontes documentais, literatura secundária e dados primários coletados em entrevistas, em artigos de jornais e na internet. Os principais dados empíricos são formados por entrevistas em profundidade conduzidas com ativistas-chave e organizações de movimentos sociais durante os anos de 2012 e 2013.

Os Capítulos de 2 a 5 formam a parte central do trabalho empírico. Os primeiros dois capítulos reconstroem o caso argentino. No Capítulo 2 apresenta-se o contexto no qual os cultivos transgênicos foram aprovados e introduzidos nos campos argentinos, um momento histórico fortemente marcado pelos ajustes estruturais neoliberais realizados no país. As organizações da sociedade civil tradicionais, como os sindicatos, haviam sido desmobilizadas pelos próprios mecanismos do modelo neoliberal. A revolução transgênica arregimentou servidores públicos, especialistas, elites agrárias e indústria química na construção de um significado público comum para os OGM como promotores do bem-estar da Argentina e de seus cidadãos. Nesse capítulo se inclui a perspectiva dos atores sociais que sofreram as consequências negativas e diretas do avanço da soja transgênica e dos atores que reagiram à biotecnologia. Entretanto, a mobilização social contestando esse significado não teve ressonância no debate público e político mais amplo. O marco foi a crise financeira iniciada em dezembro de 2001, que não apenas mudou o contexto geral para qualquer movimento social no país, mas também serviu como detonador de um ciclo de protestos. As exportações de grãos transgênicos tiveram um papel estratégico na recuperação da crise.

No Capítulo 3 analisa-se o confronto político acerca do regime agroalimentar biotecnológico durante o *kirchnerismo*, e divide-se em duas partes. A primeira parte começa com o novo gabinete presidencial, quando movimentos sociais tiveram de interpretar a estrutura de oportunidades políticas e buscar, sem sucesso, por espaços de influência. Ele termina em 2008, quando um conflito polarizado entre as elites agrárias e o governo tomou conta da

agenda nacional por alguns meses e deixou claro os alinhamentos políticos entre o setor agrário e o governo com respeito à política para organismos geneticamente modificados. O conflito mudou o contexto de ação para os movimentos, já que eles não mais acreditavam na possibilidade de mudanças em nível nacional. A mobilização, entretanto, aumentou, tendo como alvo outras escalas, buscando criar novos espaços políticos no nível local, e também almejando arenas globais e transnacionais. Assim, este capítulo conta a história de como a bio-hegemonia foi mantida, embora também se tornasse crescentemente alvo de mobilização social. De uma revolução transgênica (não tão) silenciosa, como narrada no capítulo anterior, a fase seguinte mostra muito mais *ruído* e *barulho* acerca do modelo agrário, ainda que não tenha tido ressonância no sistema político nacional argentino.

Os Capítulos 4 e 5 se dedicam ao caso brasileiro. No Capítulo 4 descreve-se a construção da controvérsia sobre transgênicos no Brasil. Ao identificar os atores relevantes envolvidos, a história da campanha é contada considerando a entrada de cada ator coletivo, analisando como eles interpretaram a inclusão dos transgênicos em suas lutas e quais recursos trouxeram à campanha. Embora o contexto político e econômico de ajustes neoliberais no Brasil fosse altamente favorável à chegada das novas sementes, a mobilização social encontrou um solo fértil na sociedade civil nos anos 1990 em razão da existência de movimentos organizados entre agricultores familiares, camponeses e ativistas da agroecologia. Outras três razões principais estimularam a disputa acerca da biotecnologia agrícola: a divergência de opiniões entre a comunidade científica, a consolidação do ambientalismo no Brasil, e o fato de que a sociedade civil estava ávida por explorar as novas oportunidades legais e canais institucionais abertos pela democratização. Tais movimentos iniciaram uma controvérsia nacional sobre os transgênicos ao entrar com uma ação na justiça que culminou em uma moratória legal à soja transgênica. Porém, também havia precursores regionais liderados pelo movimento camponês a politizar a tecnologia no sul do Brasil, na fronteira com a Argentina, onde a soja transgênica foi cultivada ilegalmente pela primeira vez. Em 1999, a campanha nacional Por um Brasil Livre de Transgênicos foi lançada oficialmente. A mobilização por parte da sociedade civil foi recebida com uma reação orquestrada pelas empresas de biotecnologia, autoridades estatais e agricultores que queriam a tecnologia nos campos brasileiros.

No Capítulo 5 descreve-se como o Brasil, um caso inicialmente de êxito da mobilização social, foi convertido em um dos líderes na produção dos cultivos transgênicos. Tal mudança começa com momentos cruciais de disputas nas

arenas Executiva e Legislativa para definir o marco legal e, em última instância, a decisão governamental relativa à soja transgênica: o Brasil optaria por ser livre de transgênicos ou se tornaria oficialmente um produtor dos mesmos? Realidade e legalidade raramente correspondiam, levando a uma disputa entre sancionar a ilegalidade ou transformá-la em legalidade. Com a entrada em vigor de uma nova lei em 2005 oficialmente autorizando a soja transgênica e com a aprovação do milho transgênico em 2008, as ambiguidades e dúvidas em torno da posição governamental sobre os OGM ficaram claras. O Brasil rapidamente alcançou os pioneiros da tecnologia. O capítulo conta a história das lutas políticas por trás dessa abrupta transformação, mostrando como o domínio dos OGM nos campos brasileiros permaneceu controverso.

No Capítulo 6 apresentam-se os principais achados por meio de uma comparação sistemática guiada pelas perguntas de pesquisa, descrevendo os diferentes resultados e os caminhos que conduziram até eles; e apresentando os principais fatores explicativos que dão conta dessas diferenças e mudanças nas trajetórias. Abordam-se as perguntas acerca do papel do contexto e das estruturas econômicas que afetam a política dos OGM. Finalmente, resumem-se os achados e sugere-se um modelo explicativo para entender as condições que promovem ou previnem a participação social na definição dos futuros agrários. O Capítulo 7, último e conclusivo, reflete sobre as contribuições empíricas e teóricas realizadas, e responde à questão de como este livro colabora para a compreensão do problema relativo às possibilidades democráticas em tempos do capitalismo contemporâneo.

Este projeto contou com o apoio de muitas pessoas com as quais eu tive o prazer de trabalhar nos últimos oito anos, bem como daqueles que influenciaram minha trajetória intelectual muito antes. O livro tem origem na minha pesquisa de doutorado, portanto eu gostaria de começar agradecendo ao Sérgio Costa, meu orientador, colega e amigo, por ter sido meu principal interlocutor durante este processo. Agradeço Verónica Schild, que tanto me ajudou no processo de escritura do trabalho final.

Ao desiguALdades.net agradeço não só o apoio financeiro para a realização da minha pesquisa, mas sobretudo por me franquear acesso a uma rede incrível de acadêmicos, com os quais convivi durantes os anos de bolsa de doutorado. Essa rede se manteve graças ao trabalho de Marianne Braig, Sérgio Costa, Barbara Göbel, Anna Wickes-Neira, Bettina Schorr, Paul Talcott, Laura Kremmer e Johannes Heeg. Entre os pesquisadores da rede, eu gostaria de agradecer especialmente a Elizabeth Jelin, Juan Pablo Pérez Sáinz, Elisa Reis, Carla Gras,

Lena Lavinas, Rodrigo Rodrigues e Manuel Góngora-Mera com os quais eu tive o privilégio de discutir meus capítulos.

A Freie Universität Berlin me proporcionou o contato com excelentes acadêmicos, amigas e amigos. Com Sabina García, Olga Piperi, Kristin Wintersteen, Verena Schüren, Christof Mauersberg e Marius Haberland compartilhei experiências, pensamentos, vontades e planos. Agradeço também aos colegas do nosso seminário de tese, o *Colloquium* de sociologia. O manuscrito se beneficiou dos debates estimulantes com meus alunos nas disciplinas de graduação e pós-graduação sobre movimentos sociais, economia política e conflitos ambientais nos anos de 2014 e 2015 no Instituto de Estudos Latino-Americanos.

Outras instituições e pessoas foram importantes para esta pesquisa. A equipe da Unidade de Desenvolvimento Agrário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (Cepal), em Santiago (Chile), me recebeu para uma estadia de pesquisa e a Dahlem Research School, o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e Konrad Adenauer Stiftung financiaram bolsas e viagens para participar de conferências. Durante os seis anos de doutorado, eu tive a oportunidade de apresentar partes do manuscrito em várias conferências, cujos participantes me inspiraram e motivaram. Agradeço ao Research Network on Sociology of Risk and Uncertainty da Associação Europeia de Sociologia e o Research Committee on Social Movements and Social Classes da Associação Internacional de Sociologia.

Como mediadores entre o mundo acadêmico e o universo dos movimentos sociais, fui afortunada de ter conhecido Carla Poth no desiguALdades.net. Carla foi a minha porta de entrada para a Argentina. Não somente me providenciou os contatos para todos os ativistas que eu buscava, mas também foi, durante todo esse processo, a minha principal leitora e interlocutora para os capítulos sobre Argentina. Junto com Markus Rauchecker, nós três formamos um grupo de intercâmbio intensivo e construtivo sobre a biotecnologia agrícola na Argentina. Outros colegas argentinos que enriqueceram minhas análises foram Florencia Arancibia, Mauricio Berger e Pablo Lapegna, com os quais hoje tenho o prazer de colaborar. Do lado brasileiro, minha dívida de gratidão vai para Gabriel Fernandes, o qual me apresentou para o universo do ativismo contra os transgênicos. Mais do que isso, o Gabriel era o arquivo vivo da história do tema no Brasil, um leitor atento e crítico do meu trabalho. Uma vez mais, sobre mim recai a responsabilidade pelo resultado final.

Agradeço a Elaini da Silva, Guilherme Leite, Ligia Fabris, Florencia Arancibia, Monaí de Paula Antunes e Manuela Andrade por envidar seus esforços

inestimáveis na edição e revisão do manuscrito. Agradeço à minha família, de Nicolás Carosio e Teresa, pelo apoio, amor e cuidado.

Por último, mas não menos importante, a minha maior gratidão vai para as mulheres e homens ativistas e líderes de movimentos sociais. Eles doaram parte de seu tempo precioso para esta pesquisa, me contando sua história em função de seu compromisso com seus ideais e lutas. Agradeço imensamente aos servidores e colegas de trabalho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que me inspiraram em seu compromisso com a saúde pública e o direto à saúde e a um ambiente sadio. Finalmente, agradeço aos editores e à equipe da Editora Fiocruz, pelo compromisso com a qualidade acadêmica, o interesse coletivo e a democratização do acesso ao conhecimento.

1
Teoria e Pesquisa Acerca das Disputas sobre os Transgênicos*

As Disputas Sociais sobre os Transgênicos: abordagens sociológicas e um argumento teórico para pesquisa

Os cultivos transgênicos estão presentes no mercado há pelo menos vinte anos sem que haja consenso sobre seus benefícios. Reina a divergência no âmbito dos peritos (Bardocz *et al.*, 2012; Séralini *et al.*, 2014), entre parceiros comerciais (Palmer & Emmott, 2012) e no público em geral (*Economist...*, 2010). Nesta revisão literária identificam-se as principais teorias sociais que problematizaram as razões pelas quais os cultivos transgênicos são tópico de disputas públicas e uma questão relevante para a investigação social. O propósito deste capítulo é discutir a pesquisa na área de uma maneira organizada, de acordo com as linhas mais amplas da teoria social.

Cinco abordagens para explicar a disputa social sobre os cultivos transgênicos

A análise está estruturada em cinco seções. Inicia-se com as perspectivas macrossociológicas que contextualizam as disputas relativas à biotecnologia em processos mais amplos de transformação na economia política da alimentação e agricultura. A segunda seção se baseia nos estudos sociais da ciência e tecnologia e aborda as instituições formuladoras de políticas públicas para transgênicos e sua cultura de risco baseadas em certo tipo de conhecimento científico. Na seção seguinte, examinam-se as condições estruturais para o debate público e a participação democrática. Em seguida, nas duas últimas seções apresentam-se

* Parte deste capítulo foi publicada em MOTTA, R. Social disputes over GMOs: an overview. *Sociology Compass*, 8(12): 1.360-1.376, 2014.

explicações baseadas na agência social, identificando-se atores concretos, bem como suas construções simbólicas e estratégias. Uma corrente de pesquisa analisa o papel das corporações na construção de redes com peritos e tomadores de decisão para promover os OGM como uma tecnologia hegemônica. A outra corrente se concentra sobre o outro lado da disputa: a mobilização social contra os transgênicos.

A economia política e a ecologia política da alimentação e agricultura

Em diálogo com a sociologia rural e a sociologia da alimentação e agricultura, estudiosos na tradição da economia política consideram a biotecnologia como um elemento constitutivo da base agrária da economia global em sua formação contemporânea desde o fim do século XX. Enquanto uns listam as culturas transgênicas entre uma série de fatores que constituem a atual formação agrária, outros as definem como tecnologia central da agricultura capitalista. Em ambos os casos, esses autores aderem a explicações estruturais, muitas vezes baseadas em reconstruções históricas da constituição de tal fenômeno, cunhando conceitos como o sistema-mundo alimentar, regime agroalimentar (Friedmann & McMichael, 1989), sistema agroalimentar (Magdoff, Foster & Buttel, 2000) e cadeias globais de *commodities* (Hopkins & Wallerstein, 1986). A unidade de análise é definida por meio de padrões globais de produção e comercialização de produtos agrícolas e alimentícios, caracterizados pela dependência econômica e assimetria de poder entre países, que por sua vez influenciam a capacidade de cada país de definir tais padrões, ou, de outra forma, adaptar-se a eles.

Magdoff, Foster e Buttel (2000) explicam o paradoxo do aumento da produção de alimentos simultaneamente à persistência da fome no mundo, característico do sistema agroalimentar, como resultado da transformação gradual da produção de alimentos em fonte de lucro. Há uma crescente mercantilização da agricultura através da transformação de insumos agrícolas em produtos de mercado, agora sob a forma de produtos biotecnológicos patenteados. A própria natureza se torna o centro da dinâmica capitalista com fins de aumentar a acumulação. Tais explicações confrontam o argumento de Herring (2007) e Paarlberg (2000), que afirmam que os transgênicos são parte da solução para a segurança alimentar global.

Kloppenburg (2004) identifica o papel da biotecnologia nos processos de mercantilização das sementes ao contribuir para superar dois obstáculos – técnico e jurídico – para a penetração do capital no melhoramento de plantas. As barreiras técnicas dizem respeito às barreiras biológicas para transformar as sementes em mercadoria, em razão de sua reprodutibilidade que permite que os agricultores compitam com produtores que detêm os direitos sobre sementes

protegidas legalmente. Com a hibridização, os obtentores aumentam a produtividade das sementes ao mesmo tempo que as tornam estéreis, forçando, portanto, os agricultores a recorrer ao mercado de sementes. A biotecnologia utiliza-se da hibridização e abre novos caminhos tecnológicos para tornar as sementes estéreis. Já as barreiras jurídicas foram removidas por regimes legais que ampliam os direitos de propriedade intelectual sobre o material genético.

Uma maneira diferente de relacionar a biotecnologia à mercantilização pode ser compreendida por meio do conceito de cadeia global de *commodity* (*global commodity chain*).[1] A maioria dos transgênicos no mercado não são destinados para o consumo humano direto, mas para servir de alimentação animal ou processamento industrial de alimentos, formando parte de uma complexa cadeia entre a produção agrícola e a mesa do consumidor. A posição dos países na cadeia afeta como a biotecnologia é percebida e tratada pelos tomadores de decisão e pelo público.

Ainda nessa perspectiva, McMichael (2009) afirma que o sistema-mundo contemporâneo é baseado em um "regime agroalimentar corporativo", caracterizado por regulações neoliberais moldadas aos interesses das corporações, visando a inclusão da agricultura nas dinâmicas do mercado global. Pechlaner e Otero (2008) deixam claro o rol constitutivo da biotecnologia no "regime agroalimentar neoliberal", um rótulo que eles escolheram devido ao papel do globalismo neoliberal na criação das condições adequadas para a difusão da tecnologia. As regras do livre-comércio reforçam os direitos de propriedade intelectual e promovem um sistema de regulação permissivo que limita a proteção ambiental e à saúde a riscos cientificamente demonstrados, com o propósito de evitar barreiras comerciais.

Pechlaner e Otero (2008) argumentam que a biotecnologia agrava as desigualdades de poder entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, pois, enquanto os primeiros têm mais capital para investir em pesquisa e desenvolvimento, adquirir patentes e influenciar regulamentos, os demais não só estão privados dessas possibilidades, como também concentram a pobreza rural no mundo. Ao mesmo tempo, esses autores alegam que as transformações agrárias não seguirão um padrão homogêneo, pois políticas individuais de cada país proporcionam uma margem de manobra suficiente na implementação

[1] Foi cunhado para estudar a mediação entre a oferta de matéria-prima e o consumo final, incluindo o comércio, o processamento, atacado e varejo. Tais conexões ajudaram a esclarecer como o valor é construído, o que pode acontecer em diferentes localizações geográficas, integrando-os em posições assimétricas na divisão global do trabalho da economia mundial (Hopkins & Wallerstein, 1986).

de acordos internacionais. Em vez disso, a trajetória do regime agroalimentar será moldada pela força da resistência local à biotecnologia, particularmente se associada a protestos contra a reestruturação neoliberal da agricultura.

Convocando uma virada ecológica na análise dos regimes agroalimentares, Campbell (2009) defende a necessidade de tornar visíveis os impactos ambientais e na saúde de relações desenraizadas socialmente e espacialmente entre o consumo e a produção de alimentos. Ao lado de sua economia política, considerar a ecologia política de transgênicos chama a atenção para a distribuição assimétrica dos danos ambientais, tais como a perda da biodiversidade, contaminação por pesticidas e desmatamento, que estão concentradas nos nós de produção das cadeias globais de *commodities* (Cáceres, 2015; Otero, 2008; Pengue, 2005).

Cultura científica e política

O regime agroalimentar neoliberal está fundado em um arcabouço regulatório transnacional que unifica diferentes regimes jurídicos sob um denominador comum: as decisões de aprovação de um OGM devem ter como ponto de partida uma avaliação científica dos riscos ambientais e de saúde (Motta, 2015), ou "riscos físicos" (Seifert, 2011). Tal restrição cria obstáculos legais para a aplicação de medidas de precaução, já que muitos pesquisadores em biotecnologia têm laços com empresas e, portanto, carecem de independência para avançar quando há evidências de danos associados à tecnologia (Diels *et al.*, 2011), enfrentando obstáculos para publicar seus achados (Séralini *et al.*, 2014).

Tal imbricação entre ciência, política e economia faz com que a biotecnologia seja um tema exemplar para os estudos da ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Ao traçar conexões da biotecnologia com atores específicos, artefatos, instituições e interesses, estudiosos de CTS tornam visíveis as configurações que favorecem o desenvolvimento da biotecnologia e fortalecem alguns atores ao passo que excluem outros (Van Zwanenberg & Arza, 2013). Wynne (2001) explica como a cultura científica e política dominante promove os transgênicos por meio da construção e manutenção de uma divisão entre cientistas e o público em termos de conhecimento objetivo e fatos, de um lado; e de ética e valores subjetivos, de outro. Rotulados como um problema de *risco*, os transgênicos são transformados em uma questão científica, passível de avaliação objetiva, cujos riscos podem ser confiavelmente conhecidos, gerenciados e controlados. Ao mesmo tempo, o discurso político ignora a imprevisibilidade de possíveis consequências desconhecidas.

O mito disseminado de riscos reais *versus* riscos percebidos tem sido a explicação recorrente para as preocupações públicas sobre tecnologias. No entanto, estudiosos de CTS argumentam que o público está preocupado com uma cultura científica e política que carece de capacidade de autocrítica para reconhecer os limites de suas reivindicações (Wynne, 2001), e por ter tomado como certos os benefícios da tecnologia transgênica (Mayer & Stirling, 2004). Para esses autores, o fracasso do governo em responder às preocupações públicas, ao fiar-se exclusivamente em avaliações de risco, tem deslegitimado esses procedimentos e incentivado a polarização sobre o tema.

Por meio dos estudos acerca das controvérsias públicas sobre os cultivos transgênicos demostra-se que a base científica, longe de resolver os dilemas políticos, é em si mesma propensa a divergências e atritos de valores e pode ser utilizada como arma política entre os oponentes. Os especialistas não somente partem de diferentes pressupostos políticos – variando desde uma política comprometida com os transgênicos à uma política que os rejeita –, como também suas avaliações de risco não correspondem aos modelos científicos, sendo, em vez disso, informadas pelo modo de definição do problema (Bonneuil & Levidow, 2012). As políticas em matéria de transgênicos assumem um viés positivo e estão relacionadas à inovação (Van den Daele, 2007). Por exemplo, o princípio de equivalência substancial tem sido utilizado para descartar a avaliação científica de possíveis riscos, posto que pressupõe a equivalência entre culturas transgênicas e não transgênicas. No entanto, os protestos desafiaram sua base *técnica*, transformando esse princípio em ponto de partida para as avaliações de risco em vez de sua conclusão (Levidow, Murphy & Carr, 2007).

As inquietudes públicas a respeito dos transgênicos também são explicadas por sua natureza ética (Levidow & Carr, 1997). Porém, a divisão criada de conhecimento *versus* ética é enganosa porque a desconfiança do público pode ser resultado tanto de julgamentos éticos quanto intelectuais. Pesquisas de opinião pública, como o Eurobarômetro (Gaskell & Bauer, 2001), contribuíram para consolidar tais divisões arbitrárias. Esses estudos baseiam-se em metodologias que investigam atitudes individuais, ignorando as lições da antropologia e sociologia do risco, as quais destacam que a aceitação de riscos é um processo intrinsecamente social (Beck, 1986; Douglas, 2003; Luhmann, 2008).

Tendo como base a existência de diferentes culturas de risco, Jasanoff (2005) compreende as disputas sociais em matéria de transgênicos como aquelas que envolvem pretensões de validades normativa e cognitiva. Esses embates têm como ponto de partida a ontologia híbrida – ciência, metafísica e ética – da

biotecnologia, gerando incertezas e desafiando a tarefa coletiva de construção de seu significado. Variações nacionais são explicadas por culturas políticas robustas e consistentes, que se refletem nas instituições regulatórias: algumas classificam a biotecnologia como familiar e manejável, ao passo que outras a consideram como nova e arriscada. Em todos os casos, as regulações visam promover a inovação orientada pelas racionalidades científica, burocrática e de mercado, e não por princípios da política democrática. Em suma, a cultura científica e política se baseia em avaliações de risco, que são parte da explicação para a emergência de controvérsias públicas sobre transgênicos, e não de sua solução.

Democracia e debate público

Com a cientifização das políticas e a politização da ciência, há um consenso crescente sobre a necessidade da prestação de contas e responsabilização públicas, do debate e da deliberação críticos sobre escolhas tecnológicas e científicas. Baseando-se em conceitos como o envolvimento público com a ciência, o debate público, a democracia deliberativa e participação pública, estudiosos têm analisado controvérsias relativas aos transgênicos, considerando os debates na mídia (Horst, 2010; Veltri & Suerdem, 2013) e as consultas públicas patrocinadas por governos. (Dąbrowska, 2007; Boy, Kamel & Roqueplo, 2000; Goven, 2003; Magnan, 2006). Essa corrente teórica sobre democracia e esfera pública contrasta significativamente com a pesquisa sobre a opinião pública, uma vez que rejeita o seu individualismo metodológico, as hipóteses de lacuna cognitiva e a teoria do cultivo da mídia (Peters, 2005).

A principal diferença reside em destacar a qualidade eminentemente política dos debates públicos sobre cultivos transgênicos nos quais estão em jogo disputas sobre significados coletivos. A hegemonia do discurso de risco na interpretação do tema tem sido contestada tanto por meio do apelo ao saber contra-hegemônico quanto à noção de direitos. O conhecimento dos camponeses relaciona os transgênicos a questões de qualidade dos alimentos, tipos de agricultura e homogeneização cultural em tempos de globalização (Heller, 2002). Reivindicar direitos implica que, somente ao interpretar os transgênicos como um problema político, poderá a opinião pública contrapor-se aos imperativos sistêmicos do Estado e do capital, que tratam o tema da biotecnologia como matéria de inovação e cálculo de riscos (Anderson, 2004).

Diferentemente das explicações para variações nacionais baseadas em culturas políticas robustas, por meio da pesquisa em debates públicos sobre transgênicos ficou claro que os significados sociais são mais plurais e fragmen-

tados que os discursos políticos e da mídia. Essa ampla corrente de pesquisa tem alguns denominadores comuns. Primeiro, ela mostra o pluralismo na constituição dos significados públicos e, portanto, conclui que o debate público não levará ao consenso. Em segundo lugar, essa constatação não invalida seu papel na legitimação da democracia.

Estudiosos convergem na opinião de que um amplo debate político sobre os OGM não deve ser limitado a tecnocratas e peritos, o que também é almejado pelo público analisado nos estudos de caso. Dessa forma, a afirmação de que tais iniciativas não conseguem diminuir o caráter polêmico do assunto (Gaskell, 2004) ignora que essa pluralidade e a falta de confiança na indústria de alimentos e nas autoridades reguladoras não serão superadas apenas com a participação. Por último, nas pesquisas sobre democracia e esfera pública chama-se atenção para as condições nas quais se realizam as consultas públicas – a saber, sob urgentes pressões políticas e econômicas coligadas na promoção da tecnologia – e para a necessidade de assegurar as possibilidades de um debate racional e crítico periodicamente. As condições estruturais do capitalismo contemporâneo põem em xeque a possibilidade de o debate influenciar as decisões políticas. Entre elas estão as estratégias das corporações para alinhar os interesses políticos, materiais e da mídia em favor dos OGM, como veremos na próxima seção.

Bio-hegemonia: corporações, formuladores de política, elites agrárias e especialistas

Há uma quantidade crescente de pesquisas sobre como os atores corporativos formaram uma coalizão com cientistas e funcionários públicos, a fim de construir um consenso em favor da biotecnologia. Aqui, o foco é em atores sociais, redes sociais e coalizões que promovem cultivos transgênicos: suas estratégias, enquadramentos discursivos e recursos.

Em estudo sobre a Monsanto, empresa líder em biotecnologia, Glover (2010) argumenta que, apesar de a empresa almejar um papel de liderança no desenvolvimento de soluções para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento tecnológico se orientou por considerações técnicas, comerciais e financeiras, o que significou mais uma continuidade do perfil agroquímico da empresa do que uma ruptura tecnológica na direção pretendida. A resistência na Europa, que fechou seus mercados para a tecnologia, forçou as empresas a focar nos mercados dos países em desenvolvimento. No entanto, isso ocorreu por meio, principalmente, de uma transformação no discurso, não no desenvolvimento tecnológico real.

A fim de explicar como o discurso em favor dos pobres e da sustentabilidade veio a ser tão aceito por muitos funcionários públicos, jornalistas, cientistas e comentaristas influentes, Newell (2009) criou o conceito de bio-hegemonia. Perguntando-se como os interesses de um setor dominante que primordialmente se beneficia com a disseminação dos transgênicos passaram a ser considerados o bem comum para a sociedade em geral, Newell argumenta que isso é conseguido mediante um "alinhamento do poder material, institucional e discursivo de uma forma que sustente uma coalização de forças que se beneficiam do modelo predominante do desenvolvimento agrícola" (Newell, 2009: 38).

Na Argentina, o país identificado por Newel (2009) como a representação da bio-hegemonia, Gras e Hernández (2008) estudaram como a conversão aos cultivos transgênicos foi acompanhada por transformações na identidade de agricultor, que passa a ser visto como empreendedor, assim como no significado coletivo associado à agricultura. A chave para a construção de uma boa imagem da agrobiotecnologia está na ênfase concedida ao conhecimento tanto como fator de produção quanto norma ideológica (Hernández, 2007). O novo empreendedor agrário ressignificou sua atividade como parte da sociedade do conhecimento, na qual a agricultura depende de novas capacidades de gestão e conexão em rede. A sua identidade moderna contrasta com a dos proprietários de terra, em um movimento estratégico para competir não apenas por rendas, mas também por poder e legitimidade.

Estudando Uganda à luz do conceito de bio-hegemonia, Schnurr (2013) explica como a escolha de tecnologias transgênicas não se orientou para resolução de problemas enfrentados pelos agricultores ugandeses, mas por uma agenda (comercial) determinada pelos doadores. Essa brecha entre as promessas tecnológicas e as realidades dos agricultores é o resultado de uma combinação de estratégias. Ao cooptar pesquisadores locais por meio do financiamento de pesquisa, empresas os transformaram em intelectuais orgânicos, usando sua credibilidade para promover os OGM. Empresas de biotecnologia influenciaram regulamentações no intuito de estabelecer uma aprovação célere de transgênicos, além de defenderem a harmonização regional na África para promover o livre-comércio. Na dimensão institucional, atores corporativos se aliaram a funcionários públicos, políticos e órgãos estatais por meio do financiamento de pesquisas, acordos de cooperação, financiamento de viagens e organização de reuniões informais nas quais se formavam laços e redes sociais. Por fim, as empresas construíram sua hegemonia discursiva com esforços de comunicação, como revistas especiais entregues a políticos, editores e jornalistas de grandes

empresas de mídia impressa, rádio e televisão, bem como campanhas de mídia nos programas de rádio e televisão que chegaram aos agricultores pobres.

Em suma, a bio-hegemonia na prática envolve a construção de muitas relações sociais que asseguram seu poder material, institucional e discursivo. Longe de ser um privilégio dos países em desenvolvimento, a bio-hegemonia se desenvolve em vários contextos. Contudo, o regime agroalimentar baseado na biotecnologia não é hegemônico ainda, pelo menos não em todos os lugares. Ele está em formação e em disputa, como revela a literatura relativa às mobilizações sociais contra os OGM.

Movimentos sociais e camponeses

Interessados no papel da agência para explicar mudanças no sistema agroalimentar, Schurman e Munro (2010) mostram como um pequeno grupo de críticos tornou-se um movimento social global que impactou negativamente os planos e o destino da indústria biotecnológica. Chamando a atenção para o papel das ideias, Schurman e Munro descrevem como os ativistas desenvolveram uma interpretação crítica da tecnologia e estabeleceram uma identidade coletiva como movimento social. O movimento começou como um grupo com alto grau de profissionalismo, abrangendo cientistas e advogados, contando com estratégias de mobilização de conhecimento especializado contra-hegemônico, *lobby* e ação legal. Entre o conjunto de fatores estruturais, os autores alegam que as cadeias globais de *commodities* criaram novos pontos de pressão sobre os ativistas, que visavam o consumidor final, ou seja, tinham como alvo supermercados e varejistas. Schurman e Munro concluíram que o impacto mais importante do ativismo foi na construção da diferença categórica entre OGM e não OGM, afetando os planos da indústria ao tornar os OGM uma tecnologia politizada e contestada.

Embora as origens históricas do movimento global anti-OGM se encontrem na classe média branca com formação profissional altamente qualificada em ciência e direito, e com boas posições institucionais no campo das ONGs, o movimento só ganhou um ímpeto de massa quando a questão dos cultivos transgênicos foi incorporada na agenda dos movimentos dos pobres rurais (Borras *et al.*, 2008). De fato, outra perspectiva sobre a mobilização social contra os OGM é encontrada no trabalho de estudiosos da área de sociologia rural, mudança agrária, estudos de campesinato e estudos do desenvolvimento.

O corte de classe na mobilização contra os OGM foi ressaltado por Scoones (2008) em seu estudo do Brasil, Índia e África do Sul. Esses países, grandes produtores de transgênicos, caracterizam-se pela existência de pobreza rural e de

uma estrutura rural dualista, formada pelo agronegócio, de um lado, e a agricultura de pequena escala e de subsistência, de outro. Cada lado da controvérsia, alinhado com interesses agrários e políticos específicos, reivindicava representar os interesses materiais dos pequenos proprietários. Scoones questiona se o caráter transnacional e elitista dos ativistas contra os OGM afeta sua legitimidade para falar em nome dos pequenos agricultores. Para esse autor, o movimento anti-OGM representa um novo tipo de legítima expressão política, construída com base em solidariedades transnacionais e objetivos compartilhados – que exigem a abertura do debate –, em um contexto neoliberal que se empenha em fechá-lo. Em particular, o movimento desafia a restrição do debate a questões cognitivas baseadas na ciência convencional e o vincula à política, à ética e aos valores, aos direitos e à justiça.

De fato, os movimentos agrários ampliaram o debate sobre a tecnologia no intuito de incluir os direitos de propriedade intelectual, o controle corporativo, as regras do comércio global de produtos agrários, bem como o futuro da agricultura de pequena escala e da sociedade agrária. Para esses movimentos, os transgênicos são apenas um elemento do sistema agroalimentar contra o qual eles lutam, um item em suas demandas por um modelo agrário alternativo de base, subsumido no marco da "soberania alimentar". Martínez-Torres e Rosset (2010) argumentam que a Via Campesina, o mais proeminente dos movimentos agrários, faz mais uso de estratégias de confronto, tais como manifestações radicais de massa, em vez de tomar o acesso privilegiado como lobistas, embora também se empenhem em exercer influência por meio do *lobby*; ao fazê-lo, centram-se em argumentos políticos e morais e evitam um enquadramento técnico do debate.

Perspectivas críticas em relação à soberania alimentar, no entanto, advertem que, ao rejeitar a biotecnologia, os movimentos sociais e os acadêmicos correm o risco de repetir os mesmos erros das teorias da modernização, invertendo o valor atribuído à tradição e à modernidade (Bernstein, 2014). Heller (2013) analisa o envolvimento do sindicato rural francês Confédération Paysanne em debates técnicos e políticos sobre OGM. Com foco nas questões de risco, os dirigentes sindicais serviram-se de uma racionalidade instrumental, com uma estratégia de *lobby* para influenciar os órgãos políticos. Simultaneamente, a ala de ação direta exigiu um banimento geral de transgênicos, orientada por uma racionalidade solidária cuja preocupação residia nos efeitos culturais e econômicos da nova tecnologia sobre a terra, o trabalho e a qualidade de vida em condições

agrícolas pós-industriais. Houve, portanto, um deslocamento do tema para o domínio do conhecimento camponês, desafiando as fronteiras regulatórias entre argumentos econômicos e éticos, e chamando a atenção para os efeitos sobre os meios de subsistência dos camponeses e comunidades indígenas no Sul global. A racionalidade solidária também tem cada vez mais orientado a preocupação com os riscos, substituindo uma lógica de risco individualista por uma perspectiva humanista sobre os efeitos na saúde pública e no meio ambiente. Kinchy (2012) chega a conclusões semelhantes, argumentando que as preocupações ambientais estão entrelaçadas com uma crítica do poder e da desigualdade no sistema agroalimentar mundial. Essa autora pesquisou como movimentos sociais mobilizaram conhecimento especializado contra-hegemônico e procuraram aberturas para construir modos de produção rural sustentáveis, não químicos e economicamente viáveis. Em tais trabalhos demostra-se que a resistência camponesa não é anticientífica; em vez disso, ela disputa o discurso dominante e a política sobre OGM que dá primazia a um tipo específico de competência científica.

Em lugar de se concentrar nos ativistas, uma abordagem alternativa investiga diretamente as estratégias de subsistência dos pequenos agricultores no campo. Fitting (2011) argumenta que o futuro da biodiversidade do milho depende mais das práticas dos camponeses mexicanos do que da regulação sobre as importações de OGM. O problema é o que Fitting chama de disjunção entre os debates sobre o milho transgênico que ocorrem nas áreas urbanas, nos jornais, na arena política e acadêmica e o que acontece no campo. Em outras palavras, a proibição de cultivos transgênicos no México não é suficiente para aliviar a luta dos camponeses mexicanos para manter seus meios de subsistência no contexto de um regime neoliberal do milho. Da mesma forma, Lapegna (2014) defende uma etnografia global como método para investigar os OGM não apenas como entidades globais, mas também objetos culturais e práticas locais, em contextos políticos e sociais específicos. Lapegna afirma que uma das limitações das abordagens macrossociológicas consiste no pouco esclarecimento sobre as distintas formas como os processos globais são vividos localmente, incluindo variações de resistência e acomodação entre os atores subalternos.

Esse conjunto de pesquisas converge na constatação de que os consumidores e as ONGs ambientalistas conseguiram ampliar o debate, bem como obter resultados como a incorporação do princípio da precaução em alguns regimes regulatórios. Em contraste, os movimentos camponeses mobilizados para deslocar o debate de um enquadramento tecnológico para um debate político

sobre os efeitos de exclusão da política agrária pouco lograram em termos de mudanças nas políticas (Newell, 2008). No entanto, eles continuam mobilizados por seu objetivo de formar um modelo agroalimentar alternativo, com graus variados de sucesso em diferentes países. Seus processos organizativos, formação de redes, construção de identidade, construção de sentido e mobilização também podem ser considerados resultados, na medida em que contribuem para mudanças institucionais e culturais no contexto social mais amplo (Giugni, 1998). De fato, a mera existência do campesinato, uma vez considerado fadado ao desaparecimento, e sua crescente mobilização social constituem desafios não só para os defensores dos cultivos transgênicos, mas também para a teoria social em geral (McMichael, 2008).

Algumas conclusões com base em pesquisas prévias

Como revela a literatura existente, a pesquisa social sobre os transgênicos dispõe de várias abordagens. Cada uma das vertentes de investigação contribui para a compreensão da emergência e dinâmica das lutas sociais sobre os cultivos transgênicos. Uma primeira consideração final é que, embora cada estudioso apresente um foco analítico baseado em suas afiliações teóricas, a maioria dos pesquisadores sobre o tema tende a atribuir a outros fatores um importante papel explicativo.

Autores que aplicam explicações estruturais da economia política também destacam o papel da ciência na legitimação do atual regime agroalimentar, ao mesmo tempo que chegam à conclusão de que as estruturas podem ser desafiadas e suas trajetórias transformadas. É mais provável que isso aconteça quando houver uma aliança entre as lutas contra a biotecnologia e aquelas contra as reformas neoliberais na agricultura. Acadêmicos que estudam a construção social de uma cultura de políticas públicas baseada no discurso científico lembram que as instituições dominantes que visam legitimar a biotecnologia não podem fugir às preocupações e demandas públicas por prestação de contas e participação social. Todos concordam que os atores sociais, com capacidades e poder desiguais, moldam esses macrofenômenos, os quais resultam de disputas sociais: por um lado, o *lobby* corporativo, os especialistas e os formuladores de política que o promovem; e, por outro, a resistência dos movimentos sociais.

Na mesma linha, os estudos sobre estratégias corporativas chamam atenção para as condições assimétricas estruturais entre os países. Os estudiosos de mo-

vimentos sociais enfatizam as condições estruturais para a mobilização social, com a ressalva de que as estruturas são interpretadas e mobilizadas pelos movimentos sociais em termos de limitações ou oportunidades para suas estratégias (Gamson & Meyer, 1996). Entre essas estratégias, os movimentos têm alvejado o capital global e mobilizado conhecimentos científicos para desafiar a cultura científica e política dominante. Em suma, há um consenso crescente sobre os fatores relevantes e sobre a tensão dialética entre eles.

Uma segunda conclusão diz respeito aos múltiplos níveis de análise. A compreensão da biotecnologia em uma perspectiva sociológica deve partir da dimensão global do apoio material e cultural que vem promovendo a tecnologia nas últimas três décadas. Por um lado, transformações globais na economia agrária incluem a mercantilização de sementes, em cujo âmbito a biotecnologia é a última tendência. Os instrumentos jurídicos internacionais constroem uma cultura política baseada na ciência e no risco como critérios para a tomada de decisões. Por outro lado, não basta manter-se num nível global de análise, uma vez que os Estados nacionais desempenham um papel fundamental nos desenvolvimentos internacionais. Há espaço – assimetricamente distribuído – para autonomia na forma como cada Estado individualmente negocia e interpreta tais tendências globais na definição do papel da biotecnologia em suas estratégias de desenvolvimento.

Passando-se para o nível nacional de análise, faz-se necessário iluminar a inserção de mercados, ciência e política em contextos específicos com trajetórias singulares. Os países estão posicionados de maneira diferente no mercado agrário global, além de apresentarem culturas e práticas democráticas próprias. Os processos nacionais de deliberação pública e de mobilização social têm desafiado a legitimidade das dinâmicas globais de mercado e do discurso científico como determinantes das políticas nacionais em relação aos transgênicos, com resultados variados. Ao mesmo tempo, os efeitos sociais e ambientais da expansão global da biotecnologia concentram-se principalmente em nível local, nas comunidades rurais e suburbanas que rodeiam os campos de cultivos transgênicos. Esse nível deu origem tanto ao surgimento de movimentos de base contra os transgênicos quanto à adaptação das comunidades aos efeitos do regime agroalimentar corporativo. Finalmente, por todas essas razões, é necessário não tratar os estudos de caso nacionais como unidades de análise independentes, observando como os eventos em um lugar afetam os outros e, também, situando os países em um sistema agroalimentar mundial assimétrico.

Uma terceira conclusão, com base nas pesquisas analisadas, é que as disputas sociais relacionadas aos OGM continuarão controversas, pois não há uma explicação ou solução unívocas para tais embates, uma vez que se tratam de avaliações políticas. As controvérsias variam de acordo com as posições dos países no sistema agroalimentar mundial e com as culturas políticas que conferem sentido à nova tecnologia. Dentro das fronteiras nacionais, convergiu-se na constatação de que nem o conhecimento especialista nem os exercícios participativos contribuíram para diminuir a controvérsia. Entre as razões estão a fragmentação e a pluralidade do público, bem como a desconfiança da cultura política e científica que não reconhecem os limites de suas reivindicações ao promover os OGM. Enquanto as corporações de biotecnologia e suas redes tentam fechar o debate e construir um significado público hegemônico para os transgênicos que reflete seus interesses materiais, os movimentos sociais lutam para ampliar o alcance do debate além das fronteiras regulatórias. Movimentos e estudiosos clamam pela necessidade de uma definição democrática de desenvolvimento tecnológico e futuros agrários. Em suma, parece que os OGM continuarão a ser um tema de atenção pública e acadêmica no futuro, uma vez que opiniões divergentes sobre modelos agrários disputam a solução para questões urgentes da agenda global, como a segurança alimentar e as mudanças climáticas.

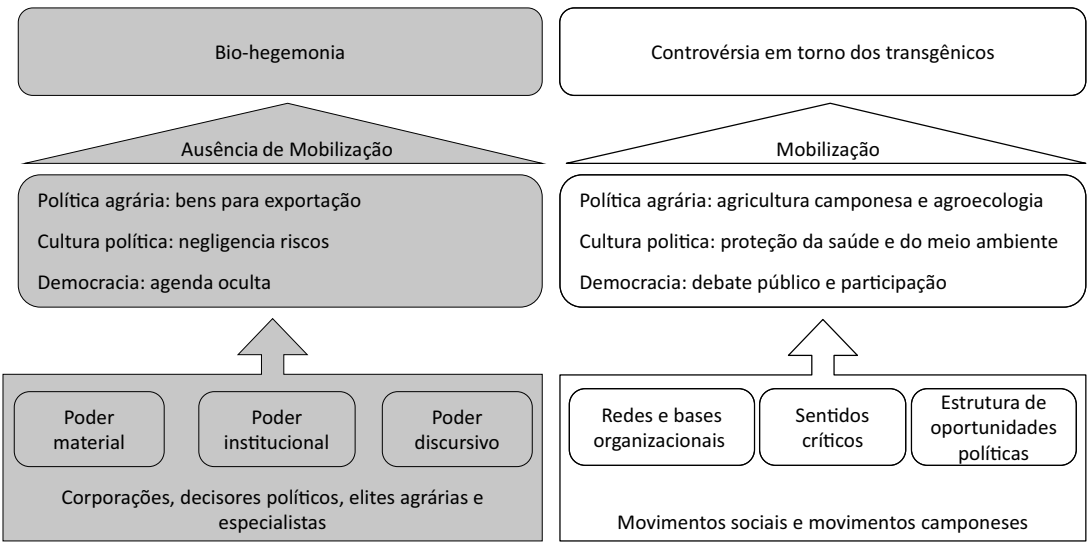
Um caminho teórico para a pesquisa

Este livro combina uma análise macrossociológica – tanto material e simbólica, isto é, da economia política e da ecologia, da cultura científica e das condições democráticas – com uma análise centrada no ator e nos níveis meso e microssociológicos. Esses fatores analíticos são interpretados de acordo com sua contribuição para diferentes trajetórias e resultados das disputas sociais sobre cultivos transgênicos. Em um extremo do espectro, há a construção de um regime agroalimentar neoliberal hegemônico baseado na agrobiotecnologia e controlado por corporações, em suma, um regime agroalimentar biotecnológico[2] em uma posição de bio-hegemonia. Por outro lado, há a construção dos transgênicos como um problema político, assunto de debate público, tomada

[2] De uma perspectiva nativa, parece inadequado usar a categoria analítica regime alimentar, que seria a tradução literal do inglês *food regime*. Por isso também preferi traduzi-lo como regime agroalimentar. Como ficará claro nos seguintes capítulos, uma das principais críticas dos ativistas é que este regime não é sobre a produção de alimentos, mas de *commodities*. Quando usam a palavra alimento, o significado almejado pelos ativistas representa uma alternativa para este processo de mercantilização; eles o consideram como a produção de algo que alimenta e é sagrado, não cedendo à lógica do mercado global que está sendo aplicada às mercadorias.

de decisão democrática e alvo de mobilização social, ou seja, uma controvérsia sobre os OGM. De forma ideal típica, cada um desses resultados corresponderia a uma expressão particular dos fatores analíticos (Figura 1).

Figura 1 – Trajetórias e mecanismos que levam à bio-hegemonia e à controvérsia em torno dos transgênicos



A bio-hegemonia implica que a economia política da alimentação e da agricultura em um dado país é caracterizada por um Estado que difunde a adoção de cultivos biotecnológicos na produção de bens primários agrícolas para exportação, alta presença de corporações transnacionais, agricultura em larga escala, incorporação de regulações internacionais neoliberais de livre-comércio e forte integração dos mercados agrários em cadeias globais de *commodities*. Os impactos socioambientais – como a concentração de terra, os confrontos pela terra e danos à saúde e ao meio ambiente – dessas transformações agrárias são externalizados e tornados invisíveis. Em contrapartida, em uma situação de controvérsia sobre os OGM, modelos agrários alternativos competem por atenção pública e apoio político. O Estado promove políticas agrárias voltadas para o mercado interno de alimentos, incluindo o apoio à agroecologia, a utilização de sementes não comerciais e políticas especiais para a reforma agrária e a proteção dos direitos à terra.

Em um regime agroalimentar biotecnológico hegemônico, a cultura política institucional negligencia a existência de riscos associados à biotecnologia e os cientistas atuam como promotores de OGM. Essa cultura política baseia-se na distinção entre especialistas e leigos, ao mesmo tempo que contorna todas as críticas ao seu monopólio do conhecimento, rejeita as exigências de prestação de contas e participação pública. Portanto, ela funciona como um mecanismo para evitar o debate público, enquadrando discursivamente os OGM como uma questão tecnocrática. Por outro lado, em uma situação de controvérsia, em que há espaço para dissidência científica e pluralidade de pontos de vista sobre os OGM, existe espaço para uma cultura científica que assegure o incentivo à pesquisa contínua para avaliação dos impactos ambientais e de saúde dos OGM e os cientistas sentem o peso da responsabilidade pública e do seu papel na democracia.

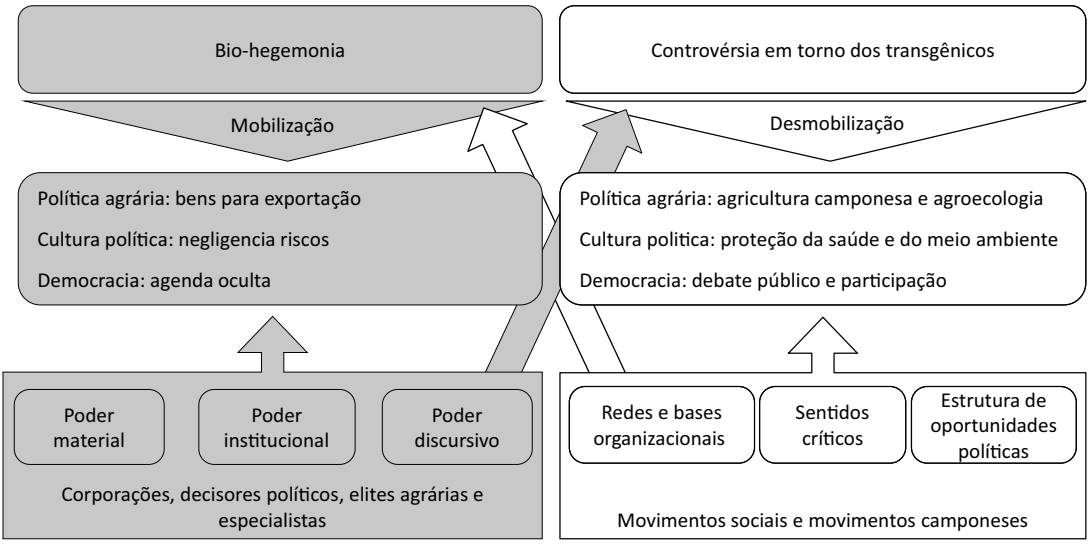
Em situações bio-hegemônicas, os OGM e as políticas que os sustentam não estão abertos ao debate público e à participação democrática, mas sim isolados nas mãos dos órgãos estatais comprometidos com o regime agroalimentar biotecnológico neoliberal. Suas decisões políticas aparecem como o caminho inexorável de modernização e inovação agrária. A controvérsia existe quando essas políticas são objetos de tomada de decisão democrática, para os quais o desenvolvimento agrário e a adoção da tecnologia são tratados como futuros abertos dependentes das decisões políticas atuais, contando, portanto, com a participação da sociedade civil. Isso pressupõe que sejam dadas condições estruturais para o debate público e a democracia deliberativa, isto é, que tais processos sejam protegidos de pressões políticas e econômicas urgentes para aprovação da tecnologia e da influência do poder político e material. Nesse caso, as decisões e opiniões públicas resultantes adquirem legitimidade democrática.

Redes de corporações, formuladores de políticas, elites agrárias e especialistas são os principais agentes por trás da constituição da bio-hegemonia. Mobilizam poder material, institucional e discursivo não só para garantir que os mais dotados de recursos vejam suas posições prevalecerem, mas também para construir um consenso de que seus interesses na promoção de OGM refletem os interesses gerais da sociedade. Esses agentes podem ter êxito na construção de uma ordem simbólica que dê legitimidade ao seu domínio material, porém não se trata de legitimação democrática. Ao contrário, esses atores evitarão processos democráticos e transparência, e farão todos os esforços para impedir a construção de uma controvérsia sobre os OGM. As reações à mobilização social podem incluir tentativas de suprimir ou silenciar disputas por meio de estratégias de aumento do

poder material, institucional e discursivo no intuito de obter o apoio de políticos recalcitrantes no Legislativo e silenciar os órgãos governamentais de oposição e cientistas dissidentes. As estratégias dirigidas à sociedade civil incluem a criminalização dos movimentos sociais, a violência contra os ativistas e o silêncio dos meios de comunicação sobre suas reivindicações e protestos.

Os movimentos sociais e os pobres rurais são os principais atores sociais a contestar as transformações agrárias que conduzem à bio-hegemonia e ao debate sobre a questão dos transgênicos. O mecanismo decisivo para a construção e sustentação de uma controvérsia é a mobilização social, em particular quando se traduz no lançamento de uma campanha, na construção de uma coalizão entre diferentes movimentos e organizações sociais, na construção de pontes entre zonas urbanas e rurais, e na construção de identidades coletivas e sujeitos políticos para reivindicação de direitos. A mobilização social depende de bases e redes organizacionais, da interpretação crítica dos significados dos transgênicos e da estrutura de oportunidades políticas. Estes são tipos ideais de resultados e caminhos. Os mesmos atores que criam uma controvérsia podem, assim, minar a bio-hegemonia, assim como os atores que apoiam esta última podem agir para desmobilizar os movimentos sociais e fechar uma controvérsia, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Mudanças nos mecanismos que levam à bio-hegemonia e à controvérsia em torno dos transgênicos



Finalmente, a economia política da alimentação e da agricultura também influencia o contexto de mobilização social. É necessário, portanto, entender a estrutura das oportunidades políticas como parte das estruturas do capitalismo global, a fim de identificar como ele contribui para um resultado de bio-hegemonia ou de controvérsia sobre os OGM. Investigar essa relação tem quatro implicações teóricas. Em primeiro lugar, os países não podem ser comparados sem ter em conta a sua posição assimétrica nos mercados agrários mundiais. Em segundo lugar, levando em consideração as conexões entre produção e consumo, os resultados das campanhas dos movimentos sociais em um país podem afetar a política para os transgênicos e a mobilização social em outro país. Em terceiro lugar, a concentração de efeitos socioambientais nos nós da cadeia de produção implica que o nível local de ação política seja especialmente relevante para contestar a bio-hegemonia ou acomodar-se a ela. No entanto, o quarto argumento é que soluções duradouras para problemas locais podem estar condicionadas a decisões tomadas nacionalmente por países estrangeiros ou no nível global. Esse ponto nos leva de volta à primeira afirmação: as estruturas de oportunidades políticas em países especializados no nó produtivo das cadeias globais de *commodities* apresentam restrições adicionais para que os movimentos sociais consigam atingir seus objetivos.

Essa complexa abordagem teórica incorpora lições de pesquisas anteriores em um argumento coerente que relaciona todos os fatores explicativos, incluindo sua contribuição específica para a construção de OGM como um problema político ou como representativo do interesse da sociedade em geral. Como o mecanismo principal que explica as diferenças nos resultados é a mobilização – e a falta dela, ou até mesmo, a desmobilização –, os fatores relevantes que explicam esses processos serão descritos abaixo e organizados em um marco analítico.

Marco analítico

A pesquisa sobre a mobilização social contra os transgênicos pode ser classificada de acordo com as seguintes categorias: 1) quem são os ativistas (suas bases sociais e organizacionais e suas identidades coletivas); 2) como os movimentos agem (suas estratégias ou repertórios de ação); 3) quais significados eles associam aos transgênicos (os problemas identificados e os enquadramentos discursivos); 4) quais são os resultados; e 5) quais são as estruturas de oportunidades e as ameaças que enfrentam.

A primeira categoria aborda quem são os ativistas por meio da identificação das redes sociais e bases organizacionais, observando quem forma sua base, a

profissionalização e as alianças entre zonas urbanas e rurais. É interessante analisar se os ativistas constroem identidades coletivas e se elas são de classe, de gênero ou culturais. Entre os pobres rurais, alguns se distinguem pela construção da identidade em relação ao seu trabalho simbólico como camponeses e camponeses indígenas. Essa identidade coletiva é construída em conexão com suas terras e no modo como se relacionam culturalmente com elas (Escobar, 2001).

Entre os pobres rurais, há também diferenças de gênero, já que os efeitos e as reações às transformações agrárias são muitas vezes generificados (Doss, Summerfield & Tsikata, 2014). Embora as mulheres tenham sido muito ativas nos movimentos sociais agrários, a pesquisa acadêmica sobre a luta contra os OGM ainda carece de uma perspectiva de gênero. Meu trabalho de campo e minhas entrevistas mostraram que uma das mobilizações mais fortes ocorreu quando as mulheres trouxeram para a esfera pública a ameaça que sentiam como mães, cuidadoras e por serem tradicionalmente responsáveis pelo bem-estar da família. Elas alegavam que o agronegócio estava afetando gravemente a saúde dos membros da família porque o número de abortos e malformações aumentou em áreas cercadas por campos de soja GM. A identidade de gênero como mães foi mobilizada como uma identidade política para combater o modelo agrário. Como característica comum aos movimentos de outras mulheres (Jelin, 1990), sua identidade como mães envolveu uma dimensão ética que apela para valores fundamentais (o direito a uma vida digna), bem como uma demanda não por poder político, mas por autonomia na condução de suas vidas, isto é, sem a interferência dos sistemas político e econômico.

Uma segunda categoria relaciona-se com a forma de contestar os transgênicos, incluindo as suas estratégias ou repertórios de ação: uso de conhecimento contra-hegemônico (Arancibia, 2013; Kinchy, 2010); de meios mais institucionais como *lobbying*, ações judiciais (Bissoli, 2013) e alianças com partidos; e a mobilização em massa e ação direta, incluindo o uso de meios disruptivos e violência. Entre os pobres rurais, os estudiosos distinguem entre "política camponesa cotidiana" e "política de pressão" (*advocacy politics*) (Kerkvliet, 2009), a última é um tipo de ação coletiva que assume a forma de movimento social, enquanto a primeira é melhor caracterizada como "resistência", no sentido que James Scott (1987) denominou "as armas dos fracos". Apesar de não ser intencionalmente uma ação estratégica, como muitas vezes se revela nas pesquisas sobre movimentos sociais, a agência de milhares de camponeses que resistem aos despejos forçados, mantêm práticas de reserva e troca de sementes e

praticam outro tipo de agricultura, resistindo à expansão do regime agroalimentar corporativo, representa uma posição contra-hegemônica à expansão do regime agroalimentar corporativo. Ao pesquisar as condições para a construção da hegemonia, também é relevante identificar quando os camponeses se acomodam ao regime agroalimentar dominante.

Uma terceira categoria diz respeito aos significados que os ativistas associam aos OGM, quais questões eles levantam, como eles o enquadram discursivamente e quais são as atividades interpretativas. Num contexto de regulamentos neoliberais que encerram a decisão política e o debate, promovendo assim uma cultura política de peritos, é interessante analisar como os ativistas se envolvem em debates tecnocientíficos e, além disso, se eles desafiam o debate restrito a questões de risco e ancorado na ciência convencional e, em vez disso, ampliam a discussão trazendo a política, a ética e os valores, os direitos e a justiça.

A análise dos enquadramentos discursivos tem como referência as pesquisas e as categorias desenvolvidas por Snow e colaboradores (Benford & Snow, 2000; Snow & Benford, 1988, 1992; Snow *et al.*, 1986), tais como as funções básicas dos enquadramentos (diagnóstico, prognóstico e motivação); ressonância ou potência em razão da credibilidade (consistência, credibilidade empírica, credibilidade dos emissores) e saliência para o público-alvo (comensurabilidade na experiência, centralidade, fidelidade narrativa); e processos de alinhamento entre enquadramentos (criação de conexões, amplificação, extensão e transformação de sentidos). A análise também se baseia no trabalho de Gamson (1992) sobre enquadramentos de ação coletiva (*collective action frames*), especificamente na identificação de seus três elementos: o componente de injustiça, o componente de adversidade e o componente de agência.

A quarta categoria se refere aos tipos de resultados alcançados pelos movimentos: se a tecnologia se tornou um tema da atenção pública e de significados controversos, atingindo as agendas pública e política; se os ativistas influenciaram as decisões políticas; e se alteraram o comportamento dos agentes econômicos relativos aos OGM. No entanto, de uma forma mais geral, é relevante identificar se os ativistas conseguiram desafiar o regime agroalimentar biotecnológico através de sua mobilização, como dito anteriormente, uma vez que a mera existência de contestação pode prejudicar as estratégias de construção de consenso e hegemonia sobre os OGM.

A quinta categoria trata da estrutura de oportunidades e ameaças, incluindo as reações de autoridades e opositores. O conceito de estrutura

de oportunidade política refere-se aos fatores responsáveis pelas chances de sucesso da mobilização social na consecução de seus objetivos desejados, que são: a abertura de acesso para a participação de novos atores; o realinhamento no sistema político; a disponibilidade de aliados influentes; e a emergência de ruptura entre as elites (Tarrow, 2011). Existem novos conceitos que expandem o conceito original, particularmente o de "oportunidades discursivas" (Bröer & Duyvendak, 2009; Ferree *et al.*, 2002; Koopmans, 2005) e o de "oportunidades legais" (McCann, 2006). A própria mobilização pode gerar oportunidades e formar ciclos de protesto quando campanhas e coalizões são formadas, repertórios de ação e significados disseminados e as oportunidades de mobilização se generalizam.

Define-se ameaça como os riscos ou custos de mobilização ou de sua ausência (Tarrow, 2011). Uma importante fonte de ameaças são as reações das autoridades e dos opositores, que podem agir para controlar ou suprimir a dissidência de maneira direta através de coerção, ou de maneira indireta ao desencorajar ações aumentando os custos de organização e mobilização, por exemplo, criando obstáculos financeiros, administrativos e legais. Uma proposição central para o estudo do confronto político (McAdam, Tarrow & Tilly, 2001) versa sobre o uso desses conceitos de uma maneira relacional, identificando mecanismos de mobilização e desmobilização. O primeiro inclui a construção de campanhas e formação de coalizões, e o segundo pode ocorrer quando há repressão, controle de dissidência, facilitação (quando algumas reivindicações estão satisfeitas e contendores recuam), exaustão, radicalização e institucionalização. As categorias e subcategorias analíticas para a mobilização social estão resumidas no Quadro 1.

Quadro 1 – Marco analítico para as mobilizações sociais relativas a OGM

Categorias	Subcategorias
Redes sociais e bases organizacionais	Bases populares
	Profissionalização nas ONGs
	Alianças rural-urbana
	Caráter de classe
	Gênero
Repertório de ações	Uso de ação direta disruptiva
	Lobbying
	Mobilização jurídica
	Mobilização de conhecimento perito
	Resistência ou acomodação
Significados e enquadramentos	Funções básicas dos enquadramentos
	Ressonância ou potência
	Processos de alinhamento
Categorias	Subcategorias
Conquistas ou resultados	Atenção para o tema e entrada na agenda política
	Mudança na política
	Mudança de comportamento entre os atores econômicos
	Mobilização social
Estrutura de oportunidades e ameaças	Acesso à arena de formulação de políticas
	Realinhamentos políticos
	Aliados influentes
	Ruptura entre elites
	Oportunidades discursivas
	Oportunidades legais
	Existência de campanhas e coalizões
	Repressão e controle, facilitação, exaustão, radicalização e institucionalização
Economia política agroalimentar	Influência do poder dos exportadores de *commodities* no processo político nacional
	Posição dos países em cadeias globais de *commodities* (CCGs, ou GCC, sigla em inglês para *Global Commodity Chains*)

Os fatores descritos que afetam a estrutura de oportunidades e ameaças restringem o contexto das ações dos movimentos para o processo político (nacional); no entanto, estudiosos há muito enfatizam que a estrutura de oportunidades para a ação de movimentos sociais não é determinada unicamente por fatores nacionais, mas também por processos políticos, econômicos e culturais que ocorrem no contexto global (Della Porta, Kriesi & Rucht, 1999). Tópicos comuns de análise têm sido as articulações entre o ativismo transnacional, nacional e local e a difusão e co-construção de enquadramentos, estratégias e repertórios de ações. Este estudo analisará os processos políticos nacionais situados em sistemas agroalimentares mundiais, identificando a economia política dos países de acordo com suas posições nas cadeias globais de *commodities*, considerando também os impactos nos níveis subnacional e local.

Comparando Trajetórias no Tempo

Este livro se baseia em tradições de métodos que realizam comparações qualitativas macroanalíticas (Mill, 1843; Przeworski & Teune, 1970; Skocpol, 1976; Skocpol & Somers, 1980; Rihoux & Ragin, 2009; Berg-Schlosser & De Meur, 2009), adotando um desenho de pesquisa "sistemas mais similares com resultados diferentes" (*most similar different outcomes*, MSDO). Tal escolha tem as seguintes implicações: em primeiro lugar, trata-se de uma abordagem orientada para o caso (e não orientada para as variáveis), uma vez que visa compreender e explicar apenas os casos considerados, o que requer conhecimento aprofundado da complexidade e particularidade de cada caso. Em segundo lugar, envolve um método específico, isto é, a comparação de semelhanças e diferenças, ainda que a pesquisa não se limite à descrição dos casos. Assim, a terceira implicação do método é o procedimento analítico que tem como finalidade identificar instâncias relevantes para explicar a variação dos fenômenos. Tal identificação está composta de etapas dedutivas e indutivas. Há uma dedução na seleção de condições que é guiada pela teoria, porém o processo de contrastar os casos baseia-se no conhecimento do caso e envolve ir e vir entre teoria e evidência empírica. A teoria serve como um bom ponto de partida para se ampliar o marco analítico em busca de condições relevantes. O processo de obter explicações para as diferenças nos resultados é bastante indutivo.

Ainda assim, os achados gerais são válidos para condições específicas de espaço e tempo, o que significa que os resultados da pesquisa só têm validade interna. No entanto, esses achados podem orientar pesquisas futuras que expan-

dam o universo dos casos. Uma ressalva a ser feita é que a opção por desenho de pesquisa comparada não significa que se restrinja o processo indutivo à busca de explicações endógenas para cada caso, já que processos que ocorrem além das fronteiras nacionais serão abordados nos múltiplos níveis de análise.

Seleção de caso

A escolha dos países foi orientada teoricamente para o fornecimento de instâncias contrastantes do objeto de estudo. Considerando os principais produtores de OGM (ver Quadro 2)[3] como o universo dos casos possíveis, a comparação se mostrou uma escolha razoável para abordar o problema da pesquisa. O próximo passo foi escolher dois casos que se distinguissem na construção de OGM como um problema político e controverso (um resultado positivo), e em sua adoção hegemônica (um resultado negativo). O mecanismo definidor que leva à controvérsia é a mobilização social. Dentre os países listados, Argentina e Brasil oferecem a melhor combinação, já que são relativamente os mais similares em muitos aspectos, inclusive em termos de posições como produtores de transgênicos e dos tipos de transgênicos autorizados para cultivo, ao mesmo tempo que divergem significativamente na trajetória que os levou a essa posição.

Quadro 2 – Áreas globais de lavouras transgênicas em 2015 por país (milhões de hectares)

Posição	País	Área (milhões de hectares)	Lavouras transgênicas
1	Estados Unidos	70,9	Milho, soja, algodão, canola, abóbora, mamão, alfafa, beterraba açúcar
2	Brasil	44,2	Soja, milho, algodão
3	Argentina	24, 5	Soja, milho, algodão

[3] A fonte desses números é altamente problemática. James é o fundador do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas (ISAAA, sigla em inglês para International Service for the Acquisition of Agro-biotech Applications), que tem fortes interesses em inflar os números. A indústria de biotecnologia recorrentemente usa o argumento de que a ampla adoção de culturas GM prova seus benefícios para os agricultores. Em segundo lugar, há objeções a seus dados: o cálculo é feito com base na área de cultura por tipo de modificação genética, de modo que uma cultura com genes empilhados é multiplicada pelas características que contém (The Africa Centre for Biosafety, 2013). No entanto, são os dados mais citados, o que não surpreende, tendo em vista suas bem-sucedidas relações públicas.

Quadro 2 – Áreas globais de lavouras transgênicas em 2015 por país (milhões de hectares) (cont.)

Posição	País	Área (milhões de hectares)	Lavouras transgênicas
4	Índia	11,6	Algodão
5	Canadá	11,0	Canola, milhos, soja e beterraba-sacarina
6	China	3,6	Algodão, mamão, álamo
7	Paraguai	3,6	Soja, milho, algodão
8	Paquistão	2,9	Algodão
9	África do Sul	2,3	Milho, soja, algodão
10	Uruguai	1,4	Soja, milho

Fonte: adaptado de James, 2016.

O Brasil é um caso de controvérsia, pelo menos em sua trajetória inicial, em virtude da existência de mobilização social sobre cultivos transgênicos,[4] tendo havido reivindicações políticas, protestos e divergências entre especialistas que ameaçaram os interesses da coalizão pró-OGM. Houve um claro dissenso sobre a questão, com variados tipos de atores tendo algo a opinar, e na mídia os transgênicos foram tratados como problema de caráter político. Consequentemente, os atores dessa disputa consideraram a política em geral e a política pública para as plantações GM como abertas e em construção, o que é evidenciado nas várias decisões políticas, debates parlamentares, decisões legislativas e decisões judiciais. Na Argentina revela-se um resultado contrastante de bio-hegemonia[5] em que os OGM aparecem como incontroversos, unilaterais, com o significado público dominante refletindo os interesses das empresas agrobiotecnológicas, do agronegócio, dos especialistas e formuladores de políticas. Os poucos protestos e reivindicações contestatórias não foram visíveis na esfera pública, onde a política pró-biotecnologia parecia inconteste, e reinava a certeza científica sobre

[4] O universo de casos positivos seria Brasil, Índia e África do Sul (Schurman & Munro, 2010). Recentemente, a mobilização está aumentando nos Estados Unidos, Uruguai e Paraguai.

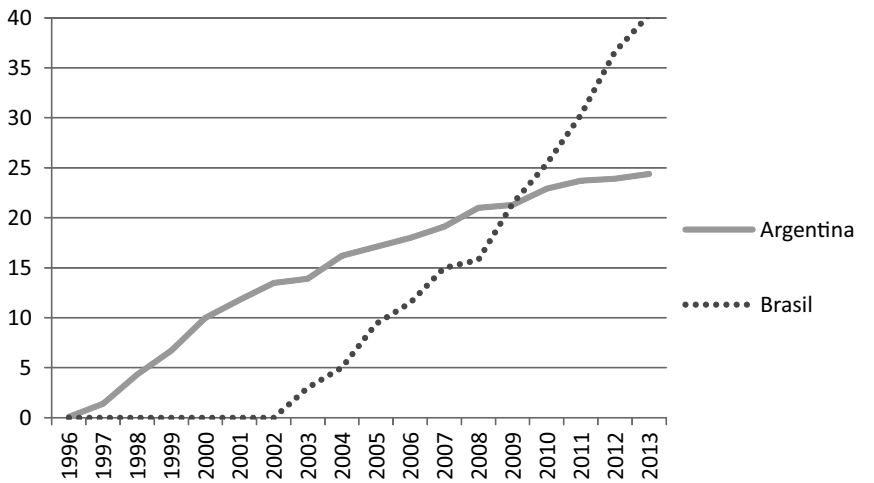
[5] Outros casos negativos seriam os Estados Unidos e o Canadá, nos quais a resistência nunca ameaçou os interesses da coalizão pró-OGM (Pechlaner & Otero 2008; Schurman & Munro, 2010). Na China, a política estatal sobre OGM não está alinhada com os interesses das grandes empresas de biotecnologia, mas o papel das disputas sociais foi menos decisivo do que a autonomia estatal (Newell, 2006). O tamanho do Uruguai e do Paraguai e a forte influência do agronegócio argentino e brasileiro nesses países (Fassi, 2009) dificultariam a comparação com os países maiores. Não há muita pesquisa sobre o Paquistão que poderia ser um caso interessante de comparação com a Índia.

os benefícios e os riscos eram considerados inexistentes. A posição dos atores pró-transgênicos e seu discurso sobre os benefícios econômicos das culturas GM prevaleceu, incluindo os tropos de inovação, competitividade e economia do conhecimento.

Essas diferentes trajetórias se refletem, em certa medida, na taxa de adoção de culturas GM. A Argentina faz parte do grupo dos seis "países produtores de biotecnologia fundadores" (James, 2016) que adotaram simultaneamente culturas GM em 1996; até 1995, foi o país da América Latina com maior número de experimentos de campo, ao passo que não houve ensaios no Brasil (James & Krattiger, 1996). A adoção argentina foi progressiva e linear; em 1999, a soja tinha cruzado o limiar de 70% da produção, o que aconteceu dez anos depois no Brasil, em 2009.

A soja transgênica domina a produção de soja na Argentina desde 2001. De acordo com dados da indústria biotecnológica (James, 2016), praticamente toda a área plantada de soja (100%), milho (94%) e algodão (99%) foi convertida à nova tecnologia na Argentina. O Brasil teve uma taxa de adoção mais rápida, alcançando a Argentina na área plantada (Gráfico 1). Hoje, as culturas GM ocupam uma área significativa de soja (88%), milho (75%) e algodão (50%), mas ainda há espaço para um nicho de mercado de produtos não GM.

Gráfico 1 – Adoção de lavouras GM na Argentina e Brasil (milhões de hectares)



Fonte: baseado nos dados do ISAAA (James, 1997, 1998, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013).

A comparação entre os dois países é facilitada por suas similaridades dentro do universo de possíveis casos de seleção, reduzindo a sobredeterminação de causas.[6] Nos últimos vinte anos, Argentina e Brasil lideraram, entre os países da América do Sul, o aumento da área plantada com soja GM, em volume produzido e em área cultivada, representando 40% e 50%, respectivamente, da produção de soja na região em 2010 (Catacora-Vargas *et al.*, 2012). A mudança agrária que acompanhou a expansão dos cultivos transgênicos teve impactos sociais e ambientais semelhantes em ambos os países. A expansão seguiu dois padrões: a substituição de outras atividades agrícolas ou a conversão de biomas naturais em terras agrícolas (Catacora-Vargas *et al.*, 2012). O lançamento de novas variedades de soja adaptadas a novos solos tanto na Argentina quanto no Brasil permitiu a expansão da fronteira agrária, causando desmatamento, enquanto o uso intensivo da terra levou a processos de desertificação nos pampas argentinos, no cerrado brasileiro, bem como na Região Amazônica. O monocultivo e a exportação de soja aumentaram a dívida ecológica, já que esses países também exportam fósforo, nitrogênio e outros nutrientes (Pengue, 2005).

O uso do pacote tecnológico de sementes transgênicas resistentes aos produtos químicos provocou a erosão do solo e diminuição de sua fertilidade, aumentando o uso de fertilizantes (Pengue, 2005) e o desenvolvimento de ervas espontâneas tolerantes ao glifosato, a que os agricultores responderam aumentando a dosagem. Na última década, o mercado brasileiro de agrotóxicos aumentou 190% em relação ao aumento do mercado mundial de 93%, e desde 2008 o Brasil superou os Estados Unidos como primeiro consumidor de agrotóxicos no mundo. O aumento no volume de agrotóxicos foi maior do que o aumento da área plantada (Carneiro *et al.*, 2012). Em ambos os países, a distribuição do uso de agrotóxicos por cultura revela que a soja e o milho são as culturas com o uso mais intensivo de produtos químicos, representando 40% e 12% a 15%, respectivamente, do total consumido. De acordo com a Câmara de Saúde Agropecuária e Fertilizantes (Casafe, da sigla em espanhol para Cámara de Sanidad Agropecuaria y Fertilizantes), na Argentina foram utilizados 317 milhões de litros de pesticidas em 2012, contra 123 milhões de litros em 1997 (Kleffmann & Partner SRL-Kleffmanngroup, 2012). No Brasil, 852,8 milhões

[6] Em termos mais gerais, são geograficamente contíguos, têm indicadores de desenvolvimento semelhantes e também compartilham muitos pontos comuns em relação ao legado colonial, sistema político e história recente: ditaduras em períodos semelhantes no século XX e uma transição democrática paralela a partir dos anos 1980; são os sócios-fundadores do bloco de integração regional Mercosul; ambos viveram uma década neoliberal nos anos 1990, terminando com uma mudança de poder, quando pela primeira vez desde o retorno à democracia os governos com um discurso de esquerda foram eleitos.

de litros foram utilizados em 2010 em comparação a 599,5 milhões de litros em 2002 (Carneiro *et al.*, 2012).

O aumento da área plantada não significa que mais agricultores estão participando da produção, uma vez que a produção industrializada em grande escala é responsável pela maior parte do uso da terra. Como consequência, há uma pressão sobre os preços da terra e mudanças na posse da terra. No Brasil, a estrutura fundiária tem se expandido consistentemente em área e número de propriedades de 1998 a 2012, mas não alterou a estrutura concentrada de distribuição e o coeficiente de Gini para terras permaneceu acima de 0,8 no país (Girardi & Vinha, 2013). Não há dados oficiais do coeficiente de Gini para terras na Argentina. De acordo com cálculos baseados nos dados do censo, de 1998 a 2002 o número de propriedades diminuiu 24,5%, à medida que se tornou mais concentrado: 58% das propriedades menores que 100 hectares ocupam 3% da terra, enquanto 4% de todas as propriedades são maiores que 2.500 hectares e ocupam 63% da terra do país (Redaf, 2014). Sotomayor, Rodríguez e Rodrigues (2011) estimam que o tamanho médio das propriedades agrárias na Argentina é de 562 hectares, ao passo que no Brasil é de 63 hectares.

À procura de explicações para a construção dos OGM como problema político no Brasil, a Argentina serve de contraste como um caso de pouca mobilização e debate público ou mesmo sua ausência. Por outro lado, o Brasil fornece um contraste para identificar fatores explicativos para a construção de um discurso hegemônico sobre culturas transgênicas na Argentina. Ambos os resultados podem ser explicados, ou seja, as causas para o surgimento de uma controvérsia sobre os OGM no Brasil e as causas que o impediram na Argentina; as causas para a criação de bio-hegemonia, bem como para as mudanças em cada um, ou seja, como o Brasil se transformou em um produtor mundial de OGM e como a mobilização social sobre a questão aumentou na Argentina.

Mudanças no tempo: dois contextos na economia política

O desenho de pesquisa incorpora uma dimensão temporal, comparando duas fases. A primeira abrange o período compreendido entre meados da década de 1990 e 2002. Em ambos os países, os governos seguiram as diretrizes do Consenso de Washington, adotando políticas de ajuste estrutural: estabilização macroeconômica, reforma do Estado, privatização e liberalização comercial. Essas reformas também afetaram a política agrária. Nesse período, as empresas começaram a peticionar a aprovação estatal para o cultivo comercial de culturas GM. Na Argentina, esse

contexto favoreceu a instalação do regime agroalimentar biotecnológico, geralmente apresentado como uma revolução bem-sucedida na agricultura, e a mobilização social cresceu em reação às suas consequências. No Brasil, os movimentos sociais previamente mobilizados barraram a introdução de sementes GM por meio de uma moratória judicial. Portanto, essa primeira fase é chamada de bio-hegemonia na Argentina e de controvérsia sobre os OGM no Brasil.

A segunda fase começa em 2003; na Argentina, ela marca o fim de um período de transição. Os impostos de exportação sobre a soja foram reintroduzidos em 2002 para melhorar as finanças do Estado e, em 2003, após quase dois anos de crise econômica e institucional, foi eleito um novo governo de coalizão. É o início de um período de consolidação do regime agroalimentar biotecnológico, uma vez que sua hegemonia se associou à estabilização econômica do país. Ao mesmo tempo, essa fase é caracterizada pela acumulação de reclamações e protestos relacionados ao modelo agrário. No entanto, a mobilização social não conseguiu construir uma controvérsia sobre os OGM; a Argentina continua sendo um caso de bio-hegemonia, mas em crescente processo de mobilização.

No Brasil, o ano de 2003 foi um claro divisor de águas: o governo recém-eleito suspendeu a moratória sobre a soja transgênica. Com a entrada em vigor de uma nova lei aprovando oficialmente a soja transgênica em 2005, e com a aprovação do milho transgênico em 2008, as ambiguidades e dúvidas que cercaram a posição governamental sobre OGM foram esclarecidas. O Brasil se juntou ao grupo de produtores líderes de OGM, no entanto, a mobilização social disputou todas as leis e regulamentos e obteve algumas concessões e é por isso que o novo resultado no Brasil pode ser considerado um domínio de OGM, mas não bio-hegemonia (Quadro 3).

Quadro 3 – Fases das disputas sociais em torno de lavouras GM na Argentina e no Brasil

	Resultados	
Contexto	Argentina	Brasil
Economia política do Consenso de Washington (1995-2002)	Bio-hegemonia	Controvérsia sobre OGM
Economia política do consenso das *commodities* (2003-2013)	Bio-hegemonia com mobilização	Domínio dos OGM

A dimensão temporal permite a comparação de como diferentes contextos na economia política nesses países afetaram as disputas sociais sobre os OGM. A primeira fase é comumente considerada a década neoliberal, ao passo que a segunda fase é marcada por uma promessa de mudança em ambos os países. O ano de 2003 anunciou o fenômeno político que se tornou conhecido como kirchnerismo, na Argentina, e o lulismo, no Brasil, em alusão à forte personalidade de cada presidente. Há um debate acadêmico (e político) sobre os pontos de continuidade e de ruptura com governos anteriores (Gonçalves, 2012; Menezes & Palermo, 2012; Murillo & Levitsky, 2008; Nobre, 2013; Sampaio Jr., 2012; Svampa, 2008). No entanto, há um certo consenso de que esses governos adotaram políticas que mudaram a economia política (Bresser-Pereira, 2012; Wylde, 2010). Em contraste com o anterior Consenso de Washington, que defendeu a redução do papel do Estado na economia e na provisão de bem-estar social, os novos governos defenderam a intervenção do Estado na economia para promover o crescimento econômico e a ampliação de políticas sociais para reduzir a pobreza.

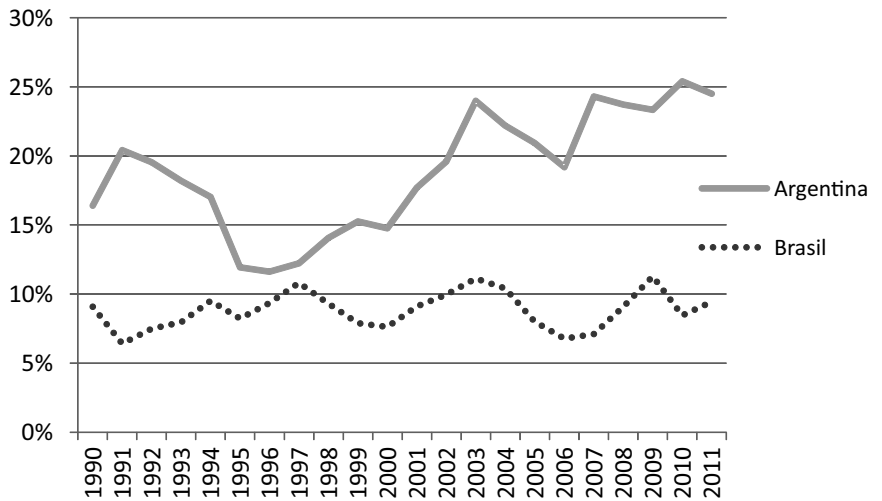
A primeira mudança de contexto com relação ao período anterior incluiu a promoção do crescimento com base na extração de recursos naturais. Em alguns casos, foi acompanhada por maior controle dos monopólios das atividades extrativistas, mediante participação direta ou pelo aumento da tributação. As finanças estatais passaram a depender da melhoria da balança comercial, com um câmbio competitivo, e o Estado promoveu ativamente as exportações de bens primários,[7] o que Svampa (2012) denominou de "consenso das *commodities*". O *boom* nos preços das *commodities* permitiu que os governos expandissem o gasto social, a segunda mudança: os governos de Brasil e Argentina criaram uma interseção entre uma agenda de redução da pobreza e o modelo extrativista, explorando possíveis complementaridades. Os dados sobre dependência de produtos de base para exportação e redução da pobreza mostram, de fato, uma diferença ao longo do tempo entre os dois governos.

[7] Após a crise econômica que atingiu a moeda sobrevalorizada, tanto na Argentina quanto no Brasil, rompeu-se com o estado financista que havia caracterizado a década de 1990 (altas taxas de juros, liberalização dos mercados para a concorrência internacional, paridade nas taxas de câmbio, altos níveis de importações e financiamento dos custos por meio de privatizações e dívida pública).

Dependência de *commodities*: exportações, produto interno bruto e impostos

A dependência de produtos agrícolas (em que a biotecnologia é aplicada) não é nova nesses países; cresceu no século XXI, após uma década em que foi relativamente menor, conforme medido pela participação no produto interno bruto (PIB), nas exportações e nas receitas do Estado. A Argentina e o Brasil são classificados como altamente dependentes dos produtos de base, e as exportações de bens primários (em milhões de dólares) representam, respectivamente, 67% e 65% das exportações de mercadorias em 2012 e 2013. Entre todos os produtos de base, os produtos agrários destinados à alimentação animal e alimentos para consumo humano correspondem a 81% (Argentina) e 52% (Brasil) (Unctad, 2015). Durante o período de 1990 a 2011, a soja e o milho e seus produtos processados foram responsáveis por quase 25% (Argentina) e 10% dos valores exportados (Brasil) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação do complexo da soja nas exportações do mercado mundial (%)



Fonte: baseado em dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2014.

A participação da produção de soja no PIB não é tão significativa quanto nas exportações. De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), ela cresceu significativamente durante os anos de crise econômica na Argentina, de 1% em 2001 para 5% em 2003, e depois caiu, permanecendo entre 3 e 4%. No Brasil, seguiu uma trajetória similar, mas em um nível muito mais baixo, atingindo 2% em 2003 e desde então permaneceu um pouco acima de 1%. Da produção argentina, estima-se que 90% da soja é destinada à exportação, dos quais 78% são em forma de farelo ou óleo (Landin & Palacios, 2011). Em 2013, 41,6% da produção brasileira de soja foi destinada à exportação como matéria-prima; cerca de 60% foram direcionados para processamento doméstico, como farelo e óleo, dos quais 56% e 36%, respectivamente, foram exportados (Anec, 2014; Embrapa, 2014).

Quanto mais a produção se destina aos mercados estrangeiros, maior será a possibilidade de o Estado argentino taxá-la. A taxa de imposto de exportação se manteve durante o kirchnerismo na média de 35% para soja e produtos de soja. As taxas de exportação representaram 7% das receitas do Estado em 1991, antes da expansão da soja na Argentina e foram suspensas durante a década de 1990 para serem reintroduzidas em 2002. De 2002 a 2012, oscilou entre 8,29% e 13,18% das receitas do Estado, caindo para 5,90% em 2013. A participação do complexo da soja no total dos impostos sobre exportação variou entre 40 e 60% entre 2003 e 2012, atingindo 80% em 2013 (Rauchecker, 2015). O Brasil não tributa as exportações agrícolas,[8] mas tem um sistema fiscal complexo sobre os produtos agrários, de acordo com o sistema tributário em cascata que tributa um produto em diferentes estágios da cadeia produtiva, resultando em um processo cumulativo.[9] Essa complexidade constitui um obstáculo para

[8] Desde 1996, por meio da Lei Kandir, as exportações de produtos agrários e semiprocessados ficaram isentas de vários impostos. Desde então, propostas nesse sentido foram introduzidas, mas não obtiveram êxito, e o Ministério da Agricultura se posicionou abertamente contra (Franco, 2014).

[9] Há três impostos principais: propriedade rural, produção e comercialização. O imposto de terra rural (ITR) é cobrado pelos estados sobre o valor relatado da produção. O segundo tipo são as contribuições sociais baseadas nas receitas brutas (inclusive financeiras) da produção agrária se o produtor for formalizado como uma entidade corporativa, são tributados pela União e as taxas variam de 3 a 7,6% para o PIS/Pasep e 0,65 a 1,65% de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Os impostos sobre a comercialização incluem a Contribuição para a Segurança Social Rural (CRESS de 2%, cobrado pela União Federal, e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), cobrado pelos estados que distribuem uma porcentagem aos municípios. Por meio desse imposto, cobra-se a movimentação de produtos para venda ou processamento doméstico, variando de acordo com os estados (Lazzarotto & Roessing, 2004). Desde 2013, a União aplicou uma isenção fiscal de 9,25% do PIS/Cofins (artigo 29 da lei n. 12.865). Alguns estados também isentaram produtos de soja de pagar ICMS.

a obtenção de dados sobre a participação dos complexos de soja e milho nas receitas fiscais. Pode-se supor que, como a produção de soja tem aumentado, sendo a maioria destinada para processamento interno, o mesmo acontece com a receita do Estado sobre ela.

Redução da pobreza

A ruptura com governos passados é atribuída aos altos impactos das políticas sociais que reduziram a pobreza no Brasil e na Argentina. De acordo com a Base de Dados Socioeconômicos da América Latina e do Caribe (Cedlas e Banco Mundial), o coeficiente de Gini na Argentina aumentou na década de 1990 de 0,452 (1988) para 0,496 (1998), atingindo 0,524 (2003); no Brasil, o coeficiente de Gini decresceu gradualmente de 0,64 (1989) para 0,60 (1995), 0,58 (1998), 0,56 (2003), atingindo 0,52 (2010).

A Argentina e o Brasil estão entre os países da América Latina que lideraram a tendência de redução da pobreza na primeira década do século XXI. No primeiro período estudado, as taxas de pobreza aumentaram na Argentina em 17 pontos percentuais e no Brasil caíram um ponto; desde 2003, a pobreza diminuiu 25 e 15 pontos, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 – Indicadores de pobreza na Argentina e no Brasil (1995-2010)

Países	Anos	População vivendo com menos de		Total
		1 dólar por dia	2 dólares por dia	
Argentina	1995	3,88	7,06	10,94
	2003	9,79	17,92	27,71
	2010	0,92	1,87	2,79
Brasil	1995	11,26	20,81	32,07
	2003	11,21	20,60	31,81
	2009	6,14	10,82	16,96

Fonte: baseado em dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal/Cepalstat), 2013.

Entre os principais fatores que explicam essa redução, os estudiosos indicam o crescimento consistente do salário mínimo real e a expansão da seguridade social, entre os quais estão os programas de transferência condicionada de renda (PTCRs). Em 2010, os PTCRs da Argentina, Programa Nacional de

Bolsas Estudantis e Asignación Universal por Hijo (renda universal por filho), responderam por 0,2% do PIB, e o PTCR brasileiro Bolsa Família respondeu por 0,5% do PIB. Os programas argentinos abrangiam 8% da população total e 46% da meta, que eram os muito pobres; enquanto o programa brasileiro abrangia 26% da população e 85% do público-alvo. Os números são muito diferentes; a cobertura e as despesas dos programas brasileiros de transferência condicionada de renda, os maiores do mundo, são muito mais abrangentes do que os da Argentina (Lavinas, 2013).

Baseando-se nesses resultados, os governos do segundo período analisado construíram um discurso progressista em contraste com o governo anterior, conservador. No entanto, não é consensual em que medida isso se deve a uma política ativa do Estado de aumentar a porcentagem de gastos, ou se foi um mero efeito do crescimento econômico, junto com os níveis sem precedentes nos preços das *commodities*, que aumentaram as receitas estatais (Valdés, 2017).

Pérez Sáinz (2015) adverte uma compreensão determinista do papel das indústrias extrativas nas receitas do Estado na América Latina: é necessário avaliar se os Estados aumentaram suas receitas em razão de uma maior participação nos lucros ou devido a outras políticas. Esse último ponto é especialmente relevante porque a política mais eficaz para reduzir as desigualdades – e não apenas a pobreza – teria que ter como alvo o sistema tributário, considerando que o aumento das receitas estatais provenientes das exportações primárias frequentemente precede a esfera da produção.

As críticas ao novo contexto político podem ser agrupadas em três debates: a vulnerabilidade econômica do modelo, em virtude da forma de integração dessas economias no mercado mundial como exportadoras de *commodities* e, portanto, muito dependentes da demanda externa e da formação de preços (Gonçalves, 2012); os limites dos esquemas de redução da pobreza que não são acompanhados pela expansão do Estado de bem-estar social garantidor de direitos cidadãos (Lavinas, 2013); e os impactos socioambientais desse modelo de desenvolvimento, somados a seus impactos políticos em consequência da criminalização dos movimentos sociais que contestam as indústrias extrativas (Gudynas, 2012; Svampa, 2012).

Dados de pesquisa

Este livro se baseia em diferentes tipos de dados, incluindo bancos de dados oficiais, fontes documentais, literatura secundária e dados primários coletados

em entrevistas, artigos de jornais e na internet. Os entrevistados e entrevistadas foram selecionados por meio de uma pesquisa exploratória com material midiático (Motta, 2013b) que foi complementada pela amostragem em bola de neve, até atingir um processo de saturação, quando as narrativas se sobrepunham.

Na Argentina, entrevistei representantes e líderes de movimentos camponeses das províncias de Santiago del Estero, Córdoba e Buenos Aires; organizações nacionais ambientais e agroecológicas; um grupo de vizinhos afetados pela pulverização de agrotóxicos e seus aliados formando uma rede de ONGs, médicos e cientistas em Córdoba; um jornalista que vem cobrindo essas lutas há muitos anos no jornal *Página/12* e em mídias alternativas; e um cientista que foi aliado fundamental para esses grupos. Tive a oportunidade de observar uma decisão judicial sobre os agrotóxicos em Córdoba, em 7 de agosto de 2013, e uma assembleia do Movimento Indígena Camponês Nacional (MNCI) na Universidade Campesina, de 20 a 22 de fevereiro de 2013; em ambas as ocasiões, muitos ativistas estavam reunidos. No Brasil, os parceiros entrevistados incluíram: movimentos nacionais de camponeses; organizações nacionais ambientais, agroecológicas, de direitos do consumidor e de direitos humanos; e também cientistas que trabalharam com movimentos sociais.

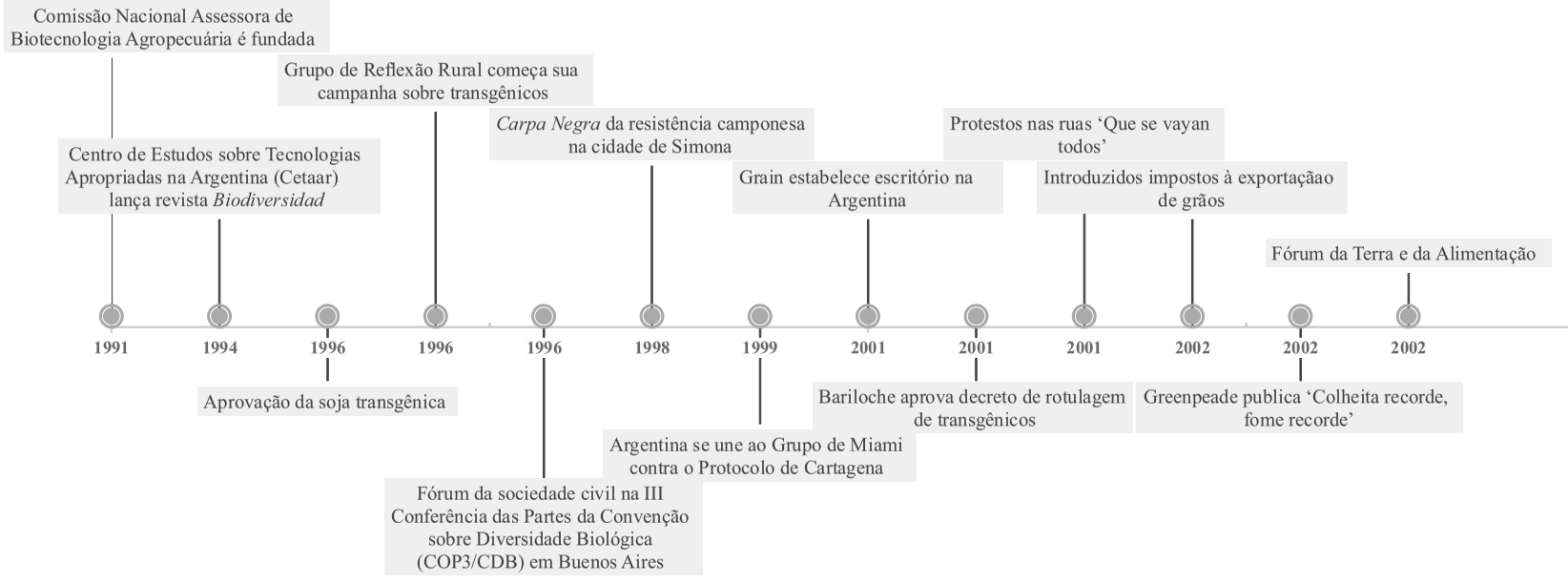
Complementei os relatos dos ativistas com documentos de campanha dos movimentos sociais, com comunicações políticas que são publicadas nos meios de comunicação e na internet; quando possível, os dados foram comparados com bancos de dados oficiais, material de mídia e literatura secundária. O material de mídia foi coletado sistematicamente no período de 1997-2004 no *El Clarín* e 1995-2004 na *Folha de S. Paulo*, os dois principais jornais de cada país. Eu usei pesquisas de palavras-chave nos arquivos *on-line*.[10] O período no qual os dados foram coletados oferece as informações mais relevantes, pois compreende os primeiros anos da introdução de culturas GM. Além disso, a pesquisa baseia-se em dados da mídia no período de 2009-2010, provenientes de investigações anteriores da autora (Motta & Alasino 2013; Motta 2013b; Motta, 2015).

[10] Este procedimento mostrou vantagens e limitações, dentre elas o fato de o conteúdo do jornal *El Clarín* estar disponível no arquivo *on-line* somente de meados de 1997 em diante; com muitos erros no arquivo para o ano de 2004. Essa é também a razão pela qual a pesquisa somente chegou ao ano de 2004, porque os dois anos seguintes apresentavam muitos *links* incorretos entre os resultados da pesquisa. A principal vantagem foi a possibilidade de fazer uma busca eficiente.

2
Uma Revolução Silenciada (1996-2002)

No início da década de 1990, reformas institucionais abriram caminho para uma reestruturação neoliberal da agricultura e para a aprovação da soja geneticamente modificada. Aqueles diretamente afetados pela expansão de um novo modelo agrário – como pequenos agricultores, comunidades tradicionais que vivem no campo e habitantes de bairros semiurbanos – primeiro tiveram que interpretar o que estava acontecendo. A organização transnacional Genetic Resources Action International (Grain) tinha maior acesso a informações, em razão de sua presença em redes transnacionais de ativismo, que compartilhavam um longo processo de interpretação sobre os significados da nova tecnologia. Quando a soja transgênica foi aprovada, houve dois contextos diferentes de recepção da nova tecnologia: o campo e os centros urbanos. Esta primeira fase culminou com a crise financeira e política de 2001, que também marcou um ciclo de protestos na sociedade argentina. Em suma, este capítulo conta a história do desenvolvimento da bio-hegemonia na Argentina, cujos principais eventos estão resumidos na Figura 3.

Figura 3 – Linha do tempo de eventos de mobilização social contra os transgênicos. Argentina – 1996-2002



A Economia Política dos Ajustes Neoliberais (1990-1996)

A década de 1990 ficou conhecida como a década das reformas neoliberais na Argentina, liderada pelo presidente Carlos Menem (1989-1999). Ele foi eleito pelo Partido Justicialista (PJ), o partido oficial do movimento político argentino que se tornou conhecido como peronismo. É o maior partido da Argentina, e aquele com um amplo apoio em massa em razão do legado dos direitos sociais e trabalhistas que o governo Perón reconheceu. Em 1994, Menem aprovou uma reforma constitucional que permitiu a reeleição, pela qual foi beneficiado. Essa foi apenas uma das várias reformas que o seu governo empreendeu.

Já no fim da década de 1970, durante o regime militar, a Argentina adotou algumas reformas de desregulamentação do mercado e, no fim da década de 1980, avançou a liberalização do comércio, culminando na eliminação das cotas em 1991, a redução das tarifas (de 30% para 18%) e a remoção da maioria dos impostos sobre as exportações. Em razão da sua rapidez e alcance, Trigo, Chudnovsky e Cap (2002) descrevem esse processo como drástico: não houve medidas de alívio para auxiliar empresas nacionais na preparação para a concorrência externa. A abertura do mercado afetou em particular os bens de capital.[11] A Argentina prosseguiu com um programa de privatização abrangente: emitiu licenças para exploração de minerais naturais e energia e desregulamentou os mercados para permitir a entrada de capital estrangeiro em muitos setores, incluindo o de serviços. Essas reformas se deram no contexto internacional de reformas econômicas neoliberais que assumiu sua forma específica nas obrigações dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), assinados em 1994 na Rodada Uruguai.

As reformas ditadas pelo Consenso de Washington não pouparam o campo e a maioria dos instrumentos da política agrária – como o financiamento público, o controle de preços e a regulamentação pública dos estoques – foram abandonados como parte dos ajustes estruturais. Tais medidas relegaram o setor às forças de mercado da concorrência e só os grandes agricultores e aqueles com acesso a créditos privados foram capazes de fazer uma boa transição para o novo contexto.

O setor agrário apresentou um crescimento constante na década de 1990, mesmo quando o PIB se contraiu em 1995. Houve um aumento significativo na área plantada, no volume de produção e no volume de exportações (favorecido pela eliminação dos direitos de exportação). As exportações aumentaram em grãos

[11] Paralelamente a este processo internacional de redução tarifária, Argentina e Brasil avançaram suas relações comerciais no contexto do projeto de integração regional Mercosul.

e oleaginosas na região dos pampas. Ao mesmo tempo, o setor testemunhou um processo de fusões e aquisições, para o qual Trigo, Chudnovsky e Cap (2002) destacam duas causas imediatas: a expansão da terra agrícola à custa da pecuária e o aumento da produtividade das colheitas. As safras foram afetadas por fatores microeconômicos – como os preços que influenciam as decisões dos agricultores –, pelas condições macroeconômicas – como os cortes nas tarifas de bens de capital –, bem como por uma mudança tecnológica, que inclui a intensificação da utilização de bens de capital, maquinário, fertilizantes, agroquímicos e uma novidade particularmente importante: a introdução de sementes transgênicas (Trigo, Chudnovsky & Cap, 2002).

No entanto, o neoliberalismo não significava a ausência do Estado. O Estado teve um papel central na promoção da biotecnologia, estabelecendo as condições institucionais que conferem certeza jurídica necessária para os investimentos no país, uma vez que as empresas transnacionais de sementes estavam procurando locais ao sul do continente onde poderiam realizar experimentos de campo fora da estação (Burachik & Traynor, 2002; Pellegrini, 2013). De fato, no início da década, a Argentina teve o maior número de testes de campo de cultivos transgênicos (James & Krattiger, 1996).

Em 1991, o Estado argentino já havia criado um órgão para regular a agrobiotecnologia, a Comissão Nacional Assessora de Biotecnologia Agropecuária (Conabia). Sob os auspícios da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação (SAGPyA, sigla em espanhol para Secretaría, Ganadería, Pesca y Alimentos), subordinada ao Ministério da Economia, a comissão seria composta por especialistas do Estado e da indústria. O perfil científico da Conabia não só visava isolar-se de considerações políticas, mas também garantiu um consenso político na escolha dos cientistas (por seu claro perfil profissional pró-agrobiotecnologia), descartando a necessidade de um intercâmbio de argumentos científicos. Na Conabia, foi estabelecida uma cultura política baseada em certos tipos de conhecimento especializado que não apoiava controvérsias científicas e não estava aberta ao escrutínio público ou a atores que poderiam levantar objeções críticas à biotecnologia (Poth, 2013).

A Lei de Sementes (lei n. 20.247) de 1973 estabeleceu um registo nacional de variedades de plantas para assegurar sua proteção comercial. A Argentina apenas adotou formalmente o tratado da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (Upov, sigla em francês para Union Internationale pour la Protection des Obtentions Végétales) em 1994 (lei n. 24.376), no contexto das negociações relativas aos acordos da OMC. Tendo optado pela

Upov 1978, a Argentina garantiu a isenção do melhorista e os direitos dos agricultores de reservar parte da colheita como sementes. Reconheceu o direito dos melhoristas à proteção comercial, mas optou por não conferir direitos de patente sobre as plantas no âmbito jurídico dos direitos de propriedade intelectual (DPI), oferecendo, em vez disso, a proteção comercial ao abrigo da lei de sementes. Os genes são submetidos a patentes, mas não as plantas, o que significa que o obtentor tem proteção comercial juntamente com o titular da modificação genética (Arza *et al.*, 2010); em outras palavras, os direitos dos agricultores são garantidos de forma mais ampla do que no caso das patentes (Rauchecker, 2013).[12]

No entanto, houve atores que resistiram à constituição de um novo modelo agrário baseado em regulamentos globais neoliberais e novas tecnologias. Na verdade, a expansão do projeto de bio-hegemonia foi um importante fator para despertar o campesinato como sujeito político.

A Visão Retrospectiva dos Pobres Rurais: mudança tecnológica e social

Na década de 1990 não havia um movimento de camponeses organizado nacionalmente, como o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), que se constituiu no ano de 2005.[13] Atualmente, os membros do MNCI têm uma narrativa estruturada do período que eles chamam de "revolução transgênica". Recordando esses momentos, um líder do Movimento Camponês de Córdoba (MCC) divide a história da sua resistência ao novo modelo agrário em dois momentos: os anos 1990 e a partir de 2005. O primeiro momento foi caracterizado pelo baixo nível de organização do movimento camponês e por um estágio

[12] Estudos hão mostrado que os pequenos agricultores não usam esses direitos porque não têm meios de comprar sementes no mercado formal. As regras beneficiam os grandes e médios agricultores. Os comerciantes de sementes têm tentado restringir os direitos dos agricultores, fazendo-os assinar um contrato no momento da compra que lhes proíbe a reutilização das sementes, mas os agricultores muitas vezes não cumprem os termos do contrato. Os beneficiários reais da falta de aplicação da lei de sementes são os grandes agricultores. Como consequência, os produtores de sementes têm pressionado por um regime mais forte e uma nova lei de sementes para garantir sua participação (Arza *et al.*, 2010).

[13] Organizações incipientes tiveram início durante a década de 1980; antes disso, existiam as ligas agrárias, na década de 1970, que faziam parte da resistência armada à ditadura militar. No entanto, sua composição social era muito mais heterogênea do que os camponeses. Agradeço a Carla Poth por essas observações.

tardio da Revolução Verde na Argentina.[14] Para o ativista, esses dois aspectos estão inter-relacionados: o avanço da Revolução Verde foi tão tenaz, em parte devido à ausência de movimentos agrários no campo; ao mesmo tempo, criou-se um cenário propício para que os setores populares do campo se organizassem localmente:

> *A chegada dos transgênicos se dá em um contexto aqui no qual o movimento camponês ainda não estava forte nem articulado. Existiam processos locais de organização, de certas lutas, mas não havia uma coordenação política forte e é nesse contexto que avança toda a nova Revolução Verde*. (MCC, entrevista em 2013)

Na opinião desse ativista, tal Revolução Verde envolveu não só novas tecnologias, mas também aspectos sociais, econômicos e políticos mais amplos. Economicamente, houve uma mudança no sentido da terra em direção a uma mercadoria pura e uma orientação mais forte para a monocultura destinada aos mercados de exportação. As transformações sociais denotam sinais incipientes de uma possível aliança entre duas classes sociais diferentes na agricultura argentina: os latifundiários (*terratenientes*), parte da elite agrária cujas origens remontam à época colonial, e os agricultores familiares (*chacareros*) também conhecidos como gringos por serem descendentes dos imigrantes europeus do fim do século XIX e início do século XX, que possuíam terras pequenas ou médias. Os latifundiários são representados pela poderosa Sociedade Rural Argentina (SRA) e os agricultores familiares são representados pela Federação Agrária Argentina (FAA). Uma aliança política entre eles só aconteceria em 2008, no contexto de um conflito entre os atores agrários e o governo. Mas isso só foi possível em razão das transformações agrárias e de classe ocorridas desde a década de 1990.

As transformações na agricultura familiar foram documentadas por Gras (2009).[15] Uma tendência foi o número decrescente de propriedades rurais, em virtude de falências, as quais forçaram os agricultores a sair do mercado vendendo ou alugando suas terras; muitas terras foram leiloadas como pagamento da dívida. Puderam continuar na agricultura aqueles que capitalizaram, incorporaram tecnologia e arrendaram terra para aumentar a escala de operações. Esses agricultores se transformaram em empreendedores familiares, uma vez que a agricultura tomou as características de uma empresa, com mudanças

[14] Embora a Revolução Verde tenha começado na década de 1970 com o regime militar, muitos economistas agrários e outros estudiosos também identificam na década de 1990 uma intensificação desses processos (Bisang, Anlló & Campi, 2008; Trigo, Chudnovsky & Cap, 2002; Varesi, 2010).

[15] Este e os próximos dois parágrafos se baseiam em seu artigo mencionado, fruto de um trabalho de campo na região dos pampas.

no processo de produção: uso de maquinaria para semeadura e colheita; pulverização de pesticidas; e, muitas vezes, subcontratação de grandes empresas de serviços de máquinas. Essas transformações acarretaram a diminuição da importância do trabalho familiar, liberando novas gerações da tradição de se tornarem agricultores, e os jovens enviados para estudar em universidades urbanas para se tornarem gerentes de fazenda.

As mudanças na posse da terra indicaram uma tendência para a concentração produtiva em vez da concentração da propriedade da terra. Isso significa que os não agricultores entraram no setor agrário buscando lucros por meio dos chamados *pools de siembra*. Esses novos atores investiam capital para arrendar terrenos em diferentes locais e reduzir riscos, nos quais os agrônomos gerenciavam a produção contratando empresas de máquinas. Com mais capital, houve aumento nos preços da terra, pressionando os agricultores familiares e tornando mais difícil competir e aumentar a escala, tendo como consequência a redução no número de estabelecimentos em regime de agricultura familiar. Gras (2009) destaca o papel da intervenção estatal desde o início do século XX na criação das condições de convivência entre a agricultura em grande escala e a agricultura familiar. As reformas introduzidas nos anos 1990 eliminaram as políticas públicas que haviam sido fundamentais para o modelo de agricultura familiar na Argentina e ameaçaram sua viabilidade.

Em um novo paradigma em que a propriedade fundiária perdeu seu poder político, econômico e simbólico, e a terra é considerada um mero fator produtivo, o poder dos proprietários de terras diminuiu e a reprodução material e simbólica da agricultura familiar também. A nova geração de empresários familiares foi treinada para ser gestora, socializada nas universidades mais do que nos campos, num processo em que a agricultura é entendida como negócio desconectado da ruralidade (Gras, 2009). Gras e Hérnandez (2008) afirmam que esses empresários compunham uma nova burguesia ascendente, aspirante à liderança no setor agrícola e à hegemonia na sociedade. Representada por associações empresariais e câmaras técnicas, se diferenciava das tradicionais elites agrárias proprietárias de terra representadas pela SRA, enquanto a FAA passava por uma reconfiguração de seus membros.

Os movimentos camponeses interpretaram os processos ocorridos na década de 1990 como uma ofensiva contra a agricultura camponesa, que incluiu uma estratégia discursiva para construir uma concepção hegemônica da agricultura como agronegócio, bem como meios materiais e institucionais, uma vez que essa concepção foi promovida por políticas públicas:

> *Então quando se dá a revolução transgênica já temos toda uma hegemonia muito grande desta concepção de agricultura e um campo popular muito debilitado porque vínhamos do processo da ditatura militar e estávamos em pleno auge do neoliberalismo.* (MCC, entrevista em 2013)

Em resumo, na visão retrospectiva dos pobres rurais organizados, a década de 1990 se caracterizou pela formação do agronegócio e pouca organização e mobilização de setores populares. No entanto, com vários matizes; de fato, a década de 1990 foi um momento em que a solidariedade e a cooperação na sociedade civil foram minadas pelas políticas neoliberais. A desregulamentação do mercado de trabalho enfraqueceu os sindicatos e os setores populares foram atingidos pela precarização (Petras & Veltmeyer, 2010; Svampa, 2008). No entanto, embora não existisse uma mobilização social generalizada até a eclosão de 2001, o ciclo de protestos naquele ano foi "apenas a crista de uma onda crescente de protestos contra o neoliberalismo" (Silva, 2009: 56). Houve protestos no nível local, nos quais se experimentaram novos repertórios de ação, como ocupações de edifícios públicos, barricadas em estradas e acampamentos em praças centrais (Auyero, 2004). Em meados da década de 1990, alguns grupos de *piqueteros* nos subúrbios de Buenos Aires e em bairros populares formaram redes locais, estabelecendo novos laços sociais para sobreviver às dificuldades (Svampa, 2008).

Esse processo ocorreu também no campo: em 1995, o Movimento das Mulheres em Luta (MML) surgiu da reação de uma mulher que defendia a pequena propriedade de sua família de um mandado de execução de dívidas (Bidaseca, 2003; Giarracca, 2001). Após pedir apoio na rádio local, outras mulheres que viviam a mesma situação juntaram-se em protesto para suspender a execução da dívida. Como as autoridades não cumpriram com as prometidas soluções políticas para o problema, o MML se espalhou por todo o país, formando uma rede de assembleias. Nesses encontros se discutiam causas e soluções para problemas comuns, chegando-se à conclusão de que o endividamento generalizado era atribuível ao governo, que ao mesmo tempo que os incentivava a capitalizar sua produção, não dispunha de políticas adequadas para apoiá-los. Interpretaram-se diferenças de gênero: ao passo que o medo de perder suas terras e o sentimento de injustiça motivavam as mulheres a empreender ações coletivas, muitas vezes os homens assumiam responsabilidade individual pela dívida. Essa identidade de gênero também levou à escolha do Dia Internacional da Mulher, nos anos de 1996 e 1997, como mote para ocupação da Praça de Maio, ponto de encontro histórico das mães que perderam filhos na ditadura argentina, em frente à Casa Rosada, sede do governo, em Buenos Aires. Nessa altura, o movimento

das mulheres já havia conseguido suspender muitos mandados de execução de terras por protesto (Bidaseca, 2003; Giarracca, 2001).

O MML inovou o repertório de atores agrários, até então institucionalizados em sindicatos como a FAA, as entidades locais da Confederação Rural Argentina (CRA) e a Confederação Intercooperativa Agropecuária Limitada (Coninagro, da sigla em espanhol para Confederación Intercooperativa Agropecuaria Limitada). Seus pais e maridos frequentemente eram membros dessas organizações, mas as mulheres do MML as consideravam patriarcais e discordavam do entendimento da FAA, que defendia que os pequenos agricultores deveriam seguir o caminho da modernização tecnológica, ao passo que para as mulheres do MML essa era a razão do endividamento. Assim, criticaram a política da FAA de negociar com o governo e formar alianças com grandes agricultores. O MML, em contrapartida, optou por ações disruptivas e alianças com outros movimentos sociais, particularmente o movimento feminista (urbano), com organizações de pequenas empresas e fazendas endividadas, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e com o Movimento Camponês de Santiago del Estero (MoCaSe, da sigla em espanhol para Movimiento Campesino de Santiago del Estero). Uma facção dissidente da FAA, Chacareros Federados, demonstrava mais respeito pela questão de gênero, tornando-se aliada também. O MML questionou não apenas a legitimidade do endividamento, mas também o modelo econômico e a ausência de políticas de apoio aos pequenos agricultores. Para Giarracca (2001: 130), o MML representa "uma tentativa de criar um novo sujeito social, de produzir novos significados para lidar com um conflito que, além da demanda pontual denota um problema cultural (...): a possibilidade ou impossibilidade de continuar vivendo no campo".

Precursores (1990-1996)

Naquela época, já havia pequenas ONGs trabalhando com questões de interesse para pequenos agricultores e agrobiodiversidade. Entre estas, o Centro de Estudos sobre Tecnologias Apropriadas na Argentina (Cetaar, da sigla em espanhol para Centro de Estudios sobre Tecnologías Apropiadas de Argentina) estava interessado em organismos geneticamente modificados já em seus primórdios.[16] Desde setembro de 1994, o Cetaar começou a distribuir a revista

[16] O Cetaar representa a Argentina na agência latino-americana da Pesticide Action Network (PAN), ambos estabelecidos no início da década de 1980. Trata-se de uma rede de ONGs, agricultores e centros de pesquisa que se opõem ao uso maciço de pesticidas e que se dedicam a denunciar seus impactos e a formar alternativas. Concomitantemente, eles se opõem aos transgênicos.

Biodiversidad, lançada nesse mesmo ano pela ONG transnacional Grain, cujo fundador, Henk Hobbelink, foi um dos pioneiros do movimento global contra os transgênicos (Schurman & Munro, 2010). Assim, antes da aprovação das sementes geneticamente modificadas na Argentina, o Cetaar havia começado a chamar a atenção para a questão, publicando artigos na *Biodiversidad* em uma perspectiva crítica sobre a agrobiotecnologia (Grain Argentina, entrevista em 2013). O Cetaar forneceu o apoio inicial para o estabelecimento posterior da Grain na Argentina em 2001.

Em 1996, Buenos Aires foi sede da Terceira Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP3/CDB). A conferência "Assuntos relacionados à biossegurança" abordou as negociações do que seria mais tarde o Protocolo de Cartagena. A convocação desta reunião mostra o envolvimento ativo do governo argentino na formação do quadro global para regulamentar os cultivos transgênicos. Cetaar, Grain e Via Campesina organizaram um fórum paralelo da sociedade civil, *Los Pueblos en la Convención*, para discutir cultivos transgênicos (Grain Argentina, entrevista em 2013).

A Aprovação da Soja Transgênica e as Reações Iniciais (1996-1998)

Em 1996, a Conabia aprovou o uso comercial da soja transgênica. Um líder do MCC descreve a aprovação como rápida, sem discussão pública e sem avaliações de risco de saúde e considerações científicas. "Foi assim que o processo legal passou desapercebido", acrescenta (MCC, entrevista em 2013). Embora invoque claramente o papel da ciência como fundamento para a tomada de decisões sobre os cultivos biotecnológicos, essa liderança também exige a responsabilização pública desse procedimento de decisão. Em outras palavras, não há nenhuma posição anticientífica por parte do movimento camponês, mas sim uma exigência de que a cultura política se baseie na ciência em condições democráticas e transparentes.

O ativista apresenta um diagnóstico crítico da situação das instituições científicas, também afetadas pela agenda neoliberal. Desprovidas de financiamento público para continuar suas atividades de pesquisa, elas foram tomadas por empresas biotecnológicas, como a Monsanto, proprietária da soja Roundup Ready® (RR) recém-aprovada. A ciência é colocada entre aspas como um meio discursivo para aguçar uma visão crítica:

> *[A]s universidades vinham buscando orçamento para pesquisa em fontes privadas. (...) Assim, muitas faculdades de agronomia começam a fazer pes-*

> *quisa em função do que lhe solicitavam seus financiadores, (...) e se começa a ver toda uma tendência da "ciência", entre aspas, a gerar uma produção científica tendenciosa, em função de habilitar os transgênicos*. (MCC, entrevista em 2013)

Em sua narrativa, ele identifica os processos pelos quais as corporações, na construção da bio-hegemonia, adquiriram poder material ao financiar universidades e transformar cientistas em seus porta-vozes. Além disso, o ativista identifica o poder institucional da coalizão pró-OGM, destacando dois tipos de instituições que desempenharam um papel ativo na disseminação da tecnologia: o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta)[17] e atores privados, como câmaras técnicas:

> *Imediatamente começa a ter uma forte difusão e publicidade sobre a virtude dos transgênicos através das instituições estatais de extensão primeiro. O Inta desempenha aí um papel importante, a renovação tecnológica já está instaurada nessa escola, de associar tecnologia à redução do custo de mão de obra e ao aumento da produção.* (MCC, entrevista em 2013)

No setor privado, uma coalizão formada por membros das diversas associações representativas setoriais da Argentina e empresas transnacionais se institucionalizou com a Associação Argentina de Agricultores de Plantio Direto (Aapresid, sigla em espanhol para Asociación Argentina de Productos en Siembra Directa). A maquinaria para o plantio direto fazia parte do pacote tecnológico composto de sementes geneticamente resistentes ao glifosato e foi amplamente propagada como ambientalmente amigável, já que a venda de máquinas agrícolas para plantio direto enfrentava obstáculos em virtude de um problema de manejo de pragas. O herbicida total da Monsanto ofereceu a esse setor uma solução poderosa. Portanto, a associação de seus negócios de plantio direto com o pacote tecnológico de sementes transgênicas-glifosato posicionou-os como líderes no lançamento da nova tecnologia.

Embora não tenha havido debate público em torno da decisão de aprovar a soja transgênica, um ex-ativista do Greenpeace (entrevista em 2012b) lembra que não foi difícil tomar conhecimento do assunto, porque a tecnologia foi anunciada pelas empresas de sementes como uma grande solução para o país. O Greenpeace, além disso, é uma organização internacional que faz parte de uma rede ambientalista transnacional. Em 1995, antes que as sementes geneti-

[17] No entanto, houve disputas dentro do Inta e esta instituição foi duramente afetada por cortes orçamentais em razão de ajustes estruturais. (Pellegrini, 2013).

camente modificadas chegassem à Argentina, a assembleia internacional dessa organização já havia decidido lançar uma campanha global contra os OGM. A decisão de participar de uma campanha global teve de conciliar prioridades locais e interesses internacionais, assim como respeitar as regras estabelecidas pelo diretor internacional, ou seja, campanhas só devem ser realizadas se há chances reais de os objetivos serem alcançados. Tais regras influenciaram a decisão do Greenpeace Argentina de não criar sua própria campanha nacional, a despeito de algumas ações isoladas, pois avaliaram, à época, que não teriam chances de êxito. Em 1996, os OGM apareceram como tema sob os auspícios da "campanha pela biodiversidade". Hoje, os OGM aparecem como subtópico da campanha sobre florestas. O envolvimento do Greenpeace com a questão é descrito no próprio *site* sob o título "Transgênicos":

> Na Argentina consideramos que, após mais de uma década de campanha, a sanção da Lei das Florestas no final de 2007 foi, ademais de uma proteção a ecossistemas vitais como as florestas nativas, o mais efetivo freio logrado para deter a expansão da soja transgênica no país. (Greenpeace Argentina, 2013)

O Greenpeace elenca uma série de razões para a dificuldade enfrentada para promover um debate público sobre a questão quando da aprovação da soja transgênica. A publicidade sobre a nova tecnologia não alertava sobre seus impactos negativos. Naquele momento, "os impactos diretos não eram tangíveis" (Greenpeace Argentina, entrevista em 2012a). Essa é uma das razões pelas quais uma campanha contra os transgênicos se mostrou uma tarefa difícil: não havia credibilidade empírica para as alegações contra a tecnologia. Uma segunda razão foi a falta de capacidade organizacional naquela época e, em terceiro lugar, a baixa repercussão de preocupações ambientais na sociedade argentina. Concomitantemente, em razão da lógica estrutural dos meios de comunicação de massa, havia menos espaço de mídia para cobrir tópicos ambientais:

> *As organizações ecológicas eram menores; o ambientalismo, o ecologismo na Argentina não existia nos anos 1990 (...), então também não geravam um interesse na sociedade sobre o tema porque não estava nos meios de comunicação.* (Greenpeace Argentina, entrevista em 2012a)

A baixa repercussão das questões ambientais com o público e os meios de comunicação de massa deve ser contextualizada dentro do espírito da época: "A sociedade está muito embarcada nesse projeto de pensamento neoliberal, com a ideia de que tudo importado é bom, que todo o resto não se discute" (Greenpeace Argentina, entrevista em 2012a).

A decisão inicial do Greenpeace de não lançar uma campanha contra a aprovação da soja transgênica na Argentina foi o ponto de partida para o Grupo de Reflexão Rural (GRR). Seus membros eram oriundos da juventude peronista, muitos haviam sido exilados, e desde a década de 1990 trabalhavam no Ministério da Agricultura. Mesmo trabalhando na instituição em que a soja RR foi aprovada, eles não souberam disso por meio de canais internos. Seu conhecimento sobre a nova tecnologia provinha de bibliografias estrangeiras; eles ouviram falar de sua chegada à Argentina quando um jornalista lhes disse que o Greenpeace havia feito uma pesquisa de opinião sobre a aceitação dos transgênicos concluindo que não havia espaço para uma campanha:

> *Se isso não é uma causa para o Greenpeace, então deve ser para gente. Assim contatamos amigos europeus e começamos a prever o modelo de país que viria do pacote industrial e tecnológico… baseando-se na premissa de que a agricultura é agronegócio*. (GRR, entrevista em 2012)

Ao participar de redes transnacionais nas quais o debate sobre a agricultura industrial estava ocorrendo, o GRR começou a escrever documentos sobre questões como cadeias agroalimentares, supermercados e o que estava em construção naquele momento: o agronegócio e a integração da Argentina no sistema agroalimentar mundial como um fornecedor de produtos baratos para a indústria de alimentos e agricultura industrial animal.

No período de quatro anos, 90% da soja era transgênica. A Argentina logo se tornou o segundo produtor mundial de culturas GM. Alguns dos ativistas entrevistados suspeitam que o governo distribuiu sementes, como explicação para a rápida adoção (GRR, entrevista em 2012; Greenpeace Argentina, entrevista em 2012a). Houve também rumores de que associações de agricultores estavam envolvidas em um acordo com a Monsanto e Inta para multiplicar as sementes sem ter que pagar *royalties* (GRR, entrevista em 2012).

A singularidade do caso argentino na promoção de sementes GM continua a ser um enigma para muitos analistas que tentam entender por que a Monsanto não entrou com pedido de patente para a soja RR. Para o GRR, a Monsanto estava interessada em lucrar com o produto Roundup®, não com as sementes (GRR, entrevista em 2012). Outros têm uma hipótese diferente: a Monsanto teria chegado a um acordo com a SRA para não entrar com a patente a fim de não gerar qualquer debate sobre as novas sementes (MCC, entrevista em 2013). Tendo em vista as acaloradas discordâncias acerca de um possível sistema de *royalties*, que teve lugar mais de dez anos depois, essa explicação parece plausível (Seifert, 2012).

A falta de uma patente e de um sistema de aplicação dos direitos de propriedade intelectual explica parcialmente a difusão de sementes GM, juntamente com o menor custo da tecnologia e a multiplicação clandestina de sementes transgênicas, que ficou conhecida como *bolsa blanca* (saco branco), posto que a embalagem não era certificada. Isso permitiu uma mudança estrutural no setor agrário (Bisang, Anlló & Campi, 2008; Varesi, 2010), já que o pacote tecnológico aumentou a escala de operações; mais e mais terras foram destinadas para o plantio de soja, deslocando outros cultivos e pecuária (Catacora-Vargas *et al.*, 2012). Os processos de modernização ocorridos nos pampas no início da década de 1990 foram replicados nas regiões adjacentes, desencadeando uma rápida expansão da fronteira agrícola (Pengue, 2005). A mobilização social contra o avanço do modelo agrobiotecnológico se deu em dois contextos diferentes: na cidade e no campo.

No campo (1999-2001)

O avanço dos cultivos de soja transgênica atingiu territórios caracterizados por outra forma de ocupação. Distantes do núcleo fértil da pampa úmida, essas terras protegiam a vegetação nativa e eram cultivadas por aqueles que se identificavam como camponeses e camponeses indígenas e não tinham títulos legais como proprietários da terra onde moravam por mais de uma geração:

> *O movimento camponês, em parte, surge também em uma situação de resistência, de frear os despejos, frear o desmatamento (...). Quer dizer, o conflito da soja se transpõe de outras maneiras a outras regiões do país, e o eixo sempre era uma situação na qual haviam comunidades camponesas que não tinham título.* (MCC, entrevista em 2013)

No entanto, a existência de problemas comuns não conduz automaticamente à mobilização social. É necessário que se interpretem essas mudanças estruturais de maneira propícia à ação coletiva (Snow *et al.*, 1986). Foi somente ao se organizarem que comunidades pobres rurais conseguiram interpretar essas situações para além de uma queixa individual e em termos de injustiça social. Tornaram-se cientes de que tinham o direito legal a suas terras – de acordo com a lei dos vinte anos (*Ley Veinteañal*) que garante àqueles que tenham vivido em uma terra por mais de vinte anos o direito à sua posse. No entanto, como qualquer lei, sua aplicação não havia sido automática e os pobres rurais careciam de recursos econômicos e profissionais para acessar o sistema judicial (Barbetta, 2009). Nesse momento, a construção da identidade coletiva "cam-

ponesa" desempenhou um papel central (Figurelli, 2013). Tal identidade foi construída em oposição àqueles identificados com o agronegócio, reconhecendo que estavam em uma situação desigual para disputar com eles, já que seu único recurso era agir coletivamente e lutar. Além disso, eles perceberam que, agindo juntos, poderiam fazer uma diferença. Anos mais tarde, eles se orgulham de não haver nenhum caso, dentro do movimento, de um camponês ter sido despejado (MoCaSe-VC, 2013). O sucesso de sua ação coletiva pode ser entendido pela combinação dos elementos de identidade, agência e interpretação (*frame*) de injustiça (Gamson, 1992).

A soja transgênica chegou à agenda do movimento camponês de forma combinada com a questão da terra, portanto: "Quando começou o tema dos transgênicos? Eu acho que começamos a tratá-lo, com facilidade, a partir de 1999 mais ou menos, com força já, quando já estávamos vivendo o tema dos desalojamentos" (MCC, entrevista em 2013). Eles recorreram a um novo repertório de ação, emprestado dos incipientes protestos que tomaram impulso nas cidades em reação às reformas neoliberais: as tendas brancas dos protestos de professores (Auyero, 2004).

> *Um fato, digamos, histórico, da rede de resistência foi a barraca preta da Simona (...). Foi armada uma barraca para toda a comunidade, estava lá, foram várias barracas, para resistir o avanço das escavadoras. E foi (...) uma modalidade que depois foi se multiplicando, a barraca preta da resistência, a barraca preta da terra.* (MCC, entrevista em 2013)

Em 1998, as tendas negras (*la carpa negra*) na localidade de Simona, na província de Santiago del Estero, na Argentina, representaram mais do que a difusão de um repertório de ação da cidade para o campo, que mais tarde se tornou modular. Assinalaram, também, o estabelecimento de uma rede conectando cidade e campo na contestação contra um inimigo comum: as reformas neoliberais.

Os protestos organizados por professores, trabalhadores e desempregados naqueles anos foram precursores de um ciclo de contestação contra o neoliberalismo. Os desempregados formaram um movimento que ficou conhecido como *piqueteros* e se tornariam atores proeminentes no novo ciclo. O movimento camponês passou a cooperar constantemente com os *piqueteros*, a União Central de Trabalhadores da Argentina (CTA, da sigla em espanhol para Central de Trabajadores de la Argentina) e a Coordenação das Organizações Populares Autônomas (Copa) "deixou de ser uma questão do camponês que é despojado para entrar também para a agenda de resistência ao neoliberalismo" (MCC, entrevista em 2013). Músicos vieram a Simona para demonstrar sua solidariedade e, ao tocarem em festivais importantes, convidavam ao palco alguém que tinha

sido vítima de despejos forçados. O depoimento direto não só teve ressonância no público, mas também ofereceu uma boa história para a cobertura da mídia (MCC, entrevista em 2013). Também o MST enviou representantes do Brasil para expressar sua solidariedade.

Esse momento de resistência na cidade de Simona marcou o início da parceria com dois atores urbanos: algumas periferias (*barrios*) e universitários e pesquisadores, em particular a Federação Argentina de Estudantes de Agronomia (Faea). Eles organizaram atividades conjuntas, como mesas-redondas e conferências. Representantes do movimento camponês participaram de eventos na universidade e vice-versa. A cooperação com os atores urbanos tomou a forma de um programa de intercâmbio e estágio que traz estudantes e jovens dos *barrios* para viver no campo nas comunidades camponesas; e os jovens do campo também vão morar nos *barrios* pelo período de um mês. Todas essas atividades ajudaram a difundir a agenda do movimento (MCC, entrevista em 2013).

Às margens da cidade

O contato com o campo também era um objetivo das organizações urbanas que haviam atuado na produção e distribuição de alimentos. Foi o caso do Serviço à Cultura Popular (SerCuPo, da sigla em espanhol para Servicio a la Cultura Popular), que mais tarde se tornou a única organização urbana membro do MNCI. Sua história remonta ao período de alta inflação no fim da década de 1980, quando começaram a participar nos mercados alternativos das *barriadas*[18] como medidas paliativas para lidar com a inflação. Fazem parte de um processo que os estudiosos do movimento chamam de "territorialização" da ação coletiva na Argentina para destacar as iniciativas que ocorreram no nível local, nos lugares onde as pessoas viviam, já que ação coletiva entre os trabalhadores tinha recuado com a precarização do mercado de trabalho (Luzzi, 2012; Svampa, 2008). A ideia de uma cultura popular para o SerCuPo consiste em recorrer a meios comunitários de organização da economia para combater a pobreza. Eles recordam ter iniciado seus contatos com o MoCaSe por volta do ano 2000, quando souberam pela primeira vez da questão camponesa e estabeleceram programas de intercâmbio e estágio.

A conexão simbólica (*frame bridging*) com o movimento camponês foi facilitada porque a maioria dos habitantes dos *barrios*, ou seus pais, haviam

[18] É assim que são chamados os subúrbios com condições precárias para os urbanos pobres, bem como as atividades sociais e culturais que neles se realizam.

sido camponeses e tiveram que deixar suas terras em razão de transformações estruturais. A construção da memória e da identidade também fazia parte de seu trabalho de construção de sentido:

> *De acordo com o tempo que tenha sido criado o bairro, se nota muito (...). Crianças caçando animais, a família com uma horta, há muito disso que ainda está conservado e há que, digamos, revalorizar, reconstruir, não deixar que se perca.* (SerCuPo, entrevista em 2013)

A crise do período 1999-2001 forneceu algumas das condições para que seu trabalho de promover uma produção alimentar comunitária avançasse. O SerCuPo fez alianças com o movimento de fábricas recuperadas, com uma planta de processamento de carne em particular, em cujas terras começaram a cultivar (SerCuPo, entrevista em 2013).

A Soja Como Símbolo da Luta contra o Neoliberalismo

A soja transgênica tornou-se um símbolo muito concreto de protestos contra os impactos das reformas neoliberais no campo, o que pode ser visto nos cartazes de protesto na *carpa negra* de Simona (Mohaded, 2000). A soja era a face visível da transformação da agricultura argentina. Os movimentos camponeses iniciaram um trabalho interpretativo sobre as causas de seus problemas e os responsáveis pelos mesmo. O diagnóstico incluiu a crescente ganância pela terra e o uso de um novo pacote tecnológico composto por sementes transgênicas, novas máquinas e agrotóxicos. A atribuição de responsabilidades é complexa: o poder econômico e também seus aliados na política e na mídia (MoCaSe-VC, entrevista em 2013).

O diagnóstico do que estava acontecendo era simples: dada a sua vivência de despejos forçados, desmatamento e pulverização de pesticidas, os esquemas interpretativos (*frames*) direito à terra, saúde e a proteção ambiental faziam sentido para os camponeses por serem comensuráveis em relação à sua experiência (*experiential comensurability*). Não foi fácil entender o que era o Roundup® ou RR (o produto desenvolvido pela Monsanto com base no glifosato para ser usado em associação com a soja RR), o que era engenharia genética e como o RR podia matar todas as ervas daninhas sem afetar as plantas de soja:

> *Primeiramente dizem RR, você não sabe (...). Nós sempre dizíamos que com toda a praga que destrói, que era impossível. (...) Quando fumigam, ou seja, que poder deve ter essa planta para que resista, porque todo o resto morre. E aí começamos a pesquisar mais.* (MoCaSe-VC, entrevista em 2013)

Ademais, o esquema interpretativo do modelo agrário foi facilitado porque, desde 1994, organizações regionais como o MoCaSe começaram a participar das atividades da Via Campesina: "E isto também se deve à nossa participação na Via Campesina que foi trazendo elementos para que já comecemos a ter um olhar mais claro sobre o modelo e possamos denunciar a questão dos transgênicos e dos agrotóxicos" (MCC, entrevista em 2013).

Os estudantes de agronomia que participaram do MNCI também ajudaram a explicar como a expansão da soja transgênica trouxe violência para seus territórios, que até então não tinham valor comercial, com sua integração ao mercado de terras. Em retrospectiva, é mais fácil fornecer uma explicação para o que aconteceu, mas os entrevistados compartilham o ponto de vista de que se trata do resultado do trabalho de interpretar e dar sentido a esses processos na medida em que eles sofreram suas consequências. Não havia uma interpretação prontamente disponível na época para ajudar a explicar a falta de resistência organizada:

> *Porém, praticamente não houve uma resistência consolidada em toda essa primeira etapa nem uma discussão em termos de se os transgênicos eram bons ou ruins. Isto talvez haja hoje em dia, mas agora já com 20 milhões de hectares plantados.* (MCC, entrevista em 2013)

Nas Cidades: alvejando consumidores urbanos

Deparando-se com o fato de a Argentina ter se tornado o segundo maior produtor mundial de cultivos transgênicos, o Greenpeace organizou algumas ações para chamar a atenção do público para o problema. Visando à aprovação de regras de rotulagem, a organização moldou sua mensagem em termos de direitos do consumidor e saúde, baseando-se na divisão entre o que acontece nos campos agrícolas e o que acontece no supermercado com os consumidores urbanos:

> *Não se pode dizer que já que a Argentina e o Brasil plantam muita soja, os argentinos e os brasileiros comem transgênicos sem se importarem. Essa afirmação não é correta pois uma coisa é o que acontece no campo, e a outra é o que acontece no supermercado. São dois mundos diferentes.* (Greenpeace Argentina, entrevista em 2012b)

O Greenpeace divulgou informações sobre o assunto e organizou eventos de protesto planejados para chamar a atenção da mídia. Um dos protestos envolveu o monstro Frankenstein cozinhando uma grande panela de sopa feita com caldo Knorr®, composta de ingredientes transgênicos, da qual consumidores enchiam

os pratos de olhos vendados. No entanto, os ativistas apontam os principais obstáculos para mobilizar as pessoas para a questão. Em primeiro lugar, mais de 90% dos cultivos transgênicos na Argentina eram exportados. Até mesmo a soja que estava destinada ao mercado interno era principalmente para processamento de alimentos ou alimentação animal, de modo que os consumidores não comiam diretamente produtos GM.

Em outras palavras, a engenharia genética aplicada à soja RR estava situada nos estágios iniciais de uma cadeia global de *commodities*, que incluía muitos estágios de processamento, tornando difícil para os consumidores visualizarem um OGM – especialmente em um contexto de transformações nos hábitos alimentares, em que passam a consumir mais alimentos processados e industriais, um elemento constitutivo do regime agroalimentar corporativo. Desse modo, o Greenpeace achou difícil conferir credibilidade empírica às afirmações sobre a saúde dos consumidores: "Está provado que quando se coloca nos rótulos, as pessoas preferem não consumir, por via das dúvidas. Mas se não se consome, como era o caso em 1996, e é exportado, por que as pessoas vão se importar se algumas galinhas na China comem?" (Greenpeace Argentina, entrevista em 2012b).

O ex-ativista do Greenpeace lembra que faltavam estudos científicos que comprovassem os riscos, recurso importante para mobilizar o público contra os cultivos transgênicos, revelando os perigos de aceitar as regras do jogo da política regulatória baseada na ciência tradicional, não permeada por preocupações ambientais e sociais. O ativista pede uma mudança epistemológica na ciência, de acordo com a qual o princípio da precaução guia a aplicação da ciência na política. Para ele, a ciência deveria pôr em causa o conceito de equivalência substancial, que serve de base para a regulamentação sobre os OGM nos Estados Unidos e na Argentina, e buscar as diferenças que podem resultar dos mecanismos de inserção genética.

No entanto, seus esforços de mobilização mostraram alguns resultados. As ações de protesto do Greenpeace na Europa contra as importações de transgênicos da Argentina provocaram a reação da Aapresid e foram abordadas pela mídia (Trucco, 2001). Em seguida, o Greenpeace Argentina publicou um artigo no *El Clarín*, explicando sua posição (Ezcurra, 2001). Eles identificaram oportunidades políticas na estrutura federalista do Estado argentino e os ativistas alcançaram uma vitória local em 2001, com uma portaria municipal de Bariloche estabelecendo a rotulagem obrigatória (Cordero, 2001). Quando as autoridades entraram com uma ação judicial para declará-la inconstitucional, os ativistas se engajaram em mobilização legal e envolveram a Defensoria Públi-

ca, que fundamentou a defesa da portaria de rotulagem com base no direito à informação, ancorada na constituição e nos tratados de direitos humanos, bem como em argumentos baseados na incerteza e no princípio da precaução. Finalmente, o documento afirma que a aprovação de sementes GM na Argentina foi uma decisão política e um ato ilegal e inconstitucional. Por mais fundamentada que fosse essa argumentação, ela não teve quaisquer efeitos tangíveis. A política governamental foi de claramente promover a tecnologia GM. Sem muita repercussão pública, os ativistas viram suas chances de vencer essa batalha reduzidas. Para uma organização como o Greenpeace, isso implicava que a questão teria que ser descartada.[19]

Negociação de Instrumentos Legais no Âmbito Internacional e no Congresso Nacional (1998-2001)

Durante as negociações do Protocolo de Cartagena, a Argentina deixou o Grupo dos 77 (G-77), pressionada pelos Estados Unidos e pela diplomacia da Monsanto e se aliou à Austrália, Canadá, Chile, Estados Unidos e Uruguai na criação do Grupo de Miami (Newell, 2009). A aliança lutou contra um tratado internacional e qualquer compromisso que comprometesse a produção e exportação de OGM. O Grupo de Miami tentou excluir do âmbito de aplicação do acordo todos os transgênicos destinados a alimentos para consumo humano e animal e conseguiu mantê-los fora do procedimento de consentimento prévio informado, parte do referido acordo. A despeito de suas tentativas de excluir o princípio da precaução, o Protocolo de Cartagena incluiu uma forte versão desse princípio do regime internacional ambiental. A maioria dos exportadores de OGM não assinou o Protocolo de Cartagena. A Argentina assinou, mas não o ratificou e, portanto, não incorporou suas obrigações, como adotar uma lei de biossegurança.

Entre o fim de 1999 e 2001, o GRR, o Greenpeace e outras organizações tentaram influenciar o processo legislativo com projetos de lei que previam a incorporação do princípio de precaução, disposições de rotulagem e maior supervisão do Ministério do Meio Ambiente. Os patrocinadores desses projetos justificaram a necessidade de a Argentina incorporar as obrigações decorrentes do Protocolo de Cartagena. Em 2001, houve outro projeto de lei, da coalizão

[19] Seu repertório de ação é projetado para "ganhar" uma mudança de política. De fato, seu *site*, sob o título de "Vitórias", coleta cerca de uma ou duas vitórias por ano sem menção de OGM. Há mesmo uma lacuna nos anos de 2000 e 2001, quando a organização concentra muitos esforços na questão. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/argentina/es/sobre-nosotros/Nuestras-Victorias/>. Acesso em: 8 de abr. 2017.

pró-OGM, com o objetivo de transformar os regulamentos existentes em lei. O ativismo do GRR, do Greenpeace e de seus aliados ajudou a impedir que o projeto fosse aprovado. Além disso, políticos alinhados com o Ministério da Agricultura se recusaram a debater os projetos, o que nunca aconteceu, receosos de um debate público que poderia ter tido consequências imprevisíveis para o futuro da tecnologia. De fato, a questão foi deixada fora da arena legislativa até 2008, quando uma lei para o desenvolvimento da biotecnologia foi aprovada (Poth, 2013).

Esses anos da virada do século coincidiram com um período de turbulência política e econômica que culminou com a crise de 2001. Mas antes disso, merece menção outro evento: o ano de 2001 também marca o lançamento do Grain na Argentina. Esse foi o resultado de uma mudança no perfil da organização no sentido de trabalhar mais perto dos movimentos locais na África, Ásia e América Latina:

> *Foi quando surgiram os movimentos camponeses nos anos 1990 que GRAIN decidiu: se os protagonistas são os movimentos camponeses, nós temos então que trabalhar junto a eles. Daí começou um processo de descentralização, de trabalhar com os movimentos regionalmente.* (Grain Argentina, entrevista em 2013)

Os cultivos geneticamente modificados desempenham um papel proeminente em todas as atividades da organização. No entanto, não houve envolvimento por parte do Grain na campanha de rotulagem, não apenas por optar trabalhar com os movimentos sociais, mas também em razão da percepção de que esse caminho não era eficaz onde a fiscalização continuava muito fraca (Grain Argentina, entrevista em 2013).

Crise e Transição: colheita recorde, fome recorde (2001-2002)

O ano de 1999 marcou o fim do governo do presidente Carlos Menem. Seu partido, o PJ, não conseguiu eleger seu candidato. A Aliança para o Trabalho, Justiça e Educação estabelecida entre os partidos União Radical Civil (UCR) e Frente para um País Solidário (FrePaSo), formada em 1997, venceu as eleições presidenciais de 1999, encabeçadas pelo candidato Fernando de la Rúa. O GRR organizou uma pequena ação de protesto com o Greenpeace e um grupo de defesa do consumidor. Eles usavam camisetas com a expressão "Não aos transgênicos" e entregaram ao presidente um prato com o *slogan* "Eu não quero transgênicos". O presidente disse que consideraria a questão, o que nunca aconteceu (GRR, entrevista em 2012).

De 1999 a 2002, a economia argentina atravessou uma grave crise, após a qual a desigualdade aumentou (Valdés, 2017). A crise culminou em protestos em massa, desencadeados pelo anúncio de restrições à retirada de dinheiro dos depósitos bancários, conhecida como *corralito*. Houve protestos por comida (Auyero & Moran, 2007) em Rosário e Buenos Aires, e pessoas da classe média não organizada foram às ruas protestar batendo panelas (*cacerolazo*) nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Como reação, o presidente declarou estado de emergência; houve violência e mortes. O *slogan* "*Que se vayan todos"* ("fora todos") se disseminou, quando a liderança do governo também se tornou instável (de 20 de dezembro de 2001 a 2 de janeiro de 2002, quatro presidentes assumiram o cargo). O ano de 2002 foi um "ano ambiguamente extraordinário" (Svampa, 2008: 117), pois assinalou uma crise profunda e uma sociedade forte e mobilizada.

Enquanto isso, o parlamento nomeou como presidente o senador Eduardo Duhalde, o candidato derrotado pelo PJ nas eleições presidenciais de 1999. Entre suas muitas medidas estava a *pesificación* de todos os depósitos dolarizados e a desvalorização da moeda. A política agrária tornou-se uma nova ferramenta para a estabilidade financeira (Varesi, 2010). Em abril de 2002, o presidente seguiu a recomendação do FMI de aumentar as taxas de exportação (*retenciones*) sobre produtos agrários para financiar a dívida pública. Os impostos também seriam usados para financiar a política contra o desemprego lançada pelo presidente. Embora esse instrumento fiscal fosse comum no país, o governo Menem havia suspendido sua aplicação durante os anos 1990. De fato, o aumento da produção de grãos e suas exportações agrárias garantiram o ingresso de moeda estrangeira e aliviaram as finanças do Estado, já que o setor agrário não estava em crise como o resto da Argentina (Varesi, 2010).

Em junho de 2002, o Greenpeace lançou o relatório *Colheita Recorde, Fome Recorde: morrendo de fome na Argentina transgênica*. O ano de 2001 marcou uma profunda inflexão na pobreza e no acesso à alimentação e, ao mesmo tempo, um volume sem precedentes de colheitas. A diferença entre a soja colhida e o acesso a alimentos reside na mercantilização da soja e sua inserção em cadeias globais.[20] O relatório desconstrói o discurso da segurança alimentar e, em vez disso, defende a soberania alimentar. O modelo de desenvolvimento escolhido,

[20] Quando uma iniciativa de associações do agronegócio, a campanha Soja Solidária, começou a propagar o consumo de soja como uma solução nutricional para a fome, as organizações da sociedade civil reagiram chamando-a de uma tentativa de transformar monocultura em monoconsumo (Foro de la Tierra y la Alimentación, 2002).

orientado para a exportação e injusto, explica a distância entre os dois discursos (Greenpeace Argentina, 2002). Durante o mesmo ano, 15 organizações se reuniram no Fórum da Terra e Alimentação e emitiram um documento intitulado "Do celeiro do mundo para 'republiqueta da soja': por que somos contra o modelo transgênico", no qual explicam que o paradoxo da colheita recorde e da fome registrada teve sua causa fundamental na globalização neoliberal no sistema agroalimentar, que caracterizaram como: "Se trata de um modelo dominado pelas grandes empresas transnacionais e as tecnologias que elas controlam: os supermercados na distribuição final de alimentos, a grande indústria alimentícia, a indústria de sementes e de agrotóxicos e o fundo de investimento (*pool de siembra*)" (Foro de la Tierra y la Alimentación, 2002). As ONGs desconstruíram o paradoxo, ao distinguir claramente entre *commodities* e alimentos: como *commodities* não servem como alimento, não há contradição no fato de que a Argentina simultaneamente tenha experimentado um *boom* na produção e exportação de *commodities* e uma deterioração da segurança alimentar: "Um modelo que produz matérias-primas (*commodities*) para exportação, e não alimentos em quantidade e qualidade suficientes para nossa população, obrigando a importação de alimentos de todo tipo que antes produziam nossos produtores rurais" (Foro de la Tierra y la Alimentación, 2002).

Embora a sociedade civil tenha se mobilizado contra o modelo agrário nesse período, o contexto não foi receptivo a suas reivindicações. Não só o país dependia das exportações de soja para equilibrar sua balança de pagamentos, mas o ano de 2001 também marcou o início de um *boom* nos preços dos bens primários que duraria até 2008. As exportações de soja transgênica se tornaram uma fonte lucrativa de receitas para o Estado.

3
Aumentando o Barulho (2003-2013)

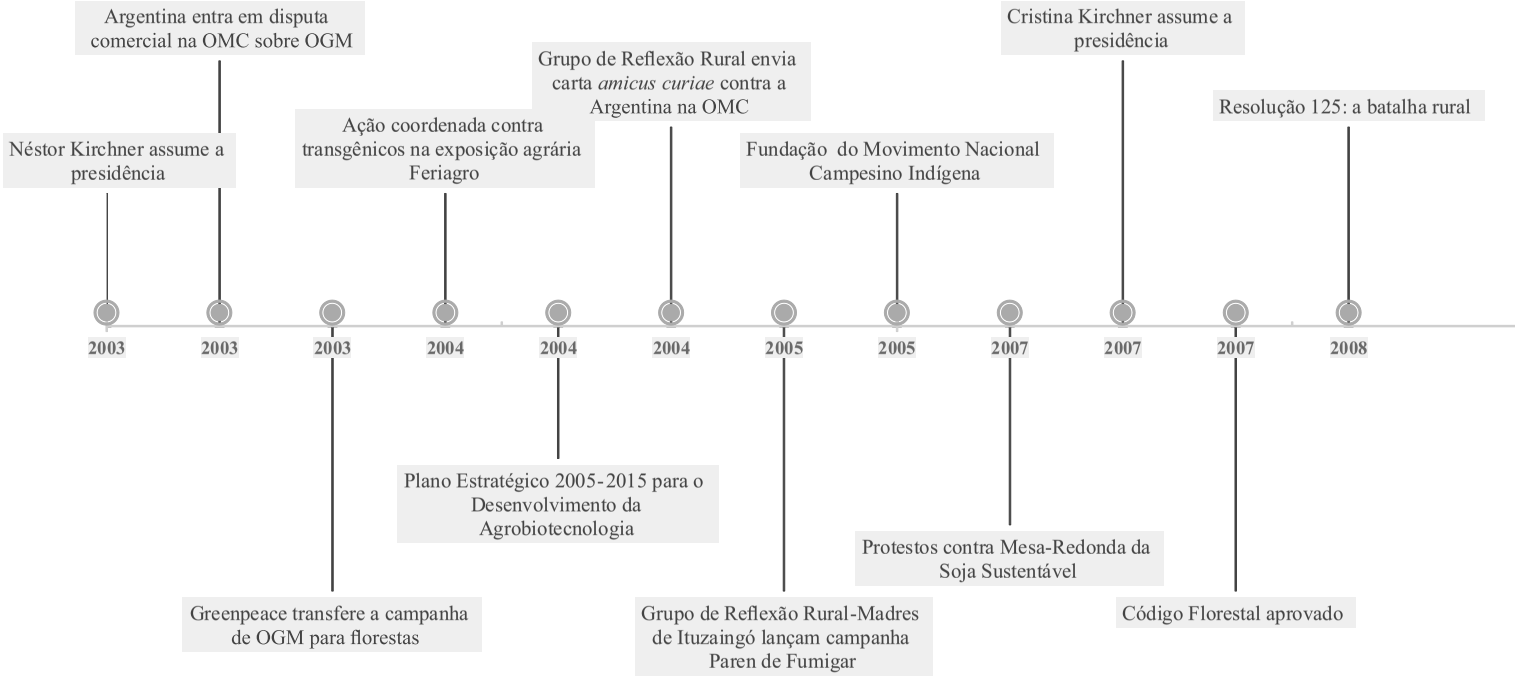
Após dois anos de crise e instabilidade, a Argentina viveu uma década de relativa estabilidade política e crescimento econômico. A soja geneticamente modificada permaneceu um elemento central dessa trajetória. No entanto, esse papel não foi inconteste. Neste capítulo analiso os processos de confrontação social sobre o modelo agrário entre 2003 e 2013, em duas partes. A primeira abrange o período de 2003 a 2008, coincidindo com o início do novo governo federal. Ao mesmo tempo que interpretavam as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, os movimentos sociais que contestavam o modelo agrário procuravam, sem sucesso, espaços de influência. Em 2008, um conflito polarizado entre elites agrárias e governo tomou conta da agenda nacional por alguns meses e definiu os alinhamentos políticos entre o setor agrário e o governo sobre a política dos transgênicos. Na segunda parte do capítulo, analiso as consequências para os movimentos sociais contrários a esse modelo agrário. Embora desacreditados de suas chances de lograr mudanças no nível nacional, sua mobilização, no entanto, aumentou em outras esferas, na busca pela criação de novos espaços políticos no nível local, bem como em arenas globais e transnacionais. Dessa forma, este capítulo narra a história de como a bio-hegemonia se manteve e se tornou cada vez mais objeto de mobilização social. De uma "(não tão) silenciosa" revolução transgênica como narrada no capítulo anterior, a próxima fase mostra muito mais "barulho" sobre o modelo agrário, embora sem ressonância no sistema político nacional argentino.

Combatendo o Outro Lado do *Boom* Agrário (2003-2008)

Como o novo governo não alterou, mas sim consolidou a política agrobiotecnológica, os movimentos que resistiam ao modelo agrário tiveram que lidar com as consequências diretas e indiretas da expansão dos campos transgênicos. Muitas vezes, eles transferiram suas atividades para os níveis local, regional e global. Os principais episódios de luta contra o modelo agrário durante os primeiros anos de kirchnerismo serão descritos em sete etapas, começando por uma análise das rupturas e continuidades do novo governo, com ênfase na sua política para transgênicos.

O Greenpeace abandonou suas atividades nacionais anti-OGM, deixando o tópico para o nível global enquanto concentrava seus esforços nacionais no tema de florestas. Houve momentos de trabalho em rede e de colaboração entre as diferentes organizações trabalhando sobre o tema, que, não obstante, tiveram dificuldades em ganhar aliados entre cientistas e políticos. Enquanto isso, a coalizão pró-transgênicos assegurou que o Estado argentino se empenharia na promoção da agrobiotecnologia na arena multilateral. O movimento camponês lançou uma organização nacional em 2005. Suas lutas pela terra e pela soberania alimentar mostraram que o fato de ter aliados no poder não se traduz em mudança nas políticas, embora se abrissem alguns espaços institucionais às margens da política agrária. Novos atores coletivos começaram a se organizar contra os efeitos do modelo agrário: os povos fumigados. Todos esses movimentos observaram com grande interesse a divisão entre as elites que levou o modelo agrário ao centro da agenda pública. Na Figura 4 se ilustra o cronograma de alguns eventos que marcaram essa fase.

Figura 4 – Linha do tempo de eventos de mobilização social contra os transgênicos. Argentina – 2003-2008



O Começo do Kirchnerismo

Nas eleições nacionais de 2003, os candidatos de esquerda do PJ foram eleitos e Néstor Kirchner tornou-se o novo presidente. Kirchner, juntamente com sua esposa Cristina Férnandez Kirchner – até então uma poderosa senadora que em 2007 se tornaria sua sucessora no gabinete presidencial – inaugurou uma facção no PJ, e na história política da Argentina, que se tornou conhecida como kirchnerismo.[21] Suas decisões políticas para promover a justiça de transição em relação às violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar, juntamente com uma distância dos mercados financeiros, foram interpretadas como uma ruptura com os governos anteriores. Uma polarização do panorama político argentino se seguiu: a maioria dos partidos, inclusive o PJ, dividiu-se em grupos de apoio ou oposição ao kirchnerismo, sendo denominados, portanto, facção K ou anti-K.

O retorno à normalidade política decepcionou muitos atores coletivos que haviam se mobilizado em 2001 e 2002. O novo governo combinou mecanismos de integração e institucionalização (das facções mais alinhadas ao peronismo) com mecanismos de repressão e exclusão (de facções radicais). A primeira estratégia, facilitada por uma facção do PJ que buscava um realinhamento com suas bases históricas e por ideologia nacional-populista, significou um diálogo crescente com muitos setores sociais que haviam sido excluídos da política institucional. Muitos movimentos sociais expressaram seu apoio ao kirchnerismo, aumentando sua dependência do Estado – em particular do PJ, intermediário de programas sociais –, e comprometendo assim sua possibilidade de adotar repertórios mais radicais de luta e, portanto, seu poder como movimento social (Lapegna, 2013b). Também movimentos sociais históricos na Argentina, como as Mães da Plaza de Mayo, mostraram seu apoio ao governo, que já havia avançado no atendimento de suas demandas. A estratégia de repressão aproveitou-se de uma campanha midiática para deslegitimar os *piqueteros* ao representá-los como ameaça à ordem (Svampa, 2008).

Há um longo debate sobre o que constituiu uma mudança e o que significou uma continuidade em relação aos governos anteriores. No que diz respeito à questão em análise, o governo deu continuidade ao modelo agrário, exibido no apoio governamental e na dependência da produção e exportação de grãos

[21] Svampa (2008) resume o significado dessas eleições: elas não só mostraram que as mobilizações sociais de 2002 não se traduziram em um desafio efetivo à representação política, como também assinalaram perspectivas de um peronismo infinito, já que todos os outros partidos tradicionais haviam desmoronado durante os anos de crise.

transgênicos, em especial da soja transgênica. No entanto, houve também uma mudança, interpretada por movimentos sociais (Greenpeace Argentina, entrevista em 2012a, 2012b; Carrasco, entrevista em 2012) e analistas (Svampa, 2008) como mudança no modelo de desenvolvimento, que passou de claramente neoliberal, centrado em rendimentos financeiros, a um modelo fortemente dependente da produção para a exportação. Isso beneficiou a muitos. As novas condições econômicas ofereceram oportunidades para que os agricultores de médio e grande porte aumentassem a sua produção através de um pacote tecnológico de sementes geneticamente modificadas adaptadas ao glifosato e aptas para o plantio direto. Muitos pequenos agricultores lucraram arrendando suas terras para terceiros. No geral, houve abundância no setor agrário, especificamente na produção de soja. Além disso, no contexto de um *boom* nos preços das *commodities*, as exportações de soja foram fundamentais para um superávit na balança comercial, ajudando a economia do país a entrar em uma trajetória de crescimento positivo. O governo utilizou esse contexto favorável para renegociar as dívidas externas, pôr fim à situação de inadimplência e financiar políticas sociais compensatórias para os setores mais pobres (Giarracca & Teubal, 2010; Gudynas, 2008, 2012; Svampa, 2012).

No entanto, os pobres rurais e aqueles que vivem em áreas periurbanas, geralmente dependentes de atividades agrárias (Giarracca, 2003), sofreram o outro lado das transformações no campo, quais sejam: a concentração de terra, o desmatamento e os despejos forçados de camponeses e de comunidades indígenas em razão da expansão da fronteira agrícola. Embora compartilhando esse diagnóstico complexo e articulado da situação, os movimentos sociais enfatizaram, em suas atividades de mobilização, diferentes temas segundo as especificidades de cada organização, como seu tipo de filiação e bases, bem como suas principais lutas e prioridades, como será descrito nas próximas páginas.

Greenpeace Argentina: florestas e arena global

As colheitas recordes de soja transgênica em 2002 levaram o Greenpeace Argentina a concluir que havia uma chance muito limitada de suas ações terem algum impacto na política do país. Tomaram duas decisões: mudar o foco para o tema florestas e transferir o embate sobre transgênicos para o nível global. Mais do que unir dois tópicos anteriormente não relacionados, essa articulação de temas foi possibilitada pela própria dinâmica do agronegócio: a recuperação econômica e o *boom* da soja aumentaram os preços da terra e a especulação financeira; com isso, a busca de terras para a produção de soja transgênica levou a uma enorme redução da área florestal no país (Greenpeace Argentina, 2012).

A mudança de foco para florestas foi muito vantajosa para a ONG. Com temas ambientais competindo pela atenção do público, o Greenpeace procurou escolher aqueles com mais chances de sucesso em termos de mudança de políticas públicas. Dados e eventos específicos de desmatamento foram ampliados, proporcionando credibilidade empírica às alegações de que o modelo agrário era prejudicial ao meio ambiente. O repertório de ação do Greenpeace, com ativistas vestidos como jaguares subindo árvores a serem derrubadas, recebeu uma boa cobertura jornalística. Como explicado pelo ex-ativista: "As florestas não são como os transgênicos, que você não pode ver" (Greenpeace Argentina, entrevista em 2012b). Houve uma boa reação do público em geral porque era uma questão consensual; os adversários se converteram em aliados – em especial cientistas que desprezavam o Greenpeace pela campanha contra os transgênicos – e, não menos importante, não havia um adversário tão forte como a Monsanto. Havia a perspectiva de alcançar resultados em termos de mudanças legais e políticas. De fato, em 2007, a principal vitória, atribuída principalmente a uma nova onda de ambientalismo (Luzzi, 2012), foi a promulgação da Lei Florestal.

O diagnóstico do modelo de desenvolvimento argentino realizado pelo Greenpeace, orientado para os mercados de exportação, levou-os à interpretação prognóstica (*prognostic framing*) de uma solução global para o problema. Eles viram na cadeia global de *commodities* outros pontos de ativismo que poderiam ser mais promissores para suas ações. Em primeiro lugar, almejaram o capital, tentando convencer os exportadores argentinos dos riscos econômicos para seus negócios, em razão da rejeição dos cultivos transgênicos na Europa (Greenpeace Argentina, 2002). Depois começaram a enviar informações e relatórios aos escritórios da ONG na Europa. Assim, a decisão do Greenpeace de deslocar o foco para o público externo foi convergente com sua lógica e cultura organizacional, que estabelece como regra a existência de chances reais de alcançar um resultado positivo antes de começar uma campanha (Greenpeace Argentina, 2012).

Por último, mas não menos importante, o enquadramento global da questão também é convergente com a cultura organizacional do Greenpeace Internacional, em sua preferência por campanhas globais e condução de ações simultâneas em muitos países para resolver um problema global. Trata-se de ir além de mobilizações apenas por parte daqueles diretamente afetados por um problema ambiental, ou seja, as campanhas "fora do meu quintal" (conhecidas pela sigla em inglês NIMBY – *not in my backyard*) (Greenpeace Argentina, 2012). No entanto, permaneceu sem explicação a seguinte contradição: se os transgênicos fazem parte de uma campanha global do Greenpeace Internacional, por que

não encampá-la também no seu quintal? De fato, a decisão do Greenpeace de abandonar o tema é considerada pelo Grain uma grande perda, especialmente comparando-se com o papel significativo do Greenpeace em outros países, como Brasil e México (Grain Argentina, entrevista em 2013).

Instâncias e Obstáculos ao Trabalho em Rede

Embora não houvesse uma campanha específica e conjunta contra os transgênicos na Argentina, houve momentos de colaboração entre organizações da sociedade civil. De 2002 a 2004, dois exemplos de mobilização conjunta e de trabalho em rede foram a Rede de Alerta sobre Transgênicos (Redast, da sigla em espanhol para Red Alerta sobre Transgénicos) e o Fórum da Terra e da Alimentação. Em 2004, essas duas entidades organizaram um protesto durante a Feriagro, importante feira agrária na Argentina. O chamado para a luta era "Argentina: terra, trabalho e soberania alimentar – por uma agricultura com agricultores, alimentos saudáveis para todos e controle social dos recursos naturais". Os ativistas recordam que esse evento foi único por duas razões: "Essa foi uma das primeiras vezes em que fizemos uma atividade pública forte e coordenada, que chegou a milhares de pessoas (...) e uma das vezes que se conseguiu uma aproximação entre organizações que, mais adiante, lamentavelmente, foi bastante difícil" (Grain Argentina, entrevista em 2013). O ativista do Grain explica que as razões para tal dificuldade em trabalhar juntos não residem em desacordos políticos, mas sim em diferenças de estilo e questões pessoais. Além disso, no momento de construção de alianças, havia dificuldade sobretudo para recrutar especialistas e aliados no sistema político. Enquanto, no primeiro caso, havia censura de visões dissidentes, no segundo houve um consenso geral em torno do regime agroalimentar neoliberal biotecnológico. Depois de acompanhar os eventos da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, o ativista atribui seus êxitos aos seguintes fatores, ausentes na Argentina: uma rede entre organizações da sociedade civil, incluindo camponeses e consumidores, e o apoio de cientistas e políticos.

Em relação à Feriagro, as faixas do protesto exibiam os *slogans* "soberania alimentar" e "não à monocultura de soja transgênica". Tais escolhas sinalizam a importância crescente dos movimentos dos camponeses na Argentina uma vez que o movimento transnacional de camponeses Via Campesina desenvolveu o discurso mestre da soberania alimentar. A sua consolidação nacional e a crescente participação na rede foram muito bem recebidas pelo Grain.

> *É claro que os protagonistas das lutas sociais devem ser as organizações camponesas, as dos povos originários, e não as ONGs; os atores políticos nas lutas sociais devem ser os movimentos sociais (...) entendemos que eles devem ir na dianteira,* [mostrar] *os caminhos e, nós, acompanhar.* (Grain Argentina, entrevista em 2013)

O ativista do Grain lembra ter iniciado sua colaboração com a Via Campesina desde o seu início, em 1996. Quando o MNCI se estabeleceu na Argentina, o Grain tornou-se um colaborador próximo.

Construindo a Bio-Hegemonia

Em vez de adaptar sua oferta às demandas dos consumidores, a Argentina preferiu o caminho judicial para fazer com que os europeus aceitassem o suprimento de transgênicos. Em 2003, a Argentina tomou o partido dos Estados Unidos e do Canadá e entrou na maior disputa comercial da OMC. Eles processaram a União Europeia (UE) pela suposta moratória aos transgênicos (World Trade Organization, 2006). As ONGs e movimentos sociais não tardaram em reagir. Em junho de 2003, o Greenpeace emitiu um documento informativo sobre o caso na OMC e exigiu que a Argentina retirasse o apoio aos Estados Unidos (Greenpeace Argentina, 2012). O GRR decidiu agir como *amicus curiae* contra a Argentina, em apoio à UE. Em 2006, o órgão de solução de controvérsias da OMC chegou ao veredicto, declarando ilegal a moratória da UE, segundo as regras do livre-comércio (Motta, 2013a).

Enquanto isso, a Argentina publicou seu *Plano Estratégico 2005-2015 para o Desenvolvimento da Agrobiotecnologia*, no qual afirma que, em razão da importância demonstrada durante a recuperação da crise de 2001, a agrobiotecnologia é uma necessidade estratégica para o futuro da Argentina e deve ser promovida pelo Estado em uma articulação multissetorial, com a colaboração do Poder Legislativo em todos os níveis de jurisdição. Essa recomendação demonstra o reconhecimento de que a biotecnologia não é uma questão puramente técnico-científica que depende apenas de uma política de inovação, mas que seu desenvolvimento está sujeito também a "variáveis políticas, legais e econômicas, de negociações externas e internas" (Argentina, 2004: 5).

O plano identifica a rotulagem de produtos transgênicos como a maior ameaça à competitividade argentina. Tendo demonstrado o poder material da biotecnologia, a coalizão pró-transgênicos trabalhou ativamente para conseguir o endosso do novo governo, expandindo seu poder institucional com este ins-

trumento político, o plano estratégico. A partir de 2004, autoridades e comerciantes argentinos participaram de esforços globais para promover a aceitação pública da soja transgênica, sendo a mais promissora delas a Mesa-Redonda para Soja Sustentável, uma norma privada que declara a soja transgênica como socialmente responsável e ambientalmente sustentável. Não obstante os protestos de GRR, Greenpeace, Amigos da Terra e outras organizações, a iniciativa foi exitosa (GRR, entrevista em 2012).

Lançamento do Movimento Nacional de Camponeses Indígenas

A expressão "agricultura sem agricultores" chama a atenção para o forte processo de transformação da atividade agrária, como mencionado anteriormente. Os pequenos agricultores começaram a questionar por que a expansão agrícola não lhes trouxe oportunidades de emprego, mas, pelo contrário, expulsou as pessoas do campo. Em sua resistência contra os despejos forçados, eles trabalharam na construção de uma identidade coletiva como camponeses e camponeses indígenas. A criação do MNCI em 2005 marca a consolidação do movimento em um momento de pelo menos dez anos de experiência direta com esforços locais e regionais de resistência aos efeitos da expansão do regime agroalimentar biotecnológico neoliberal e enfrentamento. Eles tinham acumulado experiência interpretando os problemas, mobilizando recursos, ativando redes e formando coalizões com aliados externos. Além disso, seu repertório de ação havia sido ampliado: das ações iniciais, diretas e imediatas para resistir aos despejos e ao desmatamento (*carpas negras*), em direção a ações mais propositivas, de construção de alternativas e demandas ao Estado por políticas públicas que lhes beneficiassem.

Pode-se caracterizar o movimento por duas frentes: uma defensiva, que reage à expansão do regime agroalimentar em seus territórios; e uma ofensiva, que sugere alternativas ao agronegócio. Sua importância relativa varia de acordo com as realidades locais: "Por haver conflitos territoriais é muito difícil, digamos, dedicar toda essa energia ao produtivo. Então, garantindo que não vai haver mais despejos, pode-se concentrar nisso [na produção]" (SerCuPo, entrevista em 2013). A frente defensiva, apesar de vinte anos de resistência, não foi suficiente para diminuir a ameaça. Há um claro diagnóstico da desigualdade dessa luta, isto é, o sentimento de injustiça por não ter ao seu lado políticos, o sistema judicial e a polícia, assim como os defensores do modelo: "E não nos resta alternativa a não ser lutar. Lutar, resistir. Porque... para nós não tem outra opção.

Porque sabemos que estamos muito desfavorecidos" (MoCaSe-VC, entrevista em 2013b). No entanto, o movimento nega o uso de repertórios radicais de luta baseados na violência. Pelo contrário, eles culpam as empresas do agronegócio por trazer violência para o campo e arregimentar as forças policiais para prender, investigar e intimidar os ativistas, bem como estabelecer um processo de criminalização dos membros do MNCI.

Aqui começa o lado ofensivo do MNCI, a promoção da agricultura camponesa como meio de alcançar a soberania alimentar, ou seja, o discurso mestre da Via Campesina. Assim como a frente defensiva, o sentido da frente ofensiva é construído de maneira contrária ao modelo de desenvolvimento agrário dominante. Além de seu trabalho na construção de identidades e práticas alternativas, os camponeses também exigiam políticas estatais de fomento à produção de alimentos para consumo interno, destacando o contraste com as políticas atuais que promovem bens primários destinados à exportação. Ainda que as medidas de fomento às *commodities* gerem receitas estatais que financiam as políticas sociais, o porta-voz do MNCI diz que preferiria ter apoio estatal para a manutenção de seu modo cultural de produção de alimentos saudáveis e de uma vida com dignidade, a depender de programas sociais:

> *Não é que nos queixamos ou estamos contra, não; nós temos também um projeto produtivo. (...) O que acontece é que os governos de plantão nunca te dão uma possibilidade, toma dinheiro e produz,* [para] *que a família não seja um problema para os governos.* (MoCaSe-VC, entrevista em 2013b)

A capacidade de produzir alimentos adquire o significado de vida digna. Os representantes do movimento argumentam que, se as condições de vida no campo garantissem suas práticas agrícolas e direitos sociais, não só o êxodo rural poderia ser interrompido, mas também os migrantes na cidade poderiam retornar ao campo. O movimento também desenvolveu projetos para promover a soberania alimentar nos subúrbios da cidade (SerCuPo, entrevista em 2013). Recentemente, outra questão começou a receber mais atenção: agrotóxicos. Sobre esse tema, o MNCI aprendeu com os povos fumigados (*pueblos fumigados*) e os apoiou.

Povos fumigados

Paralelamente aos movimentos camponeses e às mobilizações nos centros urbanos, os habitantes de bairros nas cercanias dos campos de soja transgênica começaram a se mobilizar em seus papéis de vítimas e cidadãos contra a pulveri-

zação de agrotóxicos.[22] Em 2005, o GRR começou a trabalhar em conjunto com um grupo de mães de Ituzaingó Anexo, um bairro na província de Córdoba com duzentos casos de câncer em uma população de cinco mil pessoas. No início do ano de 2006, elas motivaram o GRR a organizar uma campanha de sensibilização sobre o uso de pesticidas, denominada Paren de Fumigar, referindo-se ao modo de aplicação em larga escala de agrotóxicos por avião ou grandes máquinas. O alvo específico da campanha era o herbicida glifosato, associado ao uso de soja geneticamente modificada para resistir a esse ingrediente ativo. No entanto, o enquadramento discursivo dado à questão ia além de seus fundamentos técnico-científicos, incluindo um debate sobre o modelo de desenvolvimento: o objetivo principal da campanha era o de parar o uso de agrotóxicos em áreas urbanas, a fim de "proteger a saúde humana, o meio ambiente e lançar o repovoamento do campo e a soberania alimentar" (Aiuto, 2006).

A campanha tinha como objetivo mapear todas as localidades afetadas, conscientizando-as por meio da disseminação de informações por rádio e motivando a mobilização contra a fumigação. Como estratégia, a campanha convidou pessoas afetadas de todo o país a dar seu testemunho e compartilhar dados que poderiam servir como evidência dos efeitos negativos dos pesticidas (como exames médicos e análises de água e solo). Esses dados foram consolidados em um relatório e entregues às autoridades nacionais com demandas de ações corretivas.

Cientistas e muitas organizações de movimentos sociais se juntaram à campanha, estabelecendo a rede de coletivos Paren de Fumigar. A campanha apresentou dois relatórios (Aiuto, 2006, 2009) e um livro com todos os casos documentados (Rulli, 2009). Eles criaram um manual sobre como se organizar e entrar com ação legal contra a contaminação por agrotóxicos; em decorrência, muitas ações judiciais foram impetradas. Essas atividades proporcionaram às vítimas uma nova identidade política; suas reivindicações se centravam no reconhecimento de seus direitos assim como em sua proteção pelo Estado. A campanha teve muitos resultados, tais como mobilização, acesso à mídia e mudanças na legislação local; no entanto, nos primeiros quatro anos eles não tinham conseguido mudanças na política para deter a pulverização do glifosato (Aiuto, 2009: 8).

[22] No início, em virtude do isolamento, tais grupos adotaram uma reação típica de outros movimentos de vizinhos que se mobilizaram contra a contaminação em seu bairro com a instalação de uma planta industrial, uma antena transmissora de celulares, um aeroporto ou uma usina nuclear. Uma vez que eles estão preocupados com a solução do seu problema imediato, sem elaborar mais sobre as causas, tais reações seriam do tipo "fora do meu quintal" (NIMBY).

De fato, a competência descentralizada para as políticas de proteção ambiental e de saúde no Estado federado argentino levou à proliferação de alvos locais e provinciais de mobilizações em torno do uso de agrotóxicos (Rauchecker, 2015). Com base em um estudo de caso do município de São Francisco, em Córdoba, Rauchecker conclui que como consequência da falta de vontade política do governo federal em encontrar uma solução nacional, as províncias estaduais se viram com o problema político de ter de intervir nas atividades agrárias, sem, no entanto, dispor de competência sobre as mesmas. A solução encontrada foi a de enquadrar a questão na política ambiental. A fragmentação da solução para o nível local de uma atividade regulada no nível nacional, no entanto, implica o enfrentamento das consequências e não das causas do problema.

Para Arancibia (2013), a mobilização contra a pulverização de agrotóxicos teve muitos resultados importantes: gerou dados contra-hegemônicos, disseminou a utilização da mobilização legal e estabeleceu fortes alianças entre especialistas e comunidades locais, bem como entre as comunidades locais em todo o país, construindo assim uma rede nacional de pressão sobre o tema. Arancibia descreve "um processo nacional mais amplo de contestação coletiva ao embasamento científico das regulações da bioeconomia" (Arancibia, 2013: 83). Tal mobilização não se restringe a um debate tecnocrático sobre regulamentações sobre pesticidas; ele desafia a cultura política institucional baseada na ciência e o modelo agrário por trás disso. Contarei aqui a história de Córdoba, uma entre as muitas documentadas nos relatórios do Paren de Fumigar. No entanto, esse caso adquiriu uma importância especial para outros movimentos e teve consequências em nível nacional, como se verá mais adiante.

Em retrospectiva, o ex-vice-secretário de Saúde de Córdoba (Medardo Ávila, entrevista em 2012) identificou que, a partir de 2000, houve muitas denúncias em pequenos vilarejos e bairros sobre abortos espontâneos e malformações. No entanto, as pessoas normalmente tratavam tais eventos como problemas pessoais que não deveriam ser tornados públicos, tentando encontrar a causa do problema em seu próprio comportamento. O surgimento da mobilização social em Ituzaingó Anexo[23] pode ser atribuído a uma mudança na interpretação dos problemas: da autoculpabilização à busca por fatores externos como responsáveis pelo problema.

[23] O bairro, localizado a 8 km do centro da cidade com cerca de 6.000 habitantes, tem mais de 60 anos e nunca teve serviços públicos básicos como água, esgoto, eletricidade e estradas pavimentadas.

No ano 2000, uma mãe, Sofia Gatica (Mães de Ituzaingó Anexo, entrevista em 2012), após sofrer com a morte de seu recém-nascido, começou a se perguntar por que muitos de seus vizinhos estavam doentes. Ela ouviu falar de outros casos de mães no bairro, que começaram a compartilhar suas impressões de que, quando os aviões pulverizavam agrotóxicos sobre os campos de soja que rodeiam suas casas, muitos sofriam com reações imediatas em sua pele, respiração e com dores de cabeça. Dessa forma, essas mulheres associaram seus problemas de saúde à prática de pulverização de agrotóxicos e se tornaram conhecidas como as Mães de Ituzaingó, definindo suas lutas pela defesa da vida de seus filhos.

Aqui é necessário fazer uma digressão sobre gênero e o papel das mulheres nos movimentos por direitos na Argentina. A mobilização da maternidade para a construção de identidades coletivas políticas na luta pelos direitos humanos no país é conhecida mundialmente devido à organização das Mães da Plaza de Mayo. Não há uma proposição simples sobre como relacionar as mulheres e os direitos humanos; como ponto de referência, pode-se historicizar sua construção e revelar suas contradições (Jelin, 1996). Por um lado, a mobilização de gênero pode ser criticada como conservadora, uma vez que se baseia no papel tradicional das mães como protetoras morais e representantes da família e estendem-no para protestar contra as violações dos direitos humanos que ameaçam sua família. Por outro lado, o uso da identidade de mãe é estratégico, pois permite trazer questões para a esfera pública que, de outra forma, seriam muito mais difíceis de se tornar visíveis e politizadas (como as violações de direitos humanos durante a ditadura e, agora, aquelas associadas ao modelo agrário). Embora as Mães de Ituzaingó possam não ter construído consciente e estrategicamente "esse enquadramento (*frame*) histórico da participação política das mulheres", segundo o qual mulheres são representantes da família, da moralidade pública e da nação como uma família (Bonner, 2007), fazia parte da cultura política argentina, portanto tinha uma boa ressonância pública. A diferença de seus precursores históricos reside na dimensão de classe, pois as Mães da Plaza de Mayo provêm da classe média, ao passo que as Mães de Ituzaingó são de um bairro pobre da zona urbana.

Para dar credibilidade a suas reivindicações, as Mães de Ituzaingó fizeram seu próprio mapa epidemiológico, mobilizando seu principal recurso: sua rede no bairro, o que lhes deu acesso a todas as famílias para a coleta de dados sobre a situação de saúde. Essas mães descobriram que a incidência de câncer e abortos em seu bairro de longe superava a média, o que resultou em uma ferramenta inovadora para lutar contra os transgênicos – um repertório de ação que não está

relacionado com os papéis tradicionais das mulheres –, ou seja, a construção de "dados epidemiológicos contra-hegemônicos" (Arancibia, 2013). O Ministério da Saúde da província não reagiu aos dados encontrados. Organizou-se um protesto com o *slogan* "Ajude-nos, nós temos câncer", obstruindo as estradas e alcançando a atenção dos meios de comunicação. As autoridades locais ouviram suas demandas, mas não reconheceram que os agrotóxicos eram perigosos para a saúde. Entretanto, enviaram especialistas que confirmaram que a situação de saúde do bairro era de uma comunidade contaminada. Foram emitidas três portarias municipais em 2002, declarando o bairro em estado de emergência, proibindo a pulverização aérea de agrotóxicos na cidade de Córdoba e a fumigação em Ituzaingó. No mesmo ano, as mães levaram o caso ao tribunal, porém enfrentaram enormes obstáculos para fazer avançar a ação legal.

Testemunhando a prática contínua de pulverização de agrotóxicos sobre suas casas, as mães mantiveram seus protestos, como bloqueios de estradas, em que participaram os doentes de Ituzaingó. Receberam ameaças de morte e perceberam que a polícia, em vez de fazer cumprir as ordens, estava do lado dos produtores de soja. Assim, elas decidiram que tinham que mobilizar mais conhecimento científico, atrair aliados para seu lado e levar suas demandas ao sistema judicial, aprendendo em pesquisas na internet. Em 2005 foram a Buenos Aires para exigir às autoridades nacionais que encontrassem uma solução para sua situação. Embora essas exigências não tenham sido atendidas, sua presença na capital nacional despertou a solidariedade de outras organizações, como o GRR. À medida que a sua mensagem se difundiu, com a ajuda da cobertura midiática, muitas organizações de movimentos sociais (nacionais e estrangeiras) contataram-nas, oferecendo apoio de várias formas.

Gatica lembra que foi por meio do apoio da Rede para uma América Livre de Transgênicos (Rallt, da sigla em espanhol para Red por una América Latina Libre de Transgénicos), representada por Elizabeth Bravo, que elas aprenderam o que era uma semente transgênica desenvolvida para ser resistente aos agrotóxicos, levando a um uso maior destes. Nesse momento o grupo já havia desenvolvido um diagnóstico claro da injustiça social e ambiental de sua situação como comunidade contaminada. Elas o interpretaram em termos de discriminação e distribuição desigual dos danos ambientais, "o preço que nós temos que pagar pelo suposto progresso de poucos" (Grupo de Madres de Córdova, 2005). Afirmaram que sua luta almejava tornar visível o que o país tentava ocultar: as vítimas das colheitas recordes e da adoção do modelo agroexportador transgênico, que caracterizaram como a causa de seus sofrimentos.

As Mães de Ituzaingó não pouparam na atribuição de responsabilidades pela contaminação ambiental e sanitária de comunidades vizinhas os campos de soja: consideraram-na um crime marcado pela omissão do Estado em não fazer cumprir leis ambientais e, portanto, de conivência com corporações transnacionais. Em suma, esse grupo de mães vizinhas que passaram a atuar na defesa da saúde de suas famílias desenvolveu um detalhado repertório de ação, incluindo a produção de dados contra-hegemônicos, formulação de projetos de lei, mobilização legal, bem como o estabelecimento de uma rede crescente de solidariedade nacional e transnacional. Por fim, motivaram um aliado no Ministério da Saúde do município de Córdoba, Medardo Ávila, que provocou o Ministério Público a entrar com uma ação judicial contra três homens que haviam violado as portarias. O caso chegou aos tribunais em 2008, ano de outro conflito, neste caso, foram os poderosos representantes dos produtores agrários que saíram às ruas para protestar, como será descrito a seguir.

A batalha rural: uma janela de oportunidade?

Em 2008, o modelo da soja virou pauta da agenda pública nacional. Desde 2002 o volume de impostos arrecadados sobre as exportações agrárias aumentava em razão do aumento dos preços internacionais; como eram altamente favoráveis, as objeções dos produtores agrários não tiveram maior impacto. Em 11 de março de 2008, Cristina Fernández Kirchner, presidente recém-eleita, emitiu a Resolução 125, que alterava o sistema de taxas de exportação: as taxas fixas seriam substituídas por uma porcentagem móvel, aumentando os impostos para a soja (de 35% para 41,1%) em razão da elevação dos preços internacionais, e diminuindo as taxas para outros grãos. Dado o recorde de preços internacionais naquele ano e as expectativas dos agricultores de lucros recorde, a resolução gerou um grande protesto.

Pela primeira vez, membros da elite tradicional, representada pela Sociedade Rural Argentina (SRA), adotaram uma ação direta disruptiva, como bloqueios de estradas que não faziam parte de seu repertório de ação, uma vez que sempre tiveram acesso ao poder. Uma de suas principais demandas foi a abertura de canais institucionais para iniciar um diálogo com o governo, já que a medida não tinha sido previamente objeto de consultas ao setor. Foi formada uma coalizão sem precedentes entre os mais destacados representantes do setor rural: a *mesa de enlace* (mesa de mediação), composta pelas organizações SRA, Federação Agrária Argentina (FAA), Confederação Rural Argentina (CRA) e a Confederação Intercooperativa Agropecuária Limitada (Coninagro, da sigla em espanhol para

Confederación Intercooperativa Agropecuaria Limitada). Pela primeira vez, os parceiros menores do setor agrário uniram-se aos grandes, sinal de que o regime agroalimentar biotecnológico também era benéfico para muitos agricultores de médio e pequeno porte, o que também teve consequências em suas alianças políticas.

Todos os atores sociais não diretamente envolvidos no conflito tiveram que assumir posições, incluindo atores e associações econômicas, partidos políticos, grupos de mídia, personalidades e intelectuais, líderes sindicais e outros representantes da sociedade civil. A classe média urbana também tomou as ruas batendo panelas.[24] A polarização do panorama político entre o governo e o campo reativou um processo recorrente de criação de oposições binárias na história política argentina, que tendem a exacerbar o conflito de tal forma que uma pluralidade democrática de argumentos e posições se reduz a dois blocos aparentemente monolíticos (Svampa, 2008: 231-233). Em vez disso, a força foi disputada nas ruas, e finalmente no parlamento por votos.[25]

Com mais de quatro meses, o "conflito rural" ou "a batalha rural", como se tornou conhecida, foi o evento central do ano (Aronskind & Vommaro, 2010; Giarracca & Teubal 2010). Em disputa estava a parcela dos lucros dos atores agrários e do governo. Embora o conflito tenha tratado dos percentuais de impostos, deixando intocada a questão da monocultura de soja transgênica, abriu caminho para que ativistas – *piqueteros*, sindicatos, a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA, da sigla em espanhol para Central de Trabajadores de la Argentina), intelectuais e indivíduos da esquerda independente – discutissem outras questões relacionadas ao modelo agrário. Esses grupos argumentaram em favor dos usos sociais da produção de acordo com as necessidades públicas e defenderam os impostos de exportação, porém com destinação específica, como a diminuição dos impostos sobre os produtos alimentícios e o aumento dos salários e da seguridade social; também exigiram um papel mais forte do Estado na regulação das políticas agrárias e na utilização dos recursos naturais (Otro Camino para Superar la Crisis, 2008).

Não obstante o desagrado por parte da elite agrária, antiga e nova, em relação ao governo de Kirchner – por exemplo, o presidente não esteve presente em

[24] A recuperação de um repertório de protesto que marcou claramente o ciclo de protesto de 2001, os *cacerolazos*, deve ser interpretada com cautela. No entanto, sua espontaneidade e falta de uma ideologia ou reivindicação definida não pode ser considerada como um apoio articulado aos atores rurais, mas sim como um protesto contra o governo (Svampa, 2008:230–231).

[25] Embora o presidente tivesse poderes discricionários para aumentar os impostos de exportação, a solução para o conflito foi encontrada trazendo-se a questão para o parlamento. A Resolução 125 foi derrotada no parlamento.

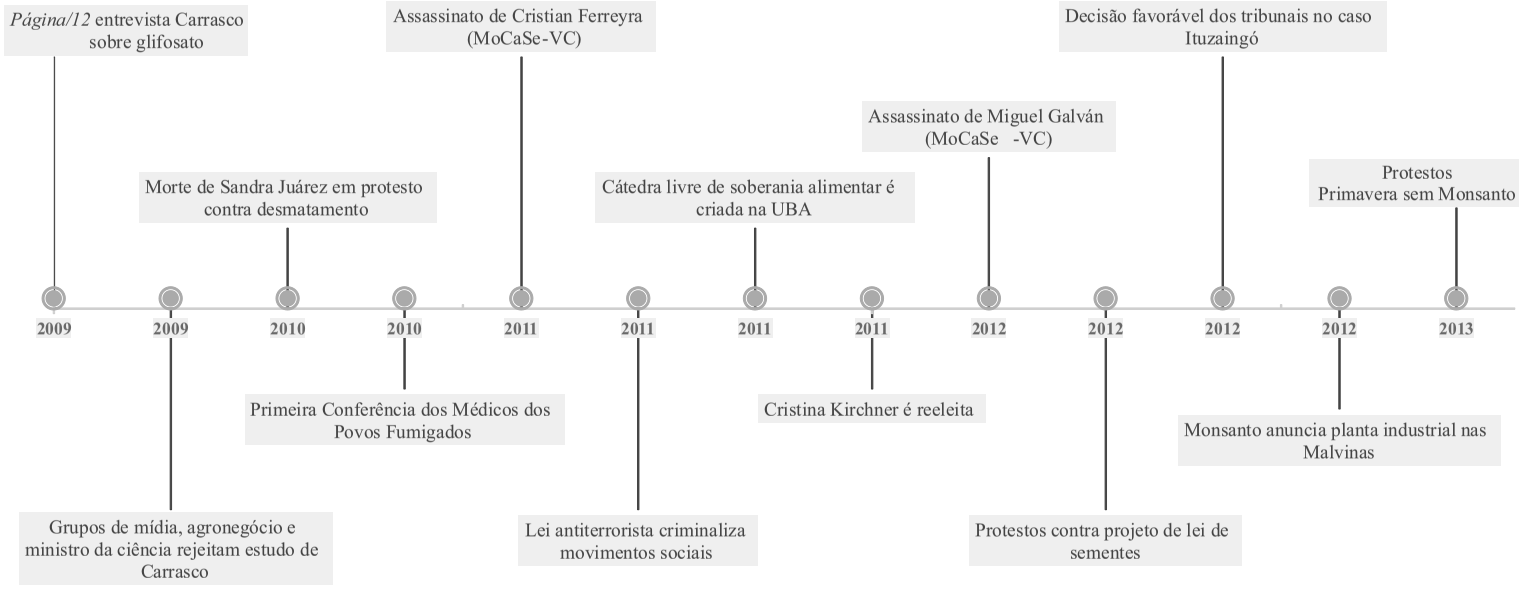
sua feira anual de modo a demonstrar seu prestígio na sociedade –, eles foram consistentemente favorecidos pelas políticas estatais. Para além da queda de braço entre o governo e a *mesa de enlace*, o papel da soja na política econômica argentina nunca foi questionado. O contrário parece ser verdadeiro: o governo continuou promovendo a soja, conforme confirmado posteriormente pelo Planejamento Participativo Estratégico Federal de Agroalimentação e Agroindústria (PEA), prevendo o aumento da produção de grãos (Argentina, 2010). Esse plano, formulado em conjunto com o setor agrário, mostrou como o modelo se consolidou institucionalmente na Argentina, como se fosse uma política de Estado que nenhum governo, malgrado sua retórica progressista e antineoliberal, ousaria mudar. O conflito de 2008 foi, no final, um mero desacordo dentro do consenso da bio-hegemonia.

Svampa (2008: 29-30) resume o significado do conflito sobre a Resolução 125. Os resultados são ambíguos: por um lado, por meio do conflito se abriu uma janela de oportunidade para discutir o modelo agrário, por outro lado, ficou claro que o governo manteve uma visão muito linear e produtivista de desenvolvimento. Em resumo, o conflito revelou que não haveria oportunidades políticas para desafiá-lo devido à convergência subjacente entre o governo e o agronegócio.

Um Ciclo de Protesto Crescente contra "O Modelo" (2009-2013)

Após o conflito rural ficou claro que o governo só aprofundaria a política agrária ancorada na exportação de *commodities*. Por outro lado, houve também uma crescente mobilização contra seus efeitos, processo que será descrito a seguir em quatro etapas. Isso também intensificou os conflitos de terra e a violência no campo, aos quais o movimento camponês respondeu com mobilização crescente e diversificação dos repertórios de ação, alianças e demandas. O aumento do uso de agrotóxicos tornou-se a nova porta de entrada dos movimentos sociais para contestação do modelo agrário. No entanto, as contradições advindas do fato de o atual governo apoiar e depender do agronegócio – e ainda assim ser percebido pelos movimentos sociais como a melhor opção, comparando-se com a década neoliberal do menemismo – coloca os movimentos num contexto muito complexo para suas lutas. Ainda que haja perspectivas de um novo ciclo, os ativistas discordam sobre a escala ideal para superar o modelo de desenvolvimento baseado nas indústrias neoextrativas e na agrobiotecnologia: soluções globais ou locais, agência política nacional ou regional? Na Figura 5 resumem-se os últimos acontecimentos na Argentina sobre esta luta.

Figura 5 – Linha do tempo de eventos de mobilização social contra os transgênicos. Argentina – 2009-2013



Camponeses: violência, proposição de leis e abertura de novos espaços

No processo de expansão da fronteira agrícola, devido aos despejos forçados, aos conflitos de terras e aos conflitos acerca dos desmatamentos, a violência e os assassinatos aumentaram, em particular no norte da Argentina, onde há um histórico de violações de direitos humanos. Tais crimes frequentemente não são investigados e deixados impunes. Com base na tradição autoritária nessas regiões em que se expandia a fronteira agrícola, a hegemonia do regime agroalimentar biotecnológico neoliberal reagiu aos protestos violentamente. Ativistas foram confrontados com ameaças constantes, temendo por suas vidas, sem ter a polícia ou o sistema judicial a seu lado. A criminalização dos movimentos sociais e dos protestos foi institucionalizada com a aprovação em 2011 da Lei Antiterrorista (Grain, 2013a: 4).

A violência no campo começou a ser documentada pela Defensoria do Povo da Nação, especializada em comunidades indígenas, por redes de acadêmicos e ativistas (UPC *et al.*, 2009) e por ONGs. Desde 2009 a ONG Red Agroflorestal Chaco Argentina (Redaf, 2014) realiza pesquisas anuais sobre os conflitos ambientais e por terras no charco argentino. A organização atribui a maioria dos conflitos à expansão da soja transgênica. Entre as vítimas, eles nomeiam comunidades indígenas e pequenos agricultores; no entanto, a ênfase recai, sobretudo, na expansão do modelo da soja como parte de um choque de culturas e identidades no que diz respeito ao uso da terra (Aranda, 2010). De 2010 a 2013, três ativistas do movimento camponês MoCaSe foram assassinados em Santiago del Estero: Sandra Ely Juárez, Cristian Ferreyra e Miguel Galván.[26] No norte da Argentina, em geral, os casos de assassinato, violência e ameaças de morte aumentaram.

Embora o kirchnerismo tenha avançado na agenda das organizações de direitos humanos em relação aos crimes cometidos durante a ditadura, muitas vezes ele foi cúmplice das violações de direitos humanos ocorridas nas províncias durante seus governos. Lapegna (2013a) explica que a violência contra movimentos camponeses e indígenas não é punida em razão das restrições da *realpolitik*. O kirchnerismo contava com o apoio político dos governadores das províncias, que controlam os votos do partido no congresso nacional. Em troca, o governo não

[26] "Sandra Ely Juárez morreu em frente a uma escavadora. Ela tentava evitar que destruíssem a pequena montanha dos camponeses. Cristian Ferreyra, (...) militante do Mocase-Vía Campesina, foi assassinado em 16 de novembro de 2011 (...) Miguel Galván, (...) também do Mocase-VC foi assassinado por um empregado de um empresário sojicultor" (Aranda, 2003:19).

reconhecia nem condenava ou punia as violações dos direitos humanos nesses lugares, com a cumplicidade dos meios de comunicação de massa.

Sem oportunidades discursivas na mídia, o MNCI reagiu a essas circunstâncias com protestos e institucionalizou suas demandas em um projeto de lei para dar fim à violência no campo. A Lei Cristian Ferreyra seria uma homenagem ao membro da organização, assassinado em 2011 e, embora tendo sido inicialmente pensada como uma lei geral sobre os direitos dos camponeses, seu âmbito teve que se limitar à questão dos despejos forçados. Interpretando sua situação como defensiva e sem condições de fazer uma ofensiva, ou seja, de fazer mais exigências ao Estado, os ativistas rurais consideraram que já seria um bom resultado se aprovassem uma lei que impedisse os despejos forçados. O movimento interpretou que tais limitações a suas expectativas se deviam ao fato de que a questão dos direitos à terra e da reforma agrária no campo não haviam atingido a esfera pública como um problema político e os camponeses não eram reconhecidos como sujeitos políticos: "A Argentina está há duas décadas ignorando a existência do campesinato na academia, no setor político" (SerCuPo, entrevista em 2013).

No entanto, o MNCI obteve uma concessão do governo nacional em 2008, a nomeação da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SSDRAF, atual Subsecretaría de Agricultura Familiar y Desarrollo Territorial – SAFDT), na Secretaria de Agricultura, então transformada em Ministério da Agricultura. A SSDRAF significava, de acordo com Lapegna (2016), um ato de "reconhecimento institucional" ao movimento camponês em troca de apoio político ao governo nacional, em particular depois da batalha rural. O movimento estava ciente das limitações do novo subsecretário, ocupando uma pequena área de um ministério dominado pelo agronegócio, e sendo o terceiro na hierarquia do órgão. No entanto, para o movimento, ele representava um aliado no poder e uma perspectiva positiva de abrir espaço político para suas demandas sobre os direitos dos camponeses, mesmo com sua análise realista de que isso não significaria uma mudança estrutural na política agrária (SerCuPo, entrevista em 2013).

Durante anos, entre idas e vindas, o Ministério da Agricultura vinha preparando um projeto de lei, anunciado em 2012, para modificar o projeto de Lei de Sementes, incorporando demandas de empresas de biotecnologia e de grandes produtores agrários. Seus principais patrocinadores foram a Associação Argentina de Sementes (ASA) e a Monsanto, que vinha exigindo essa lei há mais de uma década. A Monsanto ameaçou não lançar sua nova soja transgênica na Argentina se uma nova lei não estivesse em vigor. A lei foi concebida para adaptar o marco jurídico argentino ao regime neoliberal de livre-comércio, em especial

no que diz respeito aos direitos de propriedade intelectual em sementes. Os seus objetivos consistiam em eliminar os obstáculos a uma maior mercantilização das sementes e do material genético, garantindo os direitos de propriedade intelectual e a cobrança de *royalties*, revogando simultaneamente o uso próprio dos agricultores, que significa o direito dos agricultores de multiplicar e trocar sementes para fins não comerciais.

O movimento camponês se mobilizou contra o projeto (MoCaSe-VC, entrevista em 2013a). Ademais de velhos parceiros (Grain, 2013b), o MNCI contou com o apoio de espaços críticos em esferas científicas e educacionais. Nas ciências humanas, há muito havia grupos de estudo sobre as questões agrárias que se posicionaram politicamente contra o regime agroalimentar neoliberal. Nas faculdades de agronomia, no entanto, o estudo das questões de relevância para os camponeses implicava um desafio ao currículo dominante, focado no agronegócio desde a década de 1990. Havia diversos contratos entre universidades e firmas especializadas em insumos agrários (agrotóxicos, sementes, fertilizantes, máquinas), através dos quais se financiavam projetos de pesquisa, eventos e até mesmo edifícios universitários públicos e privados (SerCuPo, entrevista em 2013; Stella Luque, entrevista em 2012).

Uma escola de pensamento alternativo começou a surgir com base nos trabalhos de campo de alguns estudantes universitários e professores, culminando em 2011 na constituição da cátedra livre de soberania alimentar da Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires, que apoiou o protesto contra o Projeto de Lei de Sementes (Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria, 2013). Apesar da exigência da Via Campesina de que seus membros se identifiquem como organizações camponesas, a participação de estudantes universitários, professores e pesquisadores no MNCI cresceu de forma constante. Em suma, o movimento camponês não pôde abandonar sua frente defensiva, já que a violência aumentou nos últimos anos; entretanto, o movimento ampliou seu repertório de ação para incluir meios mais institucionais, como a formulação de projetos de lei, a exigência de políticas e instituições públicas e o acesso ao sistema político e educacional.

Agrotóxicos: uma nova coalizão?

As Mães de Ituzaingó e o coletivo Paren de Fumigar sinalizaram a outros movimentos que a questão dos agrotóxicos poderia ser uma melhor entrada para suas lutas contra o modelo agrário. Até certo ponto, eles podem ser considerados como pioneiros em um ciclo de protesto em formação. Médicos de

pequenos vilarejos – que há anos vêm chamando a atenção para a situação de saúde das áreas cercadas por campos de soja – e cientistas uniram esforços em 2010, quando a Universidade de Córdoba organizou o primeiro encontro de Médicos dos Povos Fumigados (Médicos de los Pueblos Fumigados). Esse encontro sinalizou uma dissidência na posição oficial prevalecente na Faculdade de Medicina, ao reconhecer que os pesticidas são tóxicos. Cientistas dissidentes têm sido, de fato, marginais na história argentina de resistência aos cultivos transgênicos. No entanto, um cientista proeminente dedicou seu conhecimento especializado à luta: a história de Andrés Carrasco expôs a censura ativa que há muito reinava nos institutos de pesquisa públicos, testemunhando no tribunal para as Mães de Ituzaingó. O caso delas, tendo chegado aos tribunais, atraiu atenção e solidariedade para sua luta e intensificou os protestos contra o modelo agrário. Algumas organizações viram nos agrotóxicos uma oportunidade nova e mais promissora para fazer campanha, ao passo que outras criticaram a mudança de foco, mostrando uma "disputa de enquadramentos" (Benford, 1993). Em todo caso, alguns eventos já haviam servido para tornar visíveis as condições estruturais para mobilização. Esses eventos serão contados em três etapas.

A controvérsia em torno do pesquisador Carrasco: ciência *versus* política

Um destacado pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (Conicet) e chefe do Laboratório de Embriologia Molecular da Universidade de Buenos Aires, Andrés Carrasco, interessou-se pela questão dos agrotóxicos ao ouvir sobre as Mães de Ituzaingó. Com base em suas viagens ao interior e em relatórios de médicos sobre os casos de câncer e malformação, Carrasco começou a suspeitar dessas ocorrências em outros lugares. Ele desempenhou um papel crucial na Argentina para a realização de pesquisas sobre os riscos à saúde de agrotóxicos associados às sementes geneticamente modificadas (Paganelli *et al.*, 2012), contribuindo relativamente pouco para os esforços neste sentido no plano internacional (Mesnage *et al.*, 2013; Séralini *et al.*, 2012). O envolvimento dele no tema, no entanto, não ocorreu sem despertar contrarreações da coalizão que mantinha a hegemonia do modelo agrário. No início de 2009, Carrasco foi fundamental em uma disputa política sobre os efeitos do glifosato sobre a saúde.

Em abril de 2009, um intenso debate público-midiático ocorreu depois que o jornal *Página/12* publicou uma entrevista com Carrasco (Aranda, 2009). Essa janela de oportunidade não era contingente. Em vez disso, a decisão de Carrasco de publicar seus resultados nos meios de comunicação baseou-se no fato de que

havia um jornalista que estaria pronto para ouvir sua história e faria todos os esforços para publicá-la: Darío Aranda. Aranda tinha uma longa trajetória de cobertura dos movimentos indígenas e camponeses e era conhecido como uma voz crítica ao modelo agrário hegemônico. Apesar de ter trabalhado para o *Página/12* por vários anos, ele nunca teve um vínculo empregatício, o que o deixava em uma situação precária, nunca seguro de que seus artigos jornalísticos seriam publicados (Darío Aranda, entrevista em 2012). Aranda conseguiu convencer a equipe editorial do *Página/12*, conhecida por sua posição kirchnerista (Andrés Carrasco, entrevista em 2012).

Com base no estudo de Carrasco, a Associação Argentina de Advogados Ambientalistas (AAdeAA, sigla em espanhol para Asociación Argentina de Abogados Ambientalistas)[27] interpôs ação judicial no Supremo Tribunal para suspender o agrotóxico e o ministro da Defesa proibiu o uso de glifosato nas terras sob sua supervisão. A Associação Argentina de Agricultores de Plantio Direto (Aapresid), a Câmara de Saúde Agropecuária e Fertilizantes (Casafe) e a Associação Argentina da Cadeia de Soja (ACSoja) reagiram veementemente com a ajuda de grupos de mídia associados ao agronegócio, em particular o jornal *La Nación* (Motta & Alasino, 2013). O ministro de Ciência e Tecnologia declarou que não se tratava de um estudo oficial do Conicet.

Carrasco percebeu que o problema não estava em seu trabalho, mas em como ele o havia comunicado:

> *quando eu apresento meus dados, eu os enquadro em termos políticos e ideológicos: acabei criticando esse modelo. Esse modelo nos levou a isso. Estamos falando de glifosato por uma razão muito simples: possuímos vinte milhões de hectares e utilizamos cem milhões de quilos de glifosato por ano*. (Andrés Carrasco, entrevista em 2012)

Destacando as incertezas sobre as implicações da engenharia genética sobre a evolução e o compromisso ético da ciência de agir com responsabilidade, Carrasco afirma a necessidade de discutir a tecnologia transgênica no cerne do modelo agrário: "A rentabilidade é baseada nas vantagens do dispositivo tecnológico. Em outras palavras, as sementes GM não são uma mera invenção, elas são uma invenção desejada. Se você tira as sementes GM, o glifosato é inútil" (Andrés Carrasco, entrevista em 2012). Tornou-se claro para ele que, se tivesse publicado seus resultados em uma revista científica, teria aumentado seu capital científico.

[27] Seu fundador, Enrique Viale, seria mais tarde candidato à Via Izquierda para o congresso nacional. A campanha de Viale tinha uma agenda ambiental, mas não conseguiu o número mínimo de votos na primária para competir em eleições nacionais.

O problema é que o pesquisador cruzou as fronteiras: ciente dos limites éticos da ciência e as implicações de suas descobertas para a sociedade em geral, tentou influenciar o debate público e manifestou-se na esfera pública da mídia de massa.

Embora oficialmente criada em janeiro de 2009 para investigar os efeitos dos agrotóxicos na saúde, a Comissão Nacional de Pesticidas, sob a coordenação do Ministério da Saúde, foi realmente posta em marcha pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Lino Barañao, após o episódio Carrasco. Famoso como defensor de primeira linha do kirchnerismo e do modelo do agronegócio, o ministro reagiu ao estudo de Carrasco mediante instalação de uma comissão para fazer uma revisão da literatura sobre o glifosato. No relatório não se menciona o estudo de Carrasco, embora esteja cheio de referências indiretas ao pesquisador. Ele especificamente afirma que, embora o glifosato possa alterar as estruturas de DNA em células animais, é "improvável encontrarem-se as concentrações de efeito em meios biológicos humanos, portanto se estima que não existiria risco significativo para a saúde humana" (Comisión Nacional de Investigación sobre Agroquímicos & Conicet, 2009).[28] Em outras palavras, a comissão expôs uma cultura de risco que ignora evidências de riscos e os limites da ciência, além de negligenciar o princípio da precaução.

Ainda que essa tenha se tornado a posição oficial emitida pelas instâncias superiores do Conicet e do Ministério da Ciência, outros pesquisadores do Conicet publicaram uma petição criticando as reações aos estudos de Carrasco e a forma como universidades e cientistas foram pagos por corporações transnacionais para legitimar o discurso hegemônico sobre o modelo de desenvolvimento (Voces de Alerta, 2009). Observando que a esfera pública nacional na Argentina se fechava, Carrasco movia-se entre escalas: indo para os níveis local e global. Localmente, tornou-se um importante aliado de comunidades pulverizadas e do coletivo Paren de Fumigar. Globalmente, seu trabalho chamou a atenção para o movimento global anti-OGM. O Partido Verde alemão convidou-o a ir a Bruxelas em 2010 apresentar o estudo à Comissão Europeia, e a Berlim em 2011.[29]

---

[28] Na conclusão final, afirma que não há estudos suficientes e exaustivos sobre os efeitos a longo prazo do glifosato na saúde e no meio ambiente nas condições de uso na Argentina, o que recomenda que seja feito. Considerando os dados existentes, afirma que há evidências epidemiológicas dos efeitos negativos dos agrotóxicos sobre a saúde dos trabalhadores, como irritações cutâneas, câncer, abortos e malformações de seus filhos, mas não há correlação entre exposição e incidência de efeitos à saúde, e que "é difícil estabelecer uma relação causa-efeito, devido a interações com agentes ambientais (geralmente misturas de substâncias) e fatores genéticos" (Comisión Nacional de Investigación sobre Agroquímicos & Conicet, 2009: 129).

[29] O convite a Berlim foi também um meio de influenciar a política europeia, porque a Alemanha é o Estado relator na União Europeia para o glifosato. Uma restrição ao glifosato na Europa, por sua vez, poderia influenciar as normas internacionais sobre o agrotóxico discutidas no *Codex Alimentarius*.

Carrasco está ciente das críticas do GRR a respeito de seu posicionamento sobre pesticidas, fazendo que o debate perca o foco; no entanto, conclui ser legítimo que as pessoas diretamente afetadas o façam, uma vez que é a sua luta, acrescentando: "também está certo que o debate sobre o efeito dos químicos catalisou o grande debate nacional, pelo menos sobre químicos" (Andrés Carrasco, entrevista em 2012). Mas adverte contra o perigo de jogar o jogo que o adversário quer: "A Monsanto não quer uma discussão sobre o modelo; eles preferem a discussão sobre agroquímicos … à medida que assim o fazemos, não discutimos o outro, a política" (Andrés Carrasco, entrevista em 2012). Assim, para o pesquisador, o caminho a seguir deve incluir um debate sobre o quadro mais amplo da questão. Entretanto sua história é também um exemplo das ameaças enfrentadas por aqueles que falam sobre o modelo na Argentina, a despeito dos grandes interesses de atores econômicos poderosos em coalizão com o governo nacional.[30]

Ituzaingó nos tribunais

A ação legal das Mães de Ituzaingó foi julgada em 2012. Esse caso representa uma importante ruptura com decisões judiciais anteriores sobre o uso de agrotóxicos porque a má conduta de três indivíduos que pulverizaram agrotóxicos sobre campos de soja transgênica foi penalizada como um ato criminoso de contaminação ambiental e não como uma falha administrativa. Embora recaísse sobre esses homens toda a carga de responsabilidade, os promotores públicos elaboraram a causa subjacente – a política agrária – e fizeram recomendações de mudanças legais e políticas, desafiando não apenas o marco legal argentino, mas também o estado da arte global na regulação de agrotóxicos.

Desafiando o argumento frequentemente invocado de que o uso de agrotóxicos é uma atividade segura e legal garantida pelo Serviço Nacional de Saúde e Qualidade Agropecuária (Senasa, sigla em espanhol para Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria), os promotores aderiram ao princípio de precaução, previsto na Lei Ambiental (lei n. 2.565). Alegaram que a autorização dos agrotóxicos não pode ser invocada quando há contaminação e provas de danos para a saúde humana e o ambiente. A estratégia argumentativa contrastou o procedimento burocrático de autorização de agrotóxicos – com base em dados laboratoriais de estudos com animais – à utilização do produto tal como se dá na realidade após sua aprovação comercial. Mais do que uma questão de más

[30] Em 2010, o Conicet censurou a palestra de Carrasco na feira do livro (Carrasco, 2010).

práticas agrícolas,[31] o Ministério Público chamou a atenção para as dimensões do uso de agrotóxicos na Argentina. O argumento foi que, embora pesticidas como o glifosato sejam classificados pelo Senasa nas classes mais baixas de toxicidade, qualquer agrotóxico pode causar danos dependendo do grau de exposição. Utilizando dados da Casafe, o Ministério Público mencionou que na Argentina 300 milhões de litros de pesticidas foram utilizados em 2010 em 22 milhões de hectares, afetando 12 milhões de pessoas que viviam nessas áreas. Como evidência de danos à saúde humana, referiram-se ao relatório dos Médicos dos Povos Pulverizados e a uma pesquisa de saúde realizada em 2010 em Ituzaingó, ressaltando que 33% das causas de morte foram atribuídas ao câncer, muito superior à média nacional, assim como o elevado número de abortos espontâneos.

Além de sanções penais e serviços comunitários para os três acusados, os promotores recomendaram que o Ministério da Saúde enviasse ao congresso um Projeto de Lei Nacional sobre os Agrotóxicos, proibindo a pulverização aérea e estabelecendo limites para as pulverizações terrestres. O Senasa deveria reclassificar todos os produtos toxicológicos, levando em conta a intoxicação crônica, proibir produtos altamente tóxicos e assegurar que os estudos toxicológicos fossem realizados por laboratórios públicos ou universidades. A Secretaria de Saúde de Córdoba foi instada a proibir as pulverizações aéreas e terrestres no raio de 1.000 metros de vilarejos e iniciar campanhas para fazer cumprir a lei e educar os produtores na aplicação de agrotóxicos.

Os ativistas interpretaram as decisões judiciais de formas variadas. O ex-vice-secretário de Saúde (Medardo Ávila, entrevista em 2012) enfatizou a mudança simbólica alcançada pelo caso. A legitimidade cultural e histórica do agricultor na Argentina, com sua identidade social trabalhadora moralmente carregada de um forte simbolismo, era um obstáculo ao debate sobre os efeitos negativos da atividade agrícola. Sofia Gatica (Mães de Itunzaingó, entrevista em 2012), embora satisfeita que a justiça fosse feita no caso particular, estava ciente de que os três acusados tinham apenas uma responsabilidade muito limitada. Para ela, a responsabilidade última era do governo e das multinacionais. Muitos na rede do coletivo Paren de Fumigar afirmaram que trazer o problema para agenda pública já poderia ser considerado uma vitória, ainda que não acreditassem na capacidade de o Poder Judiciário resolver por conta própria e na necessidade de uma solução política (Semillas del Sur, entrevista em 2012; Stella Luque,

[31] É assim que os proponentes do modelo tentam enquadrar o problema; tal diagnóstico levaria à solução de educar o usuário. De fato, essa foi a proposta de uma reação organizada do Inta, Aapresid, Casafe e outras câmaras técnicas, e universidades de agronomia (Todoagro.com.ar, 2013).

entrevista em 2012). Um dos obstáculos para tanto era o de mobilizar pessoas que recebiam transferências monetárias do Estado e também o interesse estatal nos impostos sobre a soja. A conclusão dos ativistas foi a de que deveriam continuar lutando pelo apoio da opinião pública.

Com efeito, seu potencial de mobilização só aumentou. Em 19 de setembro de 2012, um mês após a decisão do tribunal, elas organizaram um protesto no qual participaram dez mil pessoas. As Mães de Ituzaingó continuaram liderando a maioria dos protestos. Mais do que pioneiras, Grain acredita que Mães de Ituzaingó têm o potencial de trazer coesão em uma nova coalizão na Argentina em torno dos agrotóxicos, devido ao forte simbolismo das mães na política argentina. De fato, representantes das Mães da Plaza de Mayo mostraram seu apoio às Mães de Ituzaingó durante o processo judicial (Nora Cortinás..., 2012). Muitas outras organizações têm abordado a questão dos agrotóxicos recentemente.

Seguindo os rastros das pioneiras: algumas contradições

Os agrotóxicos passaram a ser vistos pelo MNCI como um tema que já havia trazido alguns resultados positivos nas lutas e com alguma esperança de vitórias futuras. Isso se deveu à percepção de sucesso da rede Coletivo Paren de Fumigar, a repercussão da questão no campo e nas cidades e o envolvimento na campanha continental da Via Campesina, lançada em 2010. Depois disso, o MNCI anunciou oficialmente a campanha argentina em 2012.

No entanto, realmente não se fez muita coisa desde o lançamento oficial da campanha. Um dos principais obstáculos ao MNCI era a ambiguidade em seu discurso sobre a alocação de responsabilidades no panorama político polarizado argentino. Dada a complexidade dos alinhamentos políticos, não é fácil seguir as atribuições de responsabilidade. No nível nacional, o MNCI apoiava o governo nacional e aliou-se ao kirchnerismo. Nas eleições presidenciais nacionais de outubro de 2011, apoiaram a reeleição de Cristina Kirchner, o que prejudicou suas atividades de mobilização e autonomia, uma vez que não atribuíam claramente responsabilidade à presidenta pelos problemas enfrentados e por suas soluções. Nos níveis local e provincial, a situação variava; quando não apoiavam os governos locais, essa independência lhes permitia transferir a culpa do nível nacional para o regional e local.

A seguinte citação referente ao estabelecimento de uma fábrica industrial pela Monsanto nas ilhas Malvinas mostra a ambiguidade do MoCase-VC em relação às responsabilidades políticas: "Talvez [a presidenta] não tenha nem ideia de tudo que se está assinando por fora, digamos, porque muitas coisas não passam

por aí, entende, muitas coisas passam provincialmente; e nacionalmente, mas por outros lados, entende?" (MCC, entrevista em 2013). A culpa das multinacionais era recorrente em seu discurso. Isso está não somente em sintonia com os enquadramentos discursivos da Via Campesina Internacional, que define o inimigo de uma forma global, como também é conveniente ao MNCI em razão de seus alinhamentos políticos na Argentina. O MNCI tinha interesse, portanto, em destacar as divisões dentro do governo. Para isso, identificavam, por exemplo, a Secretaria de Produção Regional, ou setores específicos do estabelecimento político (não todos) que apoiavam as multinacionais (MCC, entrevista em 2013). Eles percebiam que a estrutura de oportunidades políticas era desfavorável à sua plataforma de lutas geral:

> *O governo atual ainda aposta muito no modelo dos transgênicos como forma de obter receita. E com o esquema atual dos 35% de impostos para as exportações, bem, é uma entrada importante de divisas, com as quais financia os programas sociais, uma parte importante da política atual.* (MCC, entrevista em 2013)

Além dos alinhamentos políticos que sustentam o modelo, o MNCI identificava limitações para sua ação nas estruturas da mídia e nas instituições científicas na Argentina, dados os interesses econômicos que os principais grupos de mídia e institutos de pesquisa tinham no agronegócio (MCC, entrevista em 2013). No entanto, sua percepção das oportunidades para mobilização permaneceu otimista. Essa percepção também pode ser explicada por um aumento geral da contestação de questões socioambientais na Argentina, objeto da próxima seção.

Um novo ciclo de protestos

Lendo ameaças estruturais para sua ação na Argentina, o MNCI enfatizou o papel da sociedade civil e dos movimentos sociais na mudança societária. É interessante notar que uma leitura realista das restrições estruturais só reforçou sua crença no poder da ação coletiva, e não o contrário, como esperado (Gamson, 1992), sobretudo porque os representantes do MNCI sempre enfatizaram que, em virtude das desigualdades estruturais em seu acesso à política, não tinham outra opção senão lutar. As esperanças do MNCI e de muitos outros movimentos e ativistas foram assim colocadas em um novo ciclo de protestos na América Latina. Alguns analistas de fato identificaram uma mudança de época (Svampa, 2008) na mobilização social na América Latina. Nesta seção expõem-se as percepções e interpretações por parte dos movimentos sobre um

emergente ciclo de protesto. Embora discordando das principais demandas em jogo, compartilha-se a percepção de um ciclo de protesto em ascensão, trazendo novas oportunidades para a construção de coalizões entre movimentos com lutas diferentes – como a mineração e o modelo agrário –, criando um novo impulso para ganhar a batalha contra os cultivos transgênicos.

Com exceção das breves ações do Greenpeace pela rotulagem de produtos transgênicos, que se baseavam no medo da população urbana em relação a uma nova tecnologia, todas as mobilizações sociais relacionadas à questão da agrobiotecnologia tiveram foco nas pessoas diretamente afetadas pelas atividades agrícolas, interpretadas de uma forma articulada sob o discurso mestre de modelo de desenvolvimento. Os problemas ambientais e de saúde foram, portanto, as consequências imediatas, mas não as causas últimas dos problemas vividos. O MNCI identificou sinais de um novo tipo de política – uma mudança – baseando-se na experiência do ciclo anterior em 2001:

> *E me parece que está havendo outra política, os movimentos sociais têm muito a ver com esta mudança. Podemos dizer* [que] *desde 2001, quando a sociedade já estava muito incomodada e, bem, não havia outra saída do que ir às ruas.* (MoCaSe-VC, entrevista em 2013)

O Greenpeace também distingue as mobilizações atuais das anteriores, mais centradas no emprego, ao passo que conexões entre questões sociais e ambientais caracterizariam a nova onda. A explicação para essa mudança, segundo a ONG, está em uma combinação de mudanças na cobertura da mídia, mudança social de longo prazo alcançada pela educação ambiental e acúmulo de recursos pelas organizações ambientais no país. Os processos de mobilização se assemelhariam aos observados nos bairros atingidos pela fumigação ou nas comunidades camponesas e indígenas ameaçadas de despejos das terras: começam no nível local como resposta à ameaça direta, ou seja, primeiramente, uma reação NIMBY. Tais mobilizações passam a ser identificadas por sua forma ou organização (*asambleas*), envolvendo-se em uma rede de troca de informações com manifestantes de outros locais, e abrangendo questões ambientais.

Considerando que para o Greenpeace a consciência ambiental é resultado de um processo de longo prazo e central a sua organização,[32] para Carrasco os protestos em torno dos temas ambientais são nada mais que a única reação

[32] Talvez seja mais apropriado interpretar as mobilizações argentinas não como um "ambientalismo ainda em formação", mas como o que são. Esta é a proposta de alguns autores para entender esses movimentos como socioambientalismo (Bottaro & Sola Álvarez, 2012; Svampa, 2008, 2012).

possível e desesperada diante do sofrimento imediato. O problema subjacente seria político e econômico, não ambiental. Além disso, Carrasco via menos perspectivas de aprendizado com relação às vitórias alcançadas na resistência à mineração, no que tange sua aplicação às lutas contra o modelo agrário: há diferenças significativas entre ter como alvo uma empresa multinacional com um projeto de mineração em um local e criticar milhares de agricultores argentinos, uma vez que a atividade agrária tem uma importância econômica para as famílias e pequenas cidades e vilarejos e é uma fonte de ascensão social na Argentina. Culturalmente, a agricultura tem uma forte centralidade na autocompreensão argentina de sua história, assim, dificilmente a sociedade argentina estaria disposta a ver na agricultura uma adversária, ao passo que a mineração é uma atividade econômica cujo significado é comumente negativo, muitas vezes associada às potências coloniais (Andrés Carrasco, entrevista em 2012).

Todos esses obstáculos levaram à conclusão, segundo Carrasco, de que os problemas decorrentes da agrobiotecnologia teriam de piorar para ser visibilizados, posto que não houve resistência na sociedade e integração de outros atores que não fossem os diretamente afetados. Ele ficou muito impressionado com o que viu ao viajar pelo interior da Argentina e lembrou-se de um ativista numa espécie de "grito agonístico": "Você sabe, doutor, eles estão transformando nossas vidas (…) eles estão nos matando não com tóxicos, mas eles estão destruindo nossas vidas" (Andrés Carrasco, entrevista em 2012). O prognóstico de Carrasco era sombrio: o modelo despovoaria os territórios e prosseguiria com a mercantilização das terras na Argentina até os limites de um modelo extrativo, "porque enquanto houver povo, há resistência, há um núcleo de diálogo" (Andrés Carrasco, entrevista em 2012).

Havia mais otimismo por parte da ONG Grain. Em contraste com as dificuldades em trabalhar em conjunto do passado, as organizações começaram a coordenar atividades conjuntas como a jornada de protesto "Primavera sem Monsanto", em 19 de setembro de 2013, contra a instalação da fábrica da Monsanto em Malvinas Argentinas, Córdoba. Além disso, para Grain já havia vitórias parciais, como a regulamentação da pulverização de pesticidas em muitas localidades. A ONG manteve o foco e a esperança na reversão da política dos transgênicos, embora reconhecendo o poder de seus oponentes:

> *Apesar de tudo, o caminho é de questionar os transgênicos porque se demonstrou sua inutilidade em alimentar o mundo, em produzir alimentos melhores ou em maior quantidade; estão demonstrados os riscos como*

> *experimento global que são. Há umas batalhas ideológicas que se ganham muito além da prática*. (Grain Argentina, entrevista em 2013)

Em suma, a percepção de um ciclo crescente de luta em torno do modelo de desenvolvimento articulava questões ambientais e sociais, tanto para a economia quanto para a política. Danos à saúde e ao meio ambiente e os riscos das tecnologias tornaram-se mais evidentes em virtude de um longo processo de construção de uma consciência ambiental no país. Ao mesmo tempo, o avanço das indústrias extrativistas e agrárias exacerbou os conflitos. Houve mobilizações não só em torno do sofrimento direto com a saúde e o meio ambiente, mas também para reivindicar direitos à terra e ao reconhecimento de identidades culturais. Todas essas questões foram discutidas em um número crescente de assembleias e reuniões; novas redes se estabeleceram e alguns viram que na batalha ideológica havia sinais de que os cultivos de transgênicos haviam sido derrotados, mesmo que a política estatal ficasse para trás, relegada por poderosos interesses econômicos. Havia uma disputa em andamento entre as organizações na Argentina a respeito da identificação do lócus de solução para os problemas trazidos pelo modelo de desenvolvimento argentino, como será descrito na próxima e última seção.

Global *versus* local, Estado nacional ou América Latina?

Os ativistas também estavam ocupados em identificar a melhor escala de soluções para suas lutas. Por um lado, todos os entrevistados identificavam a dimensão global do sistema agroalimentar no qual se insere o modelo agrário argentino. Consequentemente, percebiam dificuldades em encontrar soluções isoladas ou específicas para cada país. Ao mesmo tempo, alguns ativistas destacaram a abstração das respostas globais quando se trata de realidades locais. Por outro lado, alguns ativistas identificaram o Estado nacional como principal destinatário de suas reivindicações, embora reconhecendo a responsabilidade das forças e atores econômicos globais. Para complicar ainda mais as coisas, a maioria dos ativistas não via oportunidades políticas na Argentina para avançar suas demandas no nível nacional. Muitos acreditavam que a solução passava pelo nível local, a partir do qual as lutas poderiam mover para outras escalas. Essas posições variadas serão brevemente ilustradas nesta seção.

Durante mais de vinte anos, a ONG Grain tem trabalhado para influenciar os tratados internacionais em espaços globais, contando com sua capacidade profissional para gerar, analisar e disseminar informações tanto no nível de base

quanto sobre as mudanças institucionais legais e políticas nos níveis nacional e global. A ONG é capaz de enumerar muitas vitórias na negociação de tratados internacionais. "Mas vimos que a vida dos povos não mudou nada" (Grain Argentina, entrevista em 2013). Destarte, destacam a dificuldade de fazer que as vitórias globais alcançassem o nível local, voltando seu foco cada vez mais para este nível de atividade.

Além da dicotomia global *versus* local, alguns ativistas referiram-se à alternativa entre os níveis global e nacional, o caso do Greenpeace. O conflito rural em 2008 só reforçou a percepção da ONG de que não havia espaço para combater os transgênicos na Argentina. O Greenpeace viu a solução no nível global, embora não necessariamente em acordos legais internacionais. Em vez disso, o Greenpeace Argentina constantemente se referia às forças do mercado global:

> *Acredito que muitos temas poderão ser resolvidos. Outros, a Argentina não poderá resolvê-los sozinha; serão resolvidos pela conjuntura internacional. Não por conquista da sociedade, mas porque há menos pressão, já não é negócio produzir soja.* (Greenpeace Argentina, entrevista em 2012a)

Transferir a campanha sobre transgênicos para o nível global pode ser mais eficiente e congruente com a lógica operacional do Greenpeace, mas muitos outros ativistas na Argentina, sem negligenciar a dimensão global da questão, desafiaram essa interpretação e estratégia por uma série de razões. Eles alegaram que tratá-la como uma questão de mercado e tentar influenciar consumidores e governos estrangeiros pode não vir a ser uma boa estratégia. Na Europa, Carrasco encontrou uma reação cínica aos seus apelos para aumentar a conscientização sobre os efeitos locais das importações europeias de grãos. Em retrospectiva, ele reconheceu que não havia muita razão para esperança já que os europeus basicamente culpavam o governo argentino por sua decisão de plantar tantos hectares de cultivos transgênicos.

Ciente do risco de se ofuscar a tomada de decisão política na Argentina, Carrasco chama a atenção para sua contingência, já que poderia ter sido diferente. Sem deixar de responsabilizar as multinacionais, para ele o destinatário deve ser o Estado nacional, no qual se localiza a decisão política sobre o modelo de desenvolvimento e a utilização dos recursos naturais: "Eu não estou discutindo com a Monsanto. O único interlocutor válido é aquele encarregado de decisões políticas, que pode mudar o modelo ou começar a pensar modelos alternativos, e esse é o Estado nacional" (Andrés Carrasco, entrevista em 2012). Comparando a Argentina a muitos países latino-americanos, argumenta que não se trata de

uma difusão tecnológica mecânica, mas o resultado de uma decisão política. Há sempre um momento de decisão: "Está claro que até certo ponto as multinacionais podem impor um modelo tecnológico como os OGM, mas por outro lado não. A resposta poderia ter sido não" (Andrés Carrasco, entrevista em 2012).

Evocando o significado amplo de soberania, Carrasco recorda a peça publicitária *República Unida da Soja*, um nome cunhado pela Syngenta para se referir ao Cone Sul, no qual a produção de soja não conhece fronteiras. Em outras palavras, um anúncio que ridicularizava as decisões políticas:

> *O mesmo acontece no Paraguai, Brasil, Uruguai, a* media luna *na Bolívia: zonas agrárias de mais de 50 milhões de hectares que suspenderam sua soberania alimentar e soberania em geral, ao permitir a exploração dos seus territórios por essa tecnologia.* (Andrés Carrasco, entrevista em 2012)

Reconhecendo sua inspiração no pensamento crítico latino-americano como o de Eduardo Galeano e Aníbal Quijano, Carrasco contextualiza a luta contra a biotecnologia como parte de uma luta continental pela descolonização. Os movimentos camponeses, embora interpretando os problemas de forma muito mais globalizada, também colocam suas esperanças em uma luta continental na América Latina, buscando "interpretar o processo político no nível continental, (...) ser parte de um espaço, uma organização mais ampla" (SerCuPo, entrevista em 2013).

A percepção do alcance continental e global da luta contra o modelo agrobiotecnológico contrasta acentuadamente com a interpretação nacionalizada das disputas sobre a política de transgênicos no Brasil, que serão relatadas nos próximos capítulos. No entanto, como narrado nestas páginas, nos últimos anos tem-se intensificado a mobilização social na Argentina para disputar as decisões nacionais que constituem a economia política agroalimentar no país, bem como a regulação neoliberal sobre sementes, produtos químicos e a questão da terra. Aprendendo de outras lutas, como as que se deram no vizinho Brasil, os movimentos sociais começaram a disputar as decisões políticas nacionais que sustentam o modelo. Ao evoluir em resposta às novas necessidades da coalizão pró-transgênicos, abrem novas oportunidades para os movimentos sociais revelarem pontos cegos no projeto de bio-hegemonia e moldar um regime agroalimentar alternativo na Argentina que melhor se encaixe neste conceito teórico, isto é, que produza alimentos em vez de *commodities*.

4
Uma Controvérsia Inesperada (1996-2002)*

Neste capítulo conta-se a história de como se criou uma controvérsia sobre os transgênicos no Brasil. Embora o contexto de ajustes estruturais neoliberais fosse altamente favorável à adoção dos cultivos transgênicos, e a despeito dos esforços por parte de uma coalizão de atores promovendo a nova tecnologia, a mobilização social contra os transgênicos encontrou solo fértil na sociedade civil na década de 1990 em virtude da existência de movimentos organizados de agricultores familiares, camponeses e ativistas pela agroecologia.

Outras três razões deram impulso à disputa pela biotecnologia agrícola. Primeiro, havia uma divergência de opiniões dentro da comunidade científica, que tinha uma longa tradição de engajamento com o movimento ambientalista. Segundo, tratava-se de um momento de consolidação do ambientalismo no Brasil devido à pujança econômica e à profissionalização que acompanharam as preparações para a Eco-92, no Rio de Janeiro, ou seja, as organizações da sociedade civil se tornavam cada vez mais profissionais no que diz respeito a solicitar financiamento, gerenciar projetos públicos, contratar e pagar funcionários qualificados. Terceiro, a sociedade civil estava ávida por explorar as novas oportunidades legais para mobilização social e os novos canais institucionais abertos pela democratização para a representação da sociedade civil no Poder Executivo.

Esses componentes forneceram a oportunidade para cientistas, Greenpeace Brasil e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) identificarem a biotecnologia como questão de precaução, que poderia gerar atenção pública. Eles começaram uma controvérsia nacional sobre os transgênicos. O divisor de águas foi a ação judicial contra a aprovação da soja transgênica que culminou

* Uma versão anterior deste capítulo foi publicada em MOTTA, R. A criação de uma controvérsia sobre os transgênicos no Brasil. In: MUELLER, A. & SOARES, F. *Modernidade sem Fronteiras: desenvolvimento e desigualdades entrelaçadas*. Ijuí: Editora Unijuí, 2018.

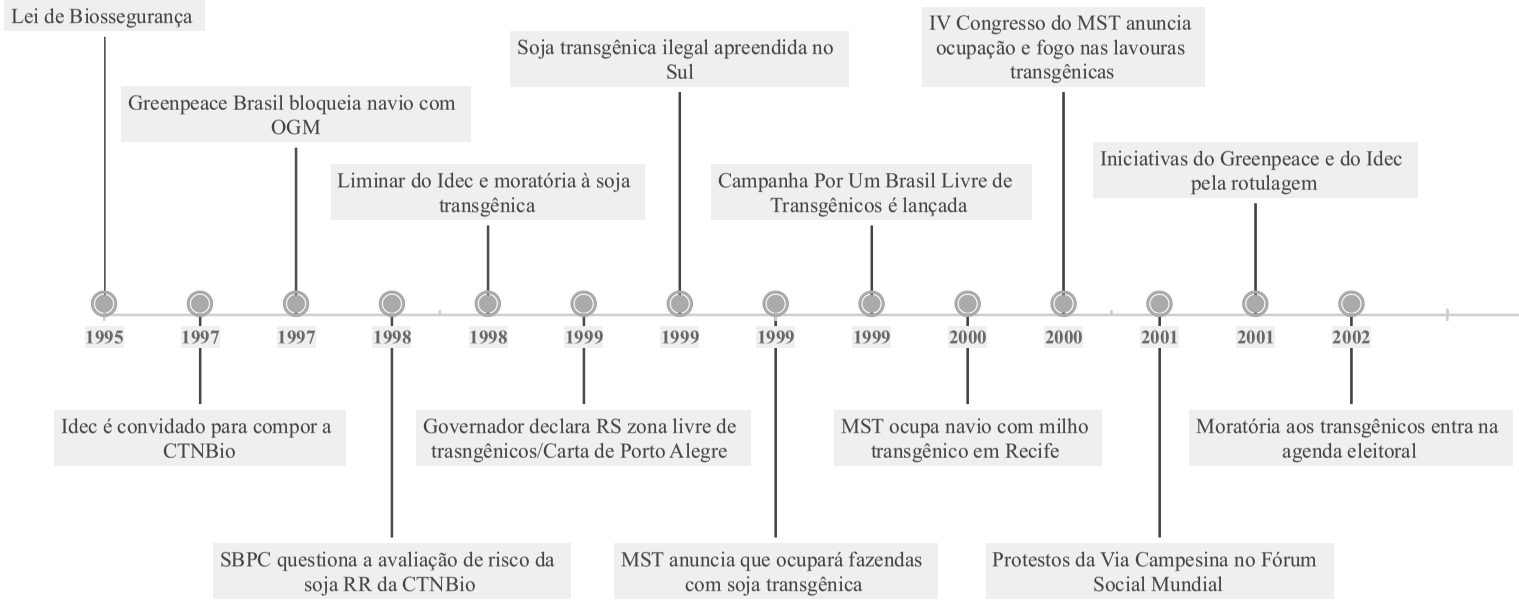
em uma moratória legal. Também havia precursores a politizar a tecnologia no sul do Brasil, onde a soja transgênica foi cultivada, ilegalmente, pela primeira vez, e a região se tornou um foco das disputas entre as coalizões pró e contra transgênicos, a última liderada pelo movimento de camponeses. Em 1999, a campanha nacional Por um Brasil Livre de Transgênicos foi lançada oficialmente. Toda essa mobilização social foi recebida com uma reação orquestrada pelas empresas de biotecnologia, autoridades estatais e agricultores que queriam ver a tecnologia nos campos brasileiros. Neste capítulo narram-se os principais eventos na construção de uma situação de controvérsia sobre os OGM no Brasil, os quais estão representados na Figura 6 ao lado.

Ajuste Estrutural Neoliberal e uma Estrutura Agrária Dualista

Após ter exitosamente controlado a inflação com um programa para estabilização monetária em 1993, o Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente. O governo Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), governou o Brasil de 1995 a 2002. Esse período se caracterizou por várias reformas, refletindo o Consenso de Washington: estabilização macroeconômica, reforma do Estado, privatizações e liberalização comercial. O contexto político e econômico era altamente promissor para a difusão dos organismos geneticamente modificados (OGM). Os agricultores se encontravam em uma situação financeira precária devido à redução dos subsídios governamentais, ao passo que o governo também necessitava melhorar a balança comercial. A tecnologia transgênica prometia mais lucros e competitividade, indo ao encontro dos interesses dos agricultores e do governo (Pelaez & Schmidt, 2000).

O contexto favorável abriu caminho para as mudanças legais incorporando as regras do globalismo neoliberal necessárias para o estabelecimento de um regime agroalimentar corporativo. Após assinar os acordos de livre-comércio para entrar na OMC em 1994, o governo brasileiro aprovou novas leis e emendas para incorporar as novas obrigações ao marco jurídico nacional. Em 1995, foi aprovada a Lei de Biossegurança (lei n. 10.711); em 1996, o Congresso traduziu as previsões legais do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês para Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights) para a Lei de Propriedade Industrial (lei n. 9.279); e em 1997, suas implicações para sementes foram garantidas por meio da Lei de Proteção de Cultivares (lei n. 9.504) e um projeto para uma nova Lei de Sementes foi lançado. Antes de 1997, não havia previsão legal para direitos de propriedade intelectual sobre sementes no Brasil, embora

Figura 6 – Linha do tempo de eventos de mobilização social contra os transgênicos. Brasil – 1995-2002



o mercado de sementes fosse bem regulamentado desde a Revolução Verde e a chegada das sementes híbridas. Assim, a nova lei levantou os obstáculos legais para que o melhoramento de plantas pudesse se desenvolver na direção descrita por Kloppenburg (2004): de modo a inclinar o equilíbrio para o setor privado e a mercantilização de sementes ao aumentar as possibilidades de proteção de direitos de propriedade intelectual, bem como a formalização do mercado de sementes.[33] Seguiu-se um forte processo de concentração no mercado de sementes após a aprovação dessas leis (Reis, 2012).

Nada disso aconteceu sem resistência, e algumas concessões foram alcançadas. Houve mobilização social e oposição parlamentar liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Fundado no início da década de 1980 por uma convergência de atores sociais, tais como sindicatos de trabalhadores, a esquerda católica, movimentos sociais urbanos, agrários e intelectuais, o PT era o único partido político nos anos 1990 a fazer oposição às políticas de ajuste estrutural, como as privatizações, a reforma do Estado e a austeridade macroeconômica. Agricultores familiares organizados em torno da esquerda católica do PT conseguiram eleger deputados para representar seus interesses, que se organizaram no Núcleo Agrário e, desde então, têm sido aliados no parlamento para os movimentos sociais lutando pela reforma agrária e políticas públicas para a agricultura familiar.

Durante a votação das leis de direitos de propriedade intelectual e cultivares, o principal nó da discórdia foi a apropriação das sementes. A resistência organizada de movimentos sociais agrários, agroecológicos e agrônomos influenciou a opção brasileira por incorporar a Convenção Upov 1978 no lugar da Convenção Upov 1991. Além disso, a lei brasileira estabeleceu um regime de proteção especial para pequenos agricultores que lhes conferia o direito de intercambiar sementes (Reis, 2012). A constituição de um regime agroalimentar corporativo foi disputada pela sociedade civil. A transformação agrária ficou conhecida como agronegócio e foi recebida com uma reação negativa por parte dos movimentos agrários. O projeto de converter a agricultura brasileira em um regime agroalimentar corporativo orientado para a exportação teria de coexistir com um modelo alternativo de fun-

[33] Reis (2012) explica as diferenças entre sistemas de semente formal e local. Sementes registradas, certificadas e padronizadas compõem o sistema formal; os sistemas locais se caracterizam pelos usos tradicionais dos agricultores de guardar, selecionar e intercambiar sementes. Em vez de uma evolução linear do último para o primeiro, Reis afirma que esses sistemas sempre coexistiram e se intercruzaram: agricultores complementam suas próprias sementes com variedades comerciais, e as empresas de sementes desenvolvem seu produto sobre a base das sementes selecionadas por agricultores. O uso de semente própria se mantém significativo no Brasil, apesar das crescentes medidas legais para fazer que agricultores comprem sementes comerciais (tais como as condições para receber crédito estatal).

damentos ideológicos bastante diferentes. Os camponeses, uma vez destinados ao desaparecimento com o avanço do capitalismo, haviam, em vez disso, desenvolvido um projeto para sua própria reprodução social.

O Dualismo na Agricultura: agronegócio e agricultura familiar

Embora houvesse atores e movimentos críticos ao processo que ficou conhecido como *modernização agrária*, promovido pela Revolução Verde em 1960 e 1970, esses não lograram encontrar aliados políticos. As transformações estruturais apenas aumentaram o dualismo no campo brasileiro entre os grandes proprietários de terras levando a cabo uma produção em alta escala para exportação e a agricultura familiar (Delgado, 2010). Os primeiros são historicamente conhecidos como latifundiários; os últimos incluem atores heterogêneos, tais como trabalhadores rurais, trabalhadores sem-terra, pequenos proprietários, comunidades tradicionais com terras comunais, meeiros (formas contratuais de uso da terra) e posseiros (agricultores que tenham ocupado certa terra por anos e possuem o direito sobre ela, porém não o título legal). Esse dualismo se reflete em diversas categorias sociais, tipos de representação política, órgãos na burocracia estatal e políticas públicas.

Os grandes proprietários são conhecidos em suas atividades políticas como ruralistas, que se organizam em um número de associações, sendo as mais proeminentes delas a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). São representados no parlamento pela bancada ruralista, uma coalizão multipartidária para defender seus interesses;[34] seu interlocutor no Poder Executivo é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Pequenos proprietários e agricultores são representados por diversas organizações. Desde 1960, a forma principal de representação tem sido os sindicatos rurais, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que reúne as Federações dos Trabalhadores na Agricultura de cada estado, e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). Camponeses lutando por acesso à terra, bem como trabalhadores rurais clamando por direitos trabalhistas foram apoiados pela Igreja católica, especialmente após a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Na burocracia estatal, suas demandas foram subsumidas na

[34] Apesar de sua informalidade, eles constituem um dos grupos de interesse mais influentes e organizados no Congresso, apoiados por um forte *lobby* agrário. Eles não apenas nomeiam a presidência da comissão legislativa para a política agrária como também disputam a liderança de qualquer comissão que possa afetar seus interesses, a exemplo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

rubrica reforma agrária e desenvolvimento agrário; durante a década de 1990, consolidou-se a expressão agricultura familiar com o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em alguns períodos, as políticas públicas para esses grupos têm sido autônomas; em outros, subordinadas ao Ministério da Agricultura. Desde o ano 2000, as políticas estatais para agricultores familiares se encontram sob a jurisdição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado pelo governo Cardoso.

Com a democratização, um contexto diferente para a mobilização social surgiu, incluindo as disputas acerca do modelo de desenvolvimento agrário. Os movimentos populares agrários formaram organizações e redes engajadas em novos repertórios de ação e encontraram aliados entre políticos e outros movimentos sociais. Eles foram exitosos em incluir a questão na nova Constituição Federal de 1988, a qual determina que a propriedade da terra está condicionada a sua função social. Esse artigo foi o começo de uma transformação discursiva na representação social dos grandes proprietários: eles não queriam mais ser associados com o latifúndio e, portanto, adotaram um novo rótulo para sua atividade, o agronegócio.

Na década de 1990, os movimentos populares agrários se tornariam proeminentes na esfera pública. Fundado em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se tornou durante os anos 1990 o maior movimento de base no país (Carter, 2010). Em 1997, o movimento organizou uma marcha para Brasília com cem mil pessoas. O MST adotou a forma de movimento social como organização política, e optou por um repertório baseado em ações disruptivas e ocupações de terras, consideradas inovadoras em comparação com as formas tradicionais de representação política e ação institucional dos pobres rurais por meio dos sindicatos rurais (Sigaud, Rosa, & Macedo, 2008). O MST teve apoio popular e até cobertura romantizada na mídia nacional dominante:

> *Até 1998 mais ou menos, nossa leitura era que a mídia tinha tolerado o movimento, (...) até por conta da própria força do MST, da contestação daquele período ainda, ainda não era agronegócio, era o latifúndio atrasado, então ainda o movimento era portador de uma mensagem moderna.* (MST, entrevista em 2013)

O movimento se viu em um contexto muito mais favorável quando seu principal alvo era o latifúndio, o qual carecia de legitimidade pública. Contudo, um novo e mais poderoso inimigo estava a ser construído: o agronegócio. O agronegócio se tornou visível de 1998 a 1999, especialmente depois da crise cambial no Brasil (Delgado, 2013). As políticas neoliberais levaram à estabilização macroeconômica com o alto preço de conduzir o país a uma crise no balanço de

pagamentos, bem como a desvalorização da moeda em 1999. A produção de bens primários para exportação, que podia gerar moeda estrangeira para cobrir o déficit na balança de pagamentos, se tornou crucial para o governo. Os proprietários de terras começaram a utilizar o termo agronegócio para se referir à produção de larga escala e capital intensivo, caracterizada pela alta incorporação de tecnologia, avançando no modelo de modernização agrária instalada pela Revolução Verde. Eles cunharam o termo como parte de uma estratégia de distingui-los dos latifundiários e da produção de baixa intensidade de capital – realçando, assim, os altos investimentos de capital e a imagem de homens de negócios. Essas transformações não escaparam à atenção dos movimentos agrários e de seus intelectuais orgânicos (Sauer, 2008, 2010), que afirmaram estar em curso um novo estágio da "modernização conservadora" da agricultura brasileira.

Os movimentos camponeses brasileiros já haviam articulado demandas muito claras concernentes às políticas públicas, que não haviam sido atendidas pelo governo:

> [O] *governo do FHC, por exemplo, cria o Pronaf (...), em contraposição a uma política que os movimentos já pautavam da agricultura camponesa, (...) justamente para fortalecer a agricultura familiar, para criar um setor dentro da própria agricultura camponesa que fosse do agronegocinho.* (MST, entrevista em 2013)

Esses movimentos aspiravam realizar um outro tipo de agricultura, em vez de seguir o "agronegocinho". Nesse sentido, eles distinguem entre agricultura familiar e camponesa, reiterando que não se trata da escala de produção, mas o modo de produção, isto é, sua relação com o trabalho, a terra e o ambiente, podendo ser considerada uma identidade cultural específica. Enquanto mantinham sua mobilização para construir um regime agroalimentar que incorporasse suas propostas, muitos eventos aconteceram no contexto urbano, liderados por outros movimentos sociais, comunidades científicas, órgãos estatais e cortes.

Precursores: cientistas, ambientalistas e movimentos dos consumidores (1990-1998)

Os primeiros debates sobre biotecnologia no Brasil surgiram na comunidade acadêmica. Em 1995, a Primeira Conferência de Ciência e Tecnologia votou pela regulação da biotecnologia com base no princípio da precaução (Cesarino, 2006). Houve um diálogo estreito entre cientistas e o governo, com os primeiros sendo consultados para ajudar na formulação da primeira Lei de Biossegurança, editada pelo Congresso em 1995. Entretanto, o presidente vetou alguns artigos

centrais, incluindo a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). No centro da disputa, o poder consultivo ou deliberativo da comissão: quando o Congresso nacional votou pela primeira opção, deixando as atribuições decisórias para as autoridades competentes já existentes nas áreas de saúde e ambiente, cientistas influentes pressionaram o governo para vetar este artigo (Rubens Nodari, entrevista em 2013).

Enquanto isso, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Sociedade Brasileira de Genética (SBG) começaram a organizar os primeiros debates sobre biotecnologia, em 1997. Cientistas que acompanhavam o tema recordam que a SBPC, durante os quatro mandatos presidenciais, abrangendo aqueles de Sérgio Ferreira (1995-1999) e Glacia Zancan (1999-2003), foram marcados por uma posição crítica demandando precaução no que se refere aos transgênicos. Esses representantes da comunidade científica frequentemente assumiam posições no debate público ao publicar suas opiniões (Polêmica..., 2000). Individualmente, "houve manifestações díspares, desde cientista dizendo que não ia acontecer nada, outros que eram contra. A maioria queria mais estudos, [uma] posição mais crítica; não era necessariamente contra" (Rubens Nodari, entrevista em 2013).

Alguns desses cientistas se tornariam, posteriormente, membros da CTNBio, marcando suas participações pela exigência de mais estudos. Ademais, muitos cientistas formavam parte da primeira onda de ativistas ambientais no Brasil (Hochstetler & Keck, 2007).

Outro grupo de especialistas envolvidos na questão tinha um perfil bastante diferente daqueles cientistas que conduziam pesquisas de laboratório e estavam preocupados com a regulamentação da pesquisa e comercialização. Trata-se dos agrônomos, interessados nas consequências práticas que a biotecnologia teria para o desenvolvimento agrário e para os agricultores, orientados por princípios políticos e ideológicos declarados (Pelaez & Schmidt, 2000). Desde os anos 1970 esses profissionais investigavam criticamente os efeitos da Revolução Verde no país e vinham propondo a alternativa agroecológica. Durante esse período, formaram várias associações e ONGs para apoiarem a reprodução dos agricultores familiares como categoria social e prevenirem a dependência dos agricultores com relação aos insumos agrícolas de empresas internacionais.[35]

[35] Pelaez e Schimidt (2000) esclarecem que esta é a origem da ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), que mais tarde desempenharia um papel central na organização da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Eles formaram os Projetos em Agricultura Alternativa (PTA), associados com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Depois se tornaram uma organização autônoma, a Rede PTA, que se transformou então na ONG.

Pelaez e Schmidt (2000) argumentam que a oposição aos transgênicos no Brasil pode ser melhor compreendida como uma nova luta de agrônomos visando a um modelo de agricultura alternativo. Esses profissionais criaram uma rede de organizações promovendo a autonomia dos agricultores e o controle sobre a produção de sementes. Seu engajamento explica o papel fundamental que as organizações de agricultores familiares movidas pela ideia de autonomia desempenharam na disputa em torno dos transgênicos. Em outro *front*, o movimento de agrônomos exerceu pressão na negociação de projetos de lei e políticas nas áreas de agrotóxicos, sementes e direitos de propriedade intelectual nos anos 1990, tendo tido, dessa forma, algum êxito, como já mencionado. Sua crítica à biotecnologia agrícola e suas propostas relativas a um modelo alternativo de desenvolvimento agrário encontraram uma audiência mais ampla – até então despreocupada com o que acontecia no campo – quando os movimentos ambientalista e do consumidor incorporaram a questão dos cultivos transgênicos.

Ambientalismo e Greenpeace Brasil

A organização Greenpeace foi a primeira a levar a cabo uma ação direta contra os cultivos transgênicos no Brasil, também por ser um dos primeiros atores a ter acesso à informação sobre a chegada da tecnologia no país. Sua decisão de agir foi influenciada por sua capacidade organizacional e a avaliação de que poderia fazer uma campanha exitosa contra os transgênicos. Em 1992, estabeleceu seu escritório brasileiro após a Eco-92, um momento no qual o ambientalismo estava em seu auge no país. O movimento ambientalista estabeleceu redes com vários setores de movimentos sociais e experimentava diferentes formas de participação política. O Greenpeace Brasil tinha suas raízes na realidade nacional, em que o ambientalismo não podia evitar tomar partido nas questões de justiça social, resultando no discurso do socioambientalismo da década de 1990 (Hochstetler & Keck, 2007). Desde o fim da década de 1980, o desflorestamento na Amazônia havia centralizado a agenda do movimento. O Greenpeace Brasil avaliou que a soja transgênica fornecia uma boa entrada para a organização mudar o cenário de suas ações e conectar florestas e mares distantes com a paisagem urbana (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012).

Devido à escala transnacional de suas operações, o Greenpeace soube da chegada no Brasil de um carregamento com soja transgênica, requerido pela

Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e aprovado pela CTNBio em 1997 – a qual estava funcionando, apesar de seu *status* legal incerto. Seguiu-se a primeira ação direta: ativistas do Greenpeace bloquearam o carregamento de soja transgênica. Dada a alta proeminência da organização, também entre as agências de mídia internacional, assim como sua condição de novidade no Brasil e diferença com relação a organizações ambientalistas locais, o Greenpeace atraiu a atenção da mídia nacional. Conseguiu espaço noticioso no *Fantástico*, programa de TV com grande audiência nas noites de domingo, e a partir de então o tópico começou a ser notado (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012). A organização se fiou em seu repertório de eventos espetaculares para chamar a atenção da mídia.

Ademais de eventos de protestos projetados para a mídia, o Greenpeace engajou-se na mobilização legal, motivando o Ministério Público a ajuizar uma ação civil pública. Freitas (2011) afirma que a mobilização legal não era uma ferramenta usada pelo Greenpeace, e que a razão para tal exceção se deveu à avaliação do Greenpeace de que, no estágio inicial da campanha, ela teria efeitos imediatos que provavelmente não seriam atingidos por ações de protesto isoladamente, em razão da emergência da situação. Era a maneira mais rápida de impedir a chegada dos cultivos transgênicos no país até que eles lançassem uma campanha pública. Uma liminar foi concedida, exigindo que a Abiove respeitasse o Código de Defesa do Consumidor e rotulasse os produtos elaborados com soja transgênica (Salazar & Grou, 2010). A exigência de fazer cumprir a legislação existente ou estabelecer um marco legal apropriado coincidia com o espírito da época, da consolidação democrática, no qual a lei e seu exercício se tornaram parte da política de confrontação.

Oportunidades legais e democracia participativa: o movimento dos direitos do consumidor

Durante a década de 1980, o Ministério Público começou uma reforma em que seu perfil criminalista deu espaço a ações civis orientadas ao cumprimento da lei na proteção do interesse público e de direitos coletivos. Essa tendência foi fortalecida pela Lei da Ação Civil Pública (lei n. 7.437) em 1985. Trata-se de um instrumento legal que determina a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor estético, artístico e histórico. A lei conferiu a organizações de interesse público legitimidade para propor a ação judicial, podendo ingressar diretamente no contencioso judicial

ou motivar o Ministério Público a agir, sendo a segunda opção a mais estratégica, devido ao poder e aos recursos desse órgão.

O Idec foi fundado em São Paulo em 1987 com um perfil fortemente jurídico, mas também com capacidade técnica em algumas áreas. O instituto almejava ir além de ações judiciais individuais e começou a mover ações coletivas, fazendo uso das novas oportunidades legais disponíveis com a democratização do país. A mobilização legal é central no seu repertório de ação, porém usada em combinação com outras atividades que visam sensibilizar o público, tais como cursos e campanhas de informação e orientação para o consumidor, bem como a participação no processo legislativo e em órgãos do Executivo. A decisão de agir contra os transgênicos não surgiu da demanda de seus associados, ainda uma questão abstrata. Ela se deveu, muito mais, aos desenhos institucionais da democracia participativa no Brasil, juntamente com a reputação do Idec. Graças a sua competência na área de alimentos e seu forte papel como representante em órgãos oficiais, em 1995 a organização foi convidada a representar a sociedade civil na CTNBio.[36]

Na agenda da comissão estava a autorização da pesquisa e comercialização da soja RR (Idec, entrevista em 2013). Por meio desse convite, o Idec se inteirou da questão, porém não participou por muito tempo, pois seus representantes notaram que, em vez de criar regras para a avaliação de risco à saúde e ao ambiente, a comissão objetivava liberar os transgênicos, seguindo o caminho dos Estados Unidos e da Argentina:

> *Quando nós fomos fazer o levantamento dos campos experimentais, que tinham sido autorizados pela CTNBio antes da liberação para fins comerciais, eram assim experimentos em campos de 100, 115 hectares, o que caracteriza multiplicação de semente, (...) com fins de ter, contar com a liberação que estava mesmo para acontecer logo em seguida.* (Idec, entrevista em 2013)

O Idec, então, emitiu um comunicado formal solicitando sua saída da comissão. Seu objetivo era ser independente para poder contestar todo o processo: o funcionamento ilegal da CTNBio, a falta de normas para a avaliação de risco e a aprovação dos transgênicos.

---

[36] Os alimentos são um importante tópico de trabalho do Idec, desde o início de suas atividades. Sua primeira ação judicial, de 1988, exigia que o Ministério da Agricultura proibisse o uso de hormônios na produção pecuária. Depois disso, tratou de questões importantes como a qualidade do leite, rotulagem nutricional enganosa, produtos dietéticos e fraude em produtos congelados. Seu trabalho com os transgênicos segue essa tradição.

A Inesperada Moratória e a Divisão no Estado (1998)

Em 24 de setembro de 1998, a CTNBio emitiu uma opinião favorável sobre a soja RR, desconsiderando as objeções levantadas pela SBPC e o Idec nas reuniões anteriores (Leite, 1998a, 1998c). A SBPC oficializou sua posição, enviando à comissão um questionário sobre temas técnicos incluindo a alergenicidade e a toxicidade do glifosato. No dia seguinte, com a aprovação iminente da soja transgênica para produção comercial, o Idec pleiteou uma liminar, amparada pelo Ministério Público, para suspender a aprovação da soja RR:

> *Nós fizemos uma ação pedindo (...) tutela liminar, para impedir a liberação para exigir que fossem criadas normas de avaliação de riscos à saúde, ao meio ambiente e que existisse uma norma de rotulagem para garantir o direito do consumidor. Então os três eixos da ação eram esses, o fundamento era a ausência de normas adequadas*. (Idec, entrevista em 2013)

A liminar foi concedida no mesmo dia, postergando a planejada aprovação da soja transgênica. Ela funcionou como uma moratória legal por cinco anos e esteve em vigor até 2005, quando a Lei de Biossegurança a suspendeu.[37] Foi uma moratória legal, porém, com o desenrolar dos acontecimentos, viu-se que não se tratava de uma moratória *de facto*; entretanto, não se alterou a avaliação do Idec de que esta ação judicial foi a primeira grande vitória da mobilização social contra os OGM:

> [O] *interesse da mídia se deu num primeiro momento com a novidade do assunto e com o embate que surgiu no Judiciário. Uma organizaçãozinha, uma organização de consumidores move uma ação contra o governo federal, que logo recebe a Monsanto ao lado ali na sua defesa e que conseguiu barrar.* (Idec, entrevista em 2013)

A ação judicial recebeu boa cobertura jornalística, com uma grande dramatização de um conflito entre partes desiguais, uma organização de consumidores contra um gigante global – um roteiro do tipo Davi *versus* Golias (Fernandes, 2010). O tradicional jornal *O Estado de S. Paulo* cobriu o assunto, que alcançou um público mais amplo, fortalecendo o debate público iniciado pelas ações do Greenpeace. Muitos ativistas recordam esse momento como a era de ouro do tema (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012; Idec, entrevista em 2013; Rubens Nodari, entrevista em 2013).

---

[37] O oposto aconteceu com a União Europeia: uma moratória *de facto* contra os transgênicos esteve em vigor entre 1998 e 2003, embora não fosse *de jure*. Tais desencontros entre realidade e legalidade não são um monopólio da política brasileira de confrontação sobre os OGM.

A ação judicial afetou o roteiro das empresas de biotecnologia no Brasil, em sua coalizão com setores governamentais e cientistas da CTNBio (Salazar & Grou, 2010). Por esse motivo, a moratória marca o início oficial da política de confronto sobre os OGM no Brasil, tornada efetiva pelo Poder Judiciário. A decisão judicial não proibiu a soja transgênica, porém funcionou como uma suspensão de sua aprovação, baseada na ausência de estudos de impacto ambiental. Um ativista resumiu bem suas implicações: "Aí a Monsanto ou fazia estudo de impacto ambiental, ou investia na briga, no Judiciário. Ela preferiu investir na briga em vez de fazer os estudos" (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012).

Ao focalizar a ação judicial, a Monsanto evitou o escrutínio regulatório e público sobre seus dados científicos. Ela tomou parte na ação ao lado do Estado brasileiro, em defesa da CTNBio. O Greenpeace se aliou ao Idec, juntamente com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a agência reguladora subordinada ao Ministério do Meio Ambiente. O Poder Executivo solicitou um parecer à Advocacia Geral da União (AGU), o qual deve prevalecer no caso de desacordo dentro do governo.[38] O representante do Idec interpretou esse pedido como um sinal da política pró-transgênicos que o governo tencionava instaurar:

> [O] *governo estava realmente envolvido na questão, apoiando, querendo mesmo a liberação (...) sem norma, sem nada, tendo o seu órgão voltado à liberação ambiental dizendo que não poderia; como a instância política estava tratorando a instância técnica.* (Idec, entrevista em 2013)

A desconsideração dos requerimentos de análise de impacto ambiental também evidenciou a fragilidade do marco legal ambiental, sempre sob ameaça de ser negligenciado e, portanto, necessitando vigilância permanente por parte dos movimentos ambientalistas (Hochstetler & Keck, 2007).

A batalha judicial abriu rachas internas entre os diferentes ministérios, que se perpetuariam por muitos anos: de um lado, os ministérios do Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Justiça (no qual se encontra o Departamento de Direitos do Consumidor); do outro, os ministérios da Agricultura, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, e Relações Exteriores. Redes de ativistas por direitos ambientais, da saúde, do consumidor e dos camponeses faziam parte e estavam representadas na burocracia estatal (Hochstetler & Keck, 2007), ao passo que redes por um projeto de bio-hegemonia também infiltraram o Estado.

[38] Em 2002, a AGU decidiu que apenas a CTNBio tinha a prerrogativa de definir a posição oficial em questões de biossegurança; o Ibama foi forçado a abandonar a ação.

Diante da inesperada paralisação pela ação judicial, o Ministério da Agricultura não aceitou dita subversão de seus planos, uma vez que havia estado negociando com a Monsanto o lançamento do produto no país há três anos (Leite, 1998b). Apesar da impossibilidade de tornar a soja RR disponível no mercado para a safra de 1999/2000, o Ministério da Agricultura instou a Monsanto a registrar, ainda assim, a semente. Ao mesmo tempo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), subordinada ao Ministério da Agricultura, continuou multiplicando sementes, cumprindo um acordo feito com a Monsanto (Rippardo & Murakawa, 2000). Os agricultores brasileiros na fronteira com a Argentina começaram a articular suas demandas para experimentar a nova tecnologia, após terem tido conhecimento de seus benefícios por meio de seus vizinhos. Começaram, então, a contrabandear a semente transgênica, também em *bolsas blancas*, ou seja, sem pagar o preço pelos direitos de propriedade intelectual. Em outubro de 1988, a polícia confiscou dos produtores a soja transgênica plantada ilegalmente. Deu-se início a um conflito polarizado sobre a soja transgênica no Rio Grande do Sul (RS).

Na Fronteira com a Argentina: fazendeiros transformados em contrabandistas

Em 1999, a Argentina tinha convertido sua produção à biotecnologia agrícola, tendo atravessado a linha dos 70% da soja cultivada. A Argentina é muito mais próxima do Rio Grande do Sul do que Brasília, onde as decisões oficiais sobre os transgênicos têm lugar. A fronteira também é mais do que uma metáfora para as margens da autoridade estatal: ela pode ser facilmente atravessada e escapa a sua vigilância (Das & Poole, 2004). O ano de 1999 começou com o primeiro mandato de um governador do PT no estado e um maior número de assentos no parlamento por esse partido. De laços estreitos com a agricultura familiar, os movimentos camponês e agroecológico, o governador Olívio Dutra declarou a intenção de transformar o RS em uma zona livre de OGM, em termos mais rigorosos que a legislação nacional (Fernandes, 2010; Pelaez & Schmidt, 2000). Suas declarações foram amplamente reportadas pela mídia regional e nacional (Gerschmann, 1999), dando início a uma controvérsia acalorada.

Aproveitando o contexto político favorável, uma coalizão de organizações de movimentos ambientais e camponeses, cooperativas agroecológicas, sindicatos, associações de advogados, e agências de defesa do consumidor, bem como grupos pastorais, emitiram, em 20 de agosto de 1999, a primeira declaração pública da

sociedade civil no Brasil demandando um debate sobre os transgênicos: a Carta do Rio Grande do Sul. Pleiteava-se a suspensão das aprovações de produção e importação de OGM e o financiamento público de pesquisas sobre riscos. Conclamava-se outras regiões do Brasil e do mundo a unir-se a elas na construção de um mundo livre de transgênicos (Carta do Rio Grande do Sul, 1999).

Enquanto isso, produtores rurais procuravam a soja transgênica por seus próprios meios. As sementes contrabandeadas da Argentina ficaram famosas como soja Maradona, em referência ao lendário jogador de futebol argentino e seu desempenho extraordinário. Eles já empregavam a monocultura e enfrentavam problemas no manejo de pragas; assim, a soja transgênica parecia oferecer uma solução moderna. Não satisfeitos em obter as sementes por vias ilegais, eles entraram na disputa pela legitimidade de suas ações: a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), representante dos proprietários de terras medianas, converteu-se em forte propulsora do uso da soja transgênica entre seus membros, defendendo-o publicamente. Em 2000/2001, os produtores encontrados com soja ilegal tiveram sua colheita incinerada. No entanto, eles continuaram a descumprir a lei e estimou-se que a soja transgênica cobria dois terços do Rio Grande do Sul na colheita de 2002/2003 (Embrapa Soja, 2003).

Com base em pesquisa etnográfica conduzida no ano de 2000, Menasche (2003) nota que os agricultores segregavam sua própria produção e consumo. Embora atraídos pelas promissoras vantagens da soja transgênicas, tais como redução dos custos e racionalização da mão de obra com controle de pragas, e dispostos a aplicar agrotóxicos se fosse preciso aumentar a produtividade, eles evitavam usar agrotóxicos nos cultivos para consumo próprio. Menasche identifica uma "ética do trabalho invertida" como motivação por parte dos agricultores para adoção da nova tecnologia. Sua única preocupação era perder o controle sobre as sementes e suas práticas de intercâmbio; contudo, esse medo não foi suficiente para impedir a pressão entre seus pares para adoção da nova tecnologia.

A polarização dos OGM no sul do Brasil despertou interesse acadêmico (Lima, 2007; Menasche, 2003, 2005; Silveira, 2004). Lima (2007) identificou dois grupos com concepções contrastantes de desenvolvimento agrário. Tecno-otimistas defendiam um modelo técnico-produtivo tal como instaurado pela Revolução Verde; ecossociais contestavam-no e defendiam a agroecologia. O primeiro era dominante (com valores tais como modernidade, progresso, autoridade científica e poder dos mercados); o segundo desafiava o *status quo*, tentando mostrar que outro modelo era possível. Mais do que uma disputa sobre os OGM, tratava-se de uma disputa ideológica e de poder.

Movimentos Camponeses Confrontativos

A crescente adoção da soja transgênica por agricultores familiares aumentou a confrontação a respeito da tecnologia. Já em 1999, o MST anunciava um plano de ocupação de fazendas que plantassem sementes transgênicas em RS para os próximos dois anos (Samora, 1999). Em julho de 2000, durante o Levante do Campo, a onda de protestos organizada pela MST simultaneamente em vários estados brasileiros, líderes do RS chamaram a atenção para a questão dos OGM. Em Recife, o MST adotou outro tipo de ação direta que não fazia parte de seu repertório de protestos: juntamente com ativistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ele ocupou um navio no porto com a intenção de queimar sua carga de milho transgênico importado da Argentina (Guibu, 2000). O plano contra os cultivos transgênicos foi oficialmente nacionalizado dois meses depois, no IV Congresso Nacional do MST, recebendo ampla cobertura midiática, a qual ressaltava declarações relativas a ações disruptivas, tais como "ocupar fazendas" e "botar fogo" nos cultivos transgênicos (Silva, 2000).[39] Ocupações de fazendas se tornariam uma realidade, especialmente nos estados do Sul, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde cultivos transgênicos ilegais se alastravam. Entre as preocupações do MST estavam o impacto da tecnologia no trabalho rural, derivada do mesmo argumento utilizado por seus defensores, qual seja, a racionalização do trabalho.

Entretanto, o estado do Rio Grande do Sul continuaria a ser um cenário central da resistência à nova tecnologia. Em janeiro de 2001, Porto Alegre sediou o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), no qual o PT e governo estadual tiveram um papel fundamental ao se unirem oficialmente aos organizadores do evento e também financiarem metade de seus custos. Durante o evento, houve importantes ações multiescalares contra os cultivos transgênicos. A Via Campesina anunciou uma petição às Nações Unidas demandando o reconhecimento de sementes não transgênicas e sementes crioulas como patrimônio da humanidade (Organização..., 2001).

José Bové, um ativista da organização francesa Confédération Paysanne (Confederação Camponesa), participou de um protesto em conjunto com o MST. Ele atraiu a atenção de uma ampla gama de mídia nacional e internacional, pois já tinha se convertido em uma famosa figura midiática pelo uso de ações disruptivas durante protestos contra a globalização em Seattle em 1999.

[39] Note-se que o jornal se refere à "invasão", ao passo que o movimento denomina suas ações como "ocupações", baseando-se no direito constitucional à reforma agrária nas terras que não cumprem sua função social.

Cerca de mil ativistas do MST participaram de um protesto contra sementes transgênicas: arrancaram plantas de soja transgênica de campos experimentais da Monsanto, onde queimaram sementes e a bandeira dos Estados Unidos. Os líderes do movimento anunciaram que queimariam todos os campos com cultivos transgênicos no Brasil e demandaram que o governo nacional impedisse a Monsanto de instalar uma planta industrial no estado da Bahia, caso contrário eles a ocupariam e obstariam sua operação (MST protesta..., 2001; Traumann, 2001). A Polícia Federal, atendendo a ordens superiores, notificou o ativista francês a deixar o país; ele obteve um *habeas corpus* para não ser preso. A repercussão na mídia do caso terminou por expor a intimidação ao ativista por parte do governo federal, que não visava torná-la pública a fim de não construir uma imagem de anuência a Monsanto (Barros e Silva, 2001). Foi um ato simbólico que reuniu o movimento transnacional camponês Via Campesina com o movimento por justiça global.

A biotecnologia agrícola entrou na agenda internacional da Via Campesina associada ao tema das sementes. Já havia um longo debate sobre o tema desde o fim da década de 1990. Uma liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), uma organização ativa no tema, explicou que é característico da Via Campesina rapidamente tratar de questões emergentes para debatê-las e definir uma posição. Os encontros permitem a troca de experiências, sua interpretação e a definição de estratégias (MPA, entrevista em 2012). A Via Campesina incorporou o tema dos transgênicos sob o guarda-chuva do enquadramento discursivo da soberania alimentar, comprovando sua amplitude articuladora como um esquema de resolução de problemas, flexível o suficiente para incluir e interpretar novos eventos no mundo:

> *No debate da soberania alimentar, (...) quando o tema dos transgênicos se instaura, a primeira preocupação é, bem, aqui está uma porta de entrada para se perder o controle sobre as nossas sementes. Porque não é que eles irão nos fazer comprar suas sementes, mas é que nossas sementes serão contaminadas.* (MPA, entrevista em 2012)

O discurso da soberania alimentar foi construído em resposta ao discurso da segurança alimentar, priorizando os direitos dos agricultores sobre as sementes, considerados ameaçados pela adoção dos cultivos transgênicos. Por meio desse discurso mestre, os movimentos camponeses refletiram a respeito dos efeitos dos transgênicos em termos ambientais, de saúde, políticos e econômicos, vinculando todas as questões e estendendo seu núcleo original de luta pelo direito à terra.

Esse processo interpretativo em âmbito transnacional sob os auspícios da Via Campesina se ajustou bem às transformações estruturais pelas quais passava a agricultura brasileira, e ajudou os movimentos a dar sentido às transformações estruturais que aconteciam no entorno. Eles puderam interpretar criticamente as mudanças materiais e institucionais no poder dos proprietários de terra e corporações agrárias que acompanharam a disseminação do discurso da segurança alimentar. De fato, a biotecnologia agrícola foi incorporada como um tema adicional ao longo ciclo de protestos dos movimentos camponeses que havia começado com a democratização e se intensificou com as políticas neoliberais de ajustes estruturais. A Via Campesina Brasil contava com forte capacidade de mobilizar suas bases, pois compreendia uma rede de dez organizações relacionadas à terra e às questões agrícolas no país.[40]

O Começo da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos

A aprovação iminente da soja transgênica e o êxito da liminar que a suspendeu foram "o grande boom, o grande sinal de alerta" (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012) que motivaram outras organizações a unirem esforços e lançarem a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. A coalizão original estava formada por nove organizações de várias áreas: direito do consumidor (Idec), meio ambiente (Greenpeace, Centro Ecológico), agroecologia e agricultura familiar (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA, Esplar), monitoramento de políticas públicas (Instituto para Estudos Socioeconômicos), comunicação (Centro de Criação de Imagem Popular – Cecip), desenvolvimento comunitário (Fase) e ajuda ao desenvolvimento (Actionaid).[41] Essas organizações estavam formalmente vinculadas por um projeto financiado pela Novib, uma agência de cooperação da Holanda que já financiava diversos projetos da ONG AS-PTA. O financiamento inicial foi utilizado para dar início às atividades de comunicação e para organizar as reuniões. Nos primeiros anos,

[40] São estas: MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A organicidade é garantida por meio de uma reunião plenária anual, na qual se definem prioridades e uma coordenação nacional que trabalha ao longo do ano. Contudo, cada movimento também mantém sua autonomia. Quando há consenso com relação a uma agenda comum, os movimentos mais próximos da causa representam a Via Campesina.

[41] Durante este período, outras organizações também participaram da campanha, entre elas o Sindicado de Trabalhadores da Embrapa (Fernandes, 2010), o que demonstra que havia dissidência e opiniões críticas à biotecnologia dentro desta agência governamental subordinada ao Ministério da Agricultura.

a campanha tinha um perfil de ONG.[42] Ela tinha como linhas de ação a atuação legal, comunicação e mobilização.

O Idec coordenou por muito tempo a frente legal que já naquela época era central para a campanha e a AS-PTA assumiu a de informações. A ONG foi fundada em 1983 para promover o desenvolvimento agrário sustentável, focando a agricultura familiar e a agroecologia. A AS-PTA organizou um boletim semanal que consistia em uma nota editorial com sua opinião a respeito da situação dos transgênicos no Brasil e no mundo, *clippings* de notícias com um *link* para suas fontes, às vezes seguidas por um parágrafo de comentário, um exemplo de alternativas agroecológicas. Também publicavam regularmente notas em inglês para disseminar entre seus parceiros em outros países. Ademais do boletim, a organização produzia materiais para a campanha de mobilização e relatórios de monitoramento das atividades da CTNBio, todos postados em sua página eletrônica. As fontes são, majoritariamente, a mídia jornalística e relatórios oficiais, porém também incluíam comunicados de imprensa de movimentos sociais. O *Boletim* se tornou uma referência para informações críticas sobre o tema não apenas para ativistas, mas também para simpatizantes em agências governamentais e grupos de mídia. Dessa forma, a linha de frente comunicativa direcionava suas mensagens segundo as diferentes audiências: "Produzia-se informação para agricultores, jornalistas, consumidores, estudantes, técnicos e parlamentares na forma de textos, panfletos, boletins, vídeos, reportagens de áudio e artigos de opinião para jornais" (Fernandes, 2010: 2).

Finalmente, a frente de mobilizações se responsabilizava por organizar as ações diretas: protestos, seminários, distribuição de panfletos, pôsteres e cartilhas. Em maio de 2000, sob a direção da Fase, a campanha organizou um seminário no Rio de Janeiro, juntamente com a Fundação Heinrich Böll, do Partido Verde alemão. O seminário se intitulava "Alimentos transgênicos: aliança internacional pela moratória". Havia representantes do Partido Verde alemão e seus aliados no Legislativo brasileiro, na Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, MST, Contag, e outros ativistas e cientistas. Outro exemplo de ação foram os Tribunais dos Povos sobre os Impactos dos Transgênicos, organizados pela campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos juntamente com associações de camponeses e pequenos agricultores. Houve edições em 2001, em Fortaleza e

[42] Este foi um momento de profissionalização da sociedade civil brasileira, com a formação de ONGs que mobilizam competência legal, administrativa e científica, e de institucionalização, à medida que as ONGs incrementavam seus acordos de cooperação com o estado para executarem projetos e também representarem a sociedade civil.

em Belém, e 2003 em Porto Alegre. O objetivo era disseminar informação e estimular o debate público sobre o tema. O método seguia o modelo de uma corte, com um juiz, um promotor de acusação, um advogado de defesa e um júri, composto por pequenos agricultores e consumidores urbanos indicados por sindicatos urbanos e rurais (Terra de Direitos, entrevista em 2013). Até 2003, a campanha atuou com essa composição: funcionando como rede informal, as organizações tinham liberdade para manter as estratégias de sua preferência, como será descrito a seguir.

O capital como alvo: uma aliança entre movimentos ambientalistas e consumidor

O Greenpeace trabalhou estrategicamente em suas escolhas discursivas, pois os OGM fizeram com que a organização fosse bem além de seu interesse primordial: o ambientalismo. Os transgênicos se converteram em uma questão na qual o discurso ambientalista pôde convergir com esquemas interpretativos relativos à saúde e ao direito do consumidor. A campanha contra os transgênicos foi uma daquelas com a qual o Greenpeace recebeu maior atenção no meio urbano. De fato, essa ponte interpretativa permitiu ao Greenpeace fazer dos OGM uma questão com relevância no cotidiano concreto dos moradores urbanos, na qualidade de consumidores de alimentos, relacionando-a a seu mundo fenomenológico. Estabelecer uma conexão entre a biotecnologia e sua alimentação cotidiana conferiu ao tópico certa comensurabilidade experiencial, fator potente em face da abstração e complexidade da tecnologia:

> *Essa questão é complexa demais para a gente ficar só no meio ambiente, ela é* cross-cutting *(...). Claro que o nosso discurso principal era o meio ambiente, que existiam vários riscos ao meio ambiente, que a tecnologia que se dizia amiga do meio ambiente, que usava menos agrotóxicos, era uma tecnologia a longo prazo falida.* (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012)

Não se tratava apenas de uma estratégia discursiva. Ela recebeu credibilidade empírica, energizando e fortalecendo as atividades interpretativas, quando o Greenpeace lançou um repertório de ação que denominaram de trabalho corporativo, o que alguns estudiosos chamaram de "tendo o capital como alvo" (em inglês, *targeting capital*) (Schurman & Munro, 2009). A organização fazia testes para a presença de material transgênico em produtos alimentícios; em caso positivo, enviavam-se cartas à indústria responsável afirmando que os consumidores não estavam satisfeitos, e também realizavam protestos na frente da

da sede da indústria. Os ativistas formularam e distribuíram uma lista de produtos industrializados contendo ingredientes transgênicos. Tal lista chamou a atenção da mídia tradicional repetidas vezes (Greenpeace faz nova.., 2000; Greenpeace publica..., 2000; Greenpeace divulga..., 2001; Análise detecta..., 2002; Greenpeace cria..., 2002). As ações do Greenpeace também tiveram como alvo os fazendeiros que plantavam soja ao protestar em seus campos transgênicos, o que também chegou ao noticiário (Greenpeace "pinta"..., 2001). Também organizaram ações de conscientização em supermercados, onde coletaram assinaturas para petições (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012).

Enquanto isso, o Idec havia desenvolvido uma campanha para rotulagem dos transgênicos, incluindo um projeto de lei que estava em consulta pública (Scheinberg, 2000), e várias estratégias para conscientização de seus associados: uma cartilha em 1999, artigos de revista e eventos informativos no Dia Internacional da Alimentação em 1999 e 2000. Entre os associados, houve "uma aceitação muito boa, tanto que toda revista tinha alguma notícia, ou uma matéria. (...) E os testes tiveram uma recepção imensa" (Idec, entrevista em 2013). O Idec também ajudou a manter o tema na agenda midiática por meio de dois repertórios de ação: mobilização legal (Instituto pede..., 2000) e trabalho corporativo, contratando laboratórios para detectar a presença de material transgênico nos produtos de supermercado (Idec libera..., 2001; Leite, 2000).[43]

Dessa forma, o Idec agiu como um sistema de alerta, diagnosticando, desde o início, os OGM como problema para o consumidor. No Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor (FNEDC), ele criou uma apostila a ser disseminada pelo país. Na arena transnacional, na Consumers International, a federação de organizações de defesa do consumidor, a campanha brasileira foi tida como exemplo de sucesso:

> *Introduzir esse debate, (...) partir da utilização de várias estratégias diferentes, envolvendo desde o trabalho de informação, mobilização do consumidor, atuação junto às instâncias oficiais e junto ao Poder Judiciário, era bastante (...) ainda mais sendo bem-sucedida, impedindo a liberação. (...)* [O] *Brasil (...) teve um papel sem dúvida, muito importante no movimento internacional.* (Idec, entrevista em 2013)

O Greenpeace e o Idec contrataram o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) para realizar pesquisas de opinião em 2001, 2002 e

[43] Tais ações tiveram lugar em 2000 e 2001 e foram abandonadas como consequência da falta de financiamento.

2003 a fim de identificar a aceitação pública dos transgênicos (Freitas, 2011). A conclusão de que quanto mais informadas mais as pessoas rejeitavam os transgênicos proporcionou ainda mais suporte às suas ações. A convergência dos enquadramentos discursivos adotados preparou o terreno para uma nova e promissora aliança entre movimentos de consumidores e ambientalistas, com um repertório de ação inovador que politizava a esfera do mercado, incluindo consumidores, produtores e empresas (Freitas, 2011).

Fortalecendo a frente legal e os auspícios para uma ampla coalizão entre as alas urbana e rural

Em 2002 a organização Terra de Direitos, recentemente lançada, se uniu à frente legal da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, o qual se manteve estratégico para a campanha, já que muitas ações estavam em curso no Judiciário. O ano de 2002 também foi quando tiveram lugar, pela primeira vez, as Jornadas de Agroecologia da Via Campesina Brasil, em Curitiba, Paraná, com o lema "Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos". A organização Terra de Direitos, com sede também em Curitiba, participou do evento e tirou algumas lições:

> *E a contaminação genética se colocou como questão concreta na vida desses grupos que tinham sementes, e a gente entendeu então que a gente deveria trabalhar esse problema como duas faces de uma moeda. De um lado, defender o direito dos agricultores a ter as suas sementes, de outro, começar a trabalhar com transgênicos, no sentido de monitorar as liberações.* (Terra de Direitos, entrevista em 2013)

O tema dos transgênicos surgiu, assim, já inserido e interpretado como parte do discurso dos direitos dos agricultores sobre as sementes e sob o discurso mestre da soberania alimentar, entrando para a agenda da Terra de Direitos em um processo de mobilização de base, partindo de problemas tangíveis enfrentados por agricultores e camponeses. Terra de Direitos aliava tais contatos de base à sua inserção em redes transnacionais de ativismo em direitos humanos. Esse movimento não apenas fortaleceu a frente legal de Por um Brasil Livre de Transgênicos, como também trouxe outros repertórios de ação, ao mirar audiências estrangeiras e transnacionais.

A aliança com organizações como Esplar, AS-PTA e Terra de Direitos incorporou temas como agroecologia e agricultura familiar em Por um Brasil Livre de Transgênicos. Os múltiplos setores envolvidos na campanha forneceram a base para um diálogo entre a campanha urbana, que mirava o mercado

e focava direitos do consumidor, e os enquadramentos discursivos agrários relativos à agroecologia e aos direitos dos agricultores, no processo de construção de uma interpretação crítica sobre os transgênicos. Um resultado comumente mencionado desses primeiros anos de campanha foi a aliança com o PT, que exercia, de forma consistente, o papel de oposição na política nacional. Durante o período eleitoral, a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos conseguiu incluir nas declarações programáticas do candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) uma moratória aos transgênicos até que houvesse estudos conclusivos sobre seus riscos.

A Coalizão Pró-Transgênicos

A mobilização social contra os transgênicos provocou reações por parte de opositores e autoridades. Embora a resistência houvesse encontrado aliados em governos estaduais, o governo federal estava altamente engajado em promover a tecnologia. Atores interessados na aprovação dos cultivos transgênicos no Brasil fortaleceram suas atividades de coordenação, também formando uma coalizão caracterizada, entretanto, por estratégias distintas. Por tais estratégias almejava-se aumentar seu poder material relativo à pesquisa de melhoramento de plantas, ao mercado de sementes e à produção agrária; seu poder institucional, ao fortalecer a coordenação entre todas as partes interessadas tanto no governo quanto no setor privado; e seu poder discursivo, ao investir em relações públicas com a mídia e estabelecer censura à dissidência. Em suma, havia um projeto de bio-hegemonia.

Ativistas recordam que a Monsanto, em colaboração com instituições estatais, promoveu uma estratégia de controle do mercado de sementes no RS. De fato, as sementes transgênicas não vinham apenas da Argentina, mas também eram produzidas no Brasil, como resultado do contrato entre Monsanto e Embrapa, assinado em 1998 (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). A Embrapa contribuiria com seu banco de sementes, tendo acumulado variedades adaptadas aos diferentes climas e solos brasileiros, ao passo que a Monsanto forneceria sua modificação genética patenteada, a inserção do gene RR. Na Embrapa falava-se abertamente sobre o acordo e defendia-se a biotecnologia a cada oportunidade (Murakawa, 1999), além disso, um memorando interno proibia seus empregados de tornarem públicas opiniões contrárias à tecnologia, ao qual estava anexado um documento com a posição oficial do órgão, em defesa dos cultivos transgênicos (Rippardo & Murakawa, 2000).

A Embrapa não investiu na multiplicação de sementes não transgênicas adaptadas ao RS, um problema ainda enfrentado pelos agricultores no estado e uma das razões pelas quais cada vez mais agricultores recorreram às sementes transgênicas, apesar das incertezas legais: não havia oferta alternativa de sementes convencionais (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). Assumindo conscientemente o risco legal e contando com a falta de fiscalização e aplicação da lei, alguns agricultores aumentaram suas apostas nas sementes transgênicas a cada estação. A soja transgênica se espalhou pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, e alcançou os estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, no Centro-Oeste do país. Em 2002, estimava-se que 20% dos campos de soja brasileiros eram transgênicos; desses, 70% estavam no RS (Cardoso, 2002).

Em termos de relações com a mídia, a Embrapa publicou um artigo pago, ocupando uma página inteira de um espaço proeminente da seção de economia do jornal tradicional mais lido no Brasil, em 4 de novembro de 1999: "A importância da biotecnologia para o Brasil" (Sociedade Rural Brasileira & Embrapa, 1999). Nele se afirmavam os benefícios dos transgênicos para o país. Era coassinado por SRB, Organização Brasileira de Cooperativas (OBC), Organização Brasileira de Obtentores Vegetais (Braspov) e Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem).[44] O presidente da Sociedade Rural Brasileira também publicou um artigo de opinião defendendo os transgênicos (Hafers, 2000). No fim de 1999, um jornalista que posteriormente viria a ser o editor de ciência da *Folha de S. Paulo* publicou a notícia de que a coalizão pró-transgênicos tinha enviado um vídeo e pago espaço publicitário na maioria dos grandes jornais sobre as vantagens da nova tecnologia (Leite, 1999).

Em janeiro de 2000 o Protocolo de Cartagena foi firmado. Oficialmente, o Brasil fazia parte do grupo de países desenvolvidos do G77 mais a China. O grupo defendia um protocolo forte para a proteção da biodiversidade. No entanto, o Ministério da Agricultura aliou-se informalmente à posição do Grupo de Miami. Assim, a posição nacional brasileira foi objeto de disputas internas e continuaria a ser nas negociações futuras do Protocolo de Cartagena. Entre os principais itens de disputa estavam as regras para rotulagem e segregação. O Brasil apoiou uma posição intermediária, que não correspondia aos interesses do G77 (por um sistema rigoroso) nem àqueles do Grupo de Miami (contrário a qualquer possibilidade de rotulagem). Ao fim, o Brasil se tornou parte do

[44] Estabelecida em 1972 para associações locais e regionais de obtentores vegetais, tem hoje entre seus membros todas as indústrias multinacionais de semente. Sua filiação se sobrepõe à da Brasov.

protocolo que reconheceu que os OGM eram diferentes de organismos não geneticamente modificados e que a regulamentação deveria ser baseada no princípio da precaução e na análise de risco, que prevê mecanismo de participação pública, transparência e consentimento previamente informado no comércio internacional de OGM, acarretando a obrigação de incorporar tais previsões na legislação nacional. Ao mesmo tempo, o Brasil serviu de aliado interno ao Grupo de Miami – cujos países membros não participam do protocolo – e seus esforços constantes por deter o fortalecimento do regime de biossegurança. Naquela época, o Brasil era observado internacionalmente como o fiel da balança no tema dos OGM (Brasil deve..., 2000).

Em julho de 2000, o governo federal lançou uma nota assinada por seis ministérios, liderados pelo Ministério da Agricultura, em defesa da biotecnologia como uma prioridade para o progresso do país (Governo sai..., 2000). Na oposição, deputados do PT, liderados pela política ambientalista Marina Silva, ameaçaram instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a política do governo a respeito dos OGM (Rippardo, 2000). Em 2001, o Poder Executivo emitiu decretos visando acomodar ambos os lados do conflito. De um lado, determinou a rotulagem de todos os produtos contendo mais de 4% de material geneticamente modificado em sua composição (decreto n. 3.871). Transformada em lei, a determinação estabelecendo o limite não satisfez ao Idec (Idec questiona..., 2001). Não obstante, serviu de base para as campanhas dos movimentos sociais, que então passaram a concentrar-se no monitoramento da aplicação da lei, com testes e publicidade dos mesmos.

Do outro lado, alterou a Lei de Biossegurança (medida provisória n. 2.191) ao garantir a existência legal da CTNBio, subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, validando, assim, seus atos administrativos anteriores. A medida estabelece que as decisões da CTNBio são vinculantes a outros órgãos governamentais, exacerbando uma longa disputa política e uma controvérsia legal dentro do Poder Executivo relativa à divisão de trabalho entre o novo órgão criado para questões de biossegurança e a competência decisória tradicional do Ministério do Meio Ambiente. Em 2002, provocado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a AGU emitiu um parecer afirmando que, em caso de competências compartilhadas entre a CTNBio e outras instituições federais, a CTNBio tem a palavra final no que tange a existência de riscos relacionados aos transgênicos (n. AGU/MP-02/02, anexa à GM-032, processo n. 00001.006775/2001-78). Com essas medidas, o Ministério da Agricultura entendeu que todos os obstáculos legais para a aprovação definitiva da soja transgênica tinham sido removidos

e anunciou que emitiria um decreto autorizando-a (Gerschmann, 2001). No entanto, o Idec e outras organizações de Por um Brasil Livre de Transgênicos mantiveram-se vigilantes com respeito ao Judiciário para que suas sentenças fossem mantidas até a realização de estudos ambientais, como também organizaram protestos (Prato..., 2001).

As estratégias da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos junto à indústria alimentícia também geraram uma reação orquestrada. A Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia) negou toda a informação divulgada pelo Idec e Greenpeace, afirmando que, na ausência de soja transgênica no Brasil, era impossível que houvesse ingredientes transgênicos em alimentos processados, tampouco metodologia apropriada para testes. Algumas indústrias, como a Nestlé, solicitaram testes de controle em outros laboratórios e contestaram os resultados publicados pelas ONGs (Indústrias não..., 2001). Em 2002, a coalizão pró-transgênicos estabeleceu uma ONG, o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB). Entre seus associados, estão as principais empresas transnacionais de biotecnologia (Bayer, Basf, Dow, DuPont, Monsanto e Syngenta), assim como Abia, Abrasem, institutos de pesquisa e universidades. A ONG contratou uma agência de relações públicas para influenciar a opinião pública a respeito dos OGM (Lyra, 2005).

O ano de 2002 terminou com a eleição de um novo governo nacional, que herdaria o imbróglio da controvérsia sobre os transgênicos. Durante sua campanha eleitoral, Lula viajou ao Sul, onde criticou as então declaradas intenções governamentais de autorizar a soja transgênica (Lula volta..., 2001). Logo após os resultados das eleições, os Estados Unidos anunciaram seu apoio ao programa de segurança alimentar que fazia parte da agenda eleitoral do PT: o Fome Zero. A Monsanto utilizou-o como entrada para estabelecer contatos com o futuro governo, marcando o início da conversão de José Graziano, que seria ministro responsável pela implementação do Fome Zero, ao projeto da bio-hegemonia e, com ele, de muitos políticos que fariam parte do próximo governo, como será tratado no capítulo seguinte.[45]

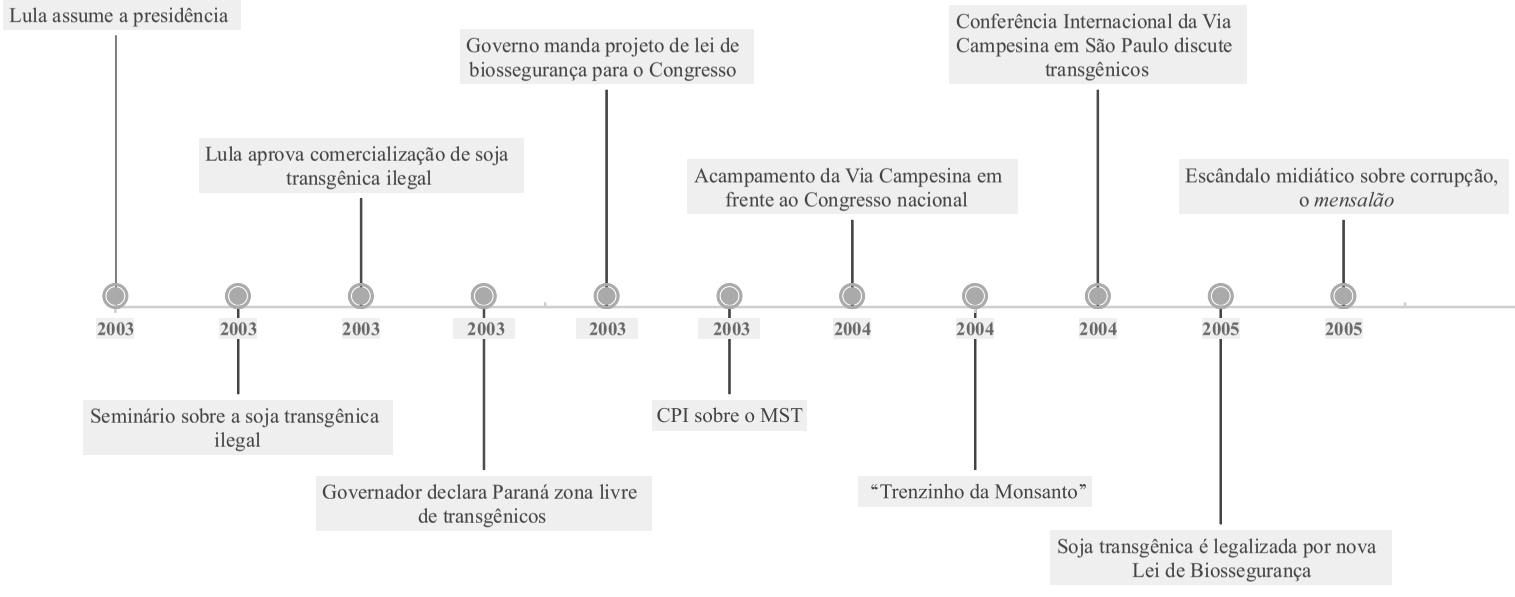
[45] Em 2011 Graziano foi eleito diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

5
A Política do Fato Consumado (2003-2013)

Construindo a Realidade e a Legalidade (2003–2005)

O ano de 2003 e os dois anos subsequentes foram cruciais para a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, tendo em vista cinco fatores. Até então, a campanha era constituída sobretudo por ONGs com um perfil profissionalizado e pouca composição de base e redes de movimentos sociais, o que mudou com a entrada oficial dos movimentos agrários, os quais, por sua vez, se beneficiaram com a aliança com cientistas engajados na campanha. Um segundo fator se refere às expectativas com relação ao novo presidente, quem, tendo defendido uma moratória aos transgênicos durante sua campanha eleitoral, assumiu o poder tendo premente a questão dos cultivos ilegais de soja no Rio Grande do Sul. Como terceiro aspecto, leva-se em consideração a disputa direcionada para o Congresso nacional, já que o tema dividia internamente o governo federal. Em 2005 a bancada ruralista conseguiu legalizar a soja transgênica, fazendo do tema dos cultivos transgênicos uma política do fato consumado e transformando o Brasil em produtor oficial de transgênicos. Ao mesmo tempo, e aqui reside um quarto elemento, estava em curso um processo de criminalização dos movimentos camponeses, o que, juntamente com outros processos, contribuiu para uma relativa desmobilização nesse período. Um último elemento caracterizando esta fase é a consolidação do agronegócio. Na Figura 7 resumem-se os eventos desses anos de intensa controvérsia em torno da política brasileira de transgênicos.

Figura 7 – Linha do tempo de eventos de mobilização social contra os transgênicos. Brasil – 2003-2005



Ampliando a campanha: camponeses combatendo o agronegócio e cientistas como aliados

Para muitos dos movimentos sociais que ajudaram a eleger Lula em 2003, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal significava que eles tinham um aliado político no poder. Inicialmente, os movimentos sociais sentiram-se fortalecidos, com uma sensação de que este era seu governo, e que agora poderiam levar a cabo suas políticas. De fato, muitos ativistas foram convidados a assumir cargos em órgãos governamentais ou tiveram ampliado seu acesso a financiamento público para suas organizações no que tange à provisão de serviços públicos, tais como as atividades educativas do MST. O presidente Lula recebeu o MST já no primeiro ano de mandato, mostrando abertura para discutir a agenda do movimento e lhes assegurando "que no governo dele não ia ter nenhuma soja, não teria transgênico liberado" (MST, entrevista em 2013).

Lula assumiu o governo com a questão dos cultivos ilegais de soja transgênica na agenda decisória. Em seu segundo mês, o governo criou uma comissão interministerial sobre transgênicos na qual ficaram evidentes as divisões internas do Executivo: de um lado, os ministérios da Agricultura, Comércio e Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia; de outro, os ministérios do Meio Ambiente, Saúde, e Desenvolvimento Agrário (Cesarino, 2006). O novo governo não logrou encerrar as disputas vigentes entre ministérios, por não definir uma nova orientação política. Além dessa indefinição política, a campanha antecipou as contradições que poderiam advir do compromisso programático de lutar contra a fome assumido durante a campanha eleitoral, e a destruição da soja.

O início do governo Lula é considerado um ponto de inflexão na campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Os ativistas organizaram um seminário intitulado "As ameaças dos transgênicos: propostas da sociedade civil", em Brasília, em março de 2003, com dois objetivos principais: ampliar a campanha para incluir os agricultores e propor ao presidente Lula uma solução a respeito da soja Maradona no Rio Grande do Sul (RS). A mobilização de agricultores familiares foi vista como forma de garantir a resistência na base aos cultivos transgênicos, ou então perder a batalha, como o caso do RS pressagiava. A fim de contrapor os relatos de agricultores argentinos sobre as vantagens das sementes transgênicas, agricultores canadenses e norte-americanos foram convidados a dar seu testemunho sobre suas experiências negativas com o mesmo produto, conferindo credibilidade às ameaças identificadas (Fernandes, 2010).

O seminário marcou a entrada dos movimentos agrários na campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. A Via Campesina Brasil dispunha de alta capacidade de mobilização de base e de uma posição crítica sobre o tema desde o fim da década de 1990. Em 2003 a Via lançou a campanha global Sementes: patrimônio dos povos rurais a serviço da humanidade, e em 2004, durante a IV Conferência da Via Campesina Internacional, que teve lugar em São Paulo, representantes de países onde os cultivos transgênicos haviam sido adotados relataram suas experiências (MPA, entrevista em 2012; MST, entrevista em 2013). De modo semelhante ao Greenpeace Brasil, a Via Campesina Brasil decidiu compor a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos como resultado de uma combinação de incentivos transnacionais e realidades locais e nacionais.

De início, a questão dos cultivos transgênicos era uma preocupação regional dos movimentos agrários, não tinha alcance nacional, especialmente porque estavam confiantes de que Lula não permitiria sementes transgênicas no Brasil (MST, entrevista em 2013). No fronte de resistência no sul do país, a oposição aos transgênicos intensificou-se no Paraná, estado vizinho ao RS. Em 2003, os movimentos antitransgênicos ganharam um aliado: o governador eleito Roberto Requião (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) era abertamente contra os cultivos transgênicos. Ele proibiu a importação e exportação de sementes transgênicas por meio do porto estadual, o Porto de Paranaguá. O governador conseguiu aprovar uma lei declarando o Paraná uma zona livre de transgênicos. Tais ações provocaram os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que haviam experimentado um crescimento expressivo na produção de soja e estavam interessados na nova tecnologia. Eles se tornaram defensores abertos dos cultivos transgênicos e entraram em uma batalha com o estado do Paraná, com uma ação de inconstitucionalidade referente aos atos de proibição do transporte e cultivo dos OGM (Tortato, 2003). O Supremo Tribunal Federal julgou tais atos inconstitucionais, com base no argumento de que o governo federal detém a competência exclusiva no que se refere aos transgênicos. Não obstante, o Paraná desafiaria a política nacional nos próximos anos.

A entrada da Via Campesina conferiu peso político à campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos nacionalmente e, em virtude de seu alcance transnacional, a Via Campesina tornou a campanha brasileira globalmente conhecida, beneficiando também as lutas agrárias: "A partir do debate dos transgênicos a gente conseguiu dar uma visibilidade para fora, a partir da Via Campesina, na Europa, em outros países, de quão perverso é o modelo de produção agrícola do

Brasil" (MPA, entrevista em 2012). Adicionalmente, sua participação convergiu com a agenda de ONGs trabalhando com a agroecologia, como a AS-PTA. Embora a maioria das organizações que faziam parte do movimento contra os transgênicos, nacional e global, tenham se mobilizado especificamente pelo tema, os movimentos agrários construíram uma identidade política que lhes permitiu interpretar as sementes transgênicas de maneira antagônica. Ao construir em suas práticas cotidianas outro modelo de agricultura orientado para a soberania alimentar, desafiam o agronegócio e suas expressões, entre as quais as sementes transgênicas e também a produção de orgânicos. Sua identidade política como camponeses se refere ao modo de produção que requer não somente a produção livre de transgênicos e agrotóxicos, mas também de forma agroecológica.

Por último, e não menos importante, a mobilização camponesa contra os transgênicos abriu caminho para atrair aliados entre os cientistas:

> *Com os transgênicos, a gente conseguiu somar um campo de pesquisadores que, no debate da luta pela terra, não vinha. Não vinha, não vem, não estão tão preocupados. Mas quando se trata da pesquisa, da contaminação genética, (...) de todo esse debate mais científico, bom, aí, (...) consegue trazer outros parceiros, que também estão preocupados, e que veem no campesinato, nos movimentos sociais relacionados ao campo, um aliado também.* (MPA, entrevista em 2012)

Os transgênicos serviram de catalisador para essa aliança, segundo o testemunho de Rubens Nodari, professor de genética na Universidade Federal de Santa Catarina. Nodari percebeu que fazia parte de um grupo de cientistas que defendia o princípio da precaução e que compartilhava das mesmas preocupações com outros setores da sociedade, tais como os pequenos agricultores e ONGs agroecológicas. O professor começou a colaborar com eles, dando cursos, ajudando a detectar a contaminação de sementes e realizar projetos de pesquisa participativa em áreas como melhoramento genético e agroecologia.

Lideranças dos movimentos agrários recordam como os cientistas lhes ajudaram a entender os aspectos técnicos dos OGM (MPA, entrevista em 2012). Por sua parte, cientistas como Nodari distinguiam claramente entre assimetrias de conhecimento relacionadas à necessidade de certa formação científica para debater algumas questões técnicas, e outros tipos de conhecimento, incluindo aquele dos agricultores a respeito das sementes e do meio ambiente, bem como a competência democrática mais geral da sociedade civil para discutir muitas outras questões relativas aos cultivos transgênicos. Tal reconhecimento recusa a transferência de legitimidade da ciência para a política:

> *Quando a gente discute a tecnologia, de fato requer um conhecimento básico de genética e biologia molecular relativamente grande. Mas por outro lado, que é o segundo ponto, esse assunto é multidisciplinar, (...) tem as questões socioeconômicas, culturais, tem a perda da biodiversidade (...) e a sociedade civil tem sim como participar porque ela conhece muito desses assuntos*. (Rubens Nodari, entrevista em 2013)

A política do fato consumado

No que tange ao segundo objetivo do seminário organizado pela campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos em 2003, isto é, formular uma proposta da sociedade civil com legitimidade oriunda da participação de pequenos agricultores para que o governo solucionasse a questão da soja transgênica ilegal no RS, a solução consensuada consistia em isolar a colheita e exportá-la, e assim iniciar a próxima safra com sementes convencionais (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). Os organizadores do seminário estavam a par dos constrangimentos políticos, econômicos e discursivos enfrentados pelo governo federal para punir a ilegalidade por meio da destruição dos cultivos. O governo desconsiderou a proposta e emitiu uma medida provisória aprovando a comercialização nacional desses cultivos (MP 131). Tal medida "mudou radicalmente o curso da história dos transgênicos no Brasil" (Fernandes, 2010: 3). Ativistas a recordam como a primeira grande derrota de Marina da Silva, então uma ambientalista mundialmente conhecida,[46] que assumiu o cargo de ministra do Meio Ambiente, gerando grandes expectativas entre os movimentos sociais (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012). Dessa forma, o governo sinalizou sua fraqueza à coalizão pró-transgênicos. A fraqueza de não fazer cumprir a legislação não é entendida em razão do poder do Estado – como sugerem conceitos tais como "Estados fracos ou de baixa governabilidade"; em vez disso, tal fraqueza seria melhor compreendida como demonstração de uma vontade política que prevaleceu, e, no entanto, não podia ser expressa inequivocamente como tal. A coalizão pró-transgênicos imediatamente tomou esses sinais como oportunidades para avançar suas intenções de transformar o Brasil em um produtor de transgênicos através de meios ilegais, ao mesmo tempo que preparavam uma estratégia para vencer a batalha legal.

[46] Marina iniciou sua atividade política no estado amazônico do Acre no início da década de 1980, entre a esquerda católica e seringueiros. Trabalhou junto a Chico Mendes para estabelecer a filial do Sindicato Central dos Trabalhadores, formando as bases para um movimento ambientalista na Amazônia. Em 1988, concorrendo ao PT, foi eleita para o legislativo local e chegou ao parlamento federal como senadora em 1994 – desde então foi reeleita. De 2003 a 2008, atuou como ministra do Meio Ambiente no governo de Lula. Em 2009, deixou o PT e iniciou um projeto político para ser presidente do Brasil.

Quando a próxima estação de semeadura chegou, em setembro de 2003, os agricultores começaram a pressionar o governo para liberar as sementes GM, afirmando que iriam falir de outra forma. Ativistas da Por um Brasil Livre de Transgênicos argumentaram que havia uma estratégia de esgotar o estoque de sementes convencionais misturando-as com os grãos a serem exportados porque a soja exportada do RS foi rejeitada pelas autoridades de importação na China devido aos altos níveis de fungicida.[47] Os agricultores argumentaram que não havia sementes convencionais no mercado, tendo assim sido "forçados" a usar sementes GM.[48]

Na safra de 2003, os agricultores do RS, representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), pressionaram novamente o governo para liberar a comercialização. Uma segunda medida provisória foi emitida, seguida de uma terceira no mesmo ano. Com essas medidas provisórias, o Poder Executivo tentou trazer legalidade à realidade: o cultivo ilícito de soja transgênica foi autorizado *a posteriori*, criando o que os movimentos sociais chamam de "política do fato consumado" (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012).[49] Ao mesmo tempo, os atos do Poder Executivo tinham um *status* jurídico incerto, pois ignoravam a ação judicial em vigor que condicionava a autorização da soja GM à realização de estudos de risco. Os poderes constitucionais se encontravam em evidente conflito; o Executivo ficou dividido. No Judiciário, outro juiz havia concedido à Monsanto uma liminar que autorizava a soja RR, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal Regional Federal. Além disso, no Supremo Tribunal Federal tramitavam três ações judiciais: do Partido Verde (PV), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Ministério Público, pleiteando a inconstitucionalidade das medidas provisórias (Cesarino, 2006).

No Poder Legislativo se manteve o interesse no tema, com a organização de audiências públicas e propostas de vários projetos de lei (Taglialegna, 2005). O *lobby* agrário exigiu do governo uma solução permanente para o problema e a bancada ruralista ameaçou votar a medida provisória para convertê-la em lei, apro-

[47] Em junho de 2004 a China rejeitou quatro carregamentos de soja em razão da presença de fungicidas, um produto usado para tratar sementes antes da semeadura, o que corrobora a hipótese defendida pelos ativistas.

[48] "Após a liberação, o ministro Roberto Rodrigues disse em um comunicado à imprensa, ele falava de 8% da safra nacional, correspondente a 4 milhões de toneladas. Previamente, fontes de vários ministérios haviam mencionado 30% da safra nacional, ou 15 milhões de toneladas. Outros estimavam 70% da colheita do RS, 30% do Paraná e 15% do MS, resultando em 9,6 milhões de toneladas" (Fernandes, 2005: 4).

[49] Muitos ativistas no Brasil usaram essa expressão. Já em 1978, ambientalistas a utilizaram para criticar a decisão do governo militar de construir um aeroporto em uma área de florestas (Hochstetler & Keck, 2007:78).

vando a soja GM de uma vez por todas. Diante dessas pressões, o governo enviou o projeto de lei n. 2.401/2003 ao Congresso (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). Foi assim que a coalizão pró-transgênicos conseguiu trazer a questão para sua esfera de influência, apostando no poder da bancada ruralista no Congresso.

A batalha se desloca para o Congresso nacional: os debates sobre a Lei de Biossegurança

Os anos de 2004 e 2005 foram marcados por um debate sobre o novo Projeto de Lei de Biossegurança. Ambas as partes em disputa se organizaram para influenciar o processo. Durante esse período, a Via Campesina, liderada pelo MST, organizou um acampamento de protesto em frente ao Congresso nacional por cerca de quarenta dias. Isso marcou a efetiva entrada dos movimentos agrários na campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, os quais mobilizaram suas bases e convidaram congressistas, cientistas e outras organizações para o seu acampamento. As negociações da Lei de Biossegurança atraíram o apoio do Fórum da Terra, que inclui organizações religiosas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); sindicatos (Contag e CUT); cientistas e a Fundação Oswaldo Cruz; os órgãos públicos de defesa do consumidor (Procons); e o Ministério Público. A campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos ganhou o apoio de congressistas mais afinados aos movimentos sociais e com posições mais críticas, formando a Frente Parlamentar em Defesa da Biossegurança e pelo Princípio da Precaução, liderada por João Alfredo (do PT, mais tarde PSOL)[50], composta por oitenta representantes dos partidos PT, PV, PMDB, PSDB e PSB, incluindo o Núcleo Agrário do PT, ambientalistas e legisladores motivados por diversos motivos. Esta coalizão contou com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (Cesarino, 2006; Taglialegna, 2005).

A bancada ruralista[51] encontrou novos aliados no *lobby* biotecnológico e na comunidade científica. Os tradicionais grupos de interesse que fomentavam o agronegócio incluíam a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização Brasileira de Cooperativas (OBC), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e organizações da indústria de sementes, a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem) e a Organização Brasileira de Obtentores Vegetais (Braspov). Organizações dos estados produtores de soja aderiram à coalizão: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Pecuária nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná

[50] O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi fundado em 2004 pela dissidência à esquerda do PT.

[51] Em 2003 incluía 103 deputados e cinco senadores (Cesarino, 2006; Taglialegna, 2005) e conseguiu nomear dois dos cinco relatores do projeto de lei.

e Mato Grosso do Sul (Farsul, Faep e Famasul). A dissidência entre os sindicatos dos trabalhadores rurais foi marcada pela entrada da Fetag do RS na coalizão pró-transgênicos. Da comunidade científica, a organização mais ativa foi a Associação Nacional de Biossegurança (ANBio), bem como a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e especialistas individuais. Também participaram institutos que realizavam pesquisas sobre OGM, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (Coodetec), o Instituto Agronômico do Paraná (IAPar) e a Fundação Mato Grosso. Além disso, a coalizão recebeu apoio dos ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia. As empresas biotecnológicas (Monsanto, Novartis, AgrEvo e Pioneer) utilizaram outras associações como canais informais (Cesarino, 2006; Taglialegna, 2005).

A Monsanto também esteve envolvida nas disputas políticas pela lei de biossegurança e promoveu o que ficou conhecido como o "trenzinho da Monsanto", em referência a um passeio de trem em um parque de diversões. Uma estratégia utilizada pela Monsanto em outros países (Schnurr, 2013), não foi executada diretamente pela empresa, mas organizada com a colaboração da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, da sigla em inglês para United States Agency for International Development), com o envolvimento ativo da embaixada dos Estados Unidos e pago pela Abrasem, da qual a Monsanto é membro (Valente, 2003). Tais ações promocionais são chamadas de excursões "ver para crer", nas quais políticos, jornalistas, funcionários públicos e também ONGs são convidados a visitar a sede da empresa nos Estados Unidos e África do Sul.

Os ativistas identificam no "trenzinho da Monsanto" uma ruptura, que constituiria um obstáculo central a ser enfrentado durante a negociação do projeto de lei: a divisão na posição do PT em relação aos cultivos transgênicos (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). O que até então tinha sido uma posição programática no PT, uma política pública de precaução em relação aos cultivos transgênicos, em linha com as demandas dos movimentos sociais, passou a ser apenas e inequivocamente o posicionamento do núcleo agrário. Os deputados integrantes do núcleo agrário se mantiveram leais aos movimentos sociais, especialmente Adão Preto (RS). Outros deputados do PT começaram a polarizar o partido.[52] Muitos atribuíram tal divisão ao financiamento de cam-

[52] O caso exemplar é o deputado Cândido Vacarreza (SP), cujo poder aumentou a ponto de se tornar o líder do governo nacional na Câmara dos Deputados de 2009 a 2012. Outros políticos do PT participaram na viagem: Fernando Ferro (PE), Paulo Pimenta (RS), Zé Geraldo (PA) e Josias Gomes (BA).

panhas pelo agronegócio. De acordo com Cesarino (2006), a "falta de coesão" na posição do PT como partido e da coalizão governamental como um todo na negociação e votação do projeto de lei é explicada, em parte, pelo próprio assunto, bem como pelas dificuldades sofridas na relação entre o governo e sua base no Congresso. Houve uma regionalização do debate, com deputados de estados de alta ou potencial produção de soja participando mais ativamente. Mais do que a posição partidária, que era pouco clara, o principal determinante na decisão dos congressistas foi sua relação com os grupos de interesse: de um lado, o agronegócio; de outro, ambientalistas.

Além da perda do apoio do PT em virtude da mencionada divisão, o segundo maior obstáculo enfrentado pela campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos foi a ampliação do escopo da lei para incluir pesquisas com células-tronco (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). Para os ativistas, esta foi uma estratégia bem-sucedida da coalizão pró-transgênicos para descaracterizar o debate sobre os cultivos transgênicos, colocando "fumaça e espelhos" na arena parlamentar. Funcionou como um elefante branco, quando um tópico não relevante para a questão polêmica que está na agenda é introduzido sob o pretexto de ser parte dela e o debate sobre o novo tema tira a atenção da questão central. O que seria um Projeto de Lei de Biossegurança, claramente criado para resolver a controvérsia sobre os cultivos transgênicos, ficou conhecido como a "Lei das Células-Tronco".[53]

Os meios de comunicação de massa responderam à estratégia como esperado, abrangendo principalmente aspectos da pesquisa médica e da ética. A coalizão pró-biotecnologia convidou pessoas com deficiência a usar blusas com o *slogan* "células-tronco, células da vida" (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). A junção de dois temas muito diferentes trouxe dificuldades para os deputados que tinham posições contrastantes em relação às tecnologias. Ambos os lados da controvérsia estavam cientes de que a estratégia de manter o tópico das células-tronco no âmbito da Lei de Biossegurança ajudaria à aprovação de ambas as tecnologias, uma trazendo votos a outra. Em retrospectiva, os ativistas viram confirmada sua avaliação de que era uma falsa promessa, a se julgar pela relativa ausência de deliberações sobre a pesquisa com células-tronco na agenda regulatória brasileira, em comparação com as sementes transgênicas.

[53] O Brasil parece ser único neste caso; os demais sistemas regulatórios diferenciam claramente entre os usos médico (vermelho) e agrícola (verde) da biotecnologia. Pesquisas de opinião pública mostram que os indivíduos também têm opiniões diferentes seguindo estas linhas divisórias (Bauer, 2005).

Embora o tema das células-tronco tivesse maior repercussão, as polêmicas sobre os transgênicos estiveram presentes durante a negociação do projeto de lei, que envolvia duas questões. A primeira diz respeito ao papel da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) na tomada de decisões (consultiva *versus* deliberativa) e, consequentemente, o seu poder real *vis-à-vis* as agências reguladoras nos domínios da saúde e do ambiente, incluindo a sua competência para decidir se uma avaliação ambiental era necessária. A campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos defendia um papel consultivo, de responsabilização: somente as instituições estatais responsáveis pelos riscos para a saúde e o meio ambiente devem ter direito à tomada de decisões, uma vez que podem ser responsabilizados pelas consequências. A contrarreação da coalizão pró-transgênicos foi a de enquadrar as propostas da campanha como anticiência, novamente apoiando-se em uma ideologia tecnocrática na qual a ciência fornece legitimidade à política e competitividade para a economia. Não se trata apenas de uma oposição entre a tecnocracia e a democracia, uma vez que a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos defendeu que a decisão seja tomada pelos órgãos técnicos governamentais existentes competentes em avaliação de riscos, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No entanto, a coalizão pró-transgênicos discordou da incorporação dos conhecimentos técnicos desses órgãos governamentais por causa de sua localização institucional, que está fora da esfera de influência dos ruralistas, bem como sua reputação na defesa de direitos coletivos. Quanto melhor desempenhassem suas funções, mais ameaçavam os interesses dominantes para os quais as avaliações de risco poderiam significar obstáculos às atividades econômicas. Como observado por Hochstetler e Keck (2007), o quadro ambiental institucional e legal está sempre sob ameaça e suas atribuições legais podem ser usurpadas. A questão-chave para a coalizão pró-transgênicos era criar uma comissão sob sua influência e com superpoderes para se sobrepor ao Ibama e à Anvisa, uma vez que os ruralistas tinham "pavor" dos mesmos (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012).

A posição da coalizão pró-transgênicos prevaleceu. No projeto de lei também estava previsto um órgão superior, o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), que é composto por 11 ministros e responde ao presidente da República, designado como um órgão de assessoria para formular e implementar a Política Nacional de Biossegurança. Ele foi criado para ser um órgão político de alto nível, responsável por questões de interesse nacional, bem como de impacto social e econômico, ao passo que a CTNBio foi projetada para ser um colegiado

técnico e multidisciplinar de especialistas, considerado um modelo interessante pelos ativistas (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012).

O segundo nó de controvérsia dizia respeito às regras que balizariam o funcionamento da comissão. A campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, por meio de sua aliança com a Frente Parlamentar em Defesa da Biossegurança e o Princípio da Precaução, conseguiu incluir alguns artigos de transparência e participação pública, por meio dos quais se indicava a próxima fase de sua campanha: o monitoramento da CTNBio. No entanto, o resultado geral das negociações no Senado incorporou novamente a maioria das demandas da coalizão pró-transgênicos.

As negociações da Lei de Biossegurança ocorreram em várias etapas, passando em comissões especiais em ambas as câmaras, e indo e voltando entre Câmara dos Deputados e Senado Federal. Nesse processo, o texto sofreu modificações, pendendo entre os dois polos: em favor dos OGM e contra. As ambiguidades na posição oficial do governo vieram à tona em cada um desses momentos. Nunca houve uma orientação clara para os deputados (Cesarino, 2006). Para Lisboa[54] (2007, 2009), o PT utilizou várias estratégias para evitar ter que se manifestar abertamente sobre uma mudança de posições, esquivando-se de ter que confrontar o Ministério do Ambiente e os movimentos sociais que apoiavam o seu governo. O partido não tinha nenhuma posição comum para instruir seus congressistas nem para pedir o apoio dos partidos aliados. Assim, em nome da *governabilidade*, o governo cedeu às pressões dos pró-transgênicos, que tinham maioria. De acordo com Cesarino (2006), partidos como PV, PSOL e PCdoB também estavam divididos sobre como votar, tendendo a favorecer a pesquisa com células-tronco, mas com uma abordagem mais cautelosa em relação aos OGM; os deputados cristãos tinham a posição oposta. Houve também uma convergência de posições entre o governo e a oposição. Em suma, o processo legislativo revelou as inconsistências no governo quanto à política de OGM e é por isso que Cesarino (2006) argumenta que o Congresso nacional foi a arena em que as negociações moldaram a Lei de Biossegurança.[55]

O presidente assinou o projeto de lei com algumas pequenas alterações, desconsiderando os apelos dos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde. A principal concessão às suas demandas foi a aprovação de um decreto sobre as

[54] Marijane Lisboa é uma das fundadoras do Greenpeace Brasil e trabalhou por muitos anos na campanha contra os transgênicos. Foi convidada para dirigir uma das secretarias do Ministério do Meio Ambiente e representou a sociedade civil na CTNBio.

[55] O Poder Legislativo foi e continuaria ativo na definição da política para OGM no Brasil. Câmara (2011) analisou os discursos parlamentares de 2003 a 2008 e encontrou 887 discursos sobre OGM.

regras de votação da CTNBio, exigindo maioria qualificada, o que desagradava muito a coalizão pró-transgênicos e proporcionaria, pelo menos, alguma margem para divergências na comissão de peritos. O Ministério Público interveio com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin n. 3526), com o apoio do PV e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), contestando os poderes da CTNBio para decidir sobre a autorização comercial e a necessidade de licença ambiental.

A Lei de Biossegurança teve várias implicações, a primeira delas foi a de esclarecer o *status* legal da soja transgênica, pondo fim aos efeitos da ação de 1998 (a moratória). A soja transgênica nunca foi avaliada em termos de riscos à saúde e ao meio ambiente e o Congresso Nacional legalizou a política do fato consumado. A lei marcou assim um revés para a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos no que se refere aos seus impactos nas políticas públicas. Foi um evento decisivo, pois mudou o contexto de ação para a campanha:

> *Porque antes da lei, tinha a questão judicial, a questão de informação, de debate, de conseguir mais forças na sociedade para fazer a discussão. E depois de autorizada a lei, que teve a lei regulamentando, agora o contexto é outro, agora a gente tem que virar o foco para quem vai tomar decisões.* (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012)

No entanto, a avaliação global dos primeiros anos da campanha foi positiva, dado que atingiu o debate público, obteve a atenção da mídia – que tem diminuído desde então (Ex-coordenadora jurídica do Idec, entrevista em 2013) – e articulou uma rede de diferentes movimentos e organizações trabalhando em uma frente comum, feito muito raro: "Eu acho que naquele período (...) a gente juntou uma quantidade de organizações em luta por uma bandeira única. E isso não é muito fácil, conhecendo a história da nossa esquerda" (MPA, entrevista em 2012). Contudo, não foi apenas a esquerda que se uniu; também as forças conservadoras aumentaram seu poder e mobilização, em particular com o *boom* das *commodities*, e coordenaram uma ofensiva contra os movimentos agrários.

Criminalização e Desmobilização dos Movimentos Camponeses

Durante os primeiros anos do mandato de Lula, os movimentos da Via Campesina enfrentaram inúmeras dificuldades para mobilizar suas bases contra os OGM, que podem ser atribuídas a quatro razões principais: um processo de criminalização dos movimentos camponeses pelas instituições do Estado e pelos meios de comunicação; a ocupação de espaço político no governo por

fortes figuras do agronegócio, enviando a mensagem de que havia poucas chances para os movimentos camponeses contestarem a política agrária; a dificuldade de mobilizar suas bases contra um governo identificado como seu representante e de cujas políticas perceberam benefícios reais; e, por último, mas não menos importante, a adoção de cultivos transgênicos entre seus próprios agricultores.

O processo de criminalização dos movimentos sociais relacionados à luta pela terra foi impulsionado no início do mandato de Lula. Durante o processo eleitoral, à medida que aumentavam as chances de Lula se tornar presidente, houve mudança clara no tom da mídia em relação à cobertura dos movimentos agrários, caracterizando seus ativistas como amotinadores e saqueadores: "Depois dos dois primeiros anos do governo Lula, que o MST teve um índice alto de ocupações, e a elite brasileira ficou de fato preocupada com a reforma agrária" (MST, entrevista em 2013). Em 2003, a bancada ruralista estabeleceu uma comissão parlamentar de inquérito (CPI da Terra) para investigar as atividades do MST (Lupion, 2005). Outra iniciativa semelhante ocorreu em 2006, quando partidos de oposição criaram uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI das ONGs) para investigar a transferência de recursos públicos para ONGs, com o objetivo de atacar a aliança entre o governo do PT e os movimentos sociais. Essas comissões de inquérito chamaram atenção para o MST no debate público, com o objetivo de difundir uma imagem negativa do movimento e, com isso, criticar o partido governante por suas alianças. Acusou-se o MST de roubar e desviar dinheiro público para praticar "vandalismo" e "invadir" a terra e a propriedade privada, além de formarem "uma gangue", um "grupo militante aproveitando o governo Lula": "É o período que nós chamamos justamente de o início da criminalização dos movimentos sociais. É um período de invisibilidade por parte da mídia e de criminalização" (MST, entrevista em 2013). Cercados por tais dificuldades e tendo que recuar em sua principal luta – a reforma agrária –, o MST reduziu suas ações contra os cultivos transgênicos.

Um segundo fator de desmobilização foi o fechamento do espaço político para se realizar uma mudança na política agrária. A nomeação de um intelectual do agronegócio, Roberto Rodrigues, para dirigir o Ministério da Agricultura sinalizava que o governo não iria mudar o modelo de desenvolvimento agrário. Ao contrário, todas as pistas apontavam para a consolidação do agronegócio sob seu governo. A proximidade com a China nas relações externas também foi um sinal da consolidação de um modelo econômico de

crescimento liderado pelas exportações de produtos de base (Sampaio Jr., 2012), entre os quais a soja. Aliado a um aumento da demanda, outro fator que contribuiu para essa estratégia de crescimento foi um *boom* nos preços internacionais das *commodities*, incluindo a soja. No entanto, não se tratava apenas de uma questão econômica. Os movimentos sociais também atribuíram a consolidação do agronegócio a fatores políticos, ou seja, ao tipo de alianças necessárias para manter o governo federal.

Em 2005 emergiu o chamado "problema de governabilidade", a partir de uma série de acusações ao PT em razão da descoberta de um esquema de corrupção no parlamento que ficou conhecido como *mensalão*. A criminalização dos movimentos camponeses foi exacerbada naquele ano, quando o governo enfrentou os ataques mais fortes da mídia e da oposição. Houve uma mudança nos alinhamentos políticos na direção de uma agenda mais conservadora. Todas as promessas de realizar a reforma agrária foram quebradas (MPA, entrevista em 2012). Definido o núcleo duro da política agrária, os movimentos sociais tiveram que trabalhar nas margens, nos interstícios deixados – aumentando o diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário –, sem desafiar os ruralistas e o Ministério da Agricultura.

As organizações de movimentos camponeses também fizeram um mea-culpa. Em retrospectiva, acreditam ter interpretado mal a estrutura das oportunidades políticas: acreditando ser um governo em disputa, os movimentos camponeses adotaram uma estratégia colaborativa e paciente perante todas as forças conservadoras que estavam apostando em seu fracasso. Embora tais organizações acreditassem que alguns espaços de negociação estivessem garantidos – como o da reforma agrária –, após os primeiros anos perceberam que se tratava de um governo de conciliação (MPA, entrevista em 2012).

Nas áreas priorizadas pelo governo Lula, como a política social, houve importantes resultados políticos. Aqui vem o terceiro fator: a desmobilização em virtude do conformismo social. Apesar da clareza no diagnóstico dos líderes de movimentos sociais de que o governo Lula foi responsável por consolidar o modelo do agronegócio – seu principal inimigo na luta pela soberania alimentar –, as organizações da Via Campesina enfrentaram grandes obstáculos para a mobilização de suas bases contra o governo nacional em razão da percepção geral de que o governo era bom. Como a pobreza extrema se concentra na população rural, as políticas de transferência de renda voltadas para os mais pobres beneficiaram sobremaneira o campo, como lembra Lavinas (2012). Segundo a autora o que mais contribuiu para a redução da pobreza rural foi a política

consistente de aumento do salário mínimo.[56] No entanto, ao considerar indicadores não monetários, os pobres rurais continuam a não ter acesso aos serviços mais básicos. Por conseguinte, as políticas destinadas a levar eletricidade para as zonas rurais tiveram um enorme impacto:

> *Lá na roça, nunca teve energia na vida, e entra o governo e te coloca a possibilidade de você ter televisão dentro de casa, você ter uma geladeira (...) e aí como é que você vai explicar para um camarada desse que esse governo (...) tem uma política contra tu? É um debate que para nós era muito difícil. E isso garantiu, a avaliação é essa, garantiu uma espécie de comodismo social.* (MPA, entrevista em 2012)

O quarto fator que explica as dificuldades dos movimentos camponeses de contribuir com esforços para a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos é a adoção de cultivos transgênicos por suas bases, como já mencionado, o que representou uma grande debilidade, porque são eles quem produzem alimentos diariamente. Com a aprovação oficial da soja GM, os serviços de extensão agrária pública começaram a promover a grande novidade. "O primeiro argumento era: você vai produzir mais e gastar menos e usar menos veneno. Quando você fala do aspecto econômico, aí pega" (MPA, entrevista em 2012). Afinal, os pequenos agricultores também são agentes econômicos e os argumentos sobre custos e produtividade também fazem parte de seu sistema de valores. Durante esses primeiros anos, eles experimentaram vantagens econômicas imediatas, trazendo credibilidade às alegações em favor das sementes transgênicas.

Silenciando o debate público e construindo a bio-hegemonia

Durante 2004 e 2005 a coalizão pró-transgênicos avançou em várias frentes: vitória na batalha legislativa para aprovar a soja transgênica; intimidação dos movimentos camponeses; aumento da esfera de poder no governo federal consolidando o agronegócio entre as prioridades estatais; além da influência sobre os meios de comunicação de massa, diminuindo o grau de controvérsia sobre os OGM.

No trabalho de Castro (2006) evidencia-se o argumento de que a eficiência da nova tecnologia não explica sua adoção, mas sim os arranjos institucionais envolvendo aspectos econômicos, políticos e sociais. Baseado em material de mídia que rastreia as redes sociais de atores envolvidos na legalização da soja

[56] O sistema de segurança social garante o direito de cada trabalhador rural a uma pensão no valor de um salário mínimo. Como 98% dos trabalhadores rurais recebem o benefício, o aumento do salário mínimo teve um impacto na redução da pobreza rural (Lavinas, 2012).

transgênica,[57] Castro destaca três grupos de atores responsáveis por sua difusão. Primeiro foram os agricultores que plantaram ilegalmente soja transgênica porque acreditavam que reduziria seus custos. Em segundo, a empresa de biotecnologia Monsanto, desenvolvedora de patentes, que, com suas estratégias de redução de custos para conquistar clientes, desenvolveu um sistema de cobrança de *royalties* e fez aquisições para concentrar sua fatia do mercado nacional de sementes, enquanto internacionalmente procurou controlar a oferta ao influenciar todos os principais produtores de soja a recorrer à transgenia e assim restringir o poder da demanda dos consumidores nos mercados de importação. Em termos de poder institucional e discursivo, utilizou estratégias de *marketing* como publicidade, financiamento de ONGs, conferências, *workshops*, publicações e reuniões informais para agrupar redes sociais de apoio à tecnologia. O terceiro tipo de ator foi o governo, que ignorou as decisões judiciais e não puniu as atividades ilegais. Por não ter uma orientação política, o governo nacional contribuiu para fomentar a controvérsia entre as unidades subnacionais, as batalhas judiciais e também a conduta ilegal dos agricultores. Além disso, o comportamento do governo tendeu a colaborar com o *lobby* da Monsanto, como consequência, entre outras razões, da alta capacidade de investimento da empresa.

Lisboa (2007, 2009) menciona duas razões para a diminuição da controvérsia sobre os OGM no Brasil: a queda na cobertura da mídia e o apoio do PT. Lisboa lembra que a mídia cobriu intensamente o tema de 1998 a 2004; a partir de então, coincidindo com uma campanha de relações públicas da Monsanto na mídia impressa, em *outdoors*, na televisão, no cinema, os grupos de mídia reduziram o espaço jornalístico dedicado à questão, deram menos atenção aos movimentos sociais, e reproduziram os argumentos das indústrias de biotecnologia sem verificar suas alegações.[58] Em relação ao segundo fator, o apoio do governo Lula, Lisboa argumenta que, apesar das altas expectativas colocadas em seu mandato sobre o avanço de uma agenda ambientalista, muitas vezes houve um retrocesso em relação ao governo anterior.

O governo apoiou o agronegócio por duas razões, segundo Lisboa. Em primeiro lugar, por oportunismo político, por troca de apoio em uma área para

[57] Seu trabalho baseia-se em recortes de notícias da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos (Boletim) e no boletim de notícias da ANBio, a organização de empresas de biotecnologia, durante 2003 e 2005.

[58] Guivant (2006) também observou a estratégia de relações públicas da Monsanto. A empresa contratou o instituto de investigação Ibope para realizar um inquérito em 2003 sobre a campanha publicitária transmitida em nível nacional entre 8 e 28 de dezembro de 2003 visando persuadir os observadores dos benefícios dos OGM.

avançar em outras áreas. A bancada ruralista apoiava as iniciativas de Fernando Henrique Cardoso; Lula, porém, nunca poderia ter certeza de seu apoio e primeiro tinha de assegurar sua neutralidade para pelo menos não bloquear sua agenda no Congresso. Lula usou "argumentos políticos" sobre a conveniência de não se opor aos agricultores do RS e importantes governadores do PMDB, considerando a questão como de menor importância, que poderia ser concedida ao *lobby* rural em troca de seu apoio (ou sua abstenção) em outras questões consideradas prioritárias para o governo. Ao mesmo tempo, e esta é a segunda razão, a opção pelo agronegócio foi convergente com a concepção de desenvolvimento adotada pelo governo de Lula. A cúpula do partido tinha uma ideologia desenvolvimentista, segundo a qual a justiça socioambiental constitui um obstáculo ao crescimento econômico, igualado a desenvolvimento – embora essa concepção se oponha aos princípios de suas bases sociais.

A análise de Lisboa sobre as razões da aprovação dos transgênicos no governo Lula coincide com as teses mais gerais de cientistas políticos sobre o referido governo. Singer (2012) defende uma tese de *reformismo fraco*, segundo a qual Lula se concentrou na política social e evitou outras questões que poderiam ameaçar o *status quo*. Nobre (2013) defende o argumento de que desde a redemocratização do país as forças conservadoras vetaram qualquer proposta que pudesse comprometer seus interesses; como resultado, o governo em exercício enfrentou o desafio de procurar espaços que evitassem tal poder de veto. Essas tendências tornaram-se ainda mais claras no fim de 2005 com as eleições presidenciais. Depois de uma grande campanha de oposição ao PT, com a ajuda de grupos de mídia que ampliaram evidências do esquema de corrupção em 2005, houve uma mudança na coalizão governante em nome de governabilidade. O PT aliou-se ao PMDB, que nomeou o candidato à vice-presidência e importantes ministérios, incluindo o Ministério da Agricultura, uma vez que as elites agrárias formam historicamente os quadros desse partido. Tal conjunção de nomeações e a dependência do governo de votos do PMDB no Congresso resultou na formalização do pemedebismo[59] na política nacional e também simbolizou a mudança pela qual o PT estava passando desde que

[59] Nobre (2013) cria o conceito em referência ao PMDB, como protagonista de um movimento de domesticação das demandas de democratização, contendo-as sob sua esfera de influência, a saber, um sistema político elitista. O peemedebismo canalizou o conflito político para o parlamento, onde criou um sistema de resolução de conflitos baseado na política de bastidores e portas fechadas e na criação de uma grande coalizão em que todos os partidos tinham uma cota de poder. Essa articulação se disseminou como condição necessária para o exercício do poder no Brasil, a *governabilidade*. Até então, o PT tinha rejeitado tais práticas.

tinha começado sua trajetória ascendente ao poder federal.[60] Era o aviso oficial de que o Poder Executivo estava fechado às demandas da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Mesmo as agências estatais que mantinham laços históricos com os movimentos ambientais e de saúde, servindo como aliados da campanha, foram silenciadas pela decisão política de favorecer o agronegócio. O PT enfraqueceu suas facções esquerdistas que expunham programas mais radicais em relação à mudança social. Alguns membros do PT e dissidentes que formaram um novo partido de esquerda (PSOL) continuaram a apoiar a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Os partidos oposicionistas com maiores resultados eleitorais não ofereciam perspectivas para os movimentos sociais, por seus laços com o agronegócio (DEM) e as agendas neoliberais (PSDB). Com os poderes Legislativo e Executivo do lado do *lobby* rural, apenas o Poder Judiciário permaneceu um possível aliado no Estado.

Quando Futuros Incertos se Tornam Verdadeiros (2006-2013)

As reversões na política e no marco legal dos OGM – sob um governo que ajudaram a eleger – fizeram que muitos movimentos sociais e organizações do Por um Brasil Livre de Transgênicos interpretassem a estrutura das oportunidades políticas de uma forma mais crítica. Algumas organizações entenderam que a luta havia sido perdida. A campanha tornou-se menor, liderada pelo Idec, AS-PTA e Terra de Direitos, o que não significa que a questão tenha perdido legitimidade como tema de mobilização. Era, antes, uma falta de recursos que impelia as organizações a uma descontinuidade do monitoramento consistente da questão, mas, em momentos específicos, todos participaram de atividades de protesto. A AS-PTA atribui isso à confiança que foi construída entre as organizações na campanha. Para aquela organização, era então que a luta tinha realmente começado, já que

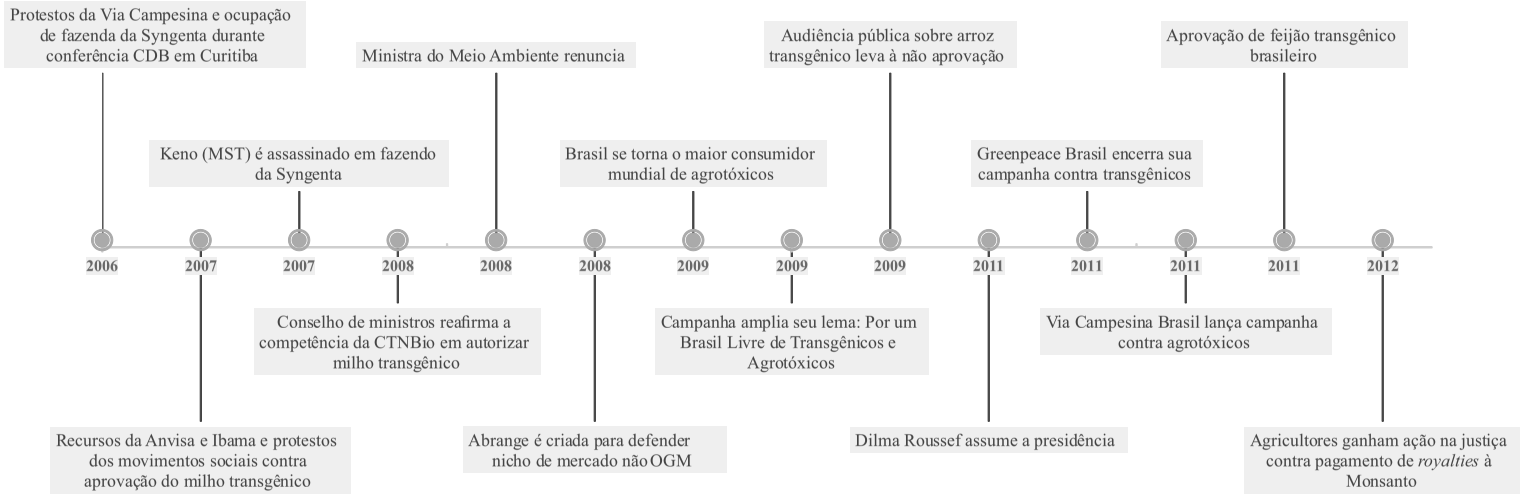
> *todos os impactos que a gente está prevendo e denunciando (...) [vão] começar a aparecer a partir daqui, desse momento. Então a gente entendeu que ali que era o momento de, apesar da derrota, né, de repensar as estratégias, e daí (...) seguir fazendo campanha.* (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012)

[60] Singer (2012) conceitua essas mudanças em termos das duas almas do PT. A primeira alma é a fundacional, baseada na identidade de classe dos trabalhadores e em um programa socialista radical de mudança social. A segunda alma nasceu na campanha eleitoral de 2002 e tornou-se dominante desde então, caracterizada pela acomodação à cultura política nacional, marcada pela conciliação entre elites e ambiguidade.

As disputas sobre os cultivos transgênicos nesse período podem ser divididas em sete episódios. Nos primeiros dois anos, o principal alvo da Por um Brasil Livre de Transgênicos se transferiu para a comissão de especialistas. Os contornos dos poderes da CTNBio foram claramente definidos nos episódios de 2007 e 2008 envolvendo a aprovação do milho transgênico. Enquanto isso, Por um Brasil Livre de Transgênicos expandiu suas ações, visando instituições internacionais nas quais as negociações de instrumentos legais internacionais estavam em andamento, bem como organizando eventos de protesto transnacionais.

Com o passar dos anos, o Brasil transformou-se no segundo produtor e exportador mundial de cultivos transgênicos; a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos mudou seu alvo para a sociedade civil, com intuito de influenciar a opinião pública sobre as consequências da adoção generalizada de OMG, particularmente a contaminação genética do milho e o aumento do uso de agrotóxicos. Novos produtos GM chegaram à agenda da CTNBio e o Brasil aprovou sua primeira semente GM desenvolvida nacionalmente, uma fonte de orgulho para a coalizão pró-transgênicos. O avanço do projeto de bio-hegemonia, no entanto, também causou disputas entre seus principais apoiadores. Na Figura 8 indicam-se os principais eventos neste período que serão descritos com mais detalhes a seguir.

Figura 8 – Linha do tempo de eventos de mobilização social contra os transgênicos. Brasil – 2005-2013



Monitorando especialistas: ciência e democracia

O contexto é de fato novo e significou, em primeiro lugar, que os canais institucionais para influenciar a política de GM haviam sido fechados. Considerando que antes os movimentos podiam acessar o parlamento, oficialmente permeável à influência da sociedade civil, agora a tomada de decisão foi transferida a uma comissão fechada de cientistas. Embora não isolada da sociedade, a adesão, os critérios de decisão e a operação implicaram uma tentativa de fechar o debate público e a participação na questão em favor de uma tomada de decisão tecnocrática.

No entanto, os movimentos sociais logo desafiaram esse fechamento, criando oportunidades de participação por meio de estratégias disruptivas e mobilização legal, tendo o Ministério Público como aliado crucial. Eles sabiam que uma lei não entra em vigor automaticamente e que, sem lutas, apenas os artigos de interesse para a indústria biotecnológica e os ruralistas seriam implementados.

> [A] *questão da transparência, é uma coisa que, o que acontece hoje, que é meio limitado, acontece porque não é espontâneo, está na lei, funciona. Acontece porque as entidades estão ali (...). Por mais que estivesse na lei, a gente só conseguiu pela via judiciária*. (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012)

A abertura da comissão ao público também foi positiva para os meios de comunicação e para as empresas, que poderiam enviar seus lobistas para monitorar as reuniões. Ainda assim, com exceção das audiências públicas, os ativistas não tinham voz: "a gente ia como ouvinte, para não perder o fio da meada do que estava acontecendo" (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012).

Na sua participação na CTNBio, os ativistas opunham o discurso tecnocrático ao democrático como parte de um processo de construir pontes entre diversos sentidos (*frame bridging*) sobre a tecnologia, acrescentando o significado *democracia* às formas iniciais de dar sentido aos OGM como questão ambiental, de saúde, direitos dos consumidores, direitos dos camponeses e legalidade. Esse novo enquadramento implicava ideias como interesse público, participação, transparência e responsabilidade pública e era utilizado em oposição às práticas descritas como portas fechadas, ilegalidade e percepções de ilegitimidade. Não se trata de falta de conhecimento científico, mas sim de uma recusa a restringir o debate a esses termos. Além disso, evitar a linguagem científica se alinha com o repertório de ação de muitas organizações que visam alcançar uma maior atenção do público e para qual um discurso baseado em direitos tem mais repercussão.

Os ativistas foram estigmatizados pela coalizão pró-transgênicos como anticientíficos e obscurantistas, confiando no sistema de valores dominante segundo o qual a ciência funciona como poderosa ideologia para legitimar a política. No entanto, os ativistas não evadiram o debate científico, uma vez que muitas de suas organizações detinham conhecimentos científicos, bem como aliados entre os especialistas da CTNBio. A CTNBio se tornou muito polarizada, seguindo as divisões internas no governo. A animosidade entre os dois campos, pró-transgênicos e pela precaução, demonstrou como a ciência também é contenciosa: refletiam diferentes epistemologias, uma apoiando o princípio da precaução e a outra defendendo o princípio da equivalência substancial – não como um ponto de partida para avaliações de risco, mas como uma suposição conclusiva de ausência de riscos (Rubens Nodari, entrevista em 2013). A ala da equivalência substancial acusaria muitas vezes o Greenpeace de defender interesses estrangeiros (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012), um lugar típico contra organizações ambientais transnacionais por parte de nacionalistas brasileiros (Hochstetler & Keck, 2007), embora eles próprios tomassem partido das empresas biotecnológicas multinacionais.

Ativistas de Por um Brasil Livre de Transgênicos entendiam que a ciência é política e que, quando aplicada à biotecnologia, assume fortes laços com os interesses econômicos. Assim, esses ativistas contestavam a ideia de ciência desinteressada, com base na qual a política de OGM aspirava ganhar legitimidade e repetidamente exigiram que os membros da CTNBio assinassem uma declaração afirmando a ausência de conflitos de interesse, sem sucesso. Além disso, como os cientistas eram financiados pelas indústrias de biotecnologia, os ativistas questionavam se eles seriam capazes de autorregular suas pesquisas em biotecnologia.

Distinguindo a biossegurança da biotecnologia, os ativistas afirmam que há um conflito entre visões de mundo, uma vez que a primeira se preocupa em avaliar os riscos da segunda, que está sempre avançando. Com a seleção dos professos biotecnólogos (como todos os presidentes da CTNBio têm demonstrado ser)[61] para liderar a instituição de biossegurança, estabelece-se uma cultura política institucional que descarta a existência de riscos e desvia o objetivo que criou a comissão em primeiro lugar (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). Tal atitude pôde ser demonstrada quando o presidente da CTNBio avançou uma proposta para suspender os requisitos de monitoramento dos efeitos dos produtos GM após sua aprovação para a comercialização (Zanatta, 2009).

[61] Walter Colli, que presidiu a comissão por dois mandatos, repetidamente disse que nunca haveria riscos de OGM (Motta, 2013b).

Buscando formas de legitimar o papel público dos cientistas na regulamentação de OGM, Por um Brasil Livre de Transgênicos esperava um processo institucionalizado de escolha de especialistas para garantir alguma representatividade no debate científico sobre a questão, uma vez que os representantes de cada instituição retornariam com informação às suas bases e promoveriam um processo de consenso para que o seu voto na CTNBio não refletisse uma posição individual, mas sim institucional de um setor da comunidade científica. Por um Brasil Livre de Transgênicos organizou um evento para mobilizar as sociedades científicas, em vão (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012).

Mesmo a SBPC mudou sua posição. Durante os dois mandatos de Marco Antônio Raupp (2007-2011), que se tornou ministro da Ciência e Tecnologia, a SBPC assumiu uma posição favorável à biotecnologia, nomeando cientistas para a CTNBio que votaram em bloco endossando as liberações. De acordo com um ex-membro da CTNBio, o ideal da ciência como um lugar para a discordância aberta e troca de argumentos não poderia estar mais longe da realidade nas reuniões, caracterizadas pela desqualificação de vozes que levantavam objeções. O outro mito que caiu era o de que os cientistas se orientariam de acordo com o princípio da busca da verdade. Qualquer sugestão para solicitar às empresas biotecnológicas mais estudos ou considerar estudos que mostrassem evidências de riscos relacionados a produtos aprovados ou sob aprovação da comissão foram prontamente descartados (Paulo Kageyama, entrevista em 2013). Esses debates polarizados dominaram os dois primeiros anos de funcionamento da CTNBio, durante os quais nenhuma nova semente GM foi aprovada. Os ativistas recordam que, nesse momento, a tecnologia era "ainda" vista como uma "questão controversa" e que havia uma percepção comum da necessidade de ir devagar (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012; Greenpeace Brasil, entrevista em 2012). Para a coalizão pró-transgênicos, isso significava que a CTNBio não estava funcionando de forma satisfatória.

Milho transgênico: o fim da ambiguidade

Em 2007 as petições de aprovação do milho transgênico dominaram a agenda da CTNBio, colocando em alerta o movimento Por um Brasil Livre de Transgênicos e renovando o envolvimento dos movimentos camponeses. Suscitaram-se preocupações específicas com o milho em relação à soja em virtude de dois aspectos: em primeiro lugar, trata-se do cultivo comercial mais disseminado entre os pequenos agricultores; em segundo lugar, há uma alta probabilidade de contaminação genética em razão de suas características biológicas. Embora

os camponeses produzam soja, é em pequena escala e não tão central para a subsistência. O milho é identificado como o cultivo da agricultura camponesa na América Latina (MPA, entrevista em 2012). Os ativistas explicam que há sempre o perigo de contaminação de cultivos convencionais por variedades geneticamente modificadas. No entanto, no caso da soja, isso só ocorre através de meios físicos e em proximidade. Em contraste, a planta de milho fertiliza de forma cruzada, o que pode levar ao fluxo genético entre a variedade GM e a convencional em grandes distâncias. A combinação desses dois fatores ameaça o controle dos agricultores sobre seus processos de seleção de sementes e os direitos dos agricultores sobre a multiplicação de sementes. Assim, os direitos de propriedade intelectual se tornam um problema inevitável, uma vez que todas as sementes geneticamente modificadas são patenteadas.

A discussão sobre os direitos dos agricultores se tornou central no debate sobre os transgênicos no Brasil. Por se tratar de uma ameaça tangível, foi mais fácil concretizar o debate sobre os transgênicos com pequenos agricultores (MPA, entrevista em 2012). Em razão de sua longa experiência com o milho, eles sabiam que as culturas de milho se fertilizam entre si e, portanto, que a mesma característica que os capacitava como agentes de seleção genética, agora os ameaçava. As práticas tradicionais de reserva e troca de sementes serviram de base para a articulação discursiva de temas variados como a agrobiodiversidade, a cultura camponesa e os direitos dos agricultores sobre as sementes. O discurso da soberania alimentar, um enquadramento mestre (*master frame*) dos movimentos camponeses, assumiu sua expressão mais forte, reforçando as interligações dessas questões: como foram os pequenos agricultores e camponeses que historicamente selecionaram sementes, de acordo com suas práticas culturais e outras necessidades – além da produtividade econômica –, foram eles também os grandes promotores da biodiversidade do milho.

Além disso, os direitos dos agricultores de poupar uma parte da colheita como semente para a próxima época de semeadura também estava ameaçado. Esta prática faz parte da identidade cultural dos agricultores, que se alarmaram com rumores sobre as "sementes *terminator*"[62] e a perspectiva de plantar por um ano, colher e, ao plantar novamente, a semente não germinar. O milho transgênico não é *terminator*, porém é fruto de uma modificação genética inserida

[62] *Terminator* ou "sementes suicidas" são sementes geneticamente modificadas baseadas em tecnologias de restrição de uso genético (GURT, sigla em inglês para *genetic use restriction technologies*) que impedem o uso de sementes de segunda geração tornando-as estéreis, o que obriga o agricultor a comprar sementes em cada estação.

em uma semente híbrida que é projetada para ser semeada apenas uma vez, forçando assim os agricultores a ir para o mercado de sementes a cada estação. Tal fator constituiu o ponto de entrada para a discussão do regime agroalimentar corporativo porque põe fim à autonomia dos agricultores, uma vez que os torna dependentes do mercado de sementes sob o controle de algumas empresas. A existência de diferentes realidades no país ajudou na troca de experiências. Os agricultores do MPA nas regiões do Sudeste e do Sul contavam a outros do Nordeste, Norte e Centro-Oeste sua experiência de converter sua produção para sementes híbridas e ter, concomitantemente, a diversidade das suas culturas reduzida ao que era oferecido no mercado (MPA, entrevista em 2012).

Por último, mas não menos importante, os agricultores perdem o controle sobre a seleção de sementes quando um transgene e um gene patenteado entram na mistura genética de suas variedades de milho. A questão da contaminação por milho transgênico ilustra a profunda associação entre a biotecnologia e os direitos de propriedade intelectual (Góngora-Mera & Motta, 2014; Kloppenburg, 2004; Pechlaner & Otero, 2008; Rauchecker, 2013). Os ativistas de Por um Brasil Livre de Transgênicos interpretam a dupla natureza do problema: uma biológica, em razão da inserção de um gene externo à espécie de milho que altera as práticas de seleção de sementes do agricultor; e uma alteração socioeconômica, uma vez que a modificação genética é uma tecnologia proprietária (privada) legalmente protegida por uma patente. Nesse caso, recai sob a Lei da Propriedade Industrial, à qual se incorporaram as obrigações do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês para Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), ao passo que as sementes híbridas são regulamentadas pela Lei das Sementes, que segue a Convenção da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (Upov, sigla em francês para Union Internationale pour la Protection des Obtentions Végétales) de 1978, de acordo com a qual se permite a reprodução de sementes e troca ou venda entre os agricultores familiares, práticas que são proibidas desde o advento das patentes sobre sementes (Kloppenburg, 2004; Reis, 2012). Em suma, por todas essas razões, o milho transgênico mobilizou a maioria das organizações na campanha.

A aprovação do milho transgênico

Como a CTNBio não estava atendendo às expectativas da coalizão pró-transgênicos, esta decidiu, mais uma vez, mudar a lei. O Poder Executivo emitiu a medida provisória n. 327, que modifica a Lei de Biossegurança para alterar

o quórum de votação na CTNBio de dois terços para a maioria absoluta. Os protestos de Por um Brasil Livre de Transgênicos foram desconsiderados e, em 2007, o Congresso Nacional ratificou a medida. Foi somente com essa emenda que o poder institucional da coalizão pró-transgênicos se tornou hegemônico na comissão de especialistas e a política oficial tornou-se claramente favorável aos cultivos transgênicos, de modo a revelar que as redes do projeto bio-hegemônico permearam não só o Poder Executivo, mas também o Legislativo, provocando mudança na lei.[63] Tal emenda representou um divisor de águas na paralisação da aprovação de OGM: em setembro, três variedades de milho GM foram aprovadas para uso comercial.

A campanha reagiu com várias estratégias. Mulheres grávidas de movimentos urbanos e do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) entraram na sala durante a reunião da CTNBio, com cartazes com o *slogan* "meu filho não é cobaia" (Pereira & Fernandes, 2007). Ativistas recolheram assinaturas para uma petição enviada ao presidente e entraram com uma liminar para suspender a decisão e conseguiram uma vitória parcial, com a proibição do cultivo do produto na região Nordeste até que se realizassem avaliações de risco ambiental para os biomas específicos da região. A questão da coexistência se tornou objeto de uma segunda ação judicial (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012).

A aprovação do milho transgênico atraiu a Anvisa e o Ibama para a batalha. Usando as prerrogativas previstas na Lei de Biossegurança, cada agência apelou contra a aprovação de milho transgênico, desafiando sua base processual e científica, o que provocou o posicionamento da CNBS pela primeira vez. O Conselho se reuniu em fevereiro de 2008 para deliberar sobre os recursos, porém ignorou o conteúdo e apenas abordou a questão institucional. Baseando-se na opinião emitida pela Advocacia Geral da União em 2002 no contexto da moratória judicial sobre a soja transgênica, a CNBS resolveu a questão da seguinte forma: a CTNBio tem a palavra final sobre questões relacionadas à biossegurança dos transgênicos. Assim, as três variedades de milho foram aprovadas sem considerar as objeções que motivaram os recursos do Ibama e da Anvisa. O CNBS emitiu duas recomendações: a primeira, que a CTNBio considerasse estudos científicos conduzidos por terceiros para não se basear naqueles realizados pelas empresas proponentes, justificando os casos em que não forem adotados; e, a segunda, a criação de um grupo de trabalho interministerial para conduzir estudos sobre os impactos a médio e longo prazo dos OGM e seus efeitos sobre a saúde e o meio ambiente (CNBS, 2008a, 2008b), que nunca foram seguidos.

[63] Agradeço ao Gabriel Fernandes por estas observações.

A aprovação do milho não foi uma decisão técnica, mas política (Idec, entrevista em 2013), que emitiu uma mensagem clara a Por um Brasil Livre de Transgênicos e seus aliados no governo: não usem o âmbito legal para apelar contra a CNTBio. O uso extensivo da mobilização legal nas disputas sobre o regime agroalimentar neoliberal biotecnológico no Brasil significou, se não uma vitória substancial, pelo menos um ganho de procedimento para Por um Brasil Livre de Transgênicos e garantiu um espaço mínimo para o cumprimento das exigências legais. Do ponto de vista da coalizão pró-transgênicos, tal expediente implicava adiamentos sucessivos no seu roteiro, não significando menor uso de meios legais.[64]

As organizações de Por um Brasil Livre de Transgênicos interpretaram a aprovação do milho GM como a segunda grande derrota que definiu a trajetória de disseminação dos transgênicos no Brasil, tendo sido a primeira a medida provisória por meio da qual se aprovou a comercialização da soja transgênica ilegal, em 2003. Essa medida marcou a aceleração de aprovações, tornando mais difícil para os movimentos monitorá-las. Por um Brasil Livre de Transgênicos entendeu que os espaços para sua influência no Poder Executivo haviam sido fechados. Isso significou, para muitos, a definição final da política de cultivos transgênicos, ou seja, uma política promotora, deixando a CTNBio funcionar como quisesse. Em suma, na política para os cultivos transgênicos, os órgãos oficiais de saúde e meio ambiente não tinham voz; o governo os silenciou como consequência da decisão de apoiar todas as demandas provenientes do agronegócio.

Monitorando o Congresso Nacional

A aprovação do milho transgênico foi um momento de avaliação crítica para a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Para o Greenpeace, o que tinha sido um tema fundamental na agenda ambiental começou a perder relevância. O MST entendeu que a CTNBio não era mais uma arena para seus esforços de mobilização. A campanha continuou monitorando o Congresso nacional, considerando as tentativas recorrentes da coalizão pró-transgênicos de desmantelar qualquer disposição legal percebida como um obstáculo para o avanço do agronegócio. Isso demonstra que o marco legal em vigor resultou de uma série de compromissos com os movimentos sociais e não correspondeu totalmente aos interesses dos proponentes da tecnologia, e também ilustra como

[64] Bissoli (2012) encontrou 28 ações judiciais sobre OGM no Brasil de 1998 a 2012, utilizadas por ambas as partes.

o direito é um campo de lutas. Entre os projetos de lei desenvolvidos pela bancada ruralista, dois levantaram preocupações especiais para ativistas.

Em 2008, o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) apresentou um projeto de lei para acabar com os requisitos de rotulagem para os produtos que contêm OGM. A então deputada Kátia Abreu – posteriormente senadora, presidente da CNA, e ministra da Agricultura – criou um projeto destinado a retirar da Lei de Biossegurança o artigo que proibia o uso de sementes *terminator*, proposto como projeto de lei n. 268/2007 pelo deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR). Em 2009, o deputado Cândido Vacarrezza (PT-SP), que participou do trenzinho da Monsanto, combinou as duas metas em um único projeto.[65] A campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos organizou protestos e clamou a seus aliados no parlamento que não deixassem avançar o projeto.

Vacarreza era então o líder do governo federal na Câmara dos Deputados, o que não só mostra como a coalizão pró-transgênicos encontrou aliados no PT, mas também que precisamente aqueles que se converteram à agenda do agronegócio atingiram as mais altas posições no partido e nas hierarquias governamentais. Não por acaso, após a aprovação do milho transgênico também se testemunhou uma ofensiva da bancada ruralista em muitas outras questões, como o adiamento da votação de uma lei sobre a aplicação de penas contra o uso do trabalho escravo e o desenvolvimento de um projeto de lei para emendar o Código Florestal, introduzindo flexibilidade na definição de crimes ambientais e com a provisão de anistia por violações passadas em virtude de atividades agrárias. O projeto *terminator* continuou como ameaça no Poder Legislativo brasileiro.[66]

Mudando de escala: participação em eventos de protesto transnacionais e em conferências internacionais

A campanha expandiu suas ações para outras escalas de confrontação. Em 2006, o Brasil sediaria a oitava reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), precedida pela 3ª Conferência das Partes, que serviria como Reunião das Partes do Protocolo de Biossegurança (COP-MOP 3), o Protocolo de Cartagena. Realizadas em Curitiba (Paraná), essas reuniões ofereceriam ótimas oportunidades para a realização de protestos. O governador Roberto Requião, opositor das plantações transgênicas, tinha

[65] O deputado permaneceu leal a este projeto (Vaccarezza, 2014).

[66] Em novembro de 2013, o projeto de lei do Deputado Sciarra chegou ao Congresso (Thuswohl, 2013). O Brasil apareceu nas notícias internacionais ameaçando romper com a moratória global à tecnologia GM (Watts, 2013).

sido recém-reeleito; o movimento camponês se apoiava ali em bases fortes, com experiência e repertórios de ciclos de protesto passados, e a Terra de Direitos, com experiência em direito nacional e internacional, tinha sua sede em Curitiba. Essa interseção de fatores formou um contexto favorável para que Por um Brasil Livre de Transgênico realizasse ações no nível internacional.

Durante os dois anos que precederam a conferência, as organizações realizaram seu processo preparatório. A Terra de Direitos se familiarizou com os tópicos e procedimentos das reuniões internacionais e atuou como proponente dos objetivos dos movimentos populares, publicando boletins periódicos, organizando *workshops* e reuniões e representando a sociedade civil nas consultas governamentais para definir a posição brasileira (Terra de Direitos, entrevista em 2013).

A ministra do Meio Ambiente obteve algumas concessões do presidente para fazer avançar a agenda de biossegurança no Brasil. Isso permitiu ao país aspirar a um papel de liderança nas negociações, o que era compatível com sua posição como anfitrião da conferência. Em 2006, o presidente emitiu um decreto sobre a implementação do protocolo, que havia sido ratificado pelo Congresso Nacional em 2003, e reuniu-se com os ministros do Meio Ambiente e da Agricultura para fechar a posição sobre as regras de rotulagem nas negociações do protocolo. A posição do Ministério do Meio Ambiente prevaleceu, com o Brasil defendendo uma rotulagem clara para o comércio internacional com OGM, o que implicaria para os exportadores brasileiros realizar segregação e teste de seus produtos – o que nunca foi implementado (Lopes & Tortato, 2006).

Às vésperas da COP-MOP do Protocolo de Cartagena, que começaria em 13 de março de 2006, cerca de duas mil ativistas da Via Campesina, filiadas ao MMC e ao MST, decidiram que sua atividade política no Dia Internacional da Mulher (8 de março) seria um protesto contra os transgênicos. Elas destruíram um laboratório de uma indústria de celulose e papel que estava conduzindo experimentos com eucalipto transgênico (MST, entrevista em 2013). Ao escolher um dia com significado internacional para reivindicações de direitos do movimento das mulheres, e fazendo uso de violência na proximidade de uma conferência importante sobre o tema, o protesto recebeu atenção da mídia tanto nacional quanto internacional. As atividades de protesto do movimento camponês não pararam por aí.

Durante a COP, a Via Campesina mobilizou cerca de três mil camponeses que acamparam no entorno de Curitiba e organizaram o Fórum Global da Sociedade Civil (Tortato, 2006). No dia 14 de março, a Via Campesina escolheu um alvo transnacional para seu protesto, a multinacional de sementes Syngenta.

Uma semana antes, o Ibama no Paraná denunciou que a Syngenta estava ignorando a legislação nacional ao realizar cultivos experimentais de milho GM na zona tampão de um parque nacional de conservação (Baptista & Tortato, 2006). A Via Campesina ocupou a fazenda. Depois de serem despejados da fazenda, acamparam na beira da estrada. Seguiram-se vários atos de agressão, entre os quais a pulverização área com agrotóxicos sobre os camponeses e ativistas (MST, entrevista em 2013). A Via Campesina reocupou a fazenda da Syngenta (Via Campesina, 2006) e um longo conflito se seguiu, que culminou em 21 de outubro de 2007 com o assassinato de um membro da Via Campesina, Walmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno. Para os ativistas, foi um ato comunicativo: perpetrado com intenção exemplar, de mostrar aos outros o que aconteceria se os ativistas continuassem a mobilizar-se.

O assassinato despertou atenção internacional. A Terra de Direitos entrou com uma ação judicial para investigar o assassinato e a Via Campesina buscou espaços internacionais para ampliar a repercussão do evento. A próxima COP da Convenção sobre Diversidade Biológica proporcionou uma boa oportunidade, realizada em Bonn, Alemanha, em maio de 2008. O MST enviou representantes, que entregaram um relatório sobre Keno ao secretariado da CDB. Houve muita pressão internacional e foram organizados eventos em frente à sede da Syngenta. No final, a Syngenta decidiu se retirar da área e o governo do Paraná anunciou que estabeleceria um centro de ensino e pesquisa sobre agroecologia nomeado posteriormente Keno (MST, entrevista em 2013).[67]

Quanto à COP-MOP como tal, foi a primeira vez que o MST fez parte da delegação diplomática brasileira, sinalizando a abertura de um espaço institucional até então muito hesitante sobre a participação do movimento. No entanto, essa abertura não se traduziu em participação igualitária. Na definição da posição brasileira nas negociações internacionais, os ativistas reconheceram que estavam em uma posição muito desfavorecida em relação ao número e preparo do setor privado: "*a delegação brasileira chegou a ter (…) 300 membros, 90% eram empresários*" (MST, entrevista em 2013). Essa assimetria se refletiu nas possibilidades reais de influenciar a tomada de decisão.

A presença dos ativistas serviu mais como uma oportunidade de aprendizagem para entender como realmente funcionam tais reuniões do que para

[67] Isso aconteceu em um momento de violência crescente e de criminalização dos movimentos sociais pelas autoridades estatais no Rio Grande do Sul. Em 2008, o Ministério Público solicitou autorizações para desalojar 160 famílias do MST – conduzidas pela Polícia Militar com violência – e comandou investigações para acusar seus membros de crime organizado.

participar e ser ouvidos na formação de uma posição comum, o que não pode ser atribuído somente às diferenças no número e *know-how* em questões diplomáticas. Acima de tudo, refletiu a posição governamental de apoiar, no cenário internacional, as demandas do *lobby* do agronegócio, que foi facilitado pela renúncia de Marina Silva ao cargo de ministra do Meio Ambiente. Marina renunciou após a aprovação do milho geneticamente modificado, precisamente quando a delegação brasileira esperava sua chegada para liderar as negociações.

A aprovação do milho GM foi a ocasião para Por um Brasil Livre de Transgênico tentar alcançar um "efeito *boomerang*" (Keck & Sikkink, 1998) sob a forma de sanções por parte da CDB. Denunciaram que a autorização dos cultivos transgênicos no Brasil não cumpriu com as obrigações decorrentes do Protocolo de Cartagena (Salazar, 2011). Porém não receberam apoio e, portanto, pressão advinda da esfera internacional. No entanto, moralmente, a tentativa expôs a diplomacia brasileira (MST, entrevista em 2013).

Enfrentando a contaminação

Como dito anteriormente, os ativistas interpretaram a aprovação do milho transgênico não como fim de suas atividades, mas como o início de um trabalho árduo. Em 2008, o milho transgênico chegou aos campos e a primeira colheita estava prevista para os primeiros meses de 2009. O primeiro problema de Por um Brasil Livre de Transgênicos foi a iminente contaminação por milho transgênico. Eles organizaram um seminário em Curitiba, a fim de resgatar as ideias originais da campanha, aproximando-a da realidade agrária. Os pequenos agricultores tornaram-se os principais alvos das campanhas de informação, com o objetivo de proporcionar-lhes as competências necessárias para detectar a contaminação. Entre os instrumentos, os testes da fita, que tornam visível a contaminação de sementes, foram distribuídos a agricultores ou a sindicatos de agricultores. Os agricultores prontamente reagiram; começaram a enviar imagens de campos experimentais e fazer denúncias de irregularidades (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012).

A ideia de dar aos agricultores os meios para se protegerem do milho transgênico teve repercussão na cultura camponesa. O impacto das mensagens de Por um Brasil Livre de Transgênicos foi produto combinado da credibilidade empírica da disseminação do milho transgênico, que havia sido publicamente divulgada; da credibilidade dos portadores da mensagem, que há muito tempo trabalhavam com pequenos agricultores; e de sua coerência (*frame consistency*), já que as preocupações com a contaminação não eram algo novo, mas sim parte

da promoção da agroecologia no trabalho da AS-PTA e da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos. Eles lançaram iniciativas de *guardiões de sementes* e *guardiões da biodiversidade* para promover o reconhecimento político do ato de guardar e proteger sementes, organizando reuniões e fornecendo certificados a agricultores. Essas atividades ecoaram bem a compreensão generalizada entre pequenos agricultores e camponeses de que as sementes são "bens públicos" (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). O estado do Paraná tomou importantes medidas para enfrentar o problema da contaminação: trabalhou em colaboração com o MST na identificação da contaminação dos campos (MST, entrevista em 2013) e enviou um documento relatando a ineficiência das regras de coexistência estabelecidas pela CTNBio, exigindo, assim, novas regras.

Enquanto isso, a maioria dos produtores de milho que plantaram sementes híbridas vendidas no mercado comercial foi vítima das estratégias de mercado da indústria biotecnológica. Havia cada vez menos oferta de variedades de milho não transgênicos. A AS-PTA calculou, com base nos dados do Ministério da Agricultura, que, em 2010, mais de $^{3}/_{4}$ dos novos lançamentos de sementes eram geneticamente modificados. Baseando-se em dados da indústria, eles calcularam que 20% dos produtores de milho usavam sementes crioulas e 80% dependiam de sementes comerciais. Esses últimos estão acostumados a comprar sementes todos os anos e, em razão das decisões de comercialização das indústrias de sementes de apenas lançar variedades geneticamente modificadas, esses agricultores não tiveram escolha senão comprá-las. Houve apenas algumas pequenas iniciativas das agências regionais de multiplicar sementes convencionais (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). De fato, ao passo que a soja transgênica levou cerca de dez anos para ultrapassar o limiar de 70% da área cultivada, o milho transgênico atingiu essa proporção em apenas três anos.

Focando nos agrotóxicos: unindo esforços ou desviando a atenção dos OGM?

Desde 2009 o Brasil se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos (Carneiro *et al.*, 2012). Diferentes eventos confirmaram os alertas dos ativistas de que as sementes transgênicas não eram a tecnologia ambientalmente amigável e eficiente como proclamada por seus proponentes. Os problemas começaram quando outras plantas se tornaram resistentes ao glifosato – o pesticida usado em combinação com sementes RR – e se transformaram em pragas (as super-ervas daninhas), ou insetos desenvolveram resistência à modificação genética (derivados do uso da bactéria *Bacillus thuringiensis* – Bt) e se tornaram pragas

(Cintra, 2013; Globo Rural, 2013). Um risco futuro se transformou em um dano muito tangível, afetando muitos agricultores. De fato, há um componente visual no poder das sementes transgênicas para demonstrar a eficiência do glifosato: os campos de soja GM são descritos por seus donos como "uma beleza", completamente "limpos", sem pragas; em contrapartida, os críticos os chamam de "desertos verdes". No entanto, mesmo os entusiastas dos OGM reconheceram os limites da tecnologia quando a resistência se desenvolveu (Dez Anos..., 2014). No RS, com maior experiência com soja transgênica, os agricultores começaram a reagir usando mais agrotóxicos e produtos mais tóxicos, como o 2,4-D, que era um dos ingredientes ativos do agente laranja usado como arma química na Guerra do Vietnã, e sua contaminação no meio ambiente ainda gera muitas vítimas. Eles tiveram que aplicá-lo antes de semear soja, o que aumentou sua volatilidade, contaminando terras vizinhas e gerando conflitos (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012).

O aumento do uso de agrotóxicos também se tornou tema do seminário em Curitiba em 2009. Desde então, a campanha mudou seu nome para Por um Brasil Ecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos. Os ativistas perceberam muitos ganhos em ampliar o escopo da campanha para incluir a questão dos agrotóxicos. Há um amplo consenso no Brasil de que os agrotóxicos são ruins para a saúde, com experiência acumulada sobre o tema. A ponte para a saúde garantiu muitos aliados na comunidade científica, dentre os quais o proeminente Instituto Nacional do Câncer (Inca) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que lançou um dossiê sobre agrotóxicos em 2012 (Augusto *et al.*, 2012; Carneiro *et al.*, 2012) e dois mais nos anos seguintes. Por todas essas razões, os ativistas afirmam que os agrotóxicos têm uma repercussão maior para os consumidores do que os OGM.

Os impactos dos agrotóxicos na saúde pública dos trabalhadores rurais e das comunidades são muito mais agudos. Os pequenos fazendeiros podiam senti-los em seus corpos e em seus bolsos:

> *Muitas famílias sofrem hoje em dia de dois problemas principais, que nos facilitaram realizar o debate... O primeiro, a contaminação, reflete na saúde das famílias camponesas... e há a percepção... de que o veneno pode prejudicar e deve ser reduzido para não piorar a doença. A outra é a questão econômica, porque é muito caro hoje em dia comprar o pacote* [tecnológico]. (MPA, entrevista em 2012)

Em 2011, a Via Campesina Brasil lançou a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, que contou com o apoio de diversas organizações.

Líderes da campanha afirmam que é mais fácil lutar contra os agrotóxicos do que contra os transgênicos por três razões. Primeiro, porque consideraram que perderam a luta dos transgênicos:

> *Por que então fazer outra campanha? Nossa avaliação foi de que fomos atingidos por um governo identificado com os movimentos populares, sobre o qual colocamos nossas expectativas de que tal levaria adiante os conflitos dos movimentos sociais. Acabamos com o contrário de tudo o que esperávamos.* (MPA, entrevista em 2012)

A segunda razão é a facilidade para promoção do debate sobre o tema entre os camponeses: os agrotóxicos foram uma boa estratégia para ampliar o debate sobre o modelo agrário (MPA, entrevista em 2012). Com o aumento da resistência às pragas e, consequentemente, do uso de agrotóxicos, mesmo os benefícios econômicos imediatos que pequenos agricultores haviam experimentado com as sementes GM foram revertidos:

> *A produtividade aumentou inicialmente, mas hoje em dia para mantê-la você tem que gastar mais. Eu fui a muitas palestras, os camponeses contam assim: ano passado eu gastei isso para produzir aquilo, esse ano eu tenho que gastar mais. Assim eles têm dados reais. Hoje em dia está mais perceptível. No princípio era muito difícil. É por isso que eu acho que nós fomos derrotados pelos transgênicos naquela época.* (MPA, entrevista em 2012)

Alguns ativistas antitransgênicos criticaram a campanha da Via Campesina em virtude do perigo da mudança de foco; o representante do MPA sustenta que a ponte entre os cultivos GM e os agrotóxicos será mantida:

> *Por que eles são inseparáveis: não há como realizar o debate sobre pesticidas sem discutir transgênicos ... as empresas que fazendo petição aos transgênicos também são os maiores produtores de pesticidas ... e a maior parte das sementes aprovadas têm uma relação direta com os pesticidas. Os dados mostram.* (MPA, entrevista em 2012)

Como terceira razão, menciona-se a maior abertura dos meios de comunicação de massa ao debate: os agrotóxicos estão associados ao câncer, uma doença com ampla repercussão pública. Além disso, os ativistas perceberam uma convergência de interesses que reuniu os principais meios de comunicação, empresas de biotecnologia e grandes agricultores. A diferença de atenção e simpatia da mídia para a questão dos agrotóxicos, explica o porta-voz do MPA, reside nas alternativas existentes, como os alimentos orgânicos, que podem ser acomodados sob a lógica do agronegócio (grande escala, com menor custo, uma

vez que a área produtora esteja sob equilíbrio ecológico, e maiores margens de lucro). Ele contrasta com o caso dos OGM: "Já no caso dos transgênicos, bom, não usar transgênicos mas usar o que que beneficiaria eles? Nada. Não tem uma contraposição que chega a beneficiar" (MPA, entrevista em 2012). Ao apoiar-se, mais uma vez, no discurso mestre da soberania alimentar, o movimento trabalhou sobre o problema e suas soluções. Eles prosseguiram no debate, argumentando que não era suficiente produzir sem agrotóxicos, pois a agricultura camponesa e a soberania alimentar se referem a como a produção é feita, em que terra, o tamanho da propriedade, e com que tipo de relação com o meio ambiente.

A comida cotidiana da mesa brasileira: aliados inesperados contra o arroz transgênico e um novo feito nacional, o feijão transgênico

Os próximos cultivos de alimentos que chegaram à agenda da CTNBio foram arroz e feijão, os dois principais ingredientes da cultura alimentar brasileira. Diferentemente da soja, uma cultura que no Brasil permanece distante do prato alimentar, e do milho, que em sua maioria é destinado à alimentação animal, esses dois cultivos são centrais para o consumo humano. Apesar disso, a iminência da aprovação do arroz e do feijão transgênicos não causou muita mobilização entre consumidores, apesar de ter encontrado alguma repercussão na mídia (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). As duas histórias também se diferem.

Houve mobilização contra a aprovação do arroz GM em 2009. O Greenpeace teve um papel proeminente, dando seguimento à decisão do Greenpeace Internacional de lançar uma campanha global para impedir a aprovação mundial do arroz geneticamente modificado. Juntamente com Por um Brasil Livre de Transgênicos, eles organizaram eventos de conscientização. O arroz transgênico sob petição havia sido modificado para ser tolerante a um agrotóxico, o glufosinato, considerado mais tóxico do que o glifosato, o que gerou preocupações em relação a um assunto já controverso, o uso de agrotóxicos. Greenpeace desenvolveu o argumento dos riscos de fluxo genético com espécies selvagens, portanto uma ameaça à biodiversidade. O MST também se mobilizou, sendo o maior produtor de arroz ecológico no Brasil. A CTNBio organizou uma audiência pública sobre o arroz GM. Dessa vez, os movimentos sociais encontraram uma janela de oportunidade: associações de agricultores, potenciais beneficiários de culturas transgênicas e a Embrapa, um forte proponente da biotecnologia, contradisseram seu padrão até então consistente de defesa de OGM (Zanatta, 2009; Motta, 2015). Ao fim,

a empresa que tinha apresentado a petição de arroz GM, a Bayer, retirou-a. Os ativistas não foram ingênuos em interpretar tal fato como resultado positivo de sua campanha. Em vez disso, eles mencionam o papel de aliados inesperados e poderosos por razões de mercado e agronômicas.

Por outro lado, a posição da Embrapa quando seus cientistas anunciaram o lançamento de grãos de feijão GM em 2011 era declaradamente de defesa. A coalizão pró-transgênicos promoveu o feijão GM como um feito nacional, causando efeito positivo em uma cultura política nacionalista como a do Brasil. Havia também uma diferença técnica na modificação genética: os feijões não foram modificados para resistir a agrotóxicos, mas a uma praga. Considerando o contexto de uma sensibilização mais forte para a questão dos agrotóxicos, as modificações genéticas não associadas a agrotóxicos poderiam encontrar menor resistência, como foi o caso (Gabriel Fernandes, entrevista em 2012). Além disso, o feijão GM apareceu quando a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos sofria um processo de desmobilização. O Greenpeace Brasil já havia encerrado sua campanha contra transgênicos como parte da reorganização de seus esforços para se concentrar nas mudanças climáticas (Greenpeace Brasil, entrevista em 2012). O movimento camponês também se concentrou na campanha nacional de agrotóxicos em razão da avaliação de que o tema transgênicos não mais motivaria a mobilização de suas bases, como explicado pelo porta-voz:

> *Eu acho que tem a ver com essa lógica do fato consumado, desse sentimento de derrota. Eu acho que isso tem um reflexo na autoestima de luta mesmo, na capacidade de mobilização, na capacidade de luta (…). O quê que estou querendo dizer: bom, no campo da soja, passou, milho, passou, o arroz, que aí eu acho que foi quando a gente conseguiu (...). Aí o feijão, e ainda a Embrapa propondo. Então era dado meio que como fato consumado.* (MPA, entrevista em 2012)

Em 16 de setembro de 2011, o feijão GM foi aprovado (Yano, 2009). O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão consultivo composto por representantes da sociedade civil e do governo, reagiu exigindo que a presidente aplicasse o princípio da precaução, mas foi ignorado. Os ativistas mudaram suas estratégias, renunciando ao uso de ações conflituosas e disruptivas. Enquanto muitos compartilhavam o sentimento de terem sido derrotados, outros acreditavam que as consequências da adoção de cultivos GM provariam que a tecnologia estava errada. As organizações que mantêm Por um Brasil Livre de Transgênicos ativa têm muitas frentes de campanha, incluindo ativismo legal, monitoramento da CTNBio e do Congresso e atividades de comunicação.

Disputas emergentes no projeto bio-hegemônico

A aprovação do feijão transgênico já ocorreu durante o governo da presidente Dilma Rousseff (PT), a candidata apoiada por Lula, o que significava continuidade com seu governo. Havia sinais ainda mais claros do fortalecimento do poder do agronegócio na coalizão governamental, já que a senadora Kátia Abreu entrou oficialmente no governo mudando sua filiação política para o PMDB. Em 2015, foi nomeada ministra da Agricultura no segundo mandato de Rousseff.

À medida que o Brasil converteu cada vez mais campos agrícolas à biotecnologia, surgiram três questões de disputa dentro do projeto de bio-hegemonia: a aplicação dos direitos de propriedade intelectual sobre as sementes, a possibilidade de tornar o Brasil também um dos principais fornecedores mundiais de sementes não GM; e a resistência não controlada de pragas e parasitas. No Brasil, a Monsanto tem a patente sobre a soja RR e desenvolveu um sistema para arrecadar *royalties* de suas sementes. Sem contestar a própria patente, a Fetag-RS entrou com uma ação legal contra as práticas da Monsanto de cobrar *royalties* sobre a colheita no momento da comercialização.[68] Em outra ação, a Federação dos Sindicatos de Agricultores do Mato Grosso (Femato), juntamente com a Associação de Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja), questionaram a Monsanto em 2010 por cobrança indevida de *royalties* depois que a patente havia expirado, ao mesmo tempo que demandaram a diminuição do valor cobrado. Tendo recebido decisões favoráveis dos tribunais regionais e, com o recurso da Monsanto, o caso chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012. Entretanto, a Monsanto tentou resolver a questão diretamente com os agricultores, oferecendo-lhes, em contratos individuais, a nova soja sem *royalties* em troca da remoção das ações judiciais (Kaskey, 2013). Associações de agricultores instruíram seus membros a não assinar tais contratos enquanto tramitasse o caso no STF, ficando decidido, em maio de 2013, que a patente de 20 anos da Monsanto tinha expirado, tornando-a de domínio público. A empresa foi condenada a devolver aos agricultores o dobro do montante cobrado; a empresa apelou.

A outra divisão se refere à coexistência de cultivos não GM e GM dentro do agronegócio, e do apoio estatal para ambos os casos. Desde 2008, processadores

[68] Em 14 de junho de 2012, o Judiciário ordenou a suspensão da cobrança de *royalties* sobre a colheita com o argumento de que a soja transgênica não era protegida pela Lei de Propriedade Industrial como uma patente, mas sob a Lei de Proteção de Variedades Vegetais, que dá aos agricultores o direito de reservar para uso próprio e vender os produtos sem *royalties*. O Superior Tribunal de Justiça decidiu que esta ação seria nacionalmente vinculante para a Monsanto.

de grãos e comerciantes criaram a Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (Abrange), em busca de um nicho de mercado. Não obstante o importante papel da Embrapa no desenvolvimento de sementes convencionais, o Ministério da Agricultura manteve uma posição clara pró-agrobiotecnologia em todos os fóruns. No entanto, a falta de reconhecimento pelo Ministério da Agricultura prejudica a expansão de um nicho de mercado não transgênico em um momento em que a Abrange lutava por espaço político.

Desde 2012 estimou-se uma enorme perda econômica em razão de uma praga da lagarta, *Helicoverpa zea*, que dizimou cultivos transgênicos de algodão, soja e milho. A propagação do milho GM Bt foi responsabilizada por isso, pois matou os inimigos naturais da *Helicoverpa armigera*. Em alguns lugares, declarou-se estado de emergência e o Ministério da Agricultura e a bancada ruralista usaram meios para legalizar a importação de agrotóxicos altamente tóxicos não aprovados no Brasil, incluindo a corrupção de funcionários públicos responsáveis pela aprovação de agrotóxicos e, para aqueles que denunciaram "irregularidades", a resposta foi nada menos que uma demissão.[69] Enquanto isso, em 2013, a Monsanto começou a divulgar a sua nova tecnologia GM como solução para a praga: novamente, se trata de uma modificação genética para resistir a agrotóxicos. A Dow AgroSciences lançou sementes GM tolerantes a uma substância muito mais tóxica, 2,4-D, alegando sua segurança (Dow AgroSciences, 2012).

[69] Foi o caso do chefe da Divisão de Toxicologia da Anvisa, Luiz Claudio Meirelles, demitido em 2012 (Idec, 2012).

6
Muitas Histórias sobre os Transgênicos: uma comparação

O contraste entre as histórias das lutas sociais em torno dos transgênicos na Argentina e no Brasil forneceu algumas ideias de possíveis fatores explicativos para as diferentes trajetórias, bem como para as mudanças nelas ocorridas. Os capítulos anteriores seguiram uma abordagem indutiva, construindo uma narrativa histórica na qual os dados empíricos foram interpretados com a ajuda de conceitos apresentados no quadro analítico. Neste capítulo resumem-se os achados da pesquisa, destacando explicações-chave para cada trajetória.

Os Diferentes Resultados: bio-hegemonia, bio-hegemonia com mobilização, controvérsia e domínio

A primeira tarefa consiste em descrever os diferentes resultados correspondentes à bio-hegemonia, à bio-hegemonia com mobilização, à controvérsia sobre os transgênicos e ao domínio dos OGM. Cada um é definido de acordo com a sua aproximação relativa aos tipos ideais em um *continuum* entre, de um lado, a construção da bio-hegemonia em termos de poder material, institucional e discursivo e, por outro lado, a construção dos transgênicos como tema de debate público e controvérsia política. Depois de descrever cada um deles, esclareço por que o domínio dos OGM não pode ser considerado equivalente à situação de bio-hegemonia.

Bio-hegemonia na Argentina

O primeiro resultado descrito foi o de bio-hegemonia na Argentina, decorrente de um sólido processo de construção da biotecnologia como representante dos interesses gerais da sociedade argentina – incluindo esforços coordenados

para construir poder material, institucional e discursivo. Materialmente, os cultivos geneticamente modificados dominaram as terras e a pesquisa em melhoramento de plantas e trouxeram importantes receitas ao Estado em impostos e em moeda estrangeira devido às exportações. O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta) e os cientistas tornaram-se promotores da nova tecnologia. Os biotecnólogos dominaram a comissão de especialistas com uma cultura político-institucional de não regulação, garantindo um sistema de aprovação acelerado para os OGM. Institucionalmente, a decisão sobre a nova tecnologia se concentrou nas mãos das autoridades agrárias sob uma política definida como de inovação, que promoveu um significado público positivo das sementes transgênicas. Discursivamente, a coalizão pró-transgênicos construiu uma extensa rede na sociedade civil, incluindo os meios de comunicação, espalhando suas interpretações preferidas sobre os processos de transformação em curso, como a revolução transgênica, a sociedade do conhecimento, a modernização e o progresso através da ciência e da inovação.

A legitimação do regime agroalimentar biotecnológico foi, assim, o resultado da construção de tais alianças e discursos, sempre evitando um debate aberto, a exposição de argumentos contraditórios e o questionamento de qualquer de seus componentes. Naquele momento, alguns atores no campo reagiram às transformações agrárias e também organizações de movimentos sociais na capital nacional contestaram a aprovação de sementes GM. Mas suas ações não chegaram ao debate público mais amplo e não encontraram aliados influentes para trazer proeminência ao tema e tornar a aprovação dos OGM uma questão controversa na Argentina.

Bio-hegemonia com mobilização na Argentina

Após dez anos de adoção de sementes transgênicas, uma vez instalado o regime agroalimentar biotecnológico, os movimentos sociais construíram uma extensa rede de mobilização. Se, no início, as alianças entre ONGs se mostraram difíceis, o fortalecimento da mobilização popular criou oportunidades para novas coalizões. As (malsucedidas) campanhas urbanas foram substituídas por vívidos protestos nos contextos suburbanos e rurais. Raramente as sementes transgênicas eram identificadas como uma preocupação imediata, mas, em realidade, como causa dos problemas, como despejos forçados, doenças e contaminação ambiental. Tais conexões causais eram objeto de processos de interpretação interativos. Novos atores políticos como camponeses, camponeses indígenas, mães e povos

fumigados se organizaram crescentemente. Esses foram resultados importantes dos movimentos sociais.

No entanto, a mobilização social contra os efeitos socioambientais do modelo agrário baseado em sementes GM se fez presente quando a hegemonia do mesmo era sólida o suficiente para silenciar ou ignorar as reivindicações. Não havia aberturas no cenário político, nenhum aliado institucional para responder a reclamações contra despejos forçados e contaminação de agrotóxicos, e nenhum espaço de mídia que cobriria suas reivindicações. Portanto, mesmo se em um segundo momento houve um crescente nível de mobilização social contra os efeitos socioambientais do modelo, esta não conseguiu alcançar a esfera pública mais ampla e tornar os cultivos transgênicos controversos. Tais conflitos, quando lograram ultrapassar os grupos diretamente afetados e receber alguma atenção da sociedade, permaneceram regionais no seu âmbito. No único momento em que o modelo agrário foi tematizado no debate público nacional e na política, tratou-se de uma disputa distributiva entre o Estado e os produtores agrários, na qual não se questionou o modelo nem o tornou controverso. Em suma, desde o início, a coalizão pró-transgênicos liderou a trajetória na Argentina, com suas estratégias de uso de poder material, institucional e discursivo, incluindo desvios para contornar o debate público. A hegemonia do regime agroalimentar biotecnológico não foi inconteste, na medida em que, crescentemente, a legitimidade do modelo agrário era refutada. Os ativistas começaram a ganhar atenção pública e conseguiram algumas mudanças legais relativas a impactos ecológicos e sociais. Portanto, essa última fase deve ser descrita incluindo um mecanismo de mobilização. No entanto, essas disputas não atingiram a sociedade em geral e não puderam confrontar a hegemonia. A Argentina permaneceu um exemplo de bio-hegemonia, embora com mobilização crescente.

Controvérsia sobre os transgênicos no Brasil

O terceiro resultado narrado foi a controvérsia sobre os OGM na história da tecnologia no Brasil, resultado de um processo de mobilização de movimentos sociais e organizações da sociedade civil antes da aprovação da soja transgênica. Suas ações atingiram os meios de comunicação e encontraram aberturas no Estado, aliados no cenário político e em organizações científicas. A mobilização se consolidou na forma de uma campanha contra os transgênicos e uma ampla coalizão por uma abordagem de precaução. O resultado foi a construção dos transgênicos como uma tecnologia contenciosa, transformando-a em um

problema público, trazendo a atenção da mídia e influenciando a política, ao estabelecer uma moratória por meio de uma ordem judicial.

Ao mesmo tempo, a rede de atores em favor da aprovação de sementes geneticamente modificadas encontrou obstáculos na construção da bio-hegemonia. O sistema regulatório não funcionou, uma vez que sua constitucionalidade e legalidade eram constantemente desafiadas no sistema judiciário. Já havia um acordo de cooperação entre a Monsanto e a Embrapa, mas era ilegal. O poder material da coalizão pró-transgênicos não poderia se expressar devido à ausência de outros tipos de poder, institucional e discursivo. Dessa forma, a rede bio-hegemônica no Brasil dependeria amplamente de meios ilegais. No que diz respeito ao poder institucional, houve longas disputas entre os órgãos estatais acerca da competência sobre a política de OGM, com o Ministério do Meio Ambiente alegando para si o poder decisório sobre a liberação ambiental de sementes transgênicas. Políticos, burocratas e organizações científicas defendiam precaução. Todas essas posições foram retratadas nos meios de comunicação de massa, que cobriam o tema como uma controvérsia abrangendo uma pluralidade de sentidos, vozes e opiniões, em que não havia poder hegemônico discursivo sobre a questão.

Domínio dos transgênicos no Brasil

O sucesso inicial da mobilização social no Brasil não durou para sempre. Tendo se deparado com brasileiros tão inesperadamente críticos, a rede de atores pró-transgênicos reagiu coordenando seus esforços para garantir poder material, institucional e discursivo, bem como romper e desmobilizar a coalizão de movimentos sociais contra os OGM. Eles aumentaram seu poder material expandindo ilegalmente a produção agrária de transgênicos e concentrando a oferta de sementes, criando assim uma situação de fato consumado, à medida que as organizações científicas mudavam sua posição em defesa aberta aos cultivos transgênicos. Para legalizar essa situação e criar um sistema regulatório favorável e operativo, a rede pró-transgênicos mudou a lei. O principal instrumento para esse fim foi o aumento do poder institucional, tendo mobilizado o *lobby* ruralista no Congresso no intuito de expandir sua influência para outras organizações. De fato, a poderosa frente parlamentar que promove e defende sistematicamente os interesses do agronegócio – formalizada no sistema político brasileiro com a bancada ruralista – foi crucial para fazer o equilíbrio pender na direção de uma política pró-transgênicos.

O Congresso nacional aprovou a soja transgênica e anulou a moratória judicial; quando a comissão regulatória não chegava a um consenso para aprovar novos produtos, foi novamente o Congresso nacional que mudou as regras de votação e promoveu um sistema acelerado de regulação dos transgênicos. Em razão de sua maior representação na coalizão governamental, políticos agindo na defesa de interesses do agronegócio também dominaram o Poder Executivo, onde os desacordos entre os órgãos estatais foram silenciados por uma decisão de cima para baixo. Finalmente, no que diz respeito ao poder discursivo, o Congresso nacional foi também um dos principais lócus de criminalização dos movimentos agrários e seus vínculos com o governo Lula. Os parlamentares, com o apoio da mídia, conseguiram manchar a legitimidade pública de políticas públicas voltadas para o fortalecimento das condições necessárias para o desenvolvimento de modelos agrários alternativos, como a reforma agrária e os créditos para a agricultura familiar. A rede pró-transgênicos também lançou mão de uma campanha de relações públicas em 2004, veiculada pelos meios de comunicação; no entanto, a cobertura midiática manteve-se plural, defendendo a liberalização dos transgênicos com precaução e regulação.

Embora o confronto político em torno do tema continuasse, as estratégias coordenadas pela rede de atores pró-transgênicos levaram a um resultado de domínio dos OGM. Após a legalização da soja transgênica e a aprovação do milho transgênico, esses cultivos passaram a dominar a produção agrária. No entanto, tal domínio não era hegemônico, portanto, a dominação material depende de outras dimensões do poder. Houve algum avanço nas políticas estatais que promovem modelos agrários alternativos baseados na agricultura familiar e na agroecologia. A questão dos OGM continuou a ser um tema controverso na agenda política e no debate público. Os meios de comunicação cobriram disputas parlamentares e desacordos públicos entre os membros da comissão reguladora. O domínio sobre a pesquisa e produção de plantas teve de coexistir com uma oferta de sementes não GM, que respondia tanto às demandas dos mercados externos quanto aos agricultores que exigiam soluções para o aumento dos custos em virtude da resistência às pragas entre os cultivos transgênicos.

Outro sinal da ausência de hegemonia foi a insatisfação da rede pró-transgênicos com o quadro legal, haja vista os incessantes projetos de lei da bancada ruralista para desmantelar as disposições legais que previam uma abordagem de precaução, direitos dos consumidores e, acima de tudo, a participação do público na política dos OGM. Se não fosse uma audiência pública na qual

fazendeiros e agrônomos pudessem expressar suas opiniões, a comissão reguladora provavelmente teria aprovado o arroz GM. Isso mostra que a mobilização social teve influência suficiente para exigir que o outro lado fizesse algumas concessões e modificasse seu roteiro original. Embora os movimentos sociais não tenham ganhado a maioria das batalhas, sua oposição permanente certamente moldou a história dos cultivos transgênicos no Brasil.

Domínio material *versus* legitimidade simbólica da agrobiotecnologia

Em ambos os países, o domínio dos OGM na produção agrária não foi resultado de um processo de legitimação que tenha exposto a nova tecnologia ao escrutínio científico e à controvérsia pública; em vez disso, foi alcançado silenciando-se o debate científico e público sempre que possível. Os defensores reivindicavam a ciência como uma ideologia para legitimar a biotecnologia, ao mesmo tempo que dispensavam a ciência como práxis para se alcançar uma "verdade" provisória, expondo os achados à crítica. Tampouco houve legitimação por meio de um debate público no parlamento, mesmo quando este ocorreu, como no Brasil. Embora tenha havido um processo legislativo altamente polarizado sobre o Projeto de Lei de Biossegurança, no qual os deputados representavam ambas as posições, uma de precaução e outra de defesa da tecnologia, esta última acabou por prevalecer, e alguns deputados foram cooptados pela Monsanto. A empresa financiou uma viagem dos políticos para a África do Sul e Estados Unidos, proporcionando oportunidades para a formação de redes em defesa de interesses multinacionais.

Finalmente, a disseminação de sementes GM em ambos os países não pode ser entendida sem que se considere a dependência explícita de meios ilegais. Na Argentina, a falta de cobrança de direitos de propriedade intelectual sobre as sementes camuflou o preço da tecnologia, o que influenciou as decisões dos agricultores sobre custos e benefícios. O uso generalizado de *bolsas blancas* foi crucial para a disseminação do regime agroalimentar biotecnológico na Argentina. No Brasil, as sementes foram contrabandeadas da Argentina, uma estratégia que criou uma situação de fato consumado que moldaria a história dos OGM no país, ao desembocar em uma pressão dos agricultores para transformar a ilegalidade em legalidade. Além disso, o controle sobre a oferta de sementes muitas vezes não deixou alternativa aos agricultores além de comprar sementes GM, uma situação que só foi possível porque os órgãos de defesa da concorrência deixaram de realizar seus deveres legais. Em virtude da ausência de regras viáveis de coexistência, a contaminação entre cultivos GM e não GM

forçou os agricultores a uma conversão de seus campos aos transgênicos, a fim de evitar riscos legais de serem processados pelo proprietário da tecnologia. Aos agricultores foi negado o direito de decidir o que produzir. Quanto mais os agricultores adotassem OGM, mais a tecnologia era anunciada como um sinal de superioridade.

Por último, porém igualmente importante, o domínio material das sementes transgênicas pode ser explicado, em um primeiro momento, não só pelas estratégias da rede de bio-hegemonia, mas também por seu desempenho tecnológico. De fato, a produtividade aumentou nos primeiros anos, embora estudos recentes questionem o papel da engenharia genética em relação a outras técnicas de melhoramento genético para explicar essa produtividade (Marin, Stubrin, & Van Zwanenberg, 2014). No entanto, esse desempenho da tecnologia tem dado muitos sinais de retrocesso como desenvolvimento de resistência e custos crescentes para gerenciá-la. Essa falha da tecnologia não foi resolvida nem compensada pelo seu desenvolvedor. Os agricultores têm poucas possibilidades de saída, pelas razões descritas anteriormente: a dominação do mercado de sementes GM e a ausência de regras para a coexistência. Em suma, as estatísticas que mostram o domínio material dos OGM na Argentina e no Brasil ocultam todos os meios ilegais utilizados para alcançar esses resultados, que permanecem longe do escrutínio público e científico.

Explicando Diferentes Trajetórias e Resultados

Após definir os resultados, apresento os principais fatores que explicam suas diferenças, na tentativa de generalizar as condições que favorecem a participação democrática na formação do modelo de desenvolvimento agrário e as condições para impedi-la. Para isso, comparo primeiro os dois casos em sua primeira fase para explicar por que os brasileiros puderam mobilizar-se inicialmente e fazer a diferença na trajetória da agrobiotecnologia no país e o que impediu os ativistas na Argentina de alcançar um resultado semelhante. Depois, realizo comparações entre as duas fases temporais do mesmo caso para entender quais mudanças nesses fatores levaram às perdas na luta no Brasil e quais mudanças afetaram as chances de os ativistas influenciarem o regime agroalimentar na Argentina ou que fatores continuaram a impedi-los de fazê-lo. Com a abordagem indutiva, posso agora extrair do abrangente quadro teórico três fatores-chave: bases organizacionais e redes; sentidos; e estruturas de oportunidades para a ação dos movimentos sociais.

Por que se construiu uma controvérsia sobre os transgênicos no Brasil e não houve semelhante processo na Argentina?

Uma primeira explicação para as diferentes trajetórias de Brasil e Argentina no que diz respeito aos OGM esta nas bases organizacionais e redes dos movimentos sociais, por sua vez, relacionadas com as estratégias e os recursos que podem mobilizar: as bases dos movimentos sociais e a profissionalização das ONGs eram diferentes em cada país. Os pobres rurais são o segmento mais provável para formar um movimento de base contra os cultivos transgênicos porque são os que mais diretamente sofrem os efeitos da transformação agrária. No Brasil, os movimentos populares agrários já haviam estabelecido redes e organizações locais, regionais e nacionais em sua mobilização permanente pela reforma agrária no fim dos anos 1980 e durante os anos 1990. Nesse ciclo de contestação, o MST foi inovador em suas formas disruptivas de ação, como na ocupação de terras improdutivas e escritórios públicos de autoridades não responsivas.

Todos esses atores, redes e estratégias previamente organizados e experimentados foram então prontamente mobilizados para a luta contra os OGM. Na Argentina, camponeses, camponeses indígenas e agricultores familiares foram vítimas de um crescente número de despejos forçados devido à corrida pela terra e aos efeitos das reformas neoliberais nas políticas agrárias. Eles responderam ao avanço do agronegócio organizando-se, formando redes e implantando repertórios de ação disruptiva. No entanto, esses processos se desenvolveram em reação ao forte avanço do regime agroalimentar biotecnológico neoliberal no campo, que se tornou visível com a expansão dos campos de soja transgênica. Portanto, a preexistência de redes e organizações entre os pobres rurais que haviam estado já em processos de mobilização dentro de ciclos de protestos mais amplos é um fator necessário para explicar o resultado brasileiro.

Entre as ONGs profissionais urbanas, ativistas de ambos os países estavam inseridos em redes transnacionais de ativismo, formando a coalizão global anti-OGM em áreas como meio ambiente, agroecologia, recursos genéticos e direito do consumidor. No início da década de 1990, os contatos entre a organização transnacional Grain e a organização argentina de agroecologia Cetaar levaram a uma frente de comunicação, espalhando a notícia sobre os riscos da nova tecnologia, ainda não assumindo a forma de uma campanha. Em 1995, o Greenpeace lançou uma campanha global, convidando os países a participar e iniciar campanhas nacionais onde a tecnologia estava se espalhando. O escritório

argentino do Greenpeace decidiu não iniciar sua própria campanha nacional, embora tenha adotado ações contra os OGM por considerar que não tinha capacidade para mobilizar grandes segmentos da população.

O Greenpeace Brasil encontrou no tema dos OGM uma possibilidade de conectar florestas e mares distantes à paisagem urbana e lançou uma campanha que durou 15 anos. As ações do Greenpeace eram elaboradas para chamar atenção dos meios de comunicação e, juntamente com a proeminência da ONG nas agências de imprensa internacionais, influenciaram a cobertura do tema pelos meios de comunicação brasileiros. O bloqueio de um navio em 1997 foi seguido por uma ação judicial contra as importações de OGM. De fato, o uso da mobilização legal marcou a campanha brasileira contra os OGM desde o seu início. O Idec agiu prontamente com uma ordem judicial contra a liberação da soja transgênica antes de sua aprovação oficial em 1998. Em suma, a profissionalização tanto no uso da mobilização legal visando à política nacional quanto na concepção e execução de ações midiáticas com impacto nos meios de comunicação nacionais foram recursos cruciais para o sucesso inicial dos ativistas brasileiros.

A segunda explicação reside na construção simbólica de sentidos críticos sobre as sementes transgênicas e sobre a mudança agrária por trás de sua introdução. Os OGM eram uma tecnologia complexa; interpretá-la mostrou-se uma tarefa difícil por si só. Os movimentos enfrentaram o desafio de combinar a construção discursiva de algo novo com contextos mais familiares. No Brasil havia uma massa crítica entre os pobres rurais que formava um pano de fundo para interpretar a introdução de sementes GM como parte de um modelo agrário que comprometia ainda mais a luta por direitos à terra.

Durante os anos 1990, o MST foi o maior movimento de base do Brasil, desfrutando de apoio público e até mesmo de uma cobertura romântica na mídia nacional. Na Argentina, interpretações críticas foram formadas como uma reação às transformações agrárias. Inicialmente, os pequenos agricultores familiares esperavam que, adotando o novo pacote tecnológico, aumentassem a produtividade e a renda e assim ascendessem socialmente. Embora muitos agricultores familiares tenham se beneficiado do novo modelo, tornando-se assim seus defensores por meio de suas associações, muitos não conseguiram fazer face às despesas e tiveram suas terras confiscadas. Mulheres agricultoras interpretaram criticamente as razões políticas por trás da sua situação e este foi o primeiro passo para a sua mobilização. Para os camponeses e camponeses indígenas, a soja transgênica tornou-se a face visível do regime agroalimentar

biotecnológico neoliberal de modo a construir enquadramentos discursivos mobilizadores para a ação coletiva em termos de direitos à terra, proteção ambiental e saúde. No entanto, esses atores eram invisibilizados pelos principais meios de comunicação. Assim, a diferença na produção de sentido entre os processos nos dois países está relacionada – embora seja analiticamente independente – com as estruturas mobilizadoras prévias, estabelecendo o contexto no qual se construíram socialmente os enquadramentos discursivos para a ação coletiva contra as novas sementes, bem como a existência de um ator coletivo com uma forte proeminência na mídia e credibilidade pública, como o MST. Em outras palavras, não é só o que é dito, mas quem diz faz a diferença nas chances de ter a mensagem difundida.

À medida que ONGs profissionais de ambos os países participavam das mesmas redes transnacionais de ativismo e tinham contatos com o movimento global anti-OGM, elas faziam parte de um processo global de criação de significados críticos. As organizações que aderiram à campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos em 1999 trouxeram um amplo espectro de enquadramentos: ambiente, direitos do consumidor, saúde, direitos humanos e democracia. A criação de conexões entre esses temas teve acolhimento num eleitorado urbano, de modo diverso ao que aconteceu na Argentina, embora esses enquadramentos também fossem parte das estratégias discursivas das organizações. Os ativistas recordam que havia um interesse relativamente baixo pelos problemas ambientais na sociedade e menos espaço na mídia para cobrir tópicos ambientais.[70] Em resumo, a diferença reside na uso de estratégias que abriram o caminho para que os pontos de vista dos movimentos sociais alcançassem a esfera pública. Isso depende, por sua vez, da estrutura de oportunidades de ação do movimento, a que me dirijo agora.

A estrutura das oportunidades de ação do movimento foi um fator decisivo para explicar o sucesso dos movimentos brasileiros nesta primeira fase. Ela incluiu oportunidades legais, acesso a arenas decisórias, oportunidades discursivas, aliados influentes na política e na ciência e divisões dentro do Estado. Embora a transição democrática significasse a expansão, em ambos os países, de oportunidades

[70] Assim, não se pode dizer que existisse uma falta de estratégias discursivas por parte dos ativistas argentinos. Pelo contrário, eles cunharam expressões simbolicamente ricas como "agricultura sem agricultores", "colheita recorde, fome recorde". A diferença é que os cultivos geneticamente modificados não repercutiram bem como símbolo para tais significados na Argentina, o que levou o Greenpeace Argentina, alguns anos depois, a transformar completamente o enquadramento discursivo do problema. As transformações estruturais na agricultura foram subsumidas pela campanha para as florestas, isto é, um símbolo consensual para os valores ambientais.

legais para os movimentos sociais que lutam por direitos coletivos e pelo interesse público, somente no Brasil estas foram usadas imediatamente para suspender a adoção de cultivos GM. O bloqueio de navios pelo Greenpeace despertou aliados no sistema judiciário e no Ministério Público, resultando na primeira ordem judicial contra os cultivos transgênicos, especificamente as importações. No entanto, o resultado mais significativo do ativismo brasileiro veio em 1998, a partir de uma medida judicial estabelecendo uma moratória à soja transgênica. O sucesso dessa ação está profundamente relacionado à abertura de canais institucionais para os representantes da sociedade civil na tomada de decisões no Brasil. Ao passo que as autoridades agrícolas argentinas aprovaram a soja transgênica em 1996 de maneira burocraticamente isolada e guiada por atos administrativos, no Brasil experimentações em democracia participativa ensejaram o convite de uma organização de direitos do consumidor (Idec) para participar da autoridade regulatória em biotecnologia. O sucesso da liminar que impetraram trouxe a questão para a mídia e muitos ativistas recordam este momento como a era dourada do debate público sobre transgênicos. Em suma, as primeiras ações da sociedade civil no Brasil encontraram oportunidades discursivas na mídia. Na Argentina, a comissão reguladora também convidou um representante da sociedade civil, mas optou por uma organização ambientalista caracterizada por sua *expertise* científica e não por seu ativismo na defesa dos direitos cidadãos.

Além disso, ativistas no Brasil contavam com o Partido dos Trabalhadores (PT) entre seus aliados influentes no sistema político. Desde sua fundação, o partido se aliava às demandas dos agricultores familiares e tinha um compromisso ideológico com a luta contra a agenda neoliberal. Em 1999, o PT chegou ao comando do governo estadual no Rio Grande do Sul e declarou a intenção de torná-lo uma zona livre de transgênicos, desafiando o governo nacional. Esse estado se tornaria mais tarde o palco do primeiro Fórum Social Mundial em 2001, onde ocorreram importantes protestos transnacionais contra as plantações transgênicas.[71] A comunidade científica também foi um aliado influente dos movimentos sociais ao defender uma abordagem de precaução. Finalmente, no Brasil, redes de ativistas estavam presentes na burocracia estatal e criaram uma divisão dentro do Estado que desafiou a promoção da biotecnologia pelo Ministério da Agricultura. Os órgãos estatais competentes em matéria de saúde, meio

[71] Ao mesmo tempo, no RS duas ideologias sobre o modelo de desenvolvimento agrário entraram em choque desde a década de 1970: os tecno-otimistas e os ecossociais. Assim, nesse estado experimentou-se uma forte batalha entre as coalizões pró e anti-OGM, a primeira representada por agricultores entusiastas que contrabandeavam sementes ilegais da Argentina.

ambiente, direitos do consumidor e agricultura familiar atuaram como aliados internos na disputa sobre a política estatal. Nesse estágio inicial de mobilização em que alianças eram imprescindíveis para colocar um tema na agenda política, os ativistas argentinos recordam sua dificuldade em recrutar especialistas e aliados no sistema político. O Estado argentino exibiu uma posição unitária a favor dos OGM e não forneceu aberturas para debater a questão.

Os três fatores combinados e seu momento (*timing*) resultaram em um caminho de mobilização que moldou a política de confronto sobre os transgênicos no Brasil. Foi crucial que os ativistas brasileiros tenham agido cedo para pegar seus oponentes desprevenidos. O bloqueio de uma carga de OGM e o uso de uma liminar para suspender a aprovação da soja GM revelou-se prejudicial aos planos originais da coalizão pró-transgênicos. Tão dominante como os defensores de sementes transgênicas nos Estados Unidos e Argentina, a coalizão não esperava deparar-se com críticos no Brasil. Aqui, os pioneiros criaram oportunidades para opor-se à nova tecnologia, inspirando outros movimentos a iniciar uma campanha nacional. Em 1999 foi lançada a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos, que organizava ações coletivas além de eventos individuais e representava uma ampla coalizão de ONGs e movimentos com o objetivo de fazer reivindicações às autoridades ou entrar em contato com possíveis aliados. A campanha estabeleceu uma frente de mobilização, uma frente de comunicação e uma frente judicial. A coalizão diversificou recursos e estratégias, permitindo que os movimentos sociais alcançassem maior poder de pressão em arenas onde seus poderosos inimigos estavam bem representados, isto é, no Poder Executivo, no parlamento, no sistema judicial e na comissão de peritos.

Em contraste, o papel pioneiro da Argentina na adoção dos transgênicos tornou ainda mais difícil para os movimentos agir preventivamente. Em vez disso, eles reagiram às consequências do já generalizado domínio dos OGM, muitas vezes construindo estruturas mobilizadoras e interpretações críticas sobre os transgênicos em processos defensivos. Suas interpretações críticas e estratégias raramente encontraram aliados ou oportunidades para alcançar o público em geral e a agenda política. Uma trajetória de mobilização contra os OGM era ainda mais improvável na Argentina em razão da dificuldade dos ativistas em construir coalizões duradouras. Embora diferentes organizações cooperassem em algumas ações, era mais a exceção do que a regra. Existe uma antiga e duradoura rede de ativistas em agroecologia de onde surgiram importantes organizações e, apesar da solidariedade entre elas, não resultou em união de esforços coletivos para uma campanha contra os OGM.

Por que os críticos brasileiros perderam a batalha?

Para entender por que os críticos aos OGM perderem força no Brasil é preciso explicar o que mudou nos três principais fatores explicativos. Em relação às bases organizacionais e às redes sociais dos movimentos sociais, houve um novo fator: a aliança entre os movimentos agrários e as ONGs. Conscientes do potencial político dos movimentos camponeses contemporâneos, as organizações do Por um Brasil Livre de Transgênicos orientaram suas estratégias discursivas para trazê-los para a campanha. Sua adesão trouxe grande potencial de mobilização de massa. Para os movimentos camponeses, unir-se a uma campanha contra os cultivos transgênicos significou uma aliança importante com especialistas que não estavam mobilizados anteriormente em apoio a suas lutas pela terra. Essa união foi particularmente importante quando o milho transgênico chegou à agenda regulatória e houve uma mobilização conjunta contra sua aprovação, incluindo um amplo repertório de ações, como *lobby* e participação na comissão regulatória, mobilizando especialistas, protestos e ações legais.

Essa aliança se refletiu na construção de interpretações críticas: um modelo agrário alternativo recebeu mais destaque no discurso de Por um Brasil Livre de Transgênicos, que incorporou o enquadramento discursivo mestre da Via Campesina, a soberania alimentar. No entanto, houve uma mudança principal em relação à fase anterior: a reputação do MST encontrava-se sob forte ataque. Quando Lula assumiu a presidência, recebeu o MST para ouvir suas demandas, sinalizando a abertura de seu governo para os movimentos agrários. Autoridades e elites organizaram uma forte reação de ataque ao MST, uma vez que temiam o poder de seu movimento e a influência dos movimentos da Via Campesina no governo de Lula. As elites agrárias usaram sua influência nas instituições estatais para encontrar meios legais de controlar os movimentos camponeses, aumentando assim os custos de sua mobilização, um mecanismo que os estudiosos do movimento social chamaram de "canalização" (*channelling*) (Tarrow, 2011). Mais do que isso, sua reação incluía um processo de criminalização por parte das instituições do Estado e dos meios de comunicação, os quais atacavam a legitimidade pública dos camponeses, particularmente o MST. Essas reações das autoridades e elites contribuíram para um processo de desmobilização.

Outro duro golpe sofrido pelos movimentos agrários em sua luta contra os OGM foi a adoção gradual da soja transgênica entre suas bases. Como na Argentina, os agricultores familiares no Brasil também queriam experimentar as promessas da biotecnologia e até mesmo contrabandearam sementes transgêni-

cas. Esse tipo de reação coexistiu com uma crítica à narrativa da modernização tecnológica e com os movimentos camponeses contrários aos OGM. O fato de os camponeses começarem a seguir o caminho da modernização tecnológica plantando eles também soja transgênica representou um golpe para seus líderes. Foi muito mais difícil fazer campanha contra os cultivos transgênicos: a utilização de sementes transgênicas em alguns campos do MST afetou a legitimidade do movimento para contestá-la; de fato, a mídia explorou amplamente este evento. Os movimentos camponeses tiveram que esperar até que a tecnologia mostrasse seus limites e as bases do movimento começaram a perceber os custos mais altos e os efeitos negativos da soja transgênica.

No entanto, os movimentos agrários deram seguimento ao tema, em conjunto com as ONGs. Quando o Projeto de Lei de Biossegurança foi aprovado, os ativistas passaram a monitorar a comissão de especialistas. O deslocamento da atenção para a arena regulatória exigiu uma preparação mais forte em termos legais e científicos. Em particular, eram recorrentes reivindicações por legalidade, transparência, responsabilidade e democracia, mostrando como a aplicação da lei tinha de ser disputada, por meio de uma combinação de ação direta e mobilização legal. Quando o milho chegou à agenda da CTNBio, os movimentos camponeses ficaram alarmados. A iminência da chegada do milho transgênico constituiu uma clara ameaça aos direitos dos agricultores sobre as sementes, temerosos de multas em campos com fertilização cruzada e de encontrar o gene patenteado entre suas misturas de sementes. O debate do milho transgênico teve repercussão e influência em razão da credibilidade empírica e comensurabilidade experiencial das ameaças. Além disso, mobilizou emoções das tradições familiares na produção de milho, ganhando proeminência a soberania alimentar como enquadramento discursivo mestre. Finalmente, o milho transgênico mobilizou identidades de gênero de mães para a questão, com atividades discursivas que traziam o enquadramento dos riscos para a saúde das mulheres grávidas que consumiam milho transgênico. A mobilização social evoluiu constantemente com o desenvolvimento de interpretações críticas sobre os cultivos transgênicos e suas consequências. No entanto, suas construções discursivas, bem como suas estratégias de mídia e ações legais tiveram cada vez menos repercussão pública, como veremos estar relacionado com o próximo fator.

A estrutura de oportunidades para a ação do movimento tinha sido transformada por uma mudança fundamental no tipo de alianças e pelo fechamento das divisões no Estado. Quanto à primeira, alianças institucionais transformaram-se em apoios individuais. O que antes tinha sido o apoio institucional de

organizações científicas, de um partido político e de órgãos estatais aliados aos movimentos sociais se converteu em uma posição oficial favorável aos OGM ou em um silenciamento, liberando seus membros para expor suas opiniões "pessoais". O exemplo mais claro dessa mudança foi o PT. Houve um racha no partido e a campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos perdeu um aliado que se tornou cada vez mais influente, de um partido político que dominaria a política nacional nos próximos anos. Portanto, a campanha passou a contar com o apoio de políticos, cientistas e burocratas individuais, mas perdeu alianças influentes com as organizações.

A segunda mudança foi na posição governamental sobre os transgênicos. A campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos logo percebeu que Lula e o PT, uma vez no governo, perderam seu compromisso com a causa que defendiam quando estavam na oposição. Como Lula assinou já em seu primeiro ano no cargo uma medida provisória liberando a comercialização da soja transgênica ilegal, os ativistas reagiram com mobilização legal que não teve os efeitos imediatos da legitimação por Lula da política do fato consumado.

A coalizão pró-transgênicos explorou as ambiguidades do governo em não tomar uma decisão política clara e, a fim de garantir o controle sobre a política de OGM, trouxe a questão para a agenda legislativa. Os ativistas disputaram cada palavra do texto do Projeto de Lei de Biossegurança, visando influenciar um processo de tomada de decisão orientado pelo princípio da precaução e por regras democráticas. Apesar de seus esforços e de algumas das concessões obtidas, a Lei de Biossegurança de 2005 formalizou uma política favorável à agrobiotecnologia e à transformação oficial do Brasil em um produtor de transgênicos, revertendo os resultados dos movimentos sociais da última fase. Como a arena principal para contestar a política de OGM mudou para a comissão de especialistas, onde havia uma polarização entre duas culturas de risco, os ativistas se aliaram com os que defendiam o princípio da precaução. Quando a CTNBio aprovou milho transgênico, os ativistas entraram com uma ação legal, motivando o apoio de agências estaduais de saúde e meio ambiente, que usaram suas prerrogativas legais para recorrer da decisão. No entanto, o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), tendo sido forçado a deliberar sobre a apelação, decidiu deixar a última palavra na decisão sobre os OGM para a CTNBio – uma decisão política de cima para baixo que significava o fechamento da política estatal a favor dos cultivos transgênicos, silenciando as posições de outros órgãos estatais e favorecendo uma cultura de especialistas que promove cultivos transgênicos e negligencia evidências científicas de riscos.

Mais do que qualquer outro fator, foi o fechamento progressivo na estrutura de oportunidades às demandas de movimentos o que explica a mudança no resultado, ou seja, a conversão do Brasil em um dos maiores produtores mundiais de transgênicos. Esse bloqueio no acesso também contribuiu para um caminho de desmobilização no Brasil. Após a aprovação da soja transgênica e do milho transgênico no Brasil, os movimentos sociais perceberam que não havia aberturas no cenário político para se opor aos OGM e que as oportunidades discursivas na mídia também haviam diminuído. Esse contexto ajudou a construir a percepção entre os movimentos sociais de que as probabilidades de alcançar resultados positivos na luta contra a biotecnologia eram baixas. Após quase dez anos de luta, essa percepção de perda ajudou a construir uma situação de exaustão em consequência da estratégia da política do fato consumado usada pelo projeto de bio-hegemonia. Os ativistas sentiram que não importava o quanto lutassem, não haveria chance alguma de alcançar seus objetivos porque as decisões pró-OGM já haviam sido tomadas. Essa percepção contribuiu para um processo de desmobilização dos movimentos sociais, e algumas organizações, como a Via Campesina e o Greenpeace, encerraram sua própria campanha contra os OGM, embora não deixassem a coalizão Por um Brasil Livre de Transgênicos.

O tempo novamente foi um fator importante na trajetória do confronto político brasileiro sobre os OGM. O sucesso inicial das campanhas dos movimentos sociais é também uma parte importante da explicação para seu revés posterior, quando os cultivos transgênicos foram aprovados, uma vez que a coalizão pró-transgênicos aprendeu com essa experiência e mobilizou mais recursos para alcançar seus objetivos. No entanto, por terem agido cedo, antes que a política estivesse definida, os ativistas moldaram essa política: isso é evidenciado nas provisões para transparência, participação pública e princípio de precaução na Lei de Biossegurança. A pressão dos ativistas sobre a CTNBio logrou que a comissão emitisse regulamentos e respeitasse alguns critérios de democracia processual. Embora a novidade e o caráter dramático da questão tenham diminuído, atenuando assim a atenção da mídia, os ativistas conseguiram que seus pontos de vista fossem abordados sempre que um novo evento ocorresse, como a audiência sobre o arroz geneticamente modificado em 2009. Além disso, os últimos anos de mobilização foram fundamentais para a consolidação de uma rede de ativistas e organizações que compartilhavam o objetivo de um Brasil livre de transgênicos, construindo relações de confiança. Os ativistas que permaneceram ativos na campanha puderam mobilizar seus parceiros quando o apoio era necessário. Quando o regime agroalimentar biotecnológico dominou

materialmente os campos brasileiros, os ativistas permaneceram alertas em relação às suas consequências e rapidamente uniram esforços em uma campanha contra os agrotóxicos.

Por que os argentinos, embora mobilizados, não desafiaram a biohegemonia?

A comparação entre as duas fases da trajetória dos cultivos transgênicos na Argentina mostra mudanças substanciais no primeiro e segundo fatores explicativos, denotando uma mobilização crescente, mas nenhuma mudança significativa no terceiro, que se relaciona com as oportunidades estruturais para que essa mobilização avance e influencie a sociedade e a política. As bases organizacionais e as redes sociais da sociedade civil foram mobilizadas em torno de três questões relacionadas ao modelo agrário. Primeiro, esse período marcou a consolidação do movimento camponês nacional na Argentina, que uniu as identidades dos camponeses e dos povos indígenas e reivindicou uma maneira diferente de se relacionar com a terra e a natureza. Propondo um modelo produtivo de agroecologia e agricultura camponesa, esse movimento se diferenciava dos agricultores familiares que fazem um agronegócio em pequena escala, e defendia um modelo de agricultura não capitalista, apoiando-se fortemente numa identidade de classe. No entanto, sua produção enfrentava barreiras legais e administrativas em razão da falta de políticas adequadas. Acima de tudo, eles se viram confrontados com a necessidade imediata de garantir seus direitos à terra. O movimento camponês concentrou-se primeiro em uma estratégia defensiva, com ações disruptivas para impedir os despejos forçados e começou a diversificar tópicos e repertórios de ação, ao mesmo tempo que se empenhava em um projeto de lei contra as evicções à força e tinha pautas como a Lei de Sementes, em prol da qual organizaram eventos de protesto.

Um segundo ponto de estruturas mobilizadoras também teve lugar entre os pobres rurais e aqueles que viviam à margem do modelo, com iniciativas de base de grupos de vizinhos afetados em sua saúde e meio ambiente pela fumigação de agrotóxicos. Vários bairros organizados localmente estabeleceram uma rede nacional de ativismo de povos fumigados, inovando ao mobilizar conhecimento especializado contra-hegemônico (*counter-expertise*), organizando eventos de protesto e entrando com ações legais nos níveis local e provincial, em conformidade com a estrutura descentralizada do Estado argentino em relação às áreas de competência de saúde e meio ambiente. Uma terceira questão mobilizadora abrangia o tema das florestas, impulsionada por uma aliança entre a mobilização

de base entre vizinhos que sofriam com problemas locais e uma campanha de mídia profissional do Greenpeace para parar o desmatamento. Eles combinaram o uso de ações disruptivas e o *lobby* político, que culminou na Lei Nacional de Florestas em 2007.

Esse crescimento nas bases organizacionais e nas redes de movimentos sociais foi acompanhado por um trabalho mais forte de construção de significado das causas e soluções para seus problemas, à medida que criavam uma interpretação crítica do modelo agrário na Argentina. O enquadramento mestre da soberania alimentar se estendeu dos movimentos camponeses às organizações urbanas, ajudando-os a interpretar as consequências negativas para o trabalho, a saúde e o meio ambiente do modelo orientado para a exportação de *commodities*. Particularmente dramático era o contraste entre alimento e *commodity*. Entre os povos fumigados, foi crucial para sua mobilização a construção de enquadramentos discursivos para a ação coletiva que vinculassem seus problemas de saúde ao modelo da soja, porque a atribuição do sofrimento individual ao destino ou a uma responsabilidade individual deu lugar ao diagnóstico de um problema social causado pelo modelo agrário. Sua interpretação crítica também atribuía responsabilidade ao Estado em virtude da falta de aplicação das leis ambientais.

As Mães de Ituzaingó desenvolveram uma estratégia-chave na luta contra o modelo agrário: mobilizaram conhecimento contra-hegemônico, construindo seu próprio mapa epidemiológico. Para isso, contavam com recursos não facilmente acessíveis a outras pessoas: por sua convivência no bairro, tinham acesso às casas das pessoas e a sua confiança para compartilhar o sofrimento de sua família. As Mães de Ituzaingó também trouxeram emoções ao movimento e mobilizaram a identidade política de gênero. O forte simbolismo das mulheres e a política na Argentina, em grande parte devido ao movimento Mães da Plaza de Mayo garantiu uma alta repercussão para suas reivindicações. Sua posição moral ajudou a construir solidariedade entre muitos ativistas.

Tal mobilização crescente, diversificação de estratégias e trabalho simbólico contínuo não transformaram as demandas dos movimentos em um debate público mais amplo ou resultaram na construção de um problema social. Há ainda obstáculos significativos na estrutura das oportunidades para a sua ação, apesar de algumas mudanças. As principais mudanças ocorreram em dois componentes: aliados influentes e oportunidades legais. Aberturas circunstanciais ocorreram no Estado e na mídia, levando a uma reação da rede pró-transgênicos, que as fechou. Houve uma aparente ruptura entre as elites, a qual revelou, entretanto, que o cenário político argentino estava fechado às demandas dos movimentos.

O movimento camponês encontrou novos aliados entre os agrônomos com o lançamento da cadeira livre sobre soberania alimentar na Universidade de Buenos Aires, o que significou uma pequena brecha no domínio do modelo de agronegócio nas universidades. Também aumentou seu acesso ao Ministério da Agricultura, tendo como aliado o subsecretário de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, outra pequena abertura em uma instituição fundamentalmente bio-hegemônica. A questão dos agrotóxicos trouxe o apoio de grupos profissionais, como médicos e advogados, ao debate sobre as consequências do modelo agrário. Esses novos influentes aliados reforçariam os repertórios de ação com a mobilização legal e de conhecimento contra-hegemônico.

Como cientista proeminente, Carrasco deu uma entrevista ao jornal *Página/12* sobre os efeitos negativos do glifosato e pela primeira vez houve uma fissura no Poder Executivo nacional, quando um ministério assumiu abertamente uma posição crítica contra o glifosato. O episódio não teve repercussão duradoura, mas deixou vestígios no debate midiático. Mesmo que a maioria dos grupos de mídia tenha reagido censurando as denúncias ao glifosato, sua reação abriu oportunidades discursivas para relacionar o glifosato a efeitos negativos sobre a saúde. No entanto, Carrasco recebeu ameaças e respostas coercitivas das autoridades políticas, que tentaram restringir sua influência, e com ataques por parte das câmaras técnicas agrárias e grupos de mídia de massa, que tentaram atacar sua reputação científica. Tais episódios revelam as restrições enfrentadas por cientistas e funcionários públicos com visões dissidentes na Argentina sobre o regime agroalimentar.

Abriram-se oportunidades legais para os movimentos argentinos quando a decisão judicial de Ituzaingó Anexo associou, pela primeira vez, atividades agrárias a um crime ambiental, com a condenação individual de agricultores e a emissão de recomendações para o Poder Executivo. Sua vitória legal mostrou a outros ativistas que, se o sistema político estava fechado a suas demandas, havia outras arenas institucionais a explorar. Tendo chegado às cortes, as Madres de Ituzaingó atraíram aliados no sistema judicial, entre eles advogados, médicos e cientistas, e alguns políticos e funcionários públicos. Elas receberam o apoio das Mães da Plaza de Mayo, uma das mais influentes organizações de direitos humanos na Argentina, mostrando também a proeminência do quadro histórico das mulheres e dos direitos humanos na política argentina.

As novas alianças e a decisão judicial não foram suficientes para trazer as reivindicações dos ativistas à agenda política nacional ou ao debate público. Não se encontraram portas de entrada no Estado, que permaneceu fechado

na defesa do modelo. Em 2008 a Argentina passou por uma grande divisão entre suas elites conhecida como "a batalha rural". O conflito entre a elite no poder e os representantes dos produtores agrários em relação aos impostos de exportação colocou o modelo agrobiotecnológico no topo da agenda pública. Ativistas tentaram transformar esse episódio em uma janela de oportunidade para discutir o modelo. No entanto, ao fim, o conflito revelou um alinhamento político com a promoção estatal do agronegócio: o que estava em disputa era a distribuição de renda, com a dependência do Estado em relação às exportações de soja abertamente declarada, ao passo que o modelo não era questionado. A divisão entre as elites mostrou aos ativistas que de fato havia um consenso subjacente entre as elites políticas e econômicas a respeito de que a soja transgênica era boa para eles e para a Argentina. Em outras palavras, revelou que a bio-hegemonia reinava no país.

Em suma, as mudanças nas bases organizacionais e na construção de interpretações críticas não foram suficientes para construir uma controvérsia pública e um debate sobre o modelo agrário na Argentina devido ao fato de que a estrutura de oportunidades para sua ação permaneceu fechada. No entanto, essas mudanças lançam luz a uma trajetória de mobilização social crescente contra as consequências da adoção generalizada de OGM. Essa mobilização já provou ser um mecanismo importante na criação de oportunidades na Argentina: atraiu aliados influentes e contribuiu para a difusão de enquadramentos discursivos, a formação de identidades coletivas e alguma abertura no Poder Judiciário. Uma mobilização ascendente pode desencadear mais oportunidades para os movimentos sociais. Alguns ativistas argumentaram que um novo ciclo de protestos estava em construção, uma vez que viram aumentar as perspectivas de mobilização, em particular nos setores de grupos diretamente afetados, como as atividades de mineração e fumigações. Todos concordam em reconhecer o protagonismo das Mães de Ituzaingó como pioneiras que, com sua mobilização, não só criaram oportunidades para sua luta, mas também promoveram a difusão de oportunidades mostrando a outros que era possível fazê-lo, mesmo para um grupo de mães de um bairro pobre. Embora tenha sido considerado impossível confrontar tais práticas agrícolas, sua campanha permanente lentamente revelou pontos de fraqueza no modelo agrário que poderiam comprometer sua legitimidade na sociedade argentina. Entretanto, nem todos compartilharam esse prognóstico otimista. Carrasco, por exemplo, observou que não havia mobilização nos ambientes urbanos e na capital nacional contra o modelo, mas sim uma resistência nos territórios afetados.

Ele também destacou os fortes obstáculos em ter como alvo de mobilização as atividades agrárias, em comparação com a mineração, já que os agricultores têm historicamente um significado positivo na sociedade argentina, sublinhando o poder discursivo do modelo agrário na Argentina.

Em suma, ao adiantarem-se no tempo, o pioneirismo da rede de atores pela bio-hegemonia os ajudou a garantir suficientes poderes materiais, institucionais e discursivos para obstruir a estrutura de oportunidades aos contendores. Quando ativistas encontraram aliados ou oportunidades na mídia, enfrentaram ataques veementes e concertados do poder estabelecido da bio-hegemonia. Mesmo a decisão judicial de 2012, com múltiplas recomendações às autoridades nacionais, perdeu a credibilidade em uma arena política esvaziada, não receptiva às críticas ao modelo agrário.

Como um novo contexto na economia política afetou as oportunidades dos movimentos na Argentina e no Brasil?

As condições de contexto ajudam a explicar o papel fundamental que a estrutura de oportunidades desempenhou na definição de resultados na segunda fase. Em ambos os países, esse período caracterizou-se pelo estabelecimento e a consolidação de uma política estatal inequívoca de promoção de cultivos transgênicos como o principal obstáculo aos esforços dos movimentos sociais para fazer que essa questão se tornasse objeto de debate público e deliberação. Esse consenso reforçado entre os principais tomadores de decisão e as elites políticas e econômicas a favor dos OGM está profundamente relacionado com uma mudança no contexto da economia política desses países. Alterações em duas condições de contexto são particularmente relevantes para se interpretar a nova estrutura de oportunidades e as restrições à mobilização social contra os transgênicos. A primeira é a crescente dependência da produção de *commodities* para exportação, coincidindo com um aumento nos preços internacionais das *commodities* globais. Isso aumentou a dominação econômica e política do agronegócio. O segundo ponto é que ambos os governos investiram uma quantidade crescente de receitas do Estado – que vieram em grande parte das *commodities* – para expandir a cobertura das políticas sociais e obtiveram resultados na redução da pobreza, com efeitos desmobilizadores.

Quando os novos governos foram eleitos em 2003, não era claro para qualquer ator político o quanto seriam efetivamente progressistas e como traduziriam seus programas, discursos e estrutura de alianças políticas em políticas públicas

reais. As forças conservadoras, no entanto, não tardaram para criar espaço político na definição de políticas que lhes eram mais caras, incluindo a política agrária. No Brasil, o governo do PT não negociou, no entanto, sua principal declaração programática: erradicar a pobreza. Enquanto pudesse prosseguir com esse projeto principal, outros temas estavam abertos à negociação. Na Argentina, a prioridade imediata era a de restaurar o país dos efeitos da crise econômica e política, entre eles os altos níveis de desemprego e pobreza. Em ambos os países, o aumento das receitas estatais por meio das exportações de *commodities* foi a forma mais fácil e mais direta de atingir os objetivos. Isso coincidiu com um período de alta dos preços das *commodities* – entre elas a soja – nos mercados financeiros, tornando a opção de promover a produção de bens primários para exportação ainda mais plausível para os novos governos eleitos, que precisavam de receita para realizar suas prioridades.

Os movimentos sociais que contestavam os cultivos transgênicos enfrentavam um contexto ambíguo. Na Argentina, outros setores de movimentos sociais tiveram maior participação no governo, mas não foi o caso dos movimentos aqui estudados. No Brasil, houve aberturas institucionais para movimentos agrários, com um aumento nos canais de diálogo, a nomeação de algumas lideranças sociais para órgãos estatais e o aumento do financiamento público para movimentos sociais e ONGs para realizar programas sociais. Contudo, o diálogo não se traduziu em ações políticas efetivas que impulsionassem a agenda dos movimentos sociais para um modelo alternativo de desenvolvimento agrário. O governo deixou algum espaço nas margens para promover a agenda dos movimentos populares agrários, desde que não desafiasse o núcleo.

Ainda menos determinação política foi encontrada entre os novos governos para deter a expansão do agronegócio. Em ambos os países, a oposição a tal projeto agrário foi controlada ou mesmo suprimida. As elites agrárias e também as corporações multinacionais fizeram uso de coerção, ameaças e até morte de líderes dos movimentos sociais. Seu desejo de controlar a dissidência tinha o apoio das autoridades estatais, enquanto as violações dos direitos humanos e crimes por eles perpetrados eram deixados em impunidade. Os altos níveis de violência no campo constituem outra indicação da aplicação desigual da lei. No Brasil, o MST enfrentou uma onda renovada de criminalização, o que colocou obstáculos à sua mobilização.

A segunda condição de contexto que influenciou a mobilização diz respeito aos efeitos das políticas sociais e do aumento da renda entre as bases da maioria dos movimentos agrários, com consequências desmobilizantes, de acordo com

seus líderes. No Brasil, o governo do PT garantiu que as políticas sociais de transferência monetária chegassem ao campo e melhorassem o acesso a serviços públicos básicos, como a eletricidade. No entanto, o impacto mais significativo veio do aumento real do salário mínimo porque os pobres rurais têm direito a pensões públicas indexadas ao salário mínimo. Na Argentina, o governo contratou organizações sociais para distribuir programas sociais, alcançando, muitas vezes, nas regiões mais pobres do país, as bases dos movimentos agrários. A vida dos pobres do campo melhorou porque eles tinham acesso a uma renda mínima e a alguns serviços públicos. No entanto, sua capacidade de manter seus meios de vida através de seu próprio trabalho foi severamente afetada não só pela expansão do agronegócio – que trouxe consigo deslocamentos, contaminação química, redução da biodiversidade e violência –, mas, sobretudo, pela ausência de políticas públicas adequadas que lhes permitissem os meios de prosseguir suas atividades agrárias de acordo com a sua forma de se relacionar com o trabalho, a terra e a natureza. No Brasil, a implementação das políticas de reforma agrária e direitos à terra para comunidades tradicionais como povos indígenas e quilombolas perdeu ímpeto; na Argentina, elas mal tiveram início. Em ambos os países, líderes de movimentos camponeses alegaram que prefeririam que o governo adotasse políticas públicas que fortalecessem a reforma agrária e a agricultura camponesa, em vez de depender de programas de transferência condicionada de renda.

No entanto, quando as eleições se aproximavam e as lideranças precisavam deixar claro para suas bases qual sua posição política, instruíam-lhes a votar pelo governo da situação em virtude do medo de que os adversários revertessem as melhorias de suas condições de vida. Os movimentos dos pobres agrários, portanto, permaneceram como importantes aliados do lulismo e do kirchnerismo, o que revela como esses movimentos tinham medo de perder ainda mais com um governo de oposição mais alinhado ao agronegócio.

Na Argentina, os movimentos camponeses se envolveram em um complexo jogo de responsabilizações, explicado por aspectos mais estáveis que influenciam o confronto político nesse país, uma mistura de centralização estatal em relação a algumas atribuições políticas com descentralização de políticas relativas ao uso dos recursos naturais, incluindo seu impacto ambiental e na saúde. Como resultado, há uma infinidade de alvos em várias escalas. Em muitos casos, os movimentos preferem responsabilizar as autoridades locais e provinciais em vez do governo nacional. Multinacionais como Monsanto se tornaram alvos favoritos. Embora as corporações gananciosas muitas vezes proporcionem um

poderoso enquadramento discursivo (Gamson & Modigliani, 1989), também podem ser um obstáculo para solucionar o problema, já que a atribuição de responsabilidade por ações corretivas não pode fugir à questão do papel do governo executivo nacional na promoção do modelo agrário.

Em ambos os países houve disputas contínuas entre os movimentos sociais sobre como fazer reivindicações às autoridades, bem como sobre o uso de repertórios de ação disruptivos. Em retrospectiva, os movimentos sociais reconhecem ter cometido um erro vital na interpretação da estrutura das oportunidades políticas. Na Argentina, eles não conseguiram ver uma mudança no novo governo em 2003, a qual poderia ter sido melhor explorada para avançar seus objetivos. No Brasil, eles tiveram dificuldades para entender e participar do "governo em disputa", ignorando que o próprio governo enfrentava dilemas e que mais luta social poderia ter aumentado a pressão por uma agenda mais progressista. No entanto, é difícil avaliar se eles teriam alcançado mais em função do contexto de crescente dependência do Estado em receitas de *commodities* – fechando as políticas extrativas e agrárias a qualquer crítica – e a dificuldade de encontrar alianças influentes nesse contexto, como descrito nos capítulos anteriores.

Além da dependência material estatal da extração de bens primários para exportação, ativistas de ambos os países identificaram que o governo, embora com uma agenda social progressista, defendeu uma concepção desenvolvimentista suscetível à ideia de progresso e crescimento econômico, sem considerar os impactos ecológicos e sociais de suas políticas. Essa agenda desenvolvimentista extrapola o tema aqui estudado – qual seja, a expansão do regime agroalimentar biotecnológico – e inclui todas as outras indústrias extrativas impulsionadas durante o kirchnerismo e o governo do PT, como mineração, exploração de energia e enormes projetos de infraestrutura. A usina elétrica de Belo Monte na Amazônia brasileira é um símbolo da negligência dos direitos indígenas e dos direitos das comunidades tradicionais cujos meios de vida dependem desse ambiente, bem como de impactos ambientais imprevisíveis. Em parte, as bases sociais desses governos, que têm laços históricos e um amplo apoio entre trabalhadores urbanos e sindicatos organizados, também compartilham a concepção de desenvolvimento em que cada vez mais segmentos da sociedade são incluídos no mercado de trabalho e de consumo. Para os trabalhadores urbanos, os lugares em que ocorre a extração de *commodities* são distantes abstrações; para muitos, os camponeses, bem como os povos indígenas e tradicionais, devem ter a oportunidade de também ser incluídos nos mercados de trabalho e de consumo. No entanto, não se pode dizer que tal concepção seja um produto ou

esteja relacionada aos sucessos das estratégias da rede bio-hegemônica. Em vez disso, parece ser remanescente da velha concepção esquerdista de crescimento econômico e pleno emprego como meio de incluir os segmentos mais pobres no mercado de trabalho e de lá avançar para outras demandas. É um discurso poderoso, em particular num contexto em que a exclusão do mercado formal e do consumo tem sido a regra. De fato, a comparação com a fase anterior mostra que os ajustes neoliberais forneceram um alvo muito mais claro para a mobilização da sociedade civil e a formação de coalizões entre os centros urbanos e o campo, ao passo que o contexto recente revela um Estado mais ambivalente para os setores subalternos e um aumento no hiato entre as lutas urbanas e rurais.

Como a integração de cultivos transgênicos ao nó produtivo das cadeias globais de *commodities* afeta as oportunidades dos movimentos sociais?

A crescente dependência dos novos governos na Argentina e no Brasil da exportação de produtos de base levanta a questão de como a integração desse modelo agrário nas cadeias globais de *commodities* afeta as campanhas dos movimentos contra os cultivos transgênicos. As corporações biotecnológicas decidiram desenvolver sementes transgênicas para culturas que estão incorporadas em cadeias globais de *commodities* como insumos para ração animal, alimentos industriais, biocombustíveis e usos industriais. Os países estudados se especializaram na produção de cultivos flexíveis (as chamadas *flex crops*) para cadeias globais, nas quais oligopólios de corporações transnacionais controlam nós importantes (insumos, comercialização, processamento e varejo). A maioria das culturas geneticamente modificadas produzidas na Argentina e no Brasil são destinadas aos mercados de exportação. Em outras palavras, quase não há alimentos transgênicos produzidos para consumo humano direto nos mercados locais. Essa posição na cadeia global de *commodities* tem várias implicações para o ativismo.

Em ambos os países, inicialmente os ativistas se dirigiram aos consumidores nacionais, na chegada dos cultivos transgênicos. No entanto, havia um abismo entre o que ocorria no campo e nos centros urbanos, uma vez que a produção agrária estava diretamente integrada aos mercados externos e dificilmente visível no consumo de alimentos urbanos. As campanhas brasileiras foram mais bem-sucedidas em tornar os ingredientes transgênicos visíveis para os consumidores urbanos através do uso de testes de ingredientes GM em alimentos processados, que são produtos para consumo direto. Além dos consumidores, ativistas em

ambos os países alvejaram o capital, ao fazer reivindicações às indústrias nacionais e transnacionais de alimentação. Na Argentina esses esforços resultaram em uma portaria local exigindo rotulagem, derrubada em seguida pelo governo federal. O Brasil aprovou uma lei de rotulagem, mas é discutível se sua baixa aplicação tem algum efeito sobre o comportamento do consumidor. O mais comum é que apenas os consumidores que possuem uma cultura alimentar permeada por valores ecológicos ou preocupações com saúde escolherão ativamente produtos isentos de OGM, que em ambos os países se restringiriam a pequenos segmentos de consumidores mais ricos. No entanto, esse comportamento do consumidor criava uma oportunidade legal para os ativistas monitorarem a indústria, colocando assim um ônus para a indústria de alimentos, porque ela foi obrigada a publicizar suas decisões sobre fornecedores, fazer declarações e responder às listas de ingredientes transgênicos em alimentos processados, que eram periodicamente publicadas por ativistas e reproduzidas pela mídia.

Tanto na Argentina quanto no Brasil o discurso de risco encontrou ressonância mais entre os pobres rurais, que estão no entorno da produção, do que entre os consumidores urbanos. A questão social não tem primazia, como postula a tese da sociedade de risco segundo a qual conflitos sobre a distribuição dos riscos emergem quando conflitos distributivos perdem relevância. De acordo com esse modelo linear, em sociedades em desenvolvimento caracterizadas por altos níveis de pobreza e desigualdade social, riscos como os relativos aos transgênicos não seriam tematizados como problema público, pois seriam preocupações pós-materiais (Beck, 1986, 2007). Em vez disso, nos casos estudados mostra-se que as preocupações com o risco estão em interseção profunda com as questões sociais: em concordância com as conclusões de estudos sobre justiça ambiental (Martínez Alier, 2003; Porto & Milanez, 2009; Tesh, 2000), os pobres são aqueles que mais sofrem os efeitos dos cultivos transgênicos em relação à saúde física e meio ambiente. Mais do que alvos de atividades e estratégias discursivas, eles mesmos começaram a dar sentido aos danos muito tangíveis sofridos; o risco torna-se material. A epistemologia popular estabelece correlações entre a expansão dos cultivos transgênicos e seus sofrimentos; eles não dependem de cientistas em distantes laboratórios para calcular probabilidades baseadas em alguns ratos. Se, de um lado, os ativistas não tiveram sucesso em alertar as classes médias urbanas sobre riscos abstratos por ausência de provas científicas, de outro, as comunidades rurais se viram motivadas a contestar as avaliações de riscos dominantes, pelos danos correntemente sofridos. A dimensão temporal, portanto, foi crucial e favoreceu os proponentes da tecnologia.

Economia política e fenomenologia se unem quando os povos fumigados e os camponeses experimentam diretamente a violência trazida pela aliança entre a dinâmica do mercado global e os projetos de desenvolvimento nacional. As pessoas que viviam perto de cultivos transgênicos recorreram a estratégias subalternas de construção de identidades espaciais, baseadas na defesa de seus "territórios", ameaçados por interesses dominantes na medida em que terras eram convertidas em área cultivada, consequência de uma demanda global em constante expansão. Os camponeses contestaram um discurso nacionalista sobre a questão da terra, com o argumento de que a bandeira do capital não era relevante; enquanto se tratasse do agronegócio capitalista, havia ameaça à agricultura camponesa.

Quanto mais o agronegócio avançava seu controle sobre a terra, mais fortemente se dava o processo de construção identitária de camponeses e camponeses indígenas por meio de sua práxis na forma de se relacionar com a terra em que viviam e como a utilizavam. O alvo com maior potencial para desafiar os OGM não se trata de um nó da cadeia global de *commodities*, que afetaria as decisões nos nós precedentes ou subsequentes, como Schurman e Munro (2009) propuseram considerando a cadeia global de *commodities* como uma estrutura de oportunidades. Em vez disso, esse potencial se encontra entre os pobres rurais que vivem nas margens do nó de produção, aqueles que são expulsos com o avanço da produção agrária destinada a esses mercados globais. Ao mesmo tempo, a adaptação dos pobres rurais à pulverização de agrotóxicos e o cultivo próprio de culturas geneticamente modificadas também contribuíram para a construção da bio-hegemonia (Lapegna, 2013b, 2014).

Essa estruturação da cadeia de produção traz à tona as desigualdades espaciais na distribuição dos benefícios e impactos negativos da produção em grande escala dos cultivos *flex*: os afluentes consumidores urbanos que têm acesso a produtos animais, alimentos industriais, carros *flex* e viagens de avião usando biocombustíveis estão distantes dos lugares onde as consequências socioambientais são sentidas pelos pobres rurais. Estes últimos reivindicam justiça social e ambiental e esperam receber o apoio dos primeiros caso sejam persuadidos com provas científicas de que seus padrões de consumo podem criar riscos para a saúde ou, no caso dos consumidores políticos, ter consequências éticas. Dado que as consequências sociais, ambientais e sanitárias da cadeia global de *commodities* se concentram espacialmente no local da produção agrária, a questão das responsabilidades torna-se de importância central.

O caso judicial das Mães de Ituzaingó revelou mais do que os problemas circunscritos à Argentina no que tange à regulação dos efeitos ambientais e sanitários locais das plantações de soja transgênica. O caso também demonstrou que se trata de desafios globais da regulação, com o ônus distribuído assimetricamente na cadeia global de *commodities*, mas com o denominador comum de que a maioria dos governos nacionais se mostrou fraca em relação aos interesses globais das indústrias químicas, de sementes e de alimentos. Isso reflete como corporações transnacionais podem capturar instituições internacionais, como pode se ver nas normas de segurança para agrotóxicos estabelecidas pelo Codex Alimentarius, as quais servem para negar os danos causados por atividades agrícolas com uso intensivo de químicos.

O cientista argentino Carrasco moveu-se entre escalas, viajando para comunidades fumigadas no interior da Argentina e para Alemanha e Bruxelas, com o objetivo de influenciar o país relator da reavaliação da toxicidade do glifosato na União Europeia a levar em conta os efeitos locais do agrotóxico nos países produtores. Apesar de proibir a utilização em larga escala do glifosato, a Europa, um grande importador de OGM produzido com glifosato em outros locais, não se preocupa com os seus efeitos locais nos países produtores.

Pode-se concluir que, estruturalmente, a Argentina e o Brasil estão em posições muito semelhantes em termos da cadeia global de *commodities*. No entanto, os atores leem tais posições estruturais no mercado global em combinação com a estrutura nacional de oportunidades políticas. O ativismo contra os cultivos transgênicos, mesmo quando parte de um movimento global anti-OGM, se radica nacionalmente (Tarrow, 2005), e quando se trata de influenciar as políticas estatais, ocorrem de acordo com os processos nacionais de formação da agenda, relacionando-se com outros temas e outras partes no conflito, em processos dinâmicos.

No início, tanto no Brasil quanto na Argentina, os ativistas se dirigiram ao eleitorado nacional e ao governo nacional. Como em outros casos de confronto político em um contexto transnacional, os ativistas adotaram estratégias de "domesticação", reorientando a atenção política para o Estado nacional e sua soberania para traçar fronteiras aos fluxos de capitais globais, bens e serviços (Tarrow, 2011). Este se manteve o principal foco de responsabilização e atividade no caso da campanha brasileira. Na Argentina, a percepção de uma estrutura de oportunidade política fechada tornou mais razoável responsabilizar a Monsanto e apelar aos consumidores e autoridades europeias. Esse padrão converge com o que outros estudiosos observaram, a saber, que as estratégias de "externalização"

resultam do fracasso daquelas de domesticação (Keck & Sikkink, 1998; Tarrow, 2011). É claro que isso pode ser feito de forma articulada quando, por exemplo, os governos nacionais se aliam a autoridades subnacionais e locais ou a corporações transnacionais. Os ativistas argentinos também agiram visando às províncias, responsabilizando o governador ou exigindo ações corretivas em nível local.

Os ativistas brasileiros estavam convencidos de que havia oportunidades políticas para sua ação, em geral, e de que a principal escala de sua luta era nacional. Eles tiveram como alvo permanente o governo nacional, embora também tenham movido entre as escalas entre os níveis subnacionais, nacionais e globais. Em contrapartida, a consciência na Argentina do fato de que a produção de soja transgênica está inserida em uma cadeia global de *commodities*, juntamente com o reconhecimento generalizado de que as exportações de soja têm sido fundamentais para a recuperação econômica do país após uma profunda crise financeira, levaram à sua percepção das limitadas oportunidades políticas de ação. A vulnerabilidade às forças de mercado (globais) durante a crise de 2001 foi uma experiência significativa com muitas consequências; alguns ativistas interpretaram-na como uma disputa de mercado (global), não como uma luta política. No entanto, todos os ativistas entrevistados chamam a atenção para o fato de que a inserção do país na economia global foi uma decisão política baseada em um modelo de desenvolvimento. Em suma, os ativistas argentinos perceberam mais limitações globais a sua luta, ao passo que os brasileiros perceberam mais oportunidades nacionais para a deles.

Um Modelo Explicativo para Pesquisas Futuras

A comparação entre os casos ao longo do tempo mostrou que a mobilização social em um estágio inicial da política – com estruturas mobilizadoras e interpretações críticas – é condição necessária para participar da conformação do regime agroalimentar. A condição mais determinante reside, no entanto, na estrutura das oportunidades. Embora estruturas mobilizadoras e significados críticos sejam condições necessárias para o êxito das campanhas de movimentos sociais, não são suficientes. Para tanto, é necessário que encontrem oportunidades para que suas demandas influenciem o debate público e a política. Na Argentina, o surgimento da mobilização resultou de uma melhoria nas bases organizacionais e redes de movimentos sociais, juntamente com significados críticos, mas não foram encontradas oportunidades para influenciar o resultado do confronto político. Em suma, as estruturas mobilizadoras e os significados críticos são condições necessárias, mas não suficientes, para que a mobilização

social influencie a trajetória de um regime agroalimentar em determinado país, uma vez que depende de uma terceira condição: uma estrutura favorável de oportunidades políticas.

Essa estrutura favorável é mais provável que possa ser influenciada pelas ações de movimentos sociais quando a política se encontra em uma fase inicial e sua trajetória ainda está em aberto. A ação imediata dos pioneiros pode então desencadear oportunidades na mídia e no Judiciário, e gerar apoio de aliados influentes. Portanto, o tempo é um fator adicional para explicar as chances dos movimentos de tomar parte na trajetória da política de transgênicos. A rede de atores que sustentam o projeto de bio-hegemonia também se beneficiou da dianteira no tempo. No entanto, como os atores pró-transgênicos têm comumente mais recursos e acesso para influenciar as políticas públicas, eles não precisam criar oportunidades. De fato, suas estratégias para construir poderes materiais, institucionais e discursivos são uma explicação para o fechamento da estrutura de oportunidades políticas para os movimentos – também influenciada pela economia política, que pode oferecer mais chances ou mais constrangimentos à mobilização.

Os principais caminhos descritos envolvem processos de mobilização e desmobilização. Contribui para o primeiro a criação de uma campanha de movimentos sociais contra cultivos transgênicos e de uma coalizão entre diferentes organizações, a fim de coordenar as ações para além de eventos isolados. A construção de pontes entre as lutas no campo e nos ambientes urbanos também mostrou ser um mecanismo importante para uma mobilização bem-sucedida. Os mecanismos que contribuem para um caminho de desmobilização são: a adoção de cultivos transgênicos pelos pobres rurais; a criminalização dos movimentos sociais e a violência contra os ativistas; o sentimento de exaustão em virtude da percepção de não ter oportunidades de se fazerem ouvir e ter suas demandas atendidas; e políticas de redução da pobreza.

No que diz respeito aos efeitos das cadeias globais de *commodities* na mobilização social, os ativistas nos nós produtores enfrentarão desafios mais difíceis tendo como alvo as decisões de produção, importantes fontes de receitas privadas e estatais. Os pobres rurais, no entanto, sofrerão mais a carga global socioambiental da cadeia global de *commodities* e se mobilizarão sempre que estiverem dadas as estruturas mobilizadoras e processos de interpretação crítica. Caso contrário, o acúmulo de problemas pode ser uma oportunidade para desenvolver esses fatores, mostrando novamente a importância do tempo, uma vez que este tipo de mobilização será uma reação com atraso em relação às consequências de decisões

passadas e, portanto, têm menos chances de alcançar o sistema político e gerar uma mudança de política. Por fim, a percepção de que o lugar da tomada de decisões está na política nacional é facilitadora para os movimentos sociais que lutam contra os OGM, enquanto a percepção de que não há autonomia nacional para a tomada de decisões, uma vez que está determinada principalmente pelos atores e forças do mercado global, é desmobilizadora.

7
Transformação Agrária, Democracia e Capitalismo

Neste livro narraram-se mais de duas décadas de disputas sociais sobre organismos geneticamente modificados na Argentina e no Brasil, argumentando-se que a transformação desses países nos maiores produtores mundiais de cultivos transgênicos não pode ser explicada pela superioridade tecnológica da biotecnologia. Em vez disso, as trajetórias por trás da disseminação dos cultivos transgênicos nesses países foram histórias de lutas políticas sobre o desenvolvimento agrário em que os movimentos sociais e os pobres rurais, ao contestar o avanço de um modelo agrário biotecnológico, foram silenciados, ignorados ou desmobilizados por uma rede de atores a favor dos transgênicos. Esses atores pró-transgênicos asseguraram as condições para sua dominação através de meios ilegais, evitando o debate público e a participação democrática, bem como suprimindo a oposição quando necessário.

O campo de jogo, isto é, a economia política desses países, influenciou esses conflitos em detrimento dos movimentos sociais. No início, as políticas de ajustes estruturais neoliberais atingiram severamente o campo, ao passo que as demandas por proteção contra as forças de livre mercado não tiveram repercussão nesse contexto, particularmente na Argentina. Na primeira década do século XXI, a produção de bens primários tornou-se cada vez mais importante e aumentou sua participação nas receitas estatais, enquanto crescia a importância dos cereais entre os principais produtos do *mix* de exportação. Essa mudança esteve associada a um Estado mais forte que promoveu o crescimento econômico e utilizou as exportações de produtos de base como uma oportunidade para reduzir a pobreza e incluir os cidadãos no mercado de consumo. Essa economia política de promoção de *commodities* e redução da pobreza proporcionou uma poderosa legitimação ao modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a expansão do

agronegócio e dos cultivos transgênicos trouxe consigo danos socioambientais e a diminuição dos direitos. No entanto, a opção política por um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento e na inclusão dos cidadãos como consumidores permaneceu cega às suas próprias consequências socioambientais.

O argumento do livro revela a importância de estudar lutas políticas sobre os transgênicos ao menos por duas razões. A biotecnologia tem sido retratada como a solução para a segurança alimentar mundial – uma convicção que tem recebido ainda mais apoio após a crise alimentar mundial em 2008. A segurança alimentar é um tema de disputa na agenda política global porque muitos movimentos dos pobres rurais têm desafiado radicalmente as soluções que dependem de mais tecnologia e da agricultura intensiva em capital, defendendo a produção em menor escala e melhores condições de acesso a alimentos. Por conseguinte, desvendar a complexa história da dominação dos OGM em dois países que são propagados como celeiro do mundo é informativo para o debate global mais amplo sobre os futuros agrários e a segurança alimentar. Uma contribuição importante desta obra se relaciona, justamente, ao debate sobre o paradoxo do aumento da produção agrária e da persistência da fome na população mundial (Magdoff, Foster & Buttel, 2000). Na Argentina, os ativistas relataram que 2002 foi o ano de colheita recorde, bem como de recorde na fome no país. De fato, caso se pretenda relacionar a produção de *commodities* agrárias com a segurança alimentar, a correlação não é necessariamente positiva. De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Argentina não mostrou progresso entre 1990 e 2010, pois 5% de sua população permaneceu subnutrida enquanto o país vivia a chamada "revolução transgênica". No Brasil, a melhora desse indicador de 11% para 6% entre 1991 e 2007 (Center for Global Development 2014) é melhor explicada pelas políticas públicas de promoção do acesso a alimentos, como o programa Fome Zero, e não pelo aumento da produção de *commodities* agrícolas. A promoção de OGM em bens agrícolas para exportação não se traduz em se alimentar o mundo, muito menos a própria população do país, o que levanta uma grande objeção ao argumento usado pelos cientistas sociais que defendem os OGM como uma solução para a segurança alimentar (Herring, 2007; Paarlberg, 2000).

Uma segunda razão é que o tema dos OGM é também ilustrativo dos desafios contemporâneos para a mobilização social e reivindicações de direitos contra os imperativos sistêmicos do capitalismo global e dos interesses políticos. Neste capítulo conclusivo, abordo primeiro as condições que permitiram que a mobilização social moldasse as trajetórias de mudança agrária trazida com os

cultivos transgênicos, bem como as condições que a impediram de fazê-lo nos casos estudados. Pretendo, assim, contribuir para o debate teórico das ciências sociais sobre disputas sociais sobre OGM. Com base nessas considerações, vou refletir sobre a relevância do estudo para além da questão dos transgênicos, apontando para novas questões e agendas de investigação.

Sobre as Condições para a Mobilização contra os Cultivos Transgênicos

A mobilização social desafiou os esforços de agentes políticos e econômicos nacionais e transnacionais para impor um modelo de desenvolvimento agrário baseado em cultivos biotecnológicos quando havia movimentos organizados de camponeses, movimentos agroecológicos de base urbana, ambientalistas e de direitos do consumidor com uma visão crítica sobre a biotecnologia e prontos para combinar repertórios disruptivos de contestação com mobilização legal – como no caso do Brasil. Sua mobilização foi capaz de influenciar o curso da adoção de tecnologia em razão da disponibilidade de aliados entre cientistas e partidos políticos, da abertura do espaço de mídia e do acesso às arenas institucionais de formulação de políticas. Diferentes setores de movimentos sociais no Brasil viram no tema dos OGM uma possibilidade de aliança entre diferentes demandas e problemas: os argumentos ambientais sobre os riscos ecológicos convergiram com o discurso dos direitos do consumidor; as preocupações científicas sobre os riscos encontraram conexões com a luta pelo direito à terra e pelos direitos dos camponeses; e, por fim, as exigências pelo funcionamento do estado de direito e pela participação política estavam alinhadas com aquelas preocupações substantivas. Acima de tudo, os OGM conectaram as lutas que se davam nos centros urbanos e no campo, trazendo para escrutínio público a agenda da bancada ruralista em centros urbanos como São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Curitiba.

A mobilização social conseguiu desafiar os poderes institucionais e discursivos da coalizão pró-transgênicos, explorando aberturas no debate público, no cenário político e na cultura política-institucional, tanto por meio de um discurso baseado no risco quanto por um discurso baseado em direitos. No entanto, a mobilização social não pôde conter o poder material das empresas de biotecnologia e das elites agrárias no Brasil, que recorreram a meios extrainstitucionais e, muitas vezes, ilegais e violentos para desmobilizar os movimentos camponeses, minimizar a controvérsia sobre os OGM e garantir poder institucional suficiente para permitir sua dominação material. Foi assim que o Brasil se tornou um

dos principais produtores de transgênicos após dez anos de controvérsia. No entanto, a dominação discursiva e institucional da coalizão pró-OGM nunca foi plenamente realizada, como pode ser comprovado com a persistente mobilização social e aberturas institucionais para reanimar a controvérsia em momentos específicos. Em virtude da incapacidade de persuadir outros de sua visão de mundo e por não se absterem de usar coerção, os atores pró-transgênicos não puderam construir uma situação de hegemonia.

Em contraste, os esforços da coalizão pró-OGM para construir um regime agroalimentar corporativo, neoliberal e biotecnológico floresceram quando não se depararam com resistência social significativa. Esse foi o caso da Argentina. Embora houvesse algumas organizações não governamentais e movimentos sociais com uma visão crítica sobre os efeitos da propagação da soja transgênica durante a década de 1990, eles eram muitas vezes reativos às mudanças, empregando estratégias defensivas para um processo que já tinha ido muito longe ao transformar a maioria dos campos de soja em cultivos biotecnológicos. Tais organizações e movimentos não encontraram aliados para representar seus pontos de vista no sistema político ou entre a comunidade científica. Tudo isso dificultou seu acesso à mídia e às arenas políticas. Acima de tudo, não foram capazes de estabelecer ligações horizontais entre os seus nós de resistência. Desimpedidos por não terem que se expor a estratégias e argumentos contra-hegemônicos, a rede de atores em favor dos cultivos biotecnológicos foi capaz de construir uma sólida posição nas instituições estatais e de ter um papel proeminente no discurso público, influenciando uma visão dominante culturalmente do modelo agrobiotecnológico como sendo do interesse geral da sociedade argentina. Foi apenas com a acumulação de reclamações provocadas pela expansão de cultivos transgênicos, como despejos forçados e danos ambientais e à saúde causados pela pulverização de agrotóxicos, que os nós de resistência proliferaram nas regiões produtoras de soja da Argentina. No entanto, os nós de resistência não construíram suficiente poder coletivo para desafiar os poderes discursivos, institucionais e materiais que sustentam o modelo agrário naquele país.

Ao mesmo tempo que se apoiava em um argumento teórico baseado em cinco perspectivas analíticas, este livro contribui também para o debate teórico em cada uma dessas áreas, avançando-o, especificando condições ou indicando novas possibilidades. Partindo das teorias macrossociológicas sobre as bases agrárias do capitalismo, como notam os estudiosos do regime agroalimentar, as formações agrárias macro-históricas não são uma tradução direta de interesses específicos, mas sim o resultado de lutas sociais entre atores contendores, entre os quais têm

papel fundamental os movimentos sociais (McMichael, 2009). Confirma-se o argumento de Pechlaner e Otero (2008) que não há um padrão homogêneo de expansão do regime agroalimentar corporativo, já que as políticas nacionais têm alguma margem de manobra na implementação de políticas neoliberais globais e a sociedade civil contribui para moldar o regime agroalimentar nos níveis nacional e local. Novamente, a falta de condições apropriadas em termos de direitos de propriedade intelectual ou *royalties* sobre sementes na Argentina, bem como os desafios a esse sistema nos tribunais do Brasil mostraram que os países não necessariamente seguirão as condições ditadas pelos países desenvolvidos detentores de patentes de transgênicos. Portanto, as sementes transgênicas não superaram necessariamente barreiras à mercantilização das plantas porque a aplicação dos direitos de propriedade intelectual é sempre dependente do contexto e sujeita a disputas de poder (Kloppenburg, 2004).

A biotecnologia contribui para a penetração do capital na agricultura além da mercantilização das sementes. Os campos de soja na Argentina e no Brasil são um exemplo de como sementes transgênicas resistentes aos agrotóxicos pavimentaram o caminho e catalisaram a conversão de atividades agrárias de preparo do solo, semeadura, manejo de pragas e colheita à agricultura industrial, uma atividade intensiva em capital e em produtos químicos; a esse respeito, Rauchecker (2015) sugestivamente fala de uma "revolução agrotóxica" em vez de uma revolução transgênica. Outra questão do debate acadêmico é a centralidade da biotecnologia como componente da atual agricultura capitalista, como alegado por Pechlaner e Otero (2008). Concordando com os autores quando afirmam que a biotecnologia é emblemática do atual regime agroalimentar, acrescento uma nuance a tal argumento: as condições adequadas para a implementação de tal regime não se encontram necessariamente num forte regime de direitos de propriedade intelectual sobre as sementes, mas sim em uma regulação negligente de seus impactos socioambientais. O caso da Argentina mostra que o regime agroalimentar biotecnológico foi instalado sem a aplicação de direitos de propriedade intelectual ou *royalties* sobre OGM, embora isso possa vir a ser uma condição para sua manutenção. Uma regulação negligente dos riscos para a saúde e para o ambiente, do nível global ao local, é, contudo, uma condição *sine qua non* para a instalação e manutenção do regime de alimentos biotecnológicos.

Essas questões também se relacionam com o próximo corpo de literatura teórica, os estudos de ciência e tecnologia. Todos os governos são igualmente responsáveis pelo estabelecimento de padrões internacionais de proteção à saúde e ao meio ambiente para a biotecnologia e agrotóxicos, e demonstraram sua fra-

gilidade em relação aos interesses globais das indústrias química, de sementes e alimentos. As corporações transnacionais continuam a influenciar as instituições internacionais na promoção de uma cultura política que apoia a incorporação de tecnologia na alimentação e na agricultura, negligenciando todas as evidências de danos e procedem assim com o respaldo de avaliações de risco que não se sustentam fora das condições do laboratório. Os únicos que desafiam os padrões internacionais de segurança provêm das margens, das áreas suburbanas nos países produtores, trazendo à tona as assimetrias e interconexões entre a economia política e a ecologia política dos cultivos transgênicos. Os nós de comercialização e varejo de uma cadeia global de *commodities* são capazes de apropriar os lucros e externalizar os custos socioambientais para os nós produtores. As lutas pela terra, as expulsões ocasionadas pela dispersão de agrotóxicos, a contaminação genética e os impactos na saúde derivadas dos cultivos transgênicos revelam os desafios para os governos na proteção dos direitos diante da radicalização da dinâmica capitalista global nas atividades agrárias.

Uma resposta para a questão dos agrotóxicos passa pela consideração, por parte das instituições regulatórias globais que estabelecem padrões de segurança para produtos químicos e sementes, de dados epidemiológicos produzidos nas margens rurais localizadas na periferia da cadeia produtiva, e não somente de dados desenvolvidos nos laboratórios urbanos das economias centrais capitalistas. Nesse sentido, não se compartilha o argumento, defendido por Delvenne, Vasen e Vara (2013), segundo o qual as respostas regulatórias aos problemas locais na periferia do regime global possivelmente não se apliquem ao núcleo. Primeiro, porque também existem comunidades contaminadas nos países desenvolvidos, como demonstra o ativismo por justiça ambiental nos Estados Unidos (Tesh, 2000). Em segundo lugar, e mais importante, a evidência de danos aos mais vulneráveis (muitas vezes crianças, idosos e mulheres grávidas) tem sido o critério para estabelecer uma norma de segurança nos países centrais onde as indústrias química e biotecnológica estão sediadas. Provas de danos para a saúde e o ambiente são muito difíceis de obter, de acordo com as regras de uma cultura político-institucional baseada na avaliação científica de risco. Portanto, a evidência de danos nos grupos mais vulneráveis é frequentemente uma base para o restante da população. A diferença aqui é que, em vez de ratos de laboratório, os casos estudados dizem respeito a populações inteiras de seres humanos e seus ambientes. Existem evidências suficientes que justificam a extrapolação de normas de segurança baseadas nas margens de produção com o objetivo de estabelecer verdadeiras normas de segurança internacionais.

Em relação aos achados sobre a cultura político-institucional em inovação tecnológica, revela-se como a ciência regulatória é usada para legitimar os OGM e como a cultura política não deixa espaço para críticas ou reconhece os limites da ciência. Nos casos estudados, a dissidência foi estigmatizada, censurada e ignorada, impedindo, dessa forma, uma troca argumentativa baseada em métodos científicos. Os casos apresentam algumas variações ao argumento sobre culturas políticas robustas para lidar com riscos (Jasanoff, 2005). Ao mostrar como redes específicas de atores promovem seus enquadramentos discursivos para políticas públicas, os casos desafiam a ideia de que haveria uma cultura política geral resultante de processos coletivos de produção de sentido de uma tecnologia. Na Argentina, o público foi apresentado a uma questão já enquadrada por uma poderosa rede que incluía os principais grupos de mídia. No Brasil, não havia uma cultura política robusta sobre os riscos tecnológicos, mas havia uma disputa mantida entre dois enquadramentos políticos advinda de diferenças preexistentes em como dar sentido à tecnologia e aos modelos agrários, o que relacionamos com a próxima questão.

Neste livro destacam-se as evidências adicionais sobre a importância das condições estruturais para o debate público e a participação para enfrentar as influências dos interesses econômicos e do poder político, promovendo assim a observação dos direitos humanos e constitucionais. Isso ficou claro na divergência entre a Argentina e o Brasil. Em primeiro lugar, os mecanismos institucionais da democracia participativa estabelecidos no Brasil após a adoção da Constituição Federal em 1988 preveem que os representantes da sociedade civil sejam convidados a participar como defensores dos direitos humanos por sua reputação e tradição, além de sua competência na área de discussão. Segundo, ao permitir a participação da sociedade civil, há uma abertura para reivindicações de direitos, que podem disputar influência com reivindicações cognitivas nas lutas sobre o significado público de uma determinada política. Relacionado a isso está o terceiro fator: a existência de cobertura plural da mídia. Há mais chances de que uma política pública que não seja publicamente definida como tecnocrática, mas em vez disso se relacione com um interesse social mais amplo e com direitos, receba cobertura da mídia, particularmente nas seções de jornal sobre política e sociedade e não apenas inovação e economia. Outro fator que explica a cobertura da mídia foi o alinhamento dos meios comerciais (Hallin & Mancini, 2004). No Brasil, os principais grupos de mídia são mais urbanos e de base industrial, ao passo que na Argentina eles têm alta representação no agronegócio.

Enfatiza-se a importância do tempo entre as condições adequadas para a mobilização social em relação aos OGM. Embora os imperativos sistêmicos no caso da política de inovação incluam um lançamento rápido de produtos (Motta, 2008), trata-se de um obstáculo para os processos de formação de sentido e de opinião públicas. A teoria democrática fornece uma base normativa, bem como distinções analíticas a fim de identificar se uma política pública sofre processos de legitimação em que a formação da opinião pública ocorre na esfera pública (Habermas, 1992, 2008). Nesse caso, uma política deve ser apoiada por argumentos que justifiquem a sua adoção e respondam a objeções levantadas. Tal teoria permite a identificação de usos ilegítimos do poder socioeconômico e político, tendo como consequência uma política pública com déficits de legitimidade. A falta de legitimidade pública prevaleceu tanto na Argentina quanto no Brasil, como descrito neste estudo, passando-se do nível macro de teorização para os níveis micro e meso dos atores, suas redes e interações. O argumento teórico do livro contribui para a teoria e pesquisa sobre as condições estruturais para a democracia deliberativa, trazendo para a análise a constelação de atores que empregaram estratégias para evitar que os cultivos transgênicos se tornassem objetos de amplos processos de opinião e formação de vontade política, impedindo o papel dos movimentos sociais na transformação de OGM em um problema político.

Para analisar como a coalizão de empresas biotecnológicas, especialistas, políticos e elites agrárias atuou para promover um consenso político a favor dos OGM, a pesquisa utilizou o conceito de bio-hegemonia, cunhado por Newell (2009). Em ambos os países, o fato de que as redes de atores relacionadas à agricultura capitalista em grande escala e às indústrias químicas fossem os principais promotores de culturas transgênicas coloca dúvidas sobre a retórica favorável aos pobres e à sustentabilidade com a qual eles promovem os OGM. O caso do Brasil destaca como o poder material depende das outras dimensões para se expandir, já que a moratória legal e o *status* jurídico incerto da soja transgênica foram obstáculos à sua adoção. Mas, ao mesmo tempo, também mostra como a coalizão pró-transgênicos estava pronta para entrar na ilegalidade para aumentar seu poder institucional. De fato, a estratégia do fato consumado foi fundamental na conversão do Brasil em um dos principais produtores de cultivos biotecnológicos. Na Argentina, a adoção generalizada de sementes GM sem pagamento de *royalties* garantiu a dominação material dos cultivos GM (embora não seja possível saber se essa era uma estratégia do titular da tecnologia ou não era intencional) e, em seguida, forneceu a base para exigir um arranjo institucional

para a coleta de *royalties*. Ambos os casos mostram a existência de rixas dentro dessa coalizão em relação à distribuição de lucros. Essas rupturas ocorreram entre a Monsanto e os agricultores considerando o pagamento de *royalties* em ambos os países, e na Argentina a principal divisão se deu entre o Estado e os agricultores em relação aos impostos.

Algumas limitações do uso do conceito de bio-hegemonia por Newell também ficaram evidentes nos casos estudados. Voltando-se à teorização de hegemonia e da dominação simbólica no capitalismo feita por Gramsci (1971), o ponto de partida é que a coerção em si não é suficiente para manter a dominação de relações materiais de produção já que o proletariado facilmente superaria numericamente a classe dominante e, por sua vez, se revoltaria. Portanto, para Gramsci também havia dominação na superestrutura da sociedade, isto é, a ideologia na qual a maioria do proletariado compartilha dos valores da classe dominante e aspira ascender socialmente e se tornar parte dela. Entretanto, alguns problemas aparecem quando se aplica o conceito para caracterizar a adoção dos transgênicos na Argentina e no Brasil.

A reconstrução de quase duas décadas por meios de relatos dos movimentos sociais mostrou que, em primeiro lugar, houve uma crescente mobilização contra o modelo agrário desde o início de sua expansão e, segundo, tal mobilização foi silenciada pela coerção e pela violência. Mesmo que se possa falar de bio-hegemonia no sentido de que a sociedade em geral não está ciente dos conflitos nem mobilizada pela questão, não se pode dizer que seja algo inconteste devido à existência de vários movimentos sociais portadores de significados críticos sobre a "revolução transgênica" e, acima de tudo, porque a rede de atores pró-OGM não foi capaz de contornar as críticas sem se abster da coerção. Além disso, a ausência de mobilização não significa que haja dominação simbólica, como observou James Scott (1987) em um estudo exemplar entre camponeses na Malásia. De fato, nos casos estudados, embora muitos tivessem que viver com cultivos transgênicos, não houve consentimento, pelo contrário (Lapegna, 2016). Finalmente, na Argentina e no Brasil, a legitimidade do modelo agrário tornou-se cada vez mais dependente de um conceito de desenvolvimento baseado no crescimento econômico combinado com políticas sociais de redução da pobreza, se não de clientelismo. Os movimentos sociais cujas bases são beneficiárias de programas sociais, no entanto, afirmam preferir não depender de tais programas e, em vez disso, insistem em políticas estatais que apoiem suas atividades agrárias e protejam-nas da expansão do agronegócio.

A esse respeito salienta-se o valor agregado pelos estudos rurais na compreensão das disputas sociais sobre os OGM, ao lançar luz sobre os novos sujeitos políticos que têm fortalecido sua mobilização nas últimas décadas (Borras *et al.*, 2008). Os movimentos camponeses contemporâneos contradizem as expectativas da maioria das teorias sociais que se baseiam nos pressupostos da teoria da modernização, a qual equipara desenvolvimento (capitalista) com crescimento econômico, industrialização, êxodo rural e urbanização. Consequentemente, a teoria social, tanto liberal quanto marxista, contribuiu para uma visão dos camponeses como pré-modernos e em via de desaparecimento (McMichael, 2008). No entanto, a renovação dos movimentos agrários na virada do século mostrou que não só eles disputam os processos nacionais de desenvolvimento agrário, como também constituem um importante nó transnacional de resistência contra a atual formação do capitalismo agrário global. Eles representam uma crítica da narrativa da modernização agrária, que promete mobilidade social para os pobres rurais por meio da inclusão no mercado. Em contraste com essas teorias residuais sobre a transformação agrária (Borras, 2009), que funcionaram como poderosas ideologias capitalistas alimentando a adoção de OGM entre os pequenos agricultores de ambos os países, os movimentos camponeses constroem uma identidade política baseada na luta de classes (Petras & Veltmeyer, 2001).

Em contraposição aos estudiosos que defendem a inclusão dos pobres rurais nos mercados pela adoção de OGM e do modelo do agronegócio (Herring, 2007; Paarlberg, 2000), evidenciou-se que os pobres rurais querem ser incluídos no Estado de bem-estar social – além de receber uma renda mínima – e ter políticas agrárias adequadas para apoiar sua maneira de produzir e seus modos de vida. Muitos pequenos agricultores que adotaram o discurso de modernização tecnológica na Argentina mais tarde se tornaram críticos ao perderem suas terras. No Brasil, a maioria dos camponeses que plantaram transgênicos tem se arrependido por não poder arcar com os custos crescentes da resistência às pragas e foram diretamente afetados pelo alto volume de agrotóxicos necessário para o manejo dos cultivos.

O livro revelou a importância de alianças entre ONGs urbanas, muitas vezes com formação profissional em direito, agronomia e comunicação, e movimentos agrários para desafiar o regime agroalimentar biotecnológico. Embora os primeiros tenham, muitas vezes, mais recursos para engajar-se em atividades de *lobby* e mobilização legal e para mobilizar conhecimentos, os últimos trouxeram um elevado poder de mobilização para conduzir ações disruptivas de massa. Suas alianças superaram a brecha entre dois debates: biotecnologia e

política agrária. Nesse sentido, chega-se a uma conclusão que coincide com a de Schurman e Munro (2010): os ativistas nos Estados Unidos, apesar de serem muito organizados e profissionais, falharam em chegar à base social, o que foi um obstáculo para sua luta geral. De fato, a presença de movimentos organizados de massa dos pobres rurais no Brasil foi fundamental para ampliar o debate sobre reivindicações de direitos. Por outro lado, o processo argentino de mobilização de base não consolidou uma forte aliança com ONGs profissionalizadas e movimentos sociais urbanos que pudessem monitorar e acompanhar a formulação de políticas nacionais sobre OGM em diferentes arenas.

Os casos mostraram que a dependência de conhecimento científico contra-hegemônico e a contestação de avaliações de risco oficiais (Kinchy, 2010; Arancibia, 2013) são caminhos de argumentação do qual os movimentos não prescindem quando contestam cultivos transgênicos. No entanto, suas reivindicações de validade cognitiva são muitas vezes estigmatizadas e não levadas a sério. Associar o discurso de risco com reivindicações de direitos se mostrou uma estratégia discursiva mais influente. No Brasil, as vitórias parciais são atribuíveis aos apelos aos direitos democráticos e ao respeito às disposições legais, e não às reivindicações de validade cognitiva. As vitórias locais na Argentina resultaram de apelos à justiça que objetivavam pôr fim às violações de direitos em vez de um novo conhecimento científico consensual.

Não se pode afirmar, com base nesses casos, que as reivindicações por direitos e justiça se refletiram em mudanças políticas no sentido de proteção ambiental e sanitária ou de um apoio mais forte a um modelo agrário alternativo orientado para a realização da soberania alimentar, o discurso mestre dos movimentos camponeses. Confirmam-se conclusões de pesquisas anteriores (Newell, 2008), com o acréscimo de algumas considerações específicas. No debate sobre biotecnologia no Brasil, a participação social nas arenas legislativas e de peritos foi fundamental para abrir um espaço legal e institucional para o controle público e o princípio de precaução. Esse resultado pode ser útil para futuras oportunidades de ativismo e, não menos importante, para atribuir responsabilidade por danos. A mobilização social contribuiu para traçar uma linha entre OGM e não OGM, promovendo a controvérsia e politização e abrindo caminho para alianças com movimentos camponeses. O debate sobre a política agrária, no entanto, não teve balanço muito positivo para os movimentos camponeses, que lutam para mudar o modelo agrário, ainda que sua própria existência constitui uma agência contra-hegemônica que manifesta alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento agrário.

É necessária uma breve nota sobre os resultados de movimentos sociais. Os dois últimos parágrafos enfatizaram mudanças na política de regulação de OGM e políticas agrárias como forma de medir o sucesso de um movimento. Porém, como se argumentou, os resultados dos movimentos sociais são invisíveis quando o indicador é a posição desses países como produtores transgênicos. Ao reconstruir o lado negativo deste processo de mudança agrária, o livro narrou a formação de redes e a solidariedade entre ativistas, a construção de novas identidades políticas e o desenvolvimento de uma interpretação crítica às narrativas de modernização tecnológica.

Além de compreender a mobilização social, é necessário ser capaz de explicar os processos de desmobilização (Tarrow, 2011). Este estudo oferece uma contribuição nesse sentido, tendo em conta, em particular, as reações das elites e das autoridades à mobilização social. Os movimentos contra os cultivos transgênicos no Brasil e na Argentina exigem uma mudança fundamental no modelo agrário desses países, o que por sua vez compromete os interesses de atores poderosos. Estudiosos de movimentos sociais argumentam (Gamson, 1992) que, nesses casos, a supressão de dissidentes é muito mais provável do que em caso de movimentos que exigem reformas menores. De fato, em ambos os países, os ativistas foram vítimas de violência e assassinatos, executados ou mandados por atores da rede bio-hegemônica, bem como de perseguição e criminalização. Seus direitos civis e políticos foram violados. O ato de violência contra um ativista, defensor dos direitos humanos, é um ato exemplar para comunicar que o ativismo político e a mobilização não serão tolerados. O Estado aplicou seletivamente a lei para ameaçar os ativistas e os pobres rurais, omitindo-se quando esses eram as vítimas. Seletivamente definindo quem tem quais tipos de direitos, o Estado tem promovido o uso da violência no campo como um mecanismo para avançar o regime agroalimentar biotecnológico. Outros mecanismos de desmobilização entre os pobres rurais foram os esquemas de redução de pobreza e a adoção de transgênicos entre as bases dos movimentos agrários, como já mencionado.

Por último, mas não menos importante, revelou-se como o gênero, apesar de não ser levado em conta pelas teorias que explicam as disputas sociais sobre os OGM, é uma categoria-chave. Na Argentina as mulheres que vivem em comunidades periféricas pobres experimentaram os efeitos da expansão dos campos dos transgênicos de uma maneira específica. Elas rejeitaram explicações fatalistas para os problemas de saúde sofridos em suas famílias e comunidade e coletivamente procuraram por causas, criando poderosos enquadramentos discursivos mobilizadores para a ação coletiva. Foi um contexto específico de

gênero no qual ocorreu a mobilização, no qual às mulheres são atribuídos papéis no campo da reprodução e do cuidado. Essas condições e relações moldaram sua participação política. De seus papéis tradicionais (e socialmente construídos) como mães, as mulheres que vivem perto de campos de soja transgênica criaram sua própria cultura política de cidadania (Schild, 1994).

Contudo, elas foram muito além do papel tradicionalmente atribuído de cuidadoras e foram capazes de politizar uma questão que de outra forma era tabu na Argentina, devido à visão hegemônica das atividades agrárias como representantes dos interesses gerais da sociedade. De uma posição marginal na esfera política, elas foram capazes de criar atritos neste entendimento hegemônico. Na história argentina, a ditadura havia politizado mulheres quando o Estado violara os direitos de todos; agora, as atividades agrárias, ao ameaçar a vida e violar os direitos, também haviam politizado as mulheres. Ao lutar contra o modelo agrobiotecnológico, as mulheres agiram não como "mulheres sem direitos" que lutam pela obtenção dos direitos das mulheres, mas sim como "mulheres para e em relação aos direitos humanos", isto é, lutando pelo direito universal de ter direitos e participar da definição do que são os direitos humanos num contexto e num tempo específicos (Jelin, 1996). Em suma, este livro representa uma contribuição para o debate teórico sobre a mobilização nesta área, identificando processos em que a identidade da mulher tem sido crucial para a mobilização social contra os cultivos transgênicos.

Além dos OGM: movimentos sociais, democracia e capitalismo

Neste livro ambicionou-se fazer uma contribuição que vai além da área temática dos transgênicos e se relaciona aos debates mais amplos sobre o papel da mobilização social em lutas pela democracia e proteção de direitos diante das lógicas do mercado e dos interesses políticos. Em termos gerais, abordou-se a questão das condições em que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil desafiam o roteiro de sempre nas políticas públicas, isto é, quando suas reivindicações de direitos e seu repertório de ação têm o poder de contrariar os interesses de outros atores, como redes impulsionadas por interesses de mercado, que na maioria das vezes são capazes de influenciar as políticas estatais em seu favor. Igualmente importante é compreender os obstáculos à mobilização, tais como as condições que suprimem e silenciam a dissidência. Tal esforço exige considerar contextos políticos nacionais em suas relações com o capitalismo global.

O debate sobre as relações entre democracia e capitalismo voltou a ter proeminência, em particular depois da crise financeira global (Streeck, 2011; Wagner, 2013). Os cidadãos disputam a influência política sobre as políticas públicas com corporações globais que têm muitas vezes receitas maiores do que os países, sejam elas empresas biotecnológicas ou de sementes, como no caso em apreço, ou instituições financeiras e bancos, como a atual onda de protestos dos indignados e os movimentos de ocupação. Mediante a comparação dos casos em que as respostas estatais variaram e estão relacionadas às diferenças na mobilização da sociedade civil, revela-se que há espaço para a política e para diferentes respostas estatais diante das pressões dos mercados globais. Esse foi o ponto de partida deste livro, e é relevante para entender o espaço da política em um momento em que o espírito da época (*Zeitgeist*) parece resvalar em sombrios diagnósticos segundo os quais o papel do Estado no capitalismo contemporâneo é o de administrar os mercados financeiros.

Infelizmente, as histórias narradas neste livro dão pouco espaço para uma avaliação entusiástica de que a mobilização social foi capaz de deter os efeitos negativos socioambientais da expansão do capitalismo agrário global com a introdução de sementes transgênicas, ainda menos dizer que eles foram capazes de promover um futuro agrário alternativo ao caracterizado pela constituição de um regime agroalimentar corporativo e neoliberal.

No entanto, o pressuposto inicial de que a contestação é necessária para uma mudança social emancipatória foi reforçado, pelo menos em seu viés negativo: sem mobilização social, o capitalismo agrário global traz consigo mais desigualdades e diminuição de direitos. Em vez disso, admite-se como exercício pensar o que teria acontecido na ausência de mobilização social. Na Argentina, a ausência de uma primeira mobilização organizada foi crucial para uma consolidação rápida e forte do agronegócio, com uma taxa muito mais radical e abrupta de desmatamento, contaminação química, expulsões forçadas e expansão da fronteira agrária. A existência de organizações e redes de movimentos sociais no Brasil foi fundamental para reagir e contestar criticamente a legitimidade e política públicas sobre os transgênicos. Como argumentado por Schurman e Munro (2010), o impacto mais importante do ativismo foi o de construir a diferença categórica entre OGM e não OGM, e, embora não pudesse parar as culturas biotecnológicas, o movimento afetou os planos da indústria transformando os OGM em uma tecnologia politizada e contestada.

Extrapolando para outros casos, a mobilização social é potencialmente a principal agência por trás da transformação de uma questão em um problema

político, como já foi dito pelos estudiosos de movimentos sociais (Rucht, 1994). Essa proposição relativiza o papel atribuído à mídia nas democracias (Habermas, 1992, 2008). Nos estudos de caso demonstrou-se que os alinhamentos comerciais na mídia foram fundamentais para retratar a chegada da biotecnologia como inovação agrária e sustentar o enquadramento discursivo preferido da coalizão pró-OGM. Foi a mobilização social que colocou a questão na agenda de mídia no Brasil, influenciando o discurso midiático e colocando em jogo diferentes atores e enquadramentos para a política dos transgênicos. Portanto, os movimentos sociais e as pessoas afetadas podem vir a ser a principal agência para trazer ou contestar novos temas na agenda política. Como revelou o estudo, a mobilização social depende da existência de redes organizacionais de base, da construção de interpretações críticas sobre uma nova questão, de uma combinação de repertório de ações disruptivas e institucionalizadas, de vínculos horizontais entre movimentos sociais e da existência de aliados nos sistemas político e científico.

Um fator fundamental que influenciou as oportunidades dos movimentos foi o tempo (*timing*). No Brasil, ele afetou a trajetória de adoção de culturas transgênicas desde o início até o fim, porque permitiu que os ativistas criassem oportunidades para seu envolvimento contínuo, como as disposições de transparência e participação na lei. Tendo liderado o caminho, os ativistas, mesmo diante do fechamento da política, puderam reviver a questão em momentos diferentes, quando havia um evento catalisador, e ativar redes para uma ação conjunta. Essa compreensão é relevante para a entender o quão difícil é para um movimento social desafiar o estado das coisas em comparação com a capacidade de uma coalizão de interesses econômicos alcançar seu resultado preferido. A democracia sob o capitalismo é mais propensa ao fechamento da influência social do que ao desvio das pressões do *lobby* econômico. Portanto, ir à frente no tempo e liderar o caminho é fundamental para influenciar o tratamento político de uma questão.

Para que os movimentos sociais possam liderar, algumas condições prévias são necessárias e se referem à estrutura das oportunidades políticas, como o acesso às arenas institucionais de tomada de decisão e acesso aos meios de comunicação. A lista aqui não é exaustiva; pelo contrário, ela aponta para agendas de pesquisas futuras. Uma primeira condição é a existência de mecanismos participativos em todas as áreas políticas. É assim que a sociedade civil se informa da agenda política, é capaz de aprender sobre novos tópicos, constrói suas interpretações críticas e define suas posições. Na ausência de participação pública, o padrão é que corporações privadas nacionais e internacionais, especialistas e funcionários

públicos dominem a política. Em suma, a democracia participativa é uma agenda importante para pesquisa contínua.[72]

Uma segunda condição é a independência e pluralidade dos meios de comunicação (Habermas, 2008) uma vez que as oportunidades discursivas são cruciais para os movimentos sociais. Em ambos os países, as reformas nos meios de comunicação haviam alcançado o topo da agenda política (Mauersberger, 2015). Na Argentina, apesar de uma nova lei de mídia ter sido aprovada, o governo Kirchner teve dificuldades em implementá-la e os grupos de mídia continuaram muito concentrados. No Brasil, depois que a revista *Veja* tentou construir um escândalo midiático dois dias antes das eleições presidenciais de 2014, com base em falsos depoimentos, a presidenta reeleita mencionou em seu discurso de posse que a reforma da mídia seria parte do seu novo mandato. Em ambos os países, essas reformas ou anseios de reforma não prosperaram.

Uma terceira condição favorável à influência social é a divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aumentando as oportunidades de a sociedade civil influenciar os resultados políticos, exigir direitos e insistir no monitoramento e controle dos outros poderes. As agendas de pesquisa relacionadas a esse fator referem-se a debates sobre direito e mobilização social (Hilson, 2002; McCann, 2006; Cardoso & Fanti, 2013; Rodriguez, 2003), bem como direito e políticas (Nobre & Rodriguez, 2011) e também sobre as relações entre o parlamento e o Executivo e como elas afetam os movimentos sociais.

No entanto, a contestação social não é suficiente, o que nos leva às condições para que os movimentos sociais continuem mobilizados. É necessário que a mobilização social esteja livre de constrangimentos. Em ambos os países, os ativistas foram confrontados com um contexto ameaçador para os esforços de mobilização, em particular em razão da política de "cuidado e punição" (Schild, 2013). Essa política tomou a forma de transferências monetárias para que os pobres cuidem de si mesmos e da criminalização da pobreza e da dissidência. Portanto, um quarto fator diz respeito à proteção contra a violência e os processos de criminalização de que os ativistas e os pobres rurais (e urbanos) são vítimas. Pesquisas sobre as relações entre desigualdades e violência, tanto na cidade

[72] Observe que as consultas públicas para obter o consentimento prévio e informado de populações afetadas localmente por projetos de desenvolvimento (conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho) foram propagadas em todo o mundo pelas organizações internacionais como uma solução para conflitos socioambientais. Contudo, não cumprem muitas exigências para que sejam vistas como formas legítimas de participação pública, especialmente porque normalmente são postas em prática quando já foram tomadas as decisões. Uma manifestação de desconfiança em tais mecanismos foi dada pelos movimentos indígenas no Brasil, que abandonaram o processo de regulamentação da OIT 169.

quanto no campo (Kay, 2001), também são relevantes para o levantamento das possibilidades emancipatórias de mobilização social.

A mobilização permanente está condicionada a um quinto fator, qual seja, a proteção contra o clientelismo e a cooptação política. Repetidamente, os movimentos sociais analisados foram cooptados pelos novos governos com uma agenda progressista, ou tiveram suas bases desmobilizadas devido aos efeitos dos esquemas de redução da pobreza. Para as lideranças dos movimentos, no entanto, a possibilidade de enfraquecer o governo e dar lugar à oposição para ganhar espaço político era percebida como algo a ser evitado à custa de abandonar algumas de suas reivindicações ou, pelo menos, renunciar a estratégias conflituosas para alcançá-las. Assim, orientaram suas bases para votar na reeleição do governo incumbente por medo de tornar-se novamente invisível ao Estado. Como apontado por Gamson (1992), os movimentos sociais podem optar por buscar menos vantagens, em troca de um maior acesso, esperando que o acesso aos espaços institucionais no processo de políticas se torne uma estrutura de oportunidade duradoura para o movimento (Tarrow, 2005).

Destacaram-se, igualmente, as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais em contextos de alta desigualdade social, nos quais se veem forçados a reduzir suas demandas ao Estado a um consenso mínimo como a redução da pobreza. Todos concordam com a provisão estatal na política de seguridade social, mas parecem compartilhar a interpretação de que pode ser prejudicial para a mobilização: eles preferem ter direitos garantidos do que serem compensados em forma de transferências monetárias. Para esses movimentos sociais, a oposição política poderia significar até mesmo um retrocesso. Contudo, o "estado compensador" (Gudynas, 2012) parece ser hegemônico na América Latina: assim como a extração de recursos naturais, os programas de transferências monetárias foram institucionalizados como uma política de Estado que nenhum governo, da direita ou da esquerda, abandonará (Lavinas, 2013). A relação entre os movimentos sociais e a nova esquerda continua a ser uma agenda de pesquisa aberta e importante (Bringel & Falero, 2014; Prevost, Campos, & Vanden, 2012), juntamente com a relação entre mobilização social, pobreza e política clientelista (Lapegna, 2013, 2016).

Essas agendas de pesquisa fornecem pistas para o papel crucial do capitalismo na mobilização social e na desmobilização. Enfatizou-se a necessidade de contextualizar as estruturas de oportunidades políticas em suas relações com os mercados globais e nacionais, o que poderia ser traduzido para os estudos de movimento social como uma "estrutura de oportunidades político-econômicas"

(Motta, 2015). O estudo mostrou como interpretações diferentes sobre se a primazia reside na política ou nos mercados influenciaram as lutas sociais. A economia política é importante para os movimentos sociais, em nível nacional e global.

Ao considerar a economia política nacional como parte das condições de contexto para as lutas sociais, analisaram-se nesta obra não apenas as mudanças nas alianças políticas, mas também como a correlação de forças é afetada pelas condições econômicas. Nos casos estudados, o poder dos exportadores agrários na política aumentou à medida que os preços das *commodities* atingiram seu ápice. Após sua eleição com promessas de uma agenda progressista, os governos de esquerda promoveram a exportação de bens primários como uma importante fonte de receita e justificaram-na com um papel mais forte do Estado na garantia de uma combinação de crescimento econômico e redução da pobreza. O modelo teve bons resultados com a inclusão de muitos no mercado de trabalho e de consumo, criando sociedades de consumo de massa. Esse contexto nacional mostrou como ideologias capitalistas do cidadão como consumidor são fundamentais para legitimar o modelo baseado em bens primários que constrói um abismo entre os problemas identificados em locais onde as indústrias extrativas realizam suas atividades e a relativa afluência nos centros urbanos. Enquanto para os governos essa foi uma oportunidade de construir complementaridades entre crescimento baseado em *commodities* e apoio político em massa, para os movimentos sociais, tal conjunção entre intensificação de um modelo de desenvolvimento neoextrativista e políticas exitosas de redução de pobreza representou um desafio na construção de pontes entre lutas rurais e urbanas.

O modelo, no entanto, tem mostrado seus limites, como evidenciado pela crescente mobilização socioambiental em ambos os países. A ecologia política sobre as relações entre crescimento baseado em bens primários e conflitos socioambientais é uma rica área de pesquisa em todo o mundo e na América Latina, em particular, com conceituações diferenciadas como "lutas radicadas no lugar" (*place-based struggles*), "justiça ambiental", "neoextrativismo" e "virada ecoterritorial" (Burchardt, Dietz & Öhlschläger, 2013; Castro & Motta, 2015; Escobar, 2001, 2008; Gudynas, 2012; Johnson & Bebbington, 2011; Seoane, Taddei & Algranati, 2006; Svampa, 2012; Zhouri & Oliveira, 2012).

O variado leque de demandas da sociedade civil durante os protestos de junho de 2013 no Brasil demonstrou que o consumo não é um substituto dos direitos. Além da inclusão no mercado, os cidadãos exigiam, entre outros, a inclusão no Estado de bem-estar com serviços adequados de saúde e educação, o direito à mobilidade e às cidades sustentáveis e o direito de participar nas

decisões que afetam suas vidas. O governo de então não conseguiu responder à crescente demanda por direitos. Resta saber como a diminuição do crescimento econômico e dos preços das *commodities* afetará a economia política nacional da região: virá à tona a postergada luta de classes, uma vez que os governos terão que fazer escolhas políticas entre uma reforma fiscal progressista ou uma redução da despesa social? Os recentes acontecimentos no Brasil mostram como, em tempos de crise econômica e política, os impostos são colocados na agenda, mas não necessariamente de forma progressista. O exemplo passado da Argentina revelou como as respostas do Estado à crise podem aumentar as desigualdades (Valdés, 2017). Para a mobilização social, a tarefa principal é conectar as resistências territoriais – como as dos camponeses, comunidades indígenas e bairros fumigados – e as lutas urbanas.

Por último, mas não menos importante, a economia política global em cada área temática é uma condição contextual relevante para entender as possibilidades de mobilização social. No caso em apreço, o conceito de cadeia global de *commodities* permitiu que as arenas políticas nacionais fossem contextualizadas no sistema agroalimentar mundial, tendo em conta as suas assimetrias; podendo ser aplicado a outras cadeias de *commodities* globais em indústrias extrativas, tais como produtos agrários e florestais, minerais e energia, assim como a bens industriais como o vestuário – uma questão controversa atualmente. Isso abre caminho para se perguntar quais são os impactos que o ativismo de consumidores pode ter no setor produtivo e se/ou como contribui ou atrapalha as lutas sociais localmente. O conceito de cadeias globais de *commodities* destaca a importância das alianças globais atravessando as fronteiras entre os nós da cadeia.

Por exemplo, a luta dos movimentos globais anti-OGM e de cada movimento nacional contra a biotecnologia – em particular aqueles que ocorrem nos mercados de importação – só será eficaz se estiver ligada às lutas que ocorrem entre os camponeses e os pobres rurais. A conclusão dos casos estudados é a de que não é suficiente para a mobilização social ganhar uma política nacional ou regional, como na UE, onde não são cultivados cultivos transgênicos e os europeus importam o que são produzidos em outros lugares para a indústria de alimentos processados ou criação de animais. Enquanto a UE depende de uma cadeia global de mercadorias para grãos e proteínas vegetais, ela contribui para a distribuição assimétrica de riscos e violações dos direitos humanos desta cadeia nas regiões produtoras de soja. Além de uma aliança entre os movimentos urbanos e rurais em cada país, apenas uma rede transnacional de solidariedade, lutando simultaneamente em muitos países, poderia influenciar com êxito a

formação do regime agroalimentar mundial. Uma etnografia global (Burawoy, 2000) oferece uma boa promessa para abordar tais questões.

As crises alimentar, energética, ambiental e financeira globais colocaram o sistema agroalimentar na agenda política, em que os futuros agrários estão em disputa. A contestação social pode ser a principal agência para trazer ao debate argumentos baseados em direitos e disputar a influência com interesses econômicos e políticos na conformação de padrões globais de produção e distribuição de alimentos. Os movimentos sociais enfatizam a diferença entre *commodities* e alimentos, bem como a distância entre a produção agrária e o consumo de alimentos, mediada por contextos sociopolíticos. O principal fator que influencia a capacidade do mundo em alimentar sua população não é o volume de produção e a produtividade tecnológica, mas as condições desiguais de acesso à alimentação, um problema sociopolítico.

Por meio dos estudos de caso obteve-se uma visão mais matizada da eficiência dos chamados celeiros do mundo. A sua maior competitividade é atribuída à ausência de subsídios estatais em comparação com os países em desenvolvimento. O aumento do volume de produção de grãos dependeu de outras formas de subsídios, como a anistia por crimes ambientais e violações de direitos humanos que acompanharam a expansão de cultivos transgênicos na Argentina e no Brasil. Esquivar-se de processos democráticos também foi crucial para o avanço do modelo, deixando dúvidas sobre a proclamada eficiência tecnológica da biotecnologia em uma disputa global sobre futuros agrários. Dessa forma, o argumento do livro ambiciona nutrir o pensamento daqueles engajados em tais debates globais: a expansão de cultivos GM na Argentina e no Brasil não foi uma consequência automática da sua superioridade tecnológica. Conforme as histórias revelaram, ela resultou de disputas sociais assimétricas acerca das políticas estatais e, em última instância, de decisões políticas. Isso só foi possível com custos elevados para o ambiente, os direitos humanos e a democracia. Em suma, o avanço de um sistema agroalimentar mundial – baseado na mercantilização de sementes biotecnológicas, na agricultura química em larga escala, na agricultura industrial e na indústria de alimentos processados – é, portanto, um desenvolvimento politicamente mediado, uma vez que não pode prosperar sem o engajamento do Estado e de uma rede de atores que combinam estratégias de persuasão e coerção. No entanto, com a ausência de mobilização social, tais desenvolvimentos têm consequências ainda piores para o exercício dos direitos democráticos, que não são um resultado automático dos marcos legais, como advertiram os movimentos sociais protagonistas dessas histórias.

Referências e Fontes

Entrevistas

Andrés Carrasco, cientista, Universidade de Buenos Aires e Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnica, Conicet, Buenos Aires, 10 ago. 2012, WMA, 2h19'14".

Darío Aranda, jornalista, *Página/12*, Buenos Aires, 6 ago. 2012, WMA, 2h17'16".

Ex-coordenadora jurídica (1996-2004) do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), advogada, ex-coordenadora da campanha dos transgênicos, São Paulo, 5 mar. 2013, MP3, 59'54".

Gabriel Fernandes, equipe executiva da Assessoria e Serviços para Projetos em Agricultura Alternativa, AS-PTA, Rio de Janeiro, 13 fev. 2012, WMA, 2h23'49".

Genetic Resources Action International (Grain) Argentina, coordenador do escritório da América Latina, Buenos Aires, 5 set. 2013, MP3, 48'34".

Greenpeace Argentina, diretor da Campanha de Biodiversidade, Buenos Aires, 30 jul. 2012a, WMA, 1h23'35".

Greenpeace Argentina, ex-diretor da Campanha de Biodiversidade, Buenos Aires, 9 ago. 2012b, WMA, 55'15".

Greenpeace Brasil, ex-coordenador da Campanha de Transgênicos e coordenador da Campanha de Clima, Energia e Florestas, São Paulo, 3 fev. 2012, WMA, 57'13".

Grupo de Reflexão Rural, GRR, fundador e líder, Merlo, Buenos Aires, 6 ago. 2012, WMA, 1h19'13".

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Idec, supervisor e gerente de Comunicação (2007-2012) e gerente técnico (2012-2016), São Paulo, 7 mar. 2013, MP3, 1h02'55".

Mães de Ituzaingó Anexo, fundadora do grupo, Córdoba, 7-8 ago. 2012, WMA, 1h8'04".

Medardo Ávila, ex-vice-secretário da Secretaria de Saúde de Córdoba e membro do Médicos das Pessoas Fumigadas do Coletivo Parem de Fumigar "Doctors from Sprayed People and Collective Stop Spraying Córdoba", Córdoba, 8 ago. 2012, WMA, 38'54".

Movimento Campesino de Santiago de Estero-Vía Campesina, MoCaSe-VC, líder de juventude da Escola de Agroecologia e coordenadora de comunicação do Movimento Nacional Campesino Indígena, Buenos Aires, 16 fev. 2013a, MP3, 1h9'45".

Movimento Campesino Santiago de Estero-Vía Campesina, MoCaSe -VC, Universidade Campesina, Ojos de Água, líder, Província de Santiago de Estero, 21 fev. 2013b, MP3, 27'53".

Movimento Camponês de Córdoba, MCC, líder, Universidade Campesina, Ojos de Água, Província de Santiago de Estero, 21-22 fev. 2013, MP3, 27'15".

Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA, coordenador da Campanha de Agrotóxicos, São Paulo, 24 jan. 2012, WMA, 1h54'43".

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, Brasília, 12 jul. 2013, MP3, 1h03'36".

Paulo Kageyama, cientista, Universidade de São Paulo, ex-membro da CTNBio, São Paulo, 10 jul. 2013, MP3, 19'32".

Rubens Nodari, cientista, Universidade Federal de Santa Catarina, ex-Diretor do Ministério do Meio Ambiente e ex-membro da CTNBio, Santa Catarina, 2 jul. 2013, MP3, 46'14".

Semillas de Sur, ONG parte do Coletivo Parem de Fumigar Córdoba, membro do coletivo, Córdoba, 8 ago. 2012, WMA, 33'17".

Serviço da Cultura Popular, SerCuPo, entrevista em grupo com três membros do coletivo, Monte Grande, Província de Buenos Aires, 18 fev. 2013, MP3, 1h19'.

Stella Luque, cientista, Faculdade de Ciências Agrárias e ativista do Coletivo Paren de Fumigar Córdoba, Córdoba, 8 ago. 2012, WMA, 55'39".

Terra de Direitos, advogado e coordenador, Curitiba, 7 mar. 2013, via Skype, MP3, 55'56".

Referências

AIUTO, M. I. Pueblos fumigados. *Informe sobre la problemática del uso de plaguicidas en las principales provincias sojeras de la Argentina*. Grupo de Reflexión Rural, 2006. Disponível em: <http://www.grr.org.ar/campanapdf/>. Acesso em: 5 dez. 2012.

AIUTO, M. I. Pueblos fumigados. *Informe sobre la problemática del uso de plaguicidas en las principales provincias sojeras de la Argentina*. Grupo de Reflexión Rural, 2009. Disponível em: <http://www.grr.org.ar/campanapdf/>. Acesso em: 5. dez. 2012.

ANÁLISE DETECTA soja modificada em 5 alimentos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 mar. 2002.

ANDERSON, P. N. What Rights Are Eclipsed When Risk Is Defined by Corporatism?: governance and GM food. *Theory, Culture & Society*, 21(6): 155-170, 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS (ANEC). Farelo e óleo de Soja, 2014. Disponível em: <http://www.anec.com.br/pdf/ExportacaUltimos23anosFareloDeSoja.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2014.

ARANCIBIA, F. Challenging the bioeconomy: the dynamics of collective action in Argentina. *Technology in Society*, 35(2): 79-92, 2013.

ARANDA, D. El árbol y el bosque. *Lavaca*, mar. 2003. Disponível em: <http://www.lavaca.org/mu/mu-63-macri-suelto/>. Acesso em: 13 mar. 2013.

ARANDA, D. El Tóxico de los Campos. *Página/12*, 13 abr. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-123111-2009-04-13.html> Acesso em: 11 mar. 2011.

ARANDA, D. Otra campaña del desierto, ahora por la soja. *Página/12*, Buenos Aires, 12 out. 2010. *El País*. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-154770-2010-10-12.html>. Acesso em: 12 out. 2012.

ARGENTINA. Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos de la Nación. Plan Estratégico 2005, 2015 para el Desarrollo de la Biotecnología Agropecuaria, 2004. Disponível em: <www.argenbio.org/adc/uploads/pdf/Plan2015.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

ARGENTINA. Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca. Plan Estratégico Agroalimentario Y Agroindustrial Participativo Y Federal (PEA) 2010. Disponível em: *<https://inta.gob.ar/sites/.../inta_000001-libro_pea_argentina_lider_agroalimentario.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.*

ARONSKIND, R. & VOMMARO, G. (Eds.). *Campos de Batalla: las rutas, los medios y las plazas en el nuevo conflicto agrario*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

ARZA, V. *et al*. Problemas de La Regulación En Semillas: el caso del algodón transgénico en El Chaco. *Desarrollo Económico*, 49(196): 605-628, 2010.

AUGUSTO, L. G. S. *et al*. *Agrotóxicos, Saúde, Ambiente e Sustentabilidade*. *Dossiê Abrasco*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012. (Dossiê Abrasco: Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde, v. 2). Disponível em: www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/Dossie_Abrasco_02.pdf. Acesso em: 2 mar. 2013.

AUYERO, J. The moral politics of Argentine crowds. *Mobilization*, 9(3): 311-326, 2004.

AUYERO, J. & MORAN, T. M. The dynamics of collective violence: dissecting food riots in contemporary Argentina. *Social Forces*, 85(3): 1.341-1.367, 2007.

BAPTISTA, R. & TORTATO, M. Via campesina invade multinacional. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 mar. 2006.

BARBETTA, P. El Derecho distorsionado: una interpretación de los desalojos campesinos desde el análisis del campo jurídico. *In*: GRAS, V.; HERNÁNDEZ, V. A. & ALBALADEJO, C. (Eds.). *La Argentina Rural: de la agricultura familiar a los agronegocios*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

BARDOCZ, S. *et al*. Seralini and Science: an open letter. *Independent Science News*. 2 de outubro de 2012. Disponível em: <http://independentsciencenews.org/health/seralini-and-science-nk603-rat-study-roundup/>. Acesso em: 9 out. 2012.

BARROS E SILVA, F. Justiça deixa Bové ficar; governo recorre. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2001.

BAUER, M. W. Distinguishing red and green biotechnology: cultivation effects of the elite press. *International Journal of Public Opinion Research*, 17(1): 63-89, 2005.

BECK, U. *Risikogesellschaft. Auf Dem Weg in Eine Andere Moderne*. Suhrkamp Verlag, 1986.

BECK, U. *Weltrisikogesellschaft: Auf Der Suche Nach Der Verlorenen Sicherheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2007.

BENFORD, R. D. Frame disputes within the nuclear disarmament movement. *Social Forces*, 71(3): 677-701, 1993.

BENFORD, R. D. & SNOW, D. A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, 26: 611-239, 2000.

BERG-SCHLOSSER, D. & DE MEUR, G. Comparative research design: case and variable selection. *In*: RIHOUX, B. & RAGIN, C. C. (Eds.). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Thousand Oaks: Sage, 2009.

BERNSTEIN, H. Food Sovereignty via the "peasant way": a sceptical view. *Journal of Peasant Studies*, 41(6): 1.031-1.063, 2014.

BIDASECA, K. El Movimiento de mujeres agropecuarias en luchas: acciones colectivas y alianzas transnacionales. *In*: JELÍN, E. (Ed.). *Más Allá de La Nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

BISANG, R.; ANLLÓ, G. & CAMPI, M. Una revolución (no tan) silenciosa. Claves para repensar el agro en Argentina. *Desarrollo Económico*, 48 (190-191): 165-207, 2008.

BISSOLI, L. D. Ação judicial: uma estratégia da sociedade civil contra o fomento dos transgênicos. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36, Caxambu, 2012.

BISSOLI, L. D. Ativismo judicial nas lutas da sociedade civil contra os transgênicos. *Primeiros Estudos*, 4: 34-45, 2013.

BONNER, M. D. *Sustaining Human Rights: women and Argentine human rights organizations*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2007.

BONNEUIL, C. & LEVIDOW, L. How does the World Trade Organization know? The mobilization and staging of scientific expertise in the GMO trade dispute. *Social Studies of Science*, 42(1): 75-100, 2012.

BORRAS, S. M. Agrarian change and peasant studies: changes, continuities and challenges – an introduction. *Journal of Peasant Studies*, 36(1): 5-31, 2009.

BORRAS, S. M. *et al*. (Eds.). *Transnational Agrarian Movements Confronting Globalization*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2008.

BOTTARO, L. & SOLA ÁLVAREZ M. Acción colectiva y ampliación de demandas luego de la crisis de 2001: las particularidades de los movimientos socioambientales. *In*: LUZZI, M. (Ed.). *Problemas Socioeconómicos de La Argentina Contemporánea, 1976-2010*. Los Polvorines: Univisidad Nacional de General Sarmiento, 2012.

BOY, D.; KAMEL, D. D. & ROQUEPLO, P. Un exemple de démocratie participative: la "Conférence de Citoyens" sur les organismes génétiquement modifiés. *Revue Française de Science Politique*, 50(4): 779-810, 2000.

BRASIL DEVE influenciar futuro dos transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 maio 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Structuralist macroeconomics and the new developmentalism. *Revista de Economia Política*, 32(3): 347-366, 2012.

BRINGEL, B. & FALERO, A. Movimientos sociales y gobiernos en América Latina: nuevos escenarios, tipología de relaciones y formas estado/movimento. *Cadernos de Trabalho Netsal*, 2(5): 1-23, 2014.

BRÖER, C. & DUYVENDAK, J. W. Discursive opportunities, feeling rules, and the rise of protests against aircraft noise. *Mobilization*, 14(3): 337-356, 2009.

BURACHIK, M. & TRAYNOR, P. Analysis of a national biosafety system: regulatory policies and procedures in Argentina. *ISNAR Country Report 63*. The Hague: International Service for National Agricultural Research, 2002.

BURAWOY, M. *Global Ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world*. Berkeley: University of California Press, 2000.

BURCHARDT, H-J.; DIETZ, K. & ÖHLSCHLÄGER, R. (Eds.). *Umwelt Und Entwicklung Im 21. Jahrhundert: Impulse Und Analysen Aus Lateinamerika*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2013.

CÁCERES, D. M. Accumulation by dispossession and socio-environmental conflicts caused by the expansion of agribusiness in Argentina. *Journal of Agrarian Change*, 15(1): 116-147, 2015.

CAMPBELL, H. Breaking new ground in food regime theory: corporate environmentalism, ecological feedbacks and the "food from somewhere" regime? *Agriculture and Human Values*, 26(4): 309-319, 2009.

CARDOSO, C. Soja transgênica se espalha pelo Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 maio 2002.

CARDOSO, E. L. & FANTI, F. Movimentos sociais e direito: o poder judiciário em disputa. *In*: RODRIGUEZ, J. R. & SILVA, F. G. (Eds.). *Manual de Sociologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARNEIRO, F. *et al. Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012. (Dossiê Abrasco: Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde, v. 1.). Disponível em: <www.abrasco.org.br/UserFiles/File/ABRASCODIVULGA/2012/DossieAGT.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

CARRASCO, A. *Carta al CONICET del Dr. Andrés Carrasco*, 10 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.lavaca.org/notas/fumiguen-a-la-ciencia/>. Acesso em: 30 abr. 2010.

CARRIZO, C. I. & BERGER, M. *Estado Incivil y Ciudadanos Sin Estado: paradojas del ejercicio de derechos en cuestiones ambientales*. Córdoba: Narvaja, 2009.

'CARTA DO Rio Grande Do Sul'. 20 de agosto de 1999. Disponível em: <www.agirazul.com.br/artigos/cartars.htm>. Acesso em 30 jul. 2013.

CARTER, M. *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CASTRO, B. S. *O Processo de Institucionalização da Soja Transgênica no Brasil nos Anos de 2003 e 2005: a partir da perspectiva das redes sociais*, 2006. Dissertação de Mestrado, Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CASTRO, F. & MOTTA, R. Environmental Politics under Dilma: changing relations between the civil society and the state. *LASA Forum*, XLVI(3): 25-27, 2015.

CATACORA-VARGAS, G. *et al*. *Soybean Production in the Southern Cone of the Americas: update on land and pesticide use*. Cochabamba: Virmegraf, 2012.

CÁTEDRA LIBRE DE SOBERANÍA ALIMENTARIA. *Cómo Analizar la Nueva Ley de Semillas*. Buenos Aires: CaliSA, F.A.U.B.A., 2013.

CÁTEDRA UNESCO DE SOSTENIBILIDAD DE LA UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE CATALUÑA (UPC) *et al. Situación de los Derechos Humanos en el Noroeste argentino en 2008*. Barcelona: Càtedra Unesco en Sostenibilitat, 2009. Disponível em: <http://edpac.org/docs/Publicacio_Informe_Argentina.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT. MDG Progress Index: gauging country-level achievements. *Center for Global Development*. Disponível em: <www.cgdev.org/page/mdg-progress-index-gauging-country-level-achievements>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CESARINO, L. M. C. N. *Acendendo as Luzes da Ciência para Iluminar o Caminho do Progresso: ensaio de Antropologia simétrica da lei de biossegurança brasileira*, 2006. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília.

CINTRA, L. A natureza reage às monoculturas. É algo que ela considera equivocado. *Superinteressante*, São Paulo, 18 de dez. 2013.

COMISIÓN NACIONAL DE INVESTIGACIÓN SOBRE AGROQUÍMICOS & CONICET. Evaluación de la información científica vinculada al glifosato en su incidencia sobre la salud humana y el ambiente. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.fundacion-campo.org/userfiles/prensa/glifosatoinfoconicet09.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL/CEPALSTAT). Estatísticas e indicadores demográficos e sociais, pobreza: população vivendo com menos de 1.90 e 3.30 dólares por dia, valores PPA 2011 (Banco Mundial). Disponível em: <http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=160&idioma=e>. Acesso em: 2 set. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA (CNBS). Orientação CNBS Nº 1, de 31 de Julho de 2008, 2008a. Disponível em: <http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/55.html?execview=listaitenslegislacao&norma=Orienta%E7%F5es>. Acesso em: 17 jul. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA (CNBS). Orientação CNBS Nº 2, de 31 de Julho de 2008, 2008b. Disponível em: <http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/55.html?execview=listaitenslegislacao&norma=Orienta%E7%F5es>. Acesso em: 17 jul. 2011.

CORDERO, M. En Bariloche los comercios deberán identificar los alimentos transgénicos. *El Clarín*, Buenos Aires, 10 maio 2001.

DABROWSKA, P. Civil society involvement in the EU regulations on GMOs: from the design of a participatory garden to growing trees of European public debate. *Journal of Civil Society*, 3(3): 287-304, 2007.

DAS, V. & POOLE, D. (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2004.

DELGADO, G. C. A Questão agrária e o agronegócio no Brasil. *In*: CARTER, M. (Ed.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DELGADO, G. C. Pacto de poder com os donos da terra. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 2 jul. 2013.

DELLA PORTA, D.; KRIESI, H. & RUCHT, D. (Eds.). *Social Movements in a Globalizing World*. Basingstoke: Macmillan, 1999.

DELVENNE, P.; VASEN, F. & VARA, A. M. The "soy-Ization" of Argentina: the dynamics of the "globalized" privatization regime in a peripheral context. *Technology in Society*, 35(2): 153-162, 2013.

DEZ ANOS de Transgênicos No Brasil - Caminhos Da Reportagem. TVBrasil, 2014. 52'29". Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=GbheATuAGbo&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 24 mar. 2014.

DIELS, J. *et al.* Association of financial or professional conflict of interest to research outcomes on health risks or nutritional assessment studies of genetically modified products. *Food Policy*, 36: 197-203, 2011.

DOSS, C.; SUMMERFIELD, G. & TSIKATA, D. Land, gender, and food security. *Feminist Economics*, 20(1): 1-23, 2014.

DOUGLAS, M. *Risk and Blame*. London: Routledge, 2003.

DOW AGROSCIENCES. Dow AgroSciences response to activist claims regarding 2,4-D and our new herbicide-tolerant technology package. *Dow Agro-Sciences*. 26 abr. 2012. Disponível em: <http://newsroom.dowagro.com/press-release/dow-agrosciences-response-activist-claims-regarding-24-d-and-our-new-herbicide-toleran>. Acesso em: 30 abr. 2014.

ECONOMIST debates: biotechnology. *The Economist*, London, 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Destino do Agronegócio Brasileiro de Soja. *Embrapa*. Disponível em: <www.cnpso.embrapa.br/sojaemnumeros/app/graf6.html>. Acesso em: 3 mar. 2014.

EMBRAPA SOJA. Cronologia do Embargo Judicial, 2003. Disponível em: <www.cnpso.embrapa.br/download/cronologia_sojarr.pdf>. Acesso em 01 mar. 2013.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography*, 20(2): 139-174, 2001.

ESCOBAR, A. *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

EZCURRA, E. Greenpeace no juega. *El Clarín*. Buenos Aires, 10 fev. 2001.

FASSI, M. C. Agricultura empresarial y globalizaciones. Los efectos de la soja transgénica en el Paraguay. *Revista Herramienta*, 40, 2009.

FERNANDES, G. O companheiro liberou. *Relatório do Projeto*. *Mapas: monitoramento ativo da sociedade.* Rio de Janeiro: Ibase, 2005. Disponível em: <http://aspta.org.br/campanha/o-companheiro-liberou/>. Acesso em: 31 jan. 2012.

FERNANDES, G. Brief History of the GMFree Brazil Campaign. *In*: INTERNATIONAL SEMINAR ON GMOS, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://antigo.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/updates/background-papers/>. Acessado em: 31 jan. 2012.

FERREE, M. M. *et al. Shaping Abortion Discourse: democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FIGURELLI, M. Movimientos Populares Agrarios: asimetrías, disputas y entrelazamientos en la construcción de lo campesino. *Working Paper Series 48*. Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013.

FITTING, E. M. *The Struggle for Maize: campesinos, workers, and transgenic corn in the Mexican countryside*. Durham: Duke University Press, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Value of agricultural production: Soybeans, soybean cake, soybean oil net production value, 2014. Disponível em: <http://ref.data.fao.org/dataset-data-filter?entryId=6983404e-4c24-434a-88e2-656eb68be453&tab=data>. Acesso em: 13 maio 2014.

FORO DE LA TIERRA Y LA ALIMENTACIÓN. Del "Granero del Mundo" a la Republiqueta Sojera: por qué estamos en contra del modelo transgénico. Buenos Aires: Greenpeace Argentina, 2002. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/argentina/Global/argentina/report/2006/3/del-granero-del-mundo-a-la.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2012.

FRANCO, N. Ministério diz que é contra taxação de exportações agropecuárias. *EBC Agência Brasil*, 31 mar. 2014.

FREITAS, A. B. *Aliança entre Movimentos Ambientalistas e de Consumidores: o caso da "Campanha por um Brasil livre de transgênicos"*, 2011. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

FRIEDMANN, H. & McMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, 29(2): 93-117, 1989.

GAMSON, W. A. *Talking Politics*. 5. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GAMSON, W. A. & MEYER, D. Framing political opportunity. *In*: McADAM, D.; McCARTHY, J. D. & ZALD, M. N. (Eds.). *Comparative Perspectives on Social Movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GAMSON, W. A. & MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *The American Journal of Sociology*, 95: 1-37, 1989.

GASKELL, G. Science policy and society: the British debate over GM agriculture. *Current Opinion in Biotechnology*, 15(3): 241-245, 2004.

GASKELL, G. & BAUER, M. W. *Biotechnology, 1996-2000: the years of controversy*. London: NMSI Trading, 2001.

GERSCHMANN, L. Governo do RS quer banir transgênico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1999.

GERSCHMANN, L. União liberará venda de soja modificada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 jul. 2001.

GIARRACCA, N. El movimiento de mujeres agropecuarias en lucha: protesta agraria y género durante el último lustro en Argentina. *In*: GIARRACCA, N. *et al.* (Eds.). *Una Nueva Ruralidad en América Latina*. 1. ed. Buenos Aires: Clacso, 2001.

GIARRACCA, N. De las fincas y las casas a las rutas y las plazas: las protestas y las organizaciones sociales en la Argentina de los mundos "Rururbanos". Una mirada desde América Latina. *Sociologias*, 10: 250-283, 2003.

GIARRACCA, N. & TEUBAL, M. *Del paro Agrario a las Elecciones de 2009: tramas, reflexiones y debates*. 1. ed. Buenos Aires: EA, 2010.

GIARRACCA, N. *et al*. *Una Nueva Ruralidad en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

GIRARDI, E. P. & VINHA, J. F. S. C. *DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Brasil 2012*. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, FCT/Unesp, 2013.

GIUGNI, M G. Was it worth the effort? The outcomes and consequences of social movements. *Annual Review of Sociology*, 24(jan.): 371-393, 1998.

GLOBO RURAL. Milho resistente a herbicida causa problema em lavouras de soja de MT. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/12/milho-resistente-herbicida-causa-problema-em-lavouras-de-soja-de-mt.html>. Acesso em: 20 dez. 2013.

GLOVER, D. The corporate shaping of GM crops as a technology for the poor. *Journal of Peasant Studies*, 37(1): 67-90, 2010.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social e Sociedade*, 112(dez.): 637-771, 2012.

GÓNGORA-MERA, M. & MOTTA, R. C. El Derecho internacional y la mercantilización biohegemónica de la naturaleza: la diseminación normativa de la propiedad intelectual sobre semillas en Colombia y Argentina. *In*: GÖBEL, B.; GÓRGORA-MERA, M. & ULLOA, A. (Eds.). *Desigualdades Socioambientales en América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colómbia, 2014.

GOVEN, J. Deploying the consensus conference in New Zealand: democracy and de-problematization. *Public Understanding of Science*, 12(4): 423-440, 2003.

GOVERNO SAI em defesa dos transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 jul. 2000.

GRAIN. La República Unida de la soja recargada, *A Contrapelo*, 2013a. Disponível em: <www.grain.org/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada>. Acesso em: 13 mar. 2014.

GRAIN. Leyes de semillas en América Latina: una ofensiva que no cede y una resistencia que crece y suma. *A Contrapelo*, out. 2013b. Disponível em: <http://www.grain.org/es/article/entries/4801-leyes-de-semillas-en-america-latina-una-ofensiva-que-no-cede-y-una-resistencia-que-crece-y-suma>. Acesso em: 13 mar. 2014.

GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. London: Lawrence & Wishart, 1971.

GRAS, C. Changing patterns in family farming: the case of the Pampa region, Argentina. *Journal of Agrarian Change*, 9(3): 345-364, 2009.

GRAS, C. & HERNÁNDEZ, V. Modelo productivo y actores sociales en el agro Argentino. *Revista Mexicana de Sociología*, 70(2): 227-259, 2008.

GREENPEACE ARGENTINA. Cosecha récord, hambre récord. GMOs - Argentina - Sociedade Civil - Greenpeace, 2002.

GREENPEACE ARGENTINA. La guerra de Estados Unidos contra el sur y la biodiversidad: renovado ataque de un Estado agresivo. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/argentina/es/informes/la-guerra-de-estados-unidos-co/>. Acesso em: 30 jul. 2012.

GREENPEACE ARGENTINA. Transgénicos. *Greenpeace Argentina*. Disponível em: <www.greenpeace.org/argentina/es/campanas/bosques/transgenicos>. Acesso em: 10 out. 2013.

GREENPEACE CRIA guia de produtos com OGMs. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 maio 2002.

GREENPEACE FAZ NOVA lista de transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 set. 2000.

GREENPEACE DIVULGA nova lista de transgênicos vendidos no Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 ago. 2001.

GREENPEACE "PINTA" transgênico em Santa Cruz. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 jul. 2001.

GREENPEACE PUBLICA lista de "comida segura". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 out. 2000.

GRUPO DE MADRES DE CÓRDOVA. Destrucción del Espacio Urbano: genocidio encubierto en barrio Ituzaingó de Córdoba. Informe Alternativo sobre la salud en América Latina. Quito: Observatorio Latinoamericano de la Salud CEAS, 2005. Disponível em: <http://www.grr.org.ar/curitiba/sofiagatica.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

GUDYNAS, E. The new bonfire of vanities: soybean cultivation and globalization in South America. *Development*, 51(4): 512-518, 2008.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. *Nueva Sociedad*, 237: 128-146, 2012.

GUIBU, F. Manifestantes depredam navio da Libéria com milho transgênico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 jul. 2000.

GUIVANT, J. S. Transgênicos e percepção pública da ciência no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 9(1): 81-103, 2006.

HABERMAS, J. Zur Rolle von Zivilgesellschaft Und Politischer Öffentlichkeit. *In*: HABERMAS, J. *Faktizität Und Geltung: Beiträge Zur Diskurstheorie Des Rechts Und Des Demokratischen Rechtsstaats*. Frankfurt aim Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

HABERMAS, J. Hat Die Demokratie Noch Eine Epistemische Dimension? Empirische Forschung Und Normative Theorie. *In*: HABERMAS, J. *Ach, Europa: Kleine Politische Schriften XI*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2008.

HAFERS, L. A. Discussão sobre transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 ago. 2000.

HALLIN, D. C. & MANCINI, P. *Comparing Media Systems: three models of media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HELLER, C. From scientific risk to paysan savoir-faire: peasant expertise in the French and global debate over GM crops. *Science as Culture*, 11(1): 5-37, 2002.

HELLER, C. *Food Solidarity : French farmers and the fight against industrial agriculture and genetically modified crops*. Durham: Duke University Press, 2013.

HERNÁNDEZ, V. El Fenomeno economico y cultural del boom de la soja y el empresariado innovador. *Desarrollo Económico*, 47(187): 331-365, 2007.

HERRING, R. J. The Genomics revolution and development studies: science, poverty and politics'. *Journal of Development Studies*, 43(1): 1-30, 2007.

HILSON, C. New social movements: the role of legal opportunity. *Journal of European Public Policy*, 9 (2): 238-255, 2002.

HOCHSTETLER, K. & KECK, M. E. *Greening Brazil: environmental activism in state and society*. Durham: Duke University Press, 2007.

HOPKINS, T. K. & WALLERSTEIN, I. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review (Fernand Braudel Center)*, 10(1): 157-170, 1986.

HORST, M. Collective closure? Public debate as the solution to controversies about science and technology. *Acta Sociologica*, 53(3): 195-211, 2010.

IDEC LIBERA lista de alimentos transgênicos'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 abr. 2001.

IDEC QUESTIONA o decreto de rotulagem. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 jul. 2001.

INDÚSTRIAS NÃO reconhecem teste do Idec. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 5 abr. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). O submundo dos agrotóxicos. *Revista do Idec*, 172: 1-2, 2012.

INSTITUTO PEDE medida judicial contra CNTBio. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 jul. 2000.

JAMES, C. *Global Status of Transgenic Crops in 1997: ISAAA brief 5.* Ithaca: Isaaa, 1997. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/05/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Review of Commercialized Transgenic Crops – 1998: ISAAA Brief 8*. Ithaca: Isaaa, 1998. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/08/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Review of Commercialized Transgenic Crops – 1999: ISAAA Brief 17*. Ithaca: Isaaa, 2000a. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/17/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Review of Commercialized Transgenic Crops – 2000: ISAAA Brief 23*. Ithaca: Isaaa, 2000b. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/23/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Review of Commercialized Transgenic Crops – 2001: ISAAA Brief 24*. Ithaca: Isaaa, 2001. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/24/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Transgenic Crops – 2002: ISAAA Brief 27*. Ithaca: Isaaa, 2002. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/27/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Preview: Global Status of Commercialized Transgenic Crops – 2003: ISAAA Brief 30*. Ithaca: Isaaa, 2003. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/30/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Preview: Global Status of Commercialized Transgenic Crops – 2004: ISAAA Brief 32*. Ithaca: Isaaa, 2004. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/32/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Transgenic Crops – 2005: ISAAA Brief 34*. Ithaca: Isaaa, 2005. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/34/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Transgenic Crops – 2006: ISAAA Brief 35*. Ithaca: Isaaa, 2006. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/35/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Transgenic Crops – 2007: ISAAA Brief 37*. Ithaca: Isaaa, 2007. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/37/default.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Transgenic Crops – 2008: ISAAA Brief 39*. Ithaca: Isaaa, 2008. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/39/default.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops – 2009: ISAAA Brief 41*. Ithaca: Isaaa, 2009. Disponível em: <http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/41/executivesummary/default.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops – 2010: ISAAA Brief 42*. Ithaca: Isaaa, 2010. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/42/default.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of commercialized Biotech/GM crops – 2011: ISAAA Brief 43*. Ithaca: Isaaa, 2011. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/43/default.asp>. Acesso em: 9 jan. 2012.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops – 2012: ISAAA Brief 44*. Ithaca: Isaaa, 2012. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/44/default.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops – 2013: ISAAA Brief 46.* Ithaca: Isaaa, 2013. Disponível em: <http://isaaa.org/resources/publications/briefs/46/default.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. *Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2015: ISAAA Brief 51*. Ithaca: Isaaa, 2016. Disponível em: <www.isaaa.org/resources/publications/briefs/51/pptslides/default.asp>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JAMES, C. & KRATTIGER, A. F. *Global Review of the Field Testing and Commercialization of Transgenic Plants, 1986 to 1995: the first decade of crop biotechnology: ISAAA Brief 1*. Ithaca: Isaaa, 1996. Disponível em: <www.isaaa.org/resources/publications/briefs/01/download/isaaa-brief-01-1996.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

JASANOFF, S. *Designs on Nature: science and democracy in Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

JELIN, E. (Ed.). *Women and Social Change in Latin America: women's studies*. Geneva: United Nations Research Inst. for Social Development, 1990.

JELIN, E. (Ed.).Women, gender, and human rights. *In*: JELIN, E. & HERSHBERG E. (Eds.). *Constructing Democracy: human rights, citizenship, and society in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1996.

JOHNSON, A. & BEBBINGTON, A. Rural social movements in Latin America: organizing for sustainable livelihoods. *Journal of Peasant Studies*, 38(3): 651-653, 2011.

KASKEY, J. Monsanto offers Brazilian farmers royalty-free soybeans. *Bloomberg*, 23 jan. 2013. Disponível em: <www.bloomberg.com/news/2013-01-23/monsanto-offers-brazilian-farmers-royalty-free-soybeans.html>. Acesso em: 1 mar. 2013.

KAY, C. Estructura agraria, conflicto y violencia en la sociedad rural de América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, 63(4): 159-195, 2001.

KECK, M. K. & SIKKINK, K. *Activists beyond Borders: advocacy networks in international politics*. Cambrigde: Cambridge University Press, 1998.

KERKVLIET, B. J. T. Everyday Politics in peasant societies (and ours). *Journal of Peasant Studies*, 36(1): 227-243, 2009.

KINCHY, A. J. Epistemic boomerang: expert policy advice as Leverage in the campaign against transgenic maize in Mexico. *Mobilization*, 15(2): 179-198, 2010.

KINCHY, A. J. *Seeds, Science, and Struggle: the global politics of transgenic crops*. Cambridge: MIT Press, 2012.

KLEFFMANN & PARTNER SRL-KLEFFMANNGROUP. Mercado Argentino de Produtos Fitosanitarios 2012. Disponível em: <www.casafe.org/pdf/estadisticas/Informe%20Mercado%20Fitosanitario%202012.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2013.

KLOPPENBURG, J. R. *First the Seed: the political economy of plant biotechnology, 1492-2000*. 2. ed. Madison: University of Wisconsin Press, 2004. (Science and Technology in Society)

KOOPMANS, R. The missing link between structure and agency: outline of an evolutionary approach to social movements. *Mobilization*, 10(1): 19-33, 2005.

LANDIM, R. & PALACIOS, A. Brasil bate Argentina na produção de soja, mas ganha muito menos dinheiro. *Estadão*, São Paulo, 11 set. 2011. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-bate-argentina-na-producao-de-soja-mas-ganha-muito-menos-dinheiro-imp-,771006. Acesso em: 10 ago. 2018.

LAPEGNA, P. Notes from the field the expansion of transgenic soybeans and the killing of indigenous peasants in Argentina. *Societies Without Borders*, 8(2): 291-308, 2013a.

LAPEGNA, P. Social movements and patronage politics: processes of demobilization and dual pressure. *Sociological Forum*, 28(4): 842-863, 2013b.

LAPEGNA, P. Global ethnography and genetically modified crops in Argentina: on adoptions, resistances, and adaptation. *Journal of Contemporary Ethnography*, 43(2): 202-227, 2014.

LAPEGNA, P. Genetically modified soybeans, agrochemical exposure, and everyday forms of peasant collaboration in Argentina. *The Journal of Peasant Studies*, 43(2): 517-536, 2016.

LAVINAS, L. Brasil, de la reducción de la pobreza al compromiso de erradicar la miseria. *Revista CIDOB D'afers Internacionals*, 97-98: 67-86, 2012.

LAVINAS, L. 21st Century Welfare. *New Left Review*, II, n. 84 (December): 5-40, 2013.

LAZZAROTTO, J. J. & ROESSING, A. C. Contribuição da agricultura para a arrecadação tributária. Documentos 229. Londrina: Embrapa Soja, 2004. Disponível em: <www.contag.org.br/imagens/f1938embrapa-tributos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LEITE, M. Idec quer normas mais definidas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 out. 1998a.

LEITE, M. Para empresa, planta é idêntica. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 out. 1998b.

LEITE, M. SBPC aguarda esclarecimentos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 out. 1998c.

LEITE, M. Campanha defende transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 nov. 1999.

LEITE, M. ONG testa alimentos em busca de ingredientes transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 fev. 2000.

LEITE, M. Arautos da razão: a paralisia no debate sobre transgênicos e meio ambiente. *Novos Estudos – Cebrap*, 78: 41-47, 2007.

LEVIDOW, L. & CARR, S. How biotechnology regulation sets a risk/ethics boundary. *Agriculture and Human Values*, 14(1): 29-43, 1997.

LEVIDOW, L.; MURPHY, J. & CARR, S. Recasting "substantial equivalence": transatlantic governance of GM food. *Science, Technology & Human Values*, 32(1): 26-64, 2007.

LIMA, D. B. *Legitimidade social da biotecnologia na agricultura: o caso da soja transgênica no sul do Brasil*, 2007. Tese de Doutorado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LISBOA, M. Transgênicos no Governo Lula: liberdade para contaminar. *PUCviva Revista*, 29: 26-46, 2007.

LISBOA, M. Transgênicos: quem ganha com eles? *PUCviva Revista*, 36: 41-45, 2009.

LOPES, R. J. & TORTATO, M. País defende rastreamento de transgênico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2006.

LUHMANN, N. *Risk: a sociological theory*. New Brunswick: Aldine Transaction, 2008.

LULA volta a criticar liberação de transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 jul. 2001.

LUPION, A. Relatório dos trabalhos da CPMI da terra. Brasília: Congresso Nacional, 2005. Disponivel em: <www.senado.gov.br/comissoes/CPI/RefAgraria/CPMITerra.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

LUZZI, M. *Problemas Socioeconómicos de La Argentina Contemporánea, 1976-2010*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2012.

LYRA, L. A Mídia e o debate sobre os transgênicos, 2005. Disponível em: <www.premioopiniaopublica.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=53:a-midia-e-o-debate-sobre-os-transgenicos&catid=18:2005&Itemid=12>. Acesso em: 20 out. 2013.

MAGDOFF, F.; FOSTER, J. B. & BUTTEL, F. (Eds.). *Hungry for Profit: the agribusiness threat to farmers, food, and the environment*. New York: Monthly Review Press, 2000.

MAGNAN, A. Refeudalizing the public sphere: "manipulated publicity" in the Canadian Debate on GM Foods. *The Canadian Journal of Sociology, Cahiers Canadiens de Sociologie*, 31(1): 25-53, 2006.

MARIN, A.; STUBRIN, L. & VAN ZWANENBERG, P. Developing capabilities in the seed industry: which direction to follow? Buenos Aires, 2014. Disponível em: <www.ssrn.com/abstract=2742162>. Acesso em: 23 ago. 2014.

MARTÍNEZ ALIER, J. *The Environmentalism of the Poor: a study of ecological conflicts and valuation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E. & ROSSET, P. M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. *Journal of Peasant Studies*, 37(1): 149-175, 2010.

MAUERSBERGER, C. *Advocacy coalitions and democratizing media reforms in Latin America: whose voice gets on the air?* Berlin: Springer, 2015.

MAYER, S. & STIRLING, A. GM Crops: good or bad. *Embo Reports*, 5(11): 1.021-1.024, 2004.

McADAM, D.; TARROW, S. & TILLY, C. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McCANN, M. Law and social movements: contemporary perspectives. *Annual Review of Law and Social Science*, 2(1): 17-38, 2006.

McMICHAEL, P. Peasants make their own history, but not just as they please. *In*: BORRAS, S. M.; EDELMAN, M. & KAY, C. (Eds.). *Transnational Agrarian Movements Confronting Globalization*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2008.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, 36(1): 139-169, 2009.

MENASCHE, R. *Os Grãos da Discórdia e o Risco à Mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande Do Sul*, 2003. Tese de Doutorado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MENASCHE, R. Os grãos da discórdia e o trabalho da mídia. *Opinião Pública*, 11(1): 169-191, 2005.

MENEZES, T. M. & PALERMO, V. Gobierno de Lula y lulismo: examinando algunas hipótesis sobre las condiciones de posibilidad y la naturaleza del lulismo. *Temas y Debates*, 23: 13-37, 2012.

MESNAGE, R. e*t al*. Cytotoxicity on human cells of Cry1Ab and Cry1Ac Bt insecticidal toxins alone or with a glyphosate-based herbicide. *Journal of Applied Toxicology*, 33 (7): 695-699, 2013.

MILL, J. S. *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive: being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation*. London: John W. Parker, 1843.

MOHADED, M. Una carpa negra como base de la protesta campesina. *Página/12*, 29 jun. 2000. Disponível em: <www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-123111-2009-04-13.html>. Acesso em: 11 mar. 2011.

MOTTA, R. *O Risco nas Fronteiras entre Política, Economia e Ciência: a controvérsia acerca da política sanitária para alimentos geneticamente modificados*, 2008. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília.

MOTTA, R. Risky politics: a sociological analysis of the WTO panel on biotechnological products. *In*: VAN ASSELT, M. B. A; VERSLUIS, E. & VOS, E. (Eds.). *Balancing between Trade and Risk: integrating legal and social science perspectives*. London, New York: Routledge, 2013a.

MOTTA, R. *The Public Debate about Agrobiotechnology in Latin American Countries: a comparative study of Argentina, Brazil and Mexico*. Santiago de Chile: Eclac, 2013b. (Production Development Series, 193)

MOTTA, R. Social disputes over GMOs: an overview. *Sociology Compass*, 8 (12): 1.360-1.376, 2014.

MOTTA, R. Transnational discursive opportunities and social movement risk frames opposing GMOs. *Social Movement Studies* 14(5): 576-595, 2015.

MOTTA, R. & ALASINO, N. Medios y política en la Argentina: las disputas interpretativas sobre la soja transgénica y el glifosato. *Question*, 1(38): 323-335, 2013.

MST PROTESTA para atrair atenção no Fórum Social Mundial. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 jan. 2001. Editorial.

MURAKAWA, F. E. Para Embrapa, Brasil está pronto para transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 nov. 1999.

MURILLO, M. V. & LEVITSKY, S. Argentina: from Kirchner to Kirchner. *Journal of Democracy*, 19(2): 16-30, 2008.

NEWELL, P. Corporate Power and "Bounded Autonomy" in the Global Politics of Biotechnolgy. *In*: FALKNER, R. (Ed.). *The International Politics of Genetically Modified Food: diplomacy, trade, and law*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

NEWELL, P. Trade and biotechnology in Latin America: democratization, contestation and the politics of mobilization. *In*: BORRAS, S. M.; EDELMAN, M. & KAY, C. (Eds.). *Transnational Agrarian Movements Confronting Globalization*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2008.

NEWELL, P. Bio-Hegemony: the political economy of agricultural biotechnology in Argentina. *Journal of Latin American Studies*, 41(1): 27-57, 2009.

NOBRE, M. *Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, M. & RODRIGUEZ J. R. "Judicialização da política": déficits explicativos e bloqueios normativistas. *Novos Estudos − Cebrap*, 91: 5-20, 2011.

NORA CORTIÑAS apoya a Las Madres de Ituzaingó'. *La Voz del Interior*, Buenos Aires, 11 jun. 2012.

OTERO, G. (Ed.). *Food for the Few: neoliberal globalism and biotechnology in Latin America*. Austin: University of Texas Press, 2008.

OTRO CAMINO PARA SUPERAR LA CRISIS. Otro Camino Para Superar La Crisis, 2 jul. 2008. Disponível em: <http://otrocamino.wordpress.com/>. Acesso em: 13 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO pede para ONU apoiar não-transgênico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 jan. 2001.

PAARLBERG, R. Genetically modified crops in developing countries: promise or peril. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 42(1): 19-27, 2000.

PAGANELLI, A. *et al*. Glyphosate-based herbicides produce teratogenic effects on vertebrates by impairing retinoic acid signaling. *Chemical Research in Toxicology*, 23(10): 1.586-1.595, 2012.

PALMER, D. & EMMOTT, R. U.S. Trade deal could be a lot for Europe to swallow. *Reuters*, London, 11 dez. 2012.

PECHLANER, G. & OTERO, G. The third food regime: neoliberal globalism and agricultural biotechnology in North America. *Sociologia Ruralis*, 48(4): 351-371, 2008.

PELAEZ, V. & SCHMIDT, W. A difusão dos OGM no Brasil: imposição e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 14: 5-31, 2000.

PELLEGRINI, P. A. *Transgénicos: ciencia, agricultura y controversias en la Argentina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

PENGUE, W. Transgenic crops in Argentina: the ecological and social debt. *Bulletin of Science, Technology & Society*, 25(4): 314-322, 2005.

PEREIRA, P. & FERNANDES, G. Mulheres protestam contra milho transgênico em reunião da CTNBio. *Comissão Pastoral da Terra Nordeste II*, 19 set. 2007. Disponível em: <www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias-do-campo/1734-mulheres-protestam-contra-milho-transgenico-em-reuniao-da-ctnbio.html>. Acesso em: 2 maio 2014.

PÉREZ SÁINZ, J. P. "Postneoliberalism" and social inequalities in the Andes: reflections and hypotheses on the Venezuelan, Bolivian, and Ecuadorian cases. *In*: FRITZ, B. & LAVINAS, L. (Eds.). *A Moment of Equality for Latin America? Challenges for redistribution*. Burlington: Ashgate, 2015. (Entangled Inequalities: Exploring Global Asymmetries.)

PETERS, H. P. Editorial: public opinion on biotechnology. *International Journal of Public Opinion Research*, 17 (1): 1-5, 2005.

PETRAS, J. F. & VELTMEYER, H. Are Latin American peasant movements still a force for change? Some new paradigms revisited. *The Journal of Peasant Studies*, 28(2): 83-118, 2001.

PETRAS, J. F. & VELTMEYER, H. *Social Movements in Latin America: neoliberalism and popular resistance*. New York: Palgrave Macmillan, 2010. (Social Movements and Transformation)

POLÊMICA divide até os cientistas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 mar. 2000.

PORTO, M. F. & MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a Justiça Ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6): 1.983-1.994, 2009.

POTH, C. Reconstruyendo la institucionalidad del modelo biotecnológico agrario: un enfoque sobre la Comisión Nacional de Biotecnología Agropecuaria. *In:* GRAS, C. & HERNÁNDEZ, V. (Eds.). *El Agro Como Negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Biblios, 2013.

PRATO cheio. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2001.

PREVOST, G.; CAMPOS, C. O. & VANDEN, H. E. (Eds.). *Social Movements and Leftist Governments in Latin America: confrontation or co-optation?* London; New York: Zed Books, 2012.

PRZEWORSKI, A. & TEUNE, H. *The Logic of Comparative Social Inquiry*. New York: Wiley-Interscience, 1970.

RAUCHECKER, M. Intellectual property rights and rent appropriation – open conflict regarding royalties on RR soy in Argentina. *Journal Für Entwicklungspolitik*, 29(2): 69-85, 2013.

RAUCHECKER, M. *Advocacy in Multi-Territorialen Und Multi-Sektoralen Politischen Systemen – Der Wandel Und Die Konstanten Der Pestizidregulierung Im Fragmented State Argentinien*, 2015. Tese de Doutorado, Berlin: Freie Universität Berlin.

RED AGROFLORESTAL CHACO ARGENTINA (REDAF). Conflictos por la tierra y ambientales | red agroforestal Chaco Argentina. *Red Agroforestal Chaco Argentina*, Santa Fe, 14 jan. 2014.

REIS, M. R. *Tecnologia Social de Produção de Sementes e Agrobiodiversidade*, 2012. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília.

RIHOUX, B. & RAGIN, C. C. *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. Thousand Oaks: Sage, 2009.

RIPPARDO, S. Oposição quer abrir CPI dos transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 jul. 2000.

RIPPARDO, S. & MURAKAWA, F. E. Pesquisa da embrapa favorece Monsanto. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 jul. 2000.

RODRIGUEZ, J. R. A Desintegração do *status quo*: direito e lutas sociais. *Novos Estudos – Cebrap*, 96: 49-66, 2003.

RUCHT, D. Öffentlichkeit Als Mobilisierungsfaktor Für Soziale Bewegungen. *Kölner Zeitschrift Für Soziologie Und Sozialpsychologie*, 34(Sonderhefte): 337-358, 1994.

RULLI, J. E. *Pueblos Fumigados: los efectos de los plaguicidas en las regiones sojeras*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2009.

SALAZAR, A. L. A informação sobre alimentos transgênicos no Brasil. *In*: ZAGNONI, M. & FERMENT, G. (Eds.). *Transgênicos para Quem? Agricultura, ciência, sociedade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

SALAZAR, A. L. & GROU, K. B. Alimentos transgênicos, direitos humanos e o poder judiciário. *In*: FRIGO, D.; PRIOSTE, F. & FILHO, A. S. E. (Eds.). *Justiça e Direitos Humanos: experiências de assessoria jurídica popular*. Curitiba: Terra de Direitos, 2010.

SAMORA, R. MST Anuncia invasão de fazendas com transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 dez. 1999.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, 112: 672-688, 2012.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. *Textos para Discussão 30*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SAUER, S. *Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHEINBERG, G. Campanha pede mais rigor sobre transgênicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 fev. 2000.

SCHILD, V. Recasting "popular" movements: gender and political learning in neighborhood organizations in Chile. *Latin American Perspectives*, 21: 59-80, 1994.

SCHILD, V. Care and punishment in Latin America: the gendered neoliberalisation of the Chilean state. *In*: GOODALE, M. & POSTERO, N. (Eds.). *In Neoliberalism, Interrupted: social change and contested governance in contemporary Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

SCHNURR, M. A. Biotechnology and bio-hegemony in Uganda: unraveling the social relations underpinning the promotion of genetically modified crops into New African markets. *Journal of Peasant Studies*, 40(4): 639-658, 2013.

SCHURMAN, R. & MUNRO, W. Targeting capital: a cultural economy approach to understanding the efficacy of two anti–genetic engineering movements. *American Journal of Sociology*, 115(1): 155-202, 2009.

SCHURMAN, R. & MUNRO, W. *Fighting for the Future of Food: activists versus agribusiness in the struggle over biotechnology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010. (Social Movements, Protest, and Contention 35)

SCOONES, I. Mobilizing against GM crops in India, South Africa and Brazil. *In*: BORRAS, S. M.; EDELMAN, M. & KAY, C. (Eds.). *Transnational Agrarian Movements Confronting Globalization*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2008.

SCOTT, J. C. *Weapons of the Weak Everyday Forms of Peasant Resistance.* New Haven: Yale University Press, 1987.

SEIFERT, F. Back to politics at last - orthodox inertia in the transatlantic conflict over agro-biotechnology. *Science, Technology & Innovation Studies*, 6(2): 101-126, 2011.

SEIFERT, R. La nueva ley de semillas sacudió todo el espectro rural. *La Nación.* Buenos Aires, 29 set. 2012. Disponível em: <www.lanacion.com.ar/1512410-la-nueva-ley-de-semillas-sacudio-todo-el-espectro-rural>. Acesso em: 7 mai. 2015.

SEOANE, J.; TADDEI, E. & ALGRANATI, C. Las Nuevas configuraciones de los movimentos populares en América Latina. *In*: BORON, A. A. & LECHINI, G. (Eds.). *Política y Movimientos Sociales en un Mundo Hegemónico Lecciones Desde África, Asia y América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

SÉRALINI, G. E. *et al.* Long term toxicity of a roundup herbicide and a roundup-tolerant genetically modified maize. *Food and Chemical Toxicology*, 50(11): 4.221-4.231, 2012.

SÉRALINI, G. E. *et al.* Conclusiveness of toxicity data and double standards. *Food and Chemical Toxicology*, 69: 357-359, 2014.

SIGAUD, L. M. R.; ROSA, M. & MACEDO, M. E. Land occupations, landless camps, and demands on the state: an evaluation from a comparative perspective. *Dados*, 51(1): 107-142, 2008.

SILVA, E. *Challenging Neoliberalism in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. (Cambridge Studies in Contentious Politics)

SILVA, E. Reuniao do MST prega invasão e queimada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2000.

SILVEIRA, C. A. *Significados Sociais das Biotecnologias : interesses e disputas em torno dos organismos geneticamente modificados (OGMs) no Rio Grande do Sul*, 2004. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SINGER, A. V. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKOCPOL, T. France, Russia, China: a structural analysis of social revolutions. *Comparative Studies in Society and History*, 18(2): 175-210, 1976.

SKOCPOL, T. & SOMERS, M. The uses of comparative history in macrosocial inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, 22(2): 174-197, 1980.

SNOW, D. A. & BENFORD, R. D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, 1: 197-217, 1988.

SNOW, D. A. & BENFORD, R. R. Master frames and cycles of protest. *In*: MORRIS, A. D. & MULLER, C. M. (Eds.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven, London: Yale University Press, 1992.

SNOW, D. *et al*. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, 51: 464-481, 1986.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA & EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). A importância da biotecnologia para o Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 4 nov. 1999.

SOTOMAYOR, O.; RODRÍGUEZ, A. & RODRIGUES, M. *Competitividad, Sostenibilidad e Inclusión Social en la Agricultura: nuevas direcciones en el diseño de políticas en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2011.

STREECK, W. The crises of democratic capitalism. *New Left Review*, II(71): 5-29, 2011.

SVAMPA, M. *Cambio de época : Movimientos Sociales Y Poder Político*. Buenos Aires: Clacso-Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, XIII (32), 2012.

TAGLIALEGNA, G. H. F. *Grupos de Pressão e a Tramitação do Projeto de Lei de Biossegurança no Congresso Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2005. (Texto para Discussão, n. 28). Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/110/texto28%20-%20gustavo.pdf?sequence=4>. Acesso em: 31 jul. 2018.

TARROW, S. G. *The New Transnational Activism*. New York: Cambridge University Press, 2005.

TARROW, S. G. *Power in Movement: social movements and contentious politics*. Kindle edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. (Cambridge Studies in Comparative Politics)

TESH, S. N. *Uncertain Hazards: environmental activists and scientific proof*. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

THE AFRICA CENTRE FOR BIOSAFETY. GM Industry Called to Account: ISAAA's Report Mischievous and Erroneous. *The Africa Centre for Biosafety*, 2013.

THUSWOHL, M. Na Câmara, proposta tenta liberar sementes transgênicas "suicidas". *Repórter Brasil*, 11 nov. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/11/na-camara-proposta-tenta-liberar-sementes-transgenicas-suicidas/>. Acesso em: jul. 2018.

TODOAGRO.COM.AR. Definen las pautas sobre aplicaciones de productos fitosanitarios en áreas periurbanas. *Todoagro.com.ar*, 22 out. 2013. Disponível em: <www.todoagro.com.ar/noticias/nota.asp?nid=26087>. Acesso em: 23 out. 2013.

TORTATO, M. Requião fecha Paranaguá para transgênico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 out. 2003.

TORTATO, M. País defende rastreamento de transgênico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2006.

TRAUMANN, T. Monsanto deve processar Bové e Stédile. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 jan. 2001.

TRIGO, E. J.; CHUDNOVSKY, D. & CAP, E. *Los Transgénicos en la Agricultura Argentina: una historia con final abierto*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2002.

TRUCCO, V. El Juego de Greenpeace. *El Clarín*, Buenos Aires, 3 fev. 2001.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *The State of Commodity Dependence 2014*. New York, Geneva: UNCTAD, 2015.

VACCAREZZA, C. Em defesa da pesquisa. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 jan. 2014.

VALDÉS, M. F. *Reducing Inequality in Latin America: the role of tax policy*. Abingdon, New York: Routledge, 2017.

VALENTE, R. Lobby transgênico leva deputados aos EUA. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2003.

VAN DEN DAELE, W. Legal framework and political strategy in dealing with risks of new technology: the two faces of the precautionary principle. *In*: SOMSEN, H. (Ed.). *Regulatory Challenge of Biotechnology: human genetics, food and patents*. Cheltenham: Northampton: Edward Elgar, 2007.

VAN ZWANENBERG, P. & ARZA, V. Biotechnology and Its Configurations: GM cotton production on large and small farms in Argentina. *Technology in Society*, 35(2): 105-117, 2013.

VARESI, G. A. El circuito productivo sojero argentino en el modelo posconvertibilidad. una aproximación desde el enfoque de análisis regional. *Cuadernos Del CENDES*, 74: 107-140, 2010.

VELTRI, G. A. & SUERDEM, A. K. Worldviews and discursive construction of GMO-related risk perceptions in Turkey. *Public Understanding of Science*, 22(2): 137-154, 2013.

VIA CAMPESINA. La Via Campesina occupies an area planted with illegal transgenic seeds in Paraná. *La Via Campesina*, 15 mar. 2006. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/biodiversity-and-genetic-resources-mainmenu-37/103-la-via-campesina-occupies-an-area-planted-with-illegal-transgenic-seeds-in-paran>. Acesso em: 19 abr. 2013.

VOCES DE ALERTA. Voces de Alerta. 23 de maio de 2009. Disponível em: <http://voces-de-alerta.blogspot.de/2009_05_01_archive.html>. Acesso em: 14 mar. 2014.

WAGNER, P. Provinz Und Welt. Demokratie Und Kapitalismus in Europa, Brasilien Und Südafrika. *Westend*, 1: 38-60, 2013.

WATTS, J. Unease among Brazil's farmers as congress votes on GM terminator seeds. *The Guardian*, London, 12 dez. 2013.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Dispute Settlement: EC − Approval and Marketing of Biotech Products, 2006. Disponível em: <www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds293_e.htm>. Acesso em: 30 abr. 2014.

WYLDE, C. Argentina, Kirchnerismo, and Neodesarrollismo: Argentine development under Néstor Kirchner, 2003-2007'. *Documento de Trabajo n. 44*. Buenos Aires: Flacso, 2010.

WYNNE, B. Creating public alienation: expert cultures of risk and ethics on GMOs. *Science as Culture*, 10(4): 445-481, 2001.

YANO, C. Transgênico 100% nacional. Scientific News. *Ciência Hoje*, 23 set. 2009. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2011/09/transgenico-100-nacional>. Acesso em: 20 mar. 2013.

ZANATTA, M. Embrapa manifesta-se contra o plantio de arroz transgênico. *Valor Econômico*, 19 mar. 2009.

ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. Development and environmental conflicts in Brazil: challenges for anthropology and anthropologists. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 9(1): 181-208, 2012.

Formato: 16 x 23 cm
Tipologia: Gill Sans e Garamond
Papel: Pólen Bold 70g/m2 (miolo)
Cartão supremo 250g/m2 (capa)
CTP, impressão e acabamento: Imo's Gráfica e Editora Ltda.
Rio de Janeiro, novembro de 2018.

Não encontrando nossos títulos em livrarias, contactar:
Editora Fiocruz
Av. Brasil, 4036 – térreo – sala 112 – Manguinhos
CEP 21040-361 – Rio de Janeiro – RJ.
Tel.: (21) 3882-9039 e 3882-9041 – Telefax: (21) 3882-9006
editora@fiocruz.br | www.fiocruz.br/editora

Neste livro analisam-se conflitos e confrontos argumentativos em torno da liberação de sementes transgênicas, abordando-se, por meio da comparação das experiências do Brasil e da Argentina, uma questão crucial nas sociedades contemporâneas: as disputas de sentidos na agenda política global acerca da segurança e soberania alimentares.

Em uma análise meticulosa, marcada por denso diálogo teórico e trabalho empírico cuidadoso, Renata Motta mobiliza chaves que permitem transitar entre diferentes níveis de análise e esmiuçar diversas ordens de interação social. Comparando países com trajetórias em alguma medida semelhantes, a autora assinala, passo a passo, similitudes e diferenças no desenrolar das lutas, chamando a atenção para as forças presentes, oportunidades políticas abertas, tensões interestatais, dimensões legais e ilegais das disputas e controvérsias científicas abafadas. O caminho empreendido permite perceber as condições pelas quais, no Brasil, ao contrário da Argentina, desde logo o tema tornou-se um problema público.

Trata-se de processos sociais e políticos diferenciados que convergiram, nos dois países, na liberação dos transgênicos, deixando marcas que alimentam ações contestatórias e repõem a centralidade da discussão sobre soberania alimentar.

Leonilde Servolo de Medeiros
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ISBN 978-85-7541-618-1
9 788575 416181